
TOMO

Programa de Pós-Graduação em Sociologia

ISSN: 1517-4549

jul. a dez. | 2022

Nº 41

Dossiê:

**Sociologia do Amor:
a construção do amor como categoria
analítica nas ciências sociais**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

REITOR

Prof. Dr. Valter Joviniano de Santana Filho

VICE-REITOR

Prof. Dr. Rosalvo Ferreira Santos

PRÓ-REITOR DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA

Prof. Dr. Lucindo José Quintans Junior

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

COORDENADOR DO PPGS

Prof. Dr. Marcelo Alario Ennes

<http://www.posgraduacao.ufs.br/ppgs>

E-mail secretaria: ppgs@academico.ufs.br



TOMO

Programa de Pós-Graduação em Sociologia



São Cristóvão | 2022

CONSELHO EDITORIAL

Irllys Alencar Firmo Barreira, Universidade Federal Do Ceará, Brasil

Roberto Grün, Universidade Federal de São Carlos, Brasil

Clarissa Eckert Baeta Neves, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Adriano Nervo Codato, Universidade Federal do Paraná, Brasil

Ana Maria F. Almeida, Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Antônio Sérgio Guimarães, Universidade de São Paulo, Brasil

Benjamin Junge, State University Of New York, Estados Unidos da América do Norte

Carlos Fortuna, Universidade de Coimbra, Portugal

Celi Scalon, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Claudino Ferreira, Universidade de Coimbra, Portugal

Franz J. Brúseke, Universidade Federal de Sergipe, Brasil

Joanildo Burity, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

José Ricardo Ramalho, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Miguel Pablo Serna Forchari, Universidad de La República, Uruguai

Miguel Vale De Almeida, Instituto Universitário de Lisboa, Portugal

Nádia Araújo Guimarães, Universidade de São Paulo, Brasil

Paulo Sérgio Da C. Neves, Universidade Federal de Sergipe, Brasil

Renato Monseff Perissinotto, Universidade Federal do Paraná, Brasil

Rogério Proença Leite, Universidade Federal de Sergipe, Brasil

Sadi Dal Rosso, Universidade de Brasília, Brasil

Sílvia Helena Borelli, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

EDITORES

Marina de Souza Sartore

EDITORES ASSISTENTES

Marco Aurélio Dias de Souza

Vilma Soares de Lima Barbosa

EDITORES ASSOCIADOS

Julio Cesar Cossio Rodriguez

Marcelo Alario Ennes

Paulo Sérgio da Costa

Tânia Elias Magno Silva

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA

Adilma Menezes

REVISÃO

Danielle de Noronha

Ficha Catalográfica

Tomo: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia / Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe. – n. 41 (jul./dez. 2022)- . – São Cristóvão: UFS, 1998-

Semestral

ISSN 1517-4549

1. Ciências sociais – Periódicos. I. Universidade Federal de Sergipe. Programa de Pós-Graduação em Sociologia

CDU 316

As informações e análises contidas nos artigos são de inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, portanto, o endosso do Conselho Editorial do PPGS.

Esta revista integra a Plataforma dos Periódicos Eletrônicos da UFS (<https://seer.ufs.br/index.php/tomo/index>) e conta com apoio institucional da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Federal de Sergipe.

Sumário

	Dossiê	
	Apresentação	9
Sociologia do Amor: a construção do amor como categoria analítica nas ciências sociais		
	Maria Chaves Jardim Tulio Rossi	
La incondicionalidad amorosa. Reflexiones para una teoría unificada del amor		21
	Daniilo Martuccelli	
O amor como significação para uma sociologia da individualização: esboço de uma analítica de relacionamentos afetivos na contemporaneidade		61
	Túlio Rossi	
Abandono, solidão e desistência do amor: o racismo como elemento excludente de mulheres pretas no mercado do afeto		87
	Maria Chaves Jardim Renata Medeiros Paoliello	
O amor e o abuso em “Ponciá Vicêncio” de Conceição Evaristo (2017)		127
	Renata Araújo Matos	
Mulheres amantes e empreendimentos afetivos: um estudo socioantropológico das emoções e moralidades sobre o “Feminejo”		167
	Raoni Borges Barbosa Jean Henrique Costa	

- A uberização do amor – aplicativos de encontros em cenário tecnoliberal e pandêmico** 199
Larissa Pelúcio
- A noção de alma gêmea no seriado “Osmosis”** 233
Nayara Baiochi
- Artigos**
- Financeirização das grandes empresas, investidores passivos e mercado de ETFs: o capitalismo do século XXI no Brasil** 277
Martin Mundo Neto
Julio César Donadone
Wellington Afonso Desidério
- Das hierarquias internas às lutas por reconhecimento num grupo de travestis amazônico** 307
Oswaldo da Silva Vasconcelos
- Behemoth no reverso: autocracia e Estado em Florestan Fernandes*** 335
Ricardo Braga Brito
- A desconstrução dos sem-terra na mídia impressa: os enquadramentos sobre o MST em editoriais do jornal *O Estado de S. Paulo* (2001-2004)** 375
Paulo Henrique Dantas Pita

Dossiê

Apresentação do dossiê

Sociologia do Amor: a construção do amor como categoria analítica nas ciências sociais

Organizadores

Maria Chaves Jardim (UNESP-Araraquara)

Tulio Rossi (UFU, Universidade Federal de Uberlândia)

Introdução

O cultivo do amor acompanha o ser humano ao longo dos séculos. Contudo, o amor somente se tornou objeto de reflexão científica em meados dos anos 1940, via Psicologia. De acordo com Sternberg (1997), Reik construiu uma primeira teoria sobre o amor com forte influência da psicanálise Freudiana. Apesar de Freud não ter escrito uma só obra dedicada especificamente ao amor, ele deixou importantes *insights* a partir de sua tese sobre o narcisismo. De acordo com Neves (2007), o estudo sistemático do amor foi iniciado em 1944, quando Llewellyn Gross publicou uma das primeiras escalas de avaliação do romantismo.

O estudo do amor como objeto científico não é muito comum nas Ciências Sociais, constituindo-se como interesse apenas de outras áreas do conhecimento, como a psicologia, a filosofia, a literatura e mais recentemente, a neurociência, que também tem dedicado esforços para entender o papel do cérebro humano na construção da paixão (Raquel, 2021)¹.

¹ Disponível em: <https://www.ufjf.br/lanc/2021/02/04/neurociencia-do-amor/>.. Acesso em 16 de novembro 2021.

Segundo Sternberg (1997), nas ciências sociais apenas em 1970 o tema passou a ser efetivamente estudado. A demora em estudar o amor de forma científica pelas ciências sociais teve o argumento de que o amor era demasiado misterioso e intangível para ser observado de forma rigorosa e sistemática.

Contudo, se considerarmos algumas possíveis abordagens sobre o amor presentes nos clássicos da sociologia, como também a produção mais recente realizada pela Sociologia, pela Antropologia e pelos estudos de gênero, existe uma razoável produção, mesmo que dispersa, sobre o tema nas Ciências Sociais.

Diante da expectativa de reunir pesquisas teóricas e empíricas que abordem o amor de diversos pontos de vista e de diferentes espaços das ciências sociais (sociologia econômica, sociologia da arte e da cultura, estudos feministas, antropologia e sociologia das emoções), apresentamos o presente Dossiê na revista TOMO, que resulta de um conjunto de iniciativas dos organizadores em torno da construção de uma possível sociologia e antropologia do amor².

1. O amor: dos clássicos aos contemporâneos

Nesse interim, é possível perceber a contribuição dos clássicos da sociologia francesa e alemã no tema. Para os alemães o amor aparece como erótico (Eros) e para os franceses, o amor é tratado como fio condutor das relações coletivas, ou seja, o amor como *Ágape*.³

Nos clássicos alemães, o amor aparece dentro de uma discussão mais geral que busca compreender a modernidade, que, por

² Os organizadores do dossiê tiveram a aprovação da Mesa Redonda, “O amor como fenômeno sociológico” na Anpocs e do minicurso, “A sociologia do amor” na SBS, ambos realizados em 2021. Além disso, oferecem disciplinas sobre sociologia do amor em seus Programas de Pós-Graduação, além de orientar pesquisas no tema.

³ Vandenberghe (2006) define quatro tipos de amor: Eros, *Ágape*, *Philia* e Interesse.

sua vez, traz consigo a construção da individualidade e da subjetividade, assim como a preocupação com a sociabilidade nas grandes cidades (Jardim, 2019); em Max Weber, especialmente, o tema pode ser vislumbrado no debate sobre o aumento da racionalização e do controle de pessoas, a privatização excessiva de indivíduos e a crise associada à perda de sentido da existência na modernidade. (Martuccelli, 2016).

Weber se posicionou sobre o amor em 1908, quando escreveu uma resenha sobre o livro do filósofo de Praga, Christian von Ehrenfels, intitulado “Ética sexual”, que foi de fundamental importância para o desenvolvimento da teoria sexual psicanalítica da época. Para Weber, a sexualidade e o erotismo escapavam, em última análise, a qualquer estratégia de racionalização e eram opostos a toda forma de orientação religiosa voltada para uma ética da convicção. O autor vê uma tensão inegável na conduta erótico-estética com as realidades do mundo moderno racional. A importância que Weber dá ao amor é tão grande que ele define a esfera erótica em sua obra, colocando-a como a esfera capaz de dar sentido à vida dos indivíduos. Radicalizando seu argumento, podemos pensar que o amor seria uma forma de escape do desencantamento do mundo, trazidos pela racionalização.

Em diferentes ensaios clássicos reunidos no livro “Filosofia do Amor” (2006), Simmel rompeu com a filosofia da sua época, que tratava o amor como uma abstração do amor ideal. Tratando-o como uma categoria e fugindo da noção de amor ideal, Simmel abandona o primado da teoria sobre a práxis e vê o amor como uma práxis, como algo empírico, sendo importante elemento de sociabilidade e da construção da subjetividade dos indivíduos na passagem do século XIX. Tal posicionamento difere da concepção de amor de Platão, exposta no livro “Banquete” (1991), que trata do amor sentido individualmente, sem interação com o “outro”; ou seja, a figura do “outro” é abstraída para se atingir uma transcendência que seria o belo em si.

No livro “Sexo, Luxo e Capitalismo”, Sombart (1912) argumentou que a secularização do amor teria levado ao prazer, ao luxo e ao refinamento dos sentidos. Para o autor, a secularização do amor começaria após o fim das cruzadas, quando três acontecimentos concorreriam para uma profunda mudança na relação entre os sexos: a formação das cortes europeias, a necessidade de esbanjamento dos burgueses enriquecidos e a criação das cidades como centros de consumo. Sombart acrescenta a participação ativa da mulher cortesã que, com uma impetuosidade refinada, contribuiu para desvincular encantos e gozos do amor da instituição casamento, colocando-os em um outro espaço, o da ilegalidade e da concubinação. Sombart deu destaque ao prazer proporcionado por mulheres cortesãs de diversas origens (mulheres casadas e abandonadas por seus maridos, moças “enganadas” por seus noivos), enfim, mulheres que “tinham berço” e que possuíam “o bom gosto” que teria se difundido pela Europa. Para o autor, o amor secularizado, lócus dos impulsos das paixões, realizava-se na ilegitimidade, em paralelo com os casamentos formais para a reprodução biológica e social da burguesia.

Junto a essa tríade alemã do final do século XIX, lembramos a contribuição de Norbert Elias, realizada em meados do século XX. No “Processo civilizatório”, Elias mostra o papel do autocontrole na construção e na complexificação das emoções, bem como na subjetividade humana, relacionando-o como partes de um mesmo processo do desenvolvimento dos Estados com configurações cada vez mais intrincadas de relações humanas. A formação de um universo individual em contraponto a um mundo “exterior” – no princípio natural e, depois, social – contribuiu também para o desenvolvimento de modos de classificar e avaliar os próprios sentimentos em face da crescente demanda pelo autocontrole das pulsões, frente a possíveis sanções mais ou menos sutis. Nesse sentido, o amor aparece, nas artes e na literatura, como estado idealizado de liberdade e expressão genuína das emoções, como possível fuga, mesmo que temporária, do jogo calculista das relações figuracionais.

Na chave do amor Eros, temos algumas obras que já fazem parte do regime obrigatório de leitura dos pesquisadores contemporâneos sobre o amor, tais como “Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos” de Bauman (2004), “A transformação da intimidade”, de Giddens (1993), “A dominação masculina” de Bourdieu (1998), “O caos normal do amor: novas formas de relacionamento”, do casal Beck (2001), “Homo Eroticus: comunhões emocionais”, de Michel Maffessoli (2014), “O amor como paixão”, de Luhmann (1991) e “O amor nos tempos do capitalismo”, de Illouz (2011).

No que se refere aos clássicos franceses, temos a contribuição de Comte e de Durkheim. Juntos, os dois franceses nos aproximam do amor como ágape, ou seja, o amor vivido na relação com o coletivo, o que pressupõe elementos de abnegação, sacrifício e altruísmo.

Para os autores franceses, que buscam entender como a sociedade se mantém, apesar da chegada do individualismo, a ágape poderia ser vista a partir do conceito de altruísmo moral. Em Comte (1895), o altruísmo moral envolve a tese de que a sociedade é formada pelas famílias e instituições sociais, sendo que a família seria o espaço no qual as trocas escapam ao mundo mercantil. Os três componentes do altruísmo ali se encontram: a criança desenvolve uma veneração por seus pais e, especialmente, por sua mãe; os cônjuges são ligados pela união do casamento e, finalmente, os pais fazem valer sua bondade ao cuidar de seus filhos. Isso seria possível porque o cérebro humano seria dividido por uma parte egoísta e outra altruísta, sendo que o social reforçaria o altruísmo, em detrimento do egoísmo (Comte, 1895).

Em Durkheim (1893), o autor nega a tese dos economistas utilitaristas do final do século XIX de que a nova moral da sociedade capitalista seria a moral egoísta e individualista. Para o autor, a sociedade moderna possui uma espécie de solidarieda-

de interdependente entre anônimos, a solidariedade orgânica. Essa solidariedade permitiria que, apesar do individualismo, a sociedade se mantivesse coesa, pois era composta por algo que Durkheim chamou de altruísmo, um tipo de freio moral, nutridor do tecido social. É esse nutridor entre desconhecidas que estamos chamando de ágape. Para Durkheim (1893, p. 215), “onde quer que haja sociedades, há altruísmo, porque há solidariedade.” Durkheim atrela a coesão social ao princípio do altruísmo, que por sua vez seria a própria força que une o coletivo. Portanto, em Durkheim é um tipo de amor coletivo que fortalece os laços da sociedade e a ausência desse laço levaria a sociedade à anomia.

Na chave do amor Ágape, no livro *“L’amour et la justice comme competences”* (1990), Luc Boltanski define o amor como um regime de ação que permite que um indivíduo experimente realmente o outro, expressando um tipo de ação que rompe com a lógica da contabilidade, que ao seu ver, teria contaminado as relações humanas. De acordo com Boltanski, o amor na versão ágape é o único tipo de ação que “ignora a equivalência e minimiza a relação de cálculo” (Boltanski, 1990, p. 21). Para dar conta desse argumento, o autor analisa os atos de amor de São Francisco, encontrando neles uma força de ruptura em relação às expectativas sociais, ligadas à contabilidade e ao conceito clássico de justiça. De acordo com Boltanski, o amor seria o único tipo de ação que nos permitiria sair da justiça e entrar no estado de paz (Iorio; Cataldi, 2017).

Um outro nome que se destaca na contemporaneidade pelo viés do amor ágape é Axel Honneth (1992) que mostra, a partir da concepção hegeliana de amor, como o amor pode representar um primeiro estágio da teoria do reconhecimento. Nesse sentido, o amor representaria o núcleo original de toda ética e, portanto, seria apenas a partir de uma forma de relacionamento com empatia e amor pelo outro que se fundaria as esferas do direito e da solidariedade.

Longe de esgotar o assunto, essa síntese busca apenas demonstrar a fertilidade da agenda de pesquisa, sobretudo se ampliarmos as análises para além do amor Eros, e incluímos as outras formas de afeto existentes na sociedade.

2. Artigos que compõem o dossiê

Todos os artigos selecionados para esse Dossiê abordam o amor afetivo sexual como fio condutor em seus argumentos. No conjunto, os sete textos abordam o amor a partir de 3 grandes dimensões que, em alguns casos, se entrecruzam nos mesmos textos: em uma primeira dimensão, mais teórica e epistemológica, temos os textos de Danilo Martuccelli e Túlio Rossi, que contribuem fornecendo tanto questões quanto reflexões importantes para a operacionalização de uma analítica do amor a partir da sociologia, diretamente relacionada ao tema da individualização nas sociedades contemporâneas. Em uma segunda dimensão, temos as questões relativas a gênero, que por sua vez se entrecruzam com questões raciais, como no texto de coautoria de Maria Jardim e Renata Medeiros Paoliello e no artigo de Renata Matos; ou ainda, com o campo da cultura, caso de Raoni Barbosa e Jean Henrique Costa. A terceira dimensão é relativa às tecnologias digitais e suas influências nas vivências amorosas contemporâneas, e está presente nos textos de Larissa Pelúcio e Nayara Baiochi.

O Dossiê se inicia com o texto de Danilo Martuccelli, “La incondicionalidad amorosa: reflexiones para una teoria”, no qual busca compreender e sintetizar toda uma taxonomia do amor com base no conceito de incondicionalidade que ele define como uma certa disposição subjetiva e estruturalmente afinada para a reciprocidade e vínculo total, ou ainda, na linguagem romântica, trata-se de uma capacidade de fusão espiritual das subjetividades no exercício da entrega absoluta de si. O autor argumenta que a incondicionalidade do amor é o fio condutor de diversas

e distintas experiências amorosas (amor conjugal, amor romântico, amor erótico, amor parental, amizade, a caridade e o amor a si mesmo), sendo que a quebra da incondicionalidade seria a ausência do amor.

Em seguida, em “O amor como significação para uma sociologia da individualização: esboço de uma análise de relacionamentos afetivos na contemporaneidade”, Túlio Rossi argumenta que o amor emerge como tema de particular significância para a afirmação e reconhecimento de identidades dentro de uma cultura que enaltece a individualidade. Assim, aciona dois conceitos-chaves na discussão, o amor e a individualização. Fugindo de análises rápidas, que colocariam a individualização assim como o amor na chave do indivíduo descolado do social, o autor recorre a autores clássicos como Simmel, Elias, Bourdieu e contemporâneos como Lahire e Martucelli, que veem o processo da individualização e do amor em um processo relacional, cultural e simbólico. O artigo relaciona, ainda, o amor romântico como fio condutor da individualização, sem ignorar as tensões próprias dessa relação.

Por seu turno Maria Chaves Jardim e Renata Medeiros Paoliello abordam no texto “Abandono, solidão e desistência do amor: o racismo como elemento excludente de mulheres pretas no mercado do afeto”, as desigualdades e as hierarquias existentes no mercado do amor a partir de um estudo empírico sobre um público específico, as mulheres pretas, quando buscam identificar qual a mágica social (Bourdieu, 2004) que exclui essas mulheres do mercado do afeto. Trabalhando com 64 questionários, as autoras identificam que o racismo cria barreira no mercado do afeto, levando a exclusão dessas mulheres do casamento e de sonhos românticos; indica, também, que as tomadas de posição afetiva dessas mulheres não se encaixam em nenhuma das quatro abordagens catalogadas pelas autoras sobre o amor (amor líquido, amor romântico, poliamor, amor confluyente), chamando a atenção para novas teorias que possam dar conta da vivên-

cia afetiva das mulheres pretas e reivindicando a ideia de “amor pragmático” para falar dessa população.

Renata Matos apresenta o artigo “O amor e o abuso em Ponciá Vicencio de Conceição Evaristo (2017)”, no qual procura compreender como a construção social do amor se conecta à manutenção do relacionamento abusivo na obra literária “Ponciá Vicêncio”, de Conceição Evaristo (2017). Dialogando com o enredo da personagem principal, Ponciá Vicencio, que é uma mulher preta e pobre, a autora explora como a atribuição de papéis sociais às mulheres e aos homens no seio da dominação masculina, atua na continuidade de relações abusivas, em que a ideia de cuidado como algo feminino é fortemente evocada, sendo que a personagem estudada vivencia o amor romântico por meio do cuidado e do fracasso afetivo.

O artigo de autoria de Raoni Barbosa e Jean Henrique Costa, “O amor como objeto socioantropológico: um estudo das emoções e das moralidades sobre o ‘Feminejo’” problematiza as noções êmicas de amor manifestas no subgênero musical identificado como feminejo. O texto confere destaque às lógicas interacional e moral-emocional mobilizadas nessas canções a partir de referências a traição, tanto no papel da mulher traída quando da amante; amores autênticos, amores de balada, entre outras noções recorrentes no subgênero. Com isso, o autor se volta para construção da figura da mulher amante no feminejo, apoiando-se nas contribuições teóricas da Sociologia e da Antropologia das emoções e da moral e identificando o empreendedorismo afetivo feminino subjacente a essa construção.

Larissa Pelúcio apresenta o artigo “A uberização do amor: aplicativos de encontros em cenário tecnoliberal e pandêmico”, a partir do qual promove interessantes entrecruzamentos entre a precarização das relações de trabalho contemporâneas acentuadas pela pandemia a partir do termo “uberização”, remetendo ao aplicativo de transportes, e uma possível

precarização das próprias relações amorosas a partir do uso de aplicativos tais como Tinder, Happn e afins. A autora relaciona as dinâmicas de utilização desses aplicativos, com uma busca por relacionamentos que, cada vez mais se aproxima de uma relação de consumo, explicitando relações nem sempre evidentes entre cultura, novas tecnologias de informação e comunicação e afetividade.

Em “Alma gêmea em Osmosis”, Nayara Baiochi parte da análise do primeiro episódio da série “Osmosis”, de 2019, veiculada pela plataforma Netflix para apontar possíveis relações entre ideais amorosos e o uso de novas tecnologias para a conquista desses ideais. O enredo do episódio analisado apresenta a criação de um aplicativo que promete, com o uso de recursos de inteligência artificial, o encontro da “verdadeira alma gêmea” de seus usuários, sugerindo proporcionar, enfim, o encontro definitivo do grande amor. Conforme a autora aponta na série de ficção científica, o aplicativo é desenvolvido em resposta ao seu “concorrente” que remete exatamente à ideia muito difundida hoje acerca de aplicativos de relacionamentos, de sucessivos encontros superficiais, passageiros e baseados apenas na satisfação erótica, de modo que a autora debate, a partir de minuciosa análise da construção narrativa do filme, percepções muito atuais e recorrentes sobre os potenciais impactos das novas tecnologias de comunicação e informação nas relações amorosas hoje.

Assim, procuramos oferecer aos leitores deste dossiê uma rica imersão no mundo da nascente sociologia do amor e lhes desejamos uma leitura prazerosa que suscitem reflexões sobre si mesmos e sobre a sociedade afetiva que vivenciam.

Referências

BAUMAN, Z. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.
- BOLTANSKI. *L'amour et la justice comme competences*. Éditions Métailié, 1990.
- COMTE, A. Plan des travaux scientifiques nécessaires pour réorganiser la société. In: COMTE, A. **Système de politique positive ou Traité de sociologie instituant la religion de l'humanité**. Paris: Larousse, 1895. p.106-129.
- DURKHEIM, E. **De la division du travail social**: etudes sur l'organisation des sociétés supérieures. Paris: Alcan, 1893.
- ELIAS, N. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. V. 1. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- GIDDENS, A. **A transformação da intimidade**. Editora Unesp. São Paulo. 1993.
- HONNETH, A. *Kampf um Anerkennung. Grammatik sozialer Konflikte*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1992.
- ILLOUZ, E. **O amor nos tempos do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- IORIO, G.; CATALDI, S. Un concetto per la sociologia contemporanea: l'agire agapico. In: **Summer School – Agapic Action and Social Reality: social imagination to promote development, to build the future**. Igarassu, Pernambuco, Brasil, 2017.
- JARDIM, M. A. C. Para além da fórmula do amor. **Política & Sociedade** - Florianópolis, 2019.
- LUHMANN, N. **O amor como paixão**. Para a codificação da intimidade. Lisboa: Difel, 1991.
- MAFFESOLI, M. **Homo Eroticus: comunhões emocionais**. Tradução Abner Chiquieri. Rio de Janeiro: Forense, 2014.
- MARTUCCELLI, D. As Ciências Sociais E A Procura De Sentido • **Estud. av.** v. 30, n. 86, •Jan-Abril, 2016.
- NEVES, A. As mulheres e o discurso generalizado sobre o amor: a caminho do “amor confluyente” ou o retorno do mito do “amor romântico”. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 2007.
- RAQUEL, S. **Neurociência do amor**. UFJF, 2021. Disponível em: <https://www.ufjf.br/lanc/2021/02/04/neurociencia-do-amor/>. Acesso em 16 de novembro 2021.
- SIMMEL, G. **Filosofia do amor**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- STERNBERG, R. J. Construct validation of a triangular love scale. **European Journal of Social Psychology**, v. 27, 1997, p. 313-335.

SYMONDS, M.; PUDSEY, J. . The Forms of Brotherly Love in Weber Sociological Theory of Religion. *Sociological Theory*, 2006

SOMBART, W. **Amor, luxo e capitalismo**. Lisboa: Bertrand Editora, 1990

VANDENBERGHE , F. **Amando o que conhecemos: notas para uma epistemologia histórica do amor**. Unisinos, 2006.

TORRES, A. Amor e sociologia: da estranheza ao reencontro. Comunicação apresentada no painel temático "Lugares e expressões de afecto". In: **Congresso de Sociologia**, 4., 17-19 abr.2007, Coimbra. Anais [...]. Coimbra: [s. n.], 2000. p. 10-11.

Weber, M. Rejeições Religiosas do Mundo e Suas Direções in: TRAGTENBERG, Maurício (org.). **Textos Selecionados** / Max Weber. São Paulo, Abril Cultural, 1997. pp. 275-281. Disponível em goo.gl/4dfWZH.

La incondicionalidad amorosa. Reflexiones para una teoría unificada del amor

*Danilo Martuccelli**

Resumen:

El artículo propone una conceptualización unificada del sentimiento amoroso en torno al tipo ideal de la incondicionalidad. La argumentación se desarrolla en tres etapas. En primer lugar, se delinean los grandes rasgos del tipo ideal de la incondicionalidad, indisolublemente subjetivos e institucionalizados. En segundo lugar, se muestra como el tipo ideal de la incondicionalidad permite dar cuenta, en contra de lo que muchas veces se afirma, de un conjunto muy variado de experiencias amorosas. Por último, se abordan algunos de los desafíos éticos que resultan de la incondicionalidad amorosa.

Palabras clave: Amor. Incondicionalidad. Conyugal. Parental.

* Université de Paris – Universidad Diego Portales. E-mail: danilomartuccelli@gmail.com

Incondicionalidade amorosa. Reflexões para uma teoria unificada do amor

Resumo:

O artigo propõe uma conceituação unificada do sentimento amoroso em torno do tipo ideal de incondicionalidade. A argumentação se desenvolve em três etapas. Em primeiro lugar, são delineadas as grandes características do tipo ideal de incondicionalidade, inseparavelmente subjetiva e institucionalizada. Em segundo lugar, mostra-se como o tipo ideal de incondicionalidade permite dar conta, ao contrário do que muitas vezes se afirma, de um conjunto muito variado de experiências amorosas. Finalmente, são abordados alguns dos desafios éticos que resultam da incondicionalidade amorosa.

Palavras-chave: Amor. Incondicionalidade. Conjugal. Parental.

Loving unconditionality. Reflections for a unified theory of love

Abstract:

The article proposes a unified conceptualization of the loving feeling around the ideal type of unconditionality. The argument proceeds in three stages. First, the broad features of unconditionality, inseparably subjective and institutionalized, are delineated. Secondly, the article shows how the ideal type of unconditionality allows to account, contrary to what is often stated, for a very varied set of love experiences. Finally, the article analyses some of the ethical challenges that result from the characterization of love as unconditionality.

Keywords: Love. Unconditionality. Conyugal. Parental.

Uno de los presupuestos fundamentales de los análisis literarios, filosóficos y sociológicos sobre el amor es su diversidad. Los nombres son bien conocidos: filia, amistad, amor parental (materno o paterno), filial, ágape, pasión, amor romántico, erotismo. En la base de esas diferencias se encuentra la idea que el sentimiento amoroso, enmarcado por relaciones sociales y por muy precisas convenciones de representación, se declina en fenómenos muy disímiles entre sí. En su estudio sobre las distintas semánticas del amor en función de la estructura de la diferenciación social, Niklas Luhmann (1990) construyó por ejemplo su análisis desde este presupuesto: privilegió el amor conyugal separándolo de otras manifestaciones amorosas.

En este artículo buscaremos argumentar, bajo la forma de un tipo ideal, una tesis distinta. Formularemos la hipótesis que un hilo conductor común une a las en apariencia muy disímiles experiencias del amor: **toda** manifestación amorosa, más allá de sus formas o moldes institucionales, se estructura desde la **incondicionalidad**. Aunque ese rasgo y calificativo sea por lo usual únicamente reservado al amor parental, en parte al amor filial, intentaremos mostrar que se trata de la principal caracterización común de **todas** las declinaciones del sentimiento amoroso.

Para argumentar esa tesis y mostrar el interés heurístico y normativo de reconceptualizar la pluralidad de las manifestaciones del amor desde la incondicionalidad, procederemos en tres etapas. En primer lugar, delinearemos los grandes rasgos del amor-como-incondicionalidad bajo la forma de un tipo ideal. En segundo lugar, pondremos analíticamente a prueba ese tipo ideal a partir de una diversidad de experiencias amorosas. Por último, esbozaremos, a partir de los resultados obtenidos, algunos de los desafíos que plantea una nueva ética amorosa en torno a la incondicionalidad.

El objetivo central de este artículo es proponer una reconceptualización del amor-como-incondicionalidad. En acuerdo con la

caracterización weberiana del tipo ideal (Weber, 1973), nuestra intención es perfilar una categoría que permita teorizar la diversidad de manifestaciones de ese fenómeno social, sin que necesariamente todos los rasgos se encuentren siempre y de manera pura en todos los casos estudiados. Aunque los rasgos con los cuales se construye un tipo ideal son reales e históricos, el objetivo principal es lograr modelos abstractos que tienen como meta tipificar los fenómenos y construir marcos de análisis susceptibles de desarrollar hipótesis más que describir la realidad. Recurriremos por ello a una amplia diversidad de fuentes (literatura académica especializada, trabajos históricos, obras literarias y representaciones sociales) con el fin de construir el tipo ideal del amor-como-incondicionalidad. Las ilustraciones analíticas sobre las que nos apoyaremos no tienen por esto otra función que darle consistencia al tipo ideal esbozado y mostrar su interés heurístico.

1. El amor-como-incondicionalidad: un tipo ideal

¿Cómo caracterizar la incondicionalidad? La definición es bien conocida: un sentimiento absoluto, sin restricción alguna, sin límites, que descarta toda duda, una emoción-compromiso por la cual los individuos se dicen prestos a “dar su propia vida”. Es al alero de esa definición que por lo general la incondicionalidad se analiza como el rasgo propio y exclusivo del amor parental o filial a diferencia de todas las otras modalidades del amor.

Tal vez sea útil comenzar indicando lo que la incondicionalidad es y no es, con el fin de cuestionar ciertas representaciones.

- La incondicionalidad no quiere decir exclusividad (el amor parental puede por ejemplo destinarse a varios hijos);
- Como la precisión anterior lo indica, el amor-incondicional puede tener diferentes destinatarios, sin duda a través de

emociones que son heterogéneas (no se tienen los mismos sentimientos, proximidades o complicidades con cada una o uno de las hijas/hijos), sin que ello cuestione el carácter incondicional del amor hacia cada uno de ellos;

- O sea, si la incondicionalidad se opone a la idea de diferencias jerárquicas entre los seres amados (“se quiere por igual a todos los hijos”), se admiten declinaciones afectivas distintas de esta incondicionalidad (no se tiene la misma relación con cada uno de los hijos o padres);
- La incondicionalidad, más allá de los discursos o reglamentaciones, no es sinónimo de perdurabilidad: las relaciones consideradas como las más sólidas e incondicionales (de sangre o alianzas políticas) son en los hechos vulnerables;
- La incondicionalidad define una convicción y un compromiso de índole subjetivos, una apuesta y una fe en la fuerza de resiliencia sin bornes de nuestros sentimientos “pase lo que pase”, pero en los hechos nunca está totalmente disociada de una serie de obligaciones institucionalizadas;
- La incondicionalidad es irreductible a las solas obligaciones de un contrato. Su lógica toma más bien la forma del don (Mauss, 2013), en verdad de un circuito implícito de don contra don (“Dios se lo retribuirá”). La tácita reciprocidad de la incondicionalidad amorosa se encuentra en la base de la afirmación (muy discutible) que en el registro del amor no se puede contar o calcular;
- La incondicionalidad del amor reposa sobre una **confianza**, que se quiere absoluta, en el ser amado. Tal vez nunca la incondicionalidad de la confianza ha sido mejor retratada que por Kierkegaard (1999) al analizar la angustia de Abraham cuya fe fue puesta a prueba por Yahvé al exigirle matar a su propio hijo;

- La incondicionalidad supone asumir, de parte del sujeto que la vive y acepta, una posición de fragilidad, porque de facto la(s) otra(s) persona(s) tiene(n) un poder inmenso sobre el individuo. Esto implica exigencias éticas particulares sobre los amantes: cada uno debe luchar por desactivar el poder que dispone sobre el otro (Martuccelli, 2021, capítulo 13).

Precisada de esa manera, la incondicionalidad toma inmediatamente diferentes rostros y sobre todo amplía su perímetro potencial. En su dimensión propiamente conyugal – o incluso de amor erótico – la incondicionalidad amorosa puede ser monogámica, pero también puede buscar estructurarse a través de diversas redes afectivas o en el poliamor; y **también** puede manifestarse como lo analizaremos en las relaciones de adulterio. No es la forma, no es el número de personas (la obsesión diádica), no es necesariamente el estatus de los miembros lo que permite aprehender la incondicionalidad amorosa (basta con pensar en la fuerza de los “amores prohibidos”).

Lo que define **conjuntamente** a la incondicionalidad es, por un lado, la naturaleza **subjetiva** de los sentimientos de compromiso contraídos y aceptados, en realidad anhelados, y, por el otro lado, un conjunto de prescripciones y obligaciones morales diversamente **institucionalizado**. Tratándose del amor, existe una dialéctica más que una oposición entre la incondicionalidad subjetiva e institucionalizada.

¿Qué es, entonces, la incondicionalidad amorosa? **Una modalidad particular de convicción subjetiva y de obligación institucionalizada**: dimensiones que a **pesar** de la diversidad de las sinergias entre ellas **no siempre dan forma con el tiempo a certidumbres sociales efectivas**. O sea, si la incondicionalidad amorosa es indisociable del horizonte **imaginario** de la absoluta entrega de sí, o para decirlo con el lenguaje del lenguaje romántico, si el amor es la despreocupación por el momento del “sacrificio”, esta convicción subjetiva, como lo analizaremos, nunca es totalmente independiente

de una serie de obligaciones institucionales y morales, y tampoco necesariamente una verdad objetiva perenne.

2. Las manifestaciones plurales de la incondicionalidad amorosa

La caracterización del amor como tipo ideal de incondicionalidad ¿permite realmente dar cuenta de la **diversidad** de sus manifestaciones y representaciones? Defenderemos esta proposición a través de ejemplos concretos. La incondicionalidad amorosa, más allá de los modelos prescriptivos, se ha materializado históricamente en un gran número de formas institucionalizadas. En vez de oponer y contraponer la diversidad de las manifestaciones al modelo ideal de incondicionalidad propio a la pareja moderna heterosexual y monógama o a las relaciones parento-filiales, buscaremos mostrar la presencia de la incondicionalidad en muy variadas modalidades de amor.

2.1. La incondicionalidad y el amor conyugal

Es imperativo comenzar la reflexión desde esa figura porque tiende a ser construida como una alteridad problemática con respecto a otras manifestaciones del amor-incondicional, sobre todo en referencia al relato del amor-romántico o pasional, o el amor parental.

Si la inquietud por institucionalizar, sobre bases sentimentales y jurídicas, las obligaciones familiares (de filiación, parentales, conyugales) es una constante en las sociedades humanas, lo distintivo de las sociedades modernas ha sido la voluntad explícita de asentar la pareja conyugal y su incondicionalidad sobre el sentimiento amoroso.

Si la especificidad normativa de esa actitud es innegable, es importante sin embargo reconocer en otros periodos o áreas cultu-

rales (como lo muestra la obra maestra de la literatura japonesa, “La novela de Genji”, de Murasaki Shikibu, en el siglo X o dentro de Occidente en la época antigua) expresiones de la incondicionalidad amorosa (en contra de lo que afirmó un cierto pensamiento occidental-moderno, cf. Goody, 2010). En todo caso, incluso cuando las alianzas matrimoniales incorporaban evidentes consideraciones económicas o políticas sobre todo entre los miembros de la élite, eso jamás eliminó del todo la existencia –y el relato– de sólidas formas amorosas detrás o en la base de las relaciones nupciales.

Sin embargo, la especificidad del amor en la modernidad occidental es innegable. Por un lado, como lo veremos en el siguiente párrafo, se forjó una representación exacerbada de la tensión entre el sentimiento amoroso y las obligaciones matrimoniales en tanto que tema central de la literatura romántica desde el siglo XII (Rougemont, 1982). Por el otro lado, paradójicamente, desde el siglo XIX y a lo largo de todo el siglo XX, se impuso la prescriptiva de una conyugalidad organizada en torno al sentimiento amoroso.

Analizaremos progresivamente las consecuencias de esa normativa, pero a un primer nivel de reflexión es importante reconocer las modalidades propiamente institucionalizadas de la incondicionalidad conyugal. Prescrita por la religión (“hasta que la muerte los separe”), sólidamente encastrada en obligaciones legales (contrato matrimonial, herencias, durante mucho tiempo indisolubilidad del vínculo nupcial), se trató de una modalidad particular y altamente institucionalizada de la incondicionalidad. La certidumbre objetiva era instituida colectivamente engendrando, más allá de los sentimientos (o más allá de la muerte de los sentimientos), una forma inequívoca de incondicionalidad. Si como lo atestan tantas novelas la incondicionalidad conyugal institucionalizada pudo engendrar (y engendró) grandes odios, ello no impide reconocer, incluso en estos casos, la fuerza de esta modalidad de incondicionalidad “amorosa”.

Ante eso, el análisis de la incondicionalidad amorosa conyugal como una mera trampa patriarcal sesga la realidad. Detrás del amor incondicional conyugal (en los hechos ampliamente organizado según la crítica feminista en torno a la abnegación femenina) se manifestó la anestesia que el orden patriarcal requería para dominar a las mujeres (Millet, 1971; Dayan-Herzbrun, 1982). La oblación amorosa femenina sería la fuente de la energía y del poder social que las mujeres transmiten continuamente a los hombres y que hace posible la dominación masculina (Firestone, 1972, p. 127). Esta interpretación no sólo descuida las modalidades institucionales propiamente masculinas de la incondicionalidad (comenzando por la prescripción tradicional del hombre como “proveedor de recursos” para el hogar), sino que oblitera la presencia y exigencia de la incondicionalidad en muchas otras experiencias amorosas.

A pesar del éxito que ha tenido la fórmula del “amor líquido” (Bauman, 2003), en los hechos tanto la ley como los sentimientos, una y otros entretreídos en un conjunto de obligaciones interiorizadas, aseguran la incondicionalidad ordinaria del amor conyugal. Una sola ilustración permite deslindar con las versiones más frívolas (y falsas) de la época contemporánea: en caso de grave enfermedad de un cónyuge y a fortiori aún más tratándose de enfermedades irreversibles o mortales, la principal actitud del cónyuge sano suele ser la asunción incondicional de sus obligaciones de cuidado.

2.2 La incondicionalidad y el amor romántico

Una parte sustancial del imaginario moderno del amor contrapuso a las versiones institucionalizadas de la conyugalidad (alianzas entre grupos, intereses) la versión del amor romántico propiamente dicha. No está de más recordar la constante estructura narrativa de este relato desde el siglo XII: el amor entre dos personas es tanto más incondicional –y trágico– que el mundo se opone a sus designios (Rougemont, 1982). Si el adulterio

fue en sus inicios uno de los grandes recursos literarios de esa versión del amor-incondicional (piénsese en Lancelot y la reina Ginebra; a su manera Tristán e Isolda), esta figura está lejos de ser la única variante como lo muestra “Romeo y Julieta”. Lo realmente importante fue la construcción de la narrativa de una incondicionalidad subjetiva tanto más decidida que todo tiende a separar a los amantes o prohibir su unión.

Sin embargo, en el relato romántico, incluso en la era medieval, la incondicionalidad nunca fue sólo subjetiva. En muchas situaciones, la relación “amorosa” entre un caballero y una dama (en varias ocasiones la esposa de su Señor) sólo fue virtual. Por esto ha podido decirse que se trató muchas veces de una relación entre dos hombres, sobre la espalda de una mujer; la incondicionalidad del vínculo de vasallaje fue transmutado en amor cortesano (Duby, 2002).

Pero volvamos a la estructura narrativa del amor romántico. Lo esencial fue la construcción (incluso puede decirse la invención) de la oposición entre el amor-amante y el amor-conyugal institucionalizado. El primero reposaría sobre una incondicionalidad subjetiva libremente asumida, aunque trágica; el segundo requeriría y se asentaría sobre obligaciones institucionalizadas tarde o temprano independientes del sentimiento amoroso. Tal vez pocas veces esa tensión ha sido mejor enunciada que por Durkheim (1921), quien fue favorable a la libre elección del cónyuge, pero opuesto al divorcio: al casarse, los individuos se volvían “funcionarios de la humanidad” y debían honrar de por vida sus obligaciones familiares. Notemos, sin embargo, que si el fundamento de la incondicionalidad es radicalmente distinto según se trate del amor-romántico (libre compromiso) o del amor-conyugal institucionalizado, en ambos casos es cuestión in fine de incondicionalidad. La figura de Penélope, que espera fielmente Ulises durante 20 años, se encuentra en la articulación de ambas modalidades de incondicionalidad.

Desde su formulación inicial, la incondicionalidad fue un verdadero rompecabezas para el relato del amor romántico. ¿Cómo dar cuenta de su perdurabilidad? Las fórmulas empleadas para hacer plausible su duración han sido diversas. A veces se recurrió al enigma de “la unión de los cuerpos y de las almas”; otras, a la figura del “flechazo” de Cupido. En la mayoría de los casos se buscó simplemente escamotear el problema de la durabilidad del amor: si el amor romántico fue tantas veces trágico (Rougemont, 1982), ello se debió a una sabiduría narrativa que permitió eludir la espinosa cuestión de la duración del amor. Incluso las películas de Hollywood durante una buena parte del siglo XX tuvieron la sabiduría de concluirse en el momento mismo del beso “final” de los amantes: el *The End* de la película permitía eludir así la cuestión de la durabilidad e incondicionalidad futura de los amantes (Beck; Beck-Gernsheim, 1995).

O sea, el relato romántico construyó un imaginario particular – trágico– de la incondicionalidad. Los amantes se amaban incondicionalmente contra los obstáculos del mundo. La pasión (desde el siglo XII), a través de distintos travestidos históricos, no fue sino la señal y la prueba fehaciente, por los hechos y contra ellos, de una incondicionalidad amorosa. Si esa narrativa y prescriptiva amorosa fue dominante durante siglos, en las últimas décadas progresivamente se desarrolla un nuevo imaginario literario del amor conyugal que aborda desde los cuidados cotidianos la incondicionalidad amorosa (Barrère; Martuccelli, 2009).

En América Latina el amor romántico no estuvo del todo ausente en las representaciones, pero la dimensión socialmente transgresiva de los amantes ha tenido, todo bien medido, un tono menor. En la novela “María”, del colombiano Jorge Isaacs, una de las más exitosas ficciones de amor de la región publicada en 1867, la tragedia es producida por la muerte de la heroína, no por la imposibilidad del amor entre los amantes. En la novela “Martin Rivas” (1862), de Blest Gana, o en “Herencia” (1895), de Clorinda Matto de Turner, la aparente “mala” elección (por amor) del

cónyuge se revela con el tiempo una buena “inversión” matrimonial. También en los folletines de comienzos del siglo XX, como lo ha analizado Beatriz Sarlo (2000), el amor fue prudente: la felicidad conyugal fue sistemáticamente presentada como una declinación del conformismo social; era aceptando su condición social como los personajes obtenían un amor razonable. Décadas después, un dispositivo similar se hizo patente en muchas telenovelas: si la “Cenicienta” (varias veces la empleada doméstica) se casaba con el “Príncipe”, ello por lo general se debía a su origen inicial escondido, una verdad que la intriga ficcional paso a paso revelaba. El amor fue así menos una tragedia, que un melodrama del reconocimiento (Martin-Barbero, 2002). Lo que nos interesa subrayar con ese conjunto de evocaciones no es la “ausencia” de grandes historias de amor en la ficción latinoamericana, sino la forja de una visión distintiva de la incondicionalidad, menos trágica, pero tal vez más consistente. Probablemente nunca **este** imaginario de la incondicionalidad ha sido mejor representado que en la novela de García Márquez, “El amor en los tiempos del cólera” (1985): el relato de una interminable espera amorosa –incondicional, no posesiva y comprensiva– que se extiende durante varias décadas antes de poder concretizarse.

2.3. La incondicionalidad y la pasión erótica

Si dejamos de lado los juicios morales o la compleja cuestión de la perversión, la misma pasión erótica puede entenderse como otra manifestación del amor-como-incondicionalidad. La intensidad del deseo trasciende la mera cuestión de la exclusividad sexual. La pasión exige la posesión y/o la entrega, busca la fusión y sobre todo formas extremas de incondicionalidad.

En el marco de las sociedades modernas occidentales, esta dimensión de la incondicionalidad nunca ha sido mejor explorada que a través del imaginario del sadomasoquismo o en los juegos BDSM (bondage, disciplina, dominación, sumisión, sado-masoquismo). Ciertamente, las versiones iniciales dadas por el

Marqués de Sade en el siglo XVIII e inicios del siglo XIX (con su insistencia utilitarista en el placer y la arbitrariedad radical) están desprovistas de todo horizonte de incondicionalidad. Pero lo que la literatura posterior exploró y tantos relatos sadomasoquistas de dependencia señalan (entre “amo”/”ama” y “esclavos”) es la forja de relaciones particulares de incondicionalidad bajo la forma a veces extrema de imbricación erótica. Estas relaciones son construidas desde el imaginario de la “entrega” o la “posesión” consentidas (o sea, sin necesariamente suponer la renuncia de la libertad personal), otras veces desde construcciones asimétricas de poder y “sumisión” menos voluntarias o pervertidas (como en la novela “Historia de O”, publicada en 1954), o a través de relaciones “pedagógicas” sexuales (en relaciones que van de las menos intensas –“vainilla”– hasta las más enduercidas). Pero en varios de estos casos lo que está realmente en juego es una forma particular de incondicionalidad relacional. El éxito planetario de la novela “50 sombras de Grey” (2011) atesta de las maneras como, desde este imaginario sexual particular y sus códigos, ha sido posible recrear una modalidad contemporánea de la incondicionalidad amorosa. En su análisis de la novela como manual de autoayuda, Eva Illouz (2014) pasa al costado de esta dimensión: detrás de los juegos sadomasoquistas (relativamente *soft*) narrados en la novela lo que está en cuestión es el problema de la incondicionalidad, el consentimiento y la pasión en una sociedad de individuos.

O sea, como toda una literatura de folletines de amor lo exploró desde 1990, la necesidad de recomponer el principio del “obstáculo” propia al amor romántico en sociedades tan permisivas hacia el amor (al punto que ha podido decirse con razón que el amor es la “verdadera religión de los tiempos modernos”, Beck y Beck-Gernsheim, 1995; Martuccelli, 2016). Resultado: los escollos no son más descritos como externos a los amantes, sino recreados como una serie de bloqueos psíquicos interiorizados por los personajes de los que, justamente, la promesa del amor incondicional permite liberarse (Péquignot, 1991).

Notemos que en la variante pasional del amor-como-incondicionalidad el horizonte es menos la exclusividad que la intensidad relacional. Por importante que sea, la cuestión de la frontera entre la sumisión y la libertad escamotea o en todo caso sesga esta realidad primordial. En esas expresiones de la incondicionalidad, detrás del tema de la libertad de cada amante (considerar el juego sexual como un paréntesis temporario y circunscrito en una relación, o aceptar la contaminación progresiva de toda la relación desde esta modalidad de sexualidad) lo que está en juego es una forma distintiva de la incondicionalidad en tanto que intensidad.

Ciertamente, el tipo de incondicionalidad que se persigue en esas relaciones está en las antípodas de lo que plantea el amor romántico o cortesano, y aún más el amor confluyente (a pesar del elogio que este modelo hace de la “plasticidad sexual” –Giddens, 1992). La incondicionalidad que se busca en ese caso es más bien una variante del individualismo posesivo. Con un be-mol: la posesividad, vía la intensidad, prima por sobre la exclusividad.

Analizado desde el tipo ideal del amor-como-incondicionalidad, la idea de una franca frontera entre amores no-posesivos y realmente incondicionales como los parentales o filiales (¿cómo puede caracterizarse como “no posesivo” este tipo de amor?) y amores pasionales, altamente posesivos, intensos pero efímeros, incluso autodestructivos, y por ende no incondicionales se tambalea. La temporalidad futura (o sea el problema de la permanencia de la relación) no es el buen termómetro del tipo de incondicionalidad que se persigue en esa (y otras) manifestaciones amorosas. La exclusividad y la duración se subordinan (sin ser necesariamente antitéticas) a la cuestión de la intensidad. Es ahí donde reside la incondicionalidad perseguida.

2.4. La incondicionalidad y el problema de la exclusividad

Ahora bien, la incondicionalidad amorosa, ¿puede realmente no ser exclusiva? En la caracterización general del tipo ideal ya hemos rápidamente evocado ese aspecto, pero es necesario ser más explícitos y diferenciar entre diversos casos de figura y escollos. En los casos que analizaremos a continuación es patente que el tipo ideal, como herramienta de análisis, no tiene por vocación establecer juicios normativos, sino permitir la diferenciación entre situaciones en función justamente de distintas modalidades de incondicionalidad.

[a.] En primer lugar, el erotismo nunca dejó de conspirar contra el imaginario de la incondicionalidad conyugal (“hasta que la muerte los separe”). Sin embargo, todo bien analizado, el erotismo en sus posibles atracciones sucesivas sólo cuestionó **una** de las traducciones institucionales de la incondicionalidad, aquella que tomó justamente la forma de la exclusividad conyugal afectiva y sexual.

La tensión, leída desde esos postulados, se volvió una aporía, y en el Occidente moderno, con mayor fuerza que en otras civilizaciones o periodos, bajo claro influjo de una cierta sexofobia de origen cristiano, se instituyó una durable separación entre la necesaria y errante libertad erótica y la sedentaria y exclusiva obligación conyugal.

En las últimas décadas, en mucho bajo el influjo tanto de una oferta mercantil como de los nuevos postulados ético-relacionales del feminismo o del individualismo, las sociedades modernas redescubren (moderadamente) las prescriptivas eróticas de la Grecia antigua (Dupont, 2013; Foucault, 1984) o del hinduismo. Aquello que durante siglos fue sancionado como un pecado (el placer sexual dentro del matrimonio) se ha convertido en la gran prescriptiva de la erótica conyugal contemporánea. El placer sexual libremente consentido y explorado por los cónyuges, **den-**

tro del matrimonio, se ha vuelto el eje de una nueva normatividad erótica de lo que atesta la explosión comercial de la lencería y los *sextoys*, pero también una pronunciada erotización de la cultura *mainstream* (McNair, 2002).

El erotismo no es más considerado como el enemigo mortal de la incondicionalidad conyugal; los amantes deben por el contrario encontrar las maneras (con o sin el sostén de terapistas sexuales) de mantener “viva” la llama erótica. Sigilosamente, la cuestión de la permanencia del deseo erótico prima por sobre la temática de la exclusividad sexual del partenaire.

[b.] Asociada a la duración, más que a la exclusividad, el tipo ideal del amor-como-incondicionalidad invita a reconsiderar las relaciones extraconyugales. La diversidad de las situaciones es demasiada grande para abordarla en este artículo, pero las relaciones adúlteras nunca pudieron deshacerse realmente (no más que otras manifestaciones del amor) del tema de la incondicionalidad.

La cuestión de la errancia sexual masculina es independiente del tema del amor como lo atestigua, entre otros casos, la “conquista” de mujeres en tierras americanas por portugueses o españoles (Mörner, 1969), pero también siglos después el nomadismo sexual masculino entre los sectores populares en parte inducido por la ruptura de las solidaridades comunitarias y por condiciones laborales específicas (Salazar, 2006; Montecino, 1993). Sin embargo, en varios otros tipos de **relaciones** extraconyugales se pueden rastrear manifestaciones (y búsquedas) del amor-como-incondicionalidad.

En la corte, en Francia, durante algunos siglos, no sólo la honrabilidad de la mujer no se veía empañada por la vida amorosa o sexual independiente de su cónyuge, sino que las mismas mujeres (de la nobleza) podían permitirse desarrollar una vida sexual y afectiva ajena a su condición marital. La incondicionalidad

no fue de índole afectiva o sexual, sino estatutaria. La permanencia asegurada para ambos cónyuges era de tipo institucional: el vínculo marital (y la articulación de alianzas e intereses económicos que esto entrañaba) fue así puesto al abrigo de los devaneos del erotismo.

Ciertamente, nunca se trató de una incondicionalidad propiamente amorosa, aunque es posible que formas de amistad o de complicidad específicas se hallan desarrollado entre los cónyuges más allá de la cuestión de la exclusividad sexual (“La novela de Genji” que ya hemos mencionado abunda en ilustraciones de este tipo).

En las sociedades modernas ese tipo de incondicionalidad fue habitualmente denunciada desde la crítica artista como una expresión de la hipocresía burguesa. La normatividad conyugal burguesa (la protección de la honorabilidad y el patrimonio, a veces la imposibilidad de las desuniones) obligaba a los amantes-cónyuges a llevar, en el caso de adulterios, “doble vida”. Si el lenguaje social se cargó de juicios morales (pecado, adulterio, infidelidad, insinceridad, mentira), la gramática literaria vino en ayuda de los amantes-adúlteros en nombre de la autenticidad de sus sentimientos. Esta es la moralidad subyacente a los amores adúlteros de Emma Bovary o Ana Karenina y de sus búsquedas frustradas de una incondicionalidad amorosa que sólo parecía poder darse fuera de la unión matrimonial o con un destino trágico.

[c.] La situación que venimos de señalar parece reforzar, en medio de evidentes factores y asimetrías patriarcales, el conflicto inevitable entre la incondicionalidad institucionalizada de las obligaciones conyugales y las errancias del deseo erótico entre amantes.

En ese marco toma forma una tensión específica entre la incondicionalidad y la arbitrariedad, tal vez nunca tan extrema como en la representación del patriarca polígamo, amo y señor de tierras, mujeres, niños, esclavos. Gilberto Freyre (2013; 2016) ha dado

una visión particular y polémica, altamente racializada, de ese entrelazado de relaciones. Reconociendo la evidente violencia presente en esas relaciones, exploró lo que generaba el arbitrario poder patriarcal, hacendario y polígamo (sodomasoquismo; maltratos de la esposa legítima hacia las concubinas, cf. Aidoo, 2018). O sea, si un rasgo caracteriza a este tipo de poligamia patriarcal es la ausencia de todo lazo de incondicionalidad entre el patrón y sus diversas concubinas. Aquí reside el núcleo de la violencia sufrida y la razón de la omnipresencia de la denuncia de abusos y violaciones presente por ejemplo en la literatura indigenista latinoamericana. Lo que desdice la incondicionalidad no es empero la exclusividad o no de los lazos; sino el hecho que la fortuna (y por lo general el infortunio) de las amantes repose exclusivamente sobre el poder arbitrario del patrón. Es probable que en algunos casos antiguas concubinas hayan terminado siendo mejor tratadas, asociadas al trabajo dentro de la Casa Grande o la hacienda, pero ello era potestad exclusiva del hacendado. Caso extremo que muestra hasta qué punto toda idea de amor es imposible en ausencia de algún tipo de incondicionalidad.

Ese tipo de poligamia patriarcal se diferencia por eso de otras modalidades de poligamia, inscritas y reguladas desde la tradición. Obviamente, es innecesario decirlo, se trata de prácticas enmarcadas por una evidente dominación masculina que genera una serie de tensiones, celos, humillaciones y rivalidades entre las distintas mujeres. Sin embargo, como la literatura etnológica lo muestra, esto no impide, sin menoscabo de las relaciones de poder patriarcales, la gestación de sentimientos y de cuidados entre las diferentes mujeres, cada cual con su jerarquía respectiva (la “primera”, la “favorita”, etc.). La incondicionalidad institucionalizada se desliga de la incondicionalidad afectiva: la(s) unión(es) reposa(n) sobre un conjunto de obligaciones institucionalizadas del hombre polígamo hacia sus diferentes mujeres e hijos.

Aún más que en los casos anteriores estamos muy lejos de toda incondicionalidad amorosa subjetiva, pero todo bien analizado

el problema es de grado y no de naturaleza. Detrás de esa diversidad de modalidades subyace la misma necesidad de institucionalizar la incondicionalidad de los vínculos “amorosos” conyugales.

[d.] En su dimensión propiamente afectiva los celos son irreductibles a la mera inseguridad, y esta a su vez insoluble en la incondicionalidad amorosa. Sin embargo, sin menoscabo de estas dimensiones es posible pensar que los celos tienen una geografía específica: su presencia en la literatura o en los relatos biográficos varía según las sociedades –más activos en la sociedad chilena, por ejemplo, que en la francesa (Martuccelli, 2006; Araujo; Martuccelli, 2012).

Si nos circunscribimos al caso latinoamericano, es posible formular la hipótesis que el vigor de los celos (repetámoslo: más allá de consideraciones emocionales) refleja la vulnerabilidad de las posiciones sociales. En verdad, una manifestación de la tensión entre sociedades culturalmente modernas en las cuales los individuos tienen por un lado cada vez más anhelos de autonomía e independencia, y, por el otro, la conciencia de la insuficiencia de los soportes para lograrlos. Existe en este sentido –aún por escribirse– una historia social de los celos, diversa según sea cuestión de la errancia sexual masculina en los siglos anteriores (de lo que atesta el importante número de hijos “ilegítimos” en la región desde la conquista) o de las aspiraciones de frágil autonomía propias a las sociedades contemporáneas.

Es en ese punto que la cuestión de los celos cruza el problema de la incondicionalidad. La idea no es descabellada. Muchos amantes han buscado a lo largo de la historia (o de las ficciones) instituir pactos de incondicionalidad conyugal que, si nunca extirpan del todo los celos, logran en parte neutralizarlos. Lo esencial: la seguridad amorosa exige algún tipo de incondicionalidad. Esta puede ser como ya lo hemos analizado de tipo institucional (el matrimonio), pero también puede tomar la forma de un pacto

(un juramento) entre los amantes. Este fue el acuerdo sellado, por ejemplo, entre Simone de Beauvoir y Jean-Paul Sartre en la década de 1930: la seguridad de su incondicionalidad recíproca les permitió una serie de licencias sexuales. Este es el tipo de acuerdo de incondicionalidad que el escritor Philippe Sollers suscribió con una de sus amantes: todos los años, el mismo día, se encuentran en Venecia.

La institución de esa modalidad de incondicionalidad nunca está exenta de *vaudevilles*. El lazo Sartre-Beauvoir y la profusión de sus amantes respectivos, siempre claramente jerarquizados y subalternos a su propia relación, se asemeja mucho a la vida sexual-amorosa de los monarcas en siglos anteriores (o a una variante temprana del poliamor). Con un bemol: el pacto entre ellos se basó en una modalidad de incondicionalidad que definieron como “auténtico” en contra del orden burgués y sus hipocresías. Un pacto que no impidió los juicios, ni entre ellos, ni hacia sus amantes respectivos, como lo hace Simone de Beauvoir, en “La ceremonia del adiós” (1981), al escribir acerca de las últimas relaciones de Sartre, ya viejo y enfermo, que sus amantes eran cada vez menos interesantes y más interesadas...

Analizar el amor desde la pluralidad de sus manifestaciones de incondicionalidad invita a renovar las lecturas de las relaciones adúlteras. Si la cuestión del poder patriarcal fue durante siglos manifiesto y bien subrayado, la economía subjetiva de la infidelidad se revela más compleja leída desde el horizonte de la incondicionalidad y la **diversidad** de sus declinaciones. La esposa era sin duda en su vejación sentimental y social la víctima del poder patriarcal; pero ello no le quitaba el usufructo incondicional de una serie de protecciones institucionales y estatutarias. Una forma de “incondicionalidad” sostenida tanto por mecanismos jurídicos como por controles sociales informales. Ciertamente, esas modalidades de incondicionalidad tenían muy poco que ver con el sentimiento amoroso, pero no fueron menos por ello formas efectivas de incondicionalidad conyugal institucionalizada.

Por ello la verdadera figura de alteridad al amor-como-incondicionalidad se encuentra en la inconstancia serial de las conquistas o aventuras sexuales. Don Juan, el Guapo o el machismo en sus declinaciones masculinas; la Coqueta, la Frívola o la Femme fatale en sus manifestaciones femeninas. En los dos casos, más allá de la pasión momentánea que esas figuras pueden producir, la ausencia de todo horizonte de incondicionalidad afectiva las convierte en figuras opuestas al tipo ideal del amor. Son “aventuras”, o sea, paréntesis dentro de una trayectoria.

[e.] También es a través de la incondicionalidad como desde el poliamor se piensa la cuestión de los celos. Probablemente existe al respecto una cierta ingenuidad poliamorosa. Aunque no se lo afirme abiertamente, el poliamor se declina infinitamente mejor en la clave del amor confluyente de baja intensidad que en el registro del amor-pasión. Pero dicho esto, lo que nos interesa subrayar es que el proyecto del poliamor reposa in fine en una modalidad de incondicionalidad amorosa que busca construirse más allá de la exclusividad erótica. En esto, a su manera, se reconceptualiza una de las grandes características de la amistad y del amor homosexual masculino, los que durante mucho tiempo se estructuraron enfrentando los celos, pero rechazando la exclusividad sexual (Eribon, 1999), antes que una concepción más monogámica tienda a imponerse. Pero lo esencial se jugó otra vez a nivel de la incondicionalidad: ¿cómo olvidar que los espartanos iban al combate con sus respectivas parejas masculinas con el fin de mejor defenderse en el combate?

Aunque tienda a presentarse y publicitarse como una novedad, el poliamor no es por eso sino un aggiornamento de muy viejas manifestaciones de la incondicionalidad amorosa. Al fin de cuentas, la cuestión de la amante (el género es importante) se pensó tradicionalmente más desde consideraciones estatutarias que afectivas. Su sufrimiento se derivó de su no-reconocimiento social y de su situación de marginalidad familiar. Sin embargo, en las relaciones extraconyugales **durables**, esto no

impidió en muchos casos, a través de modalidades específicas, la expresión de varias formas de incondicionalidad (hijos, transferencia de patrimonio, sostén material). Los juicios normativos no deben impedir el análisis sociológico de los tipos de incondicionalidad que se tejieron en las relaciones extraconyugales largas, en medio de consentimientos y dolores, humillaciones y felicidades (para un análisis sutil de esta realidad, cf. Garcia, 2016). La asimetría de poder entre los géneros era (y en mucho sigue siendo) evidente, pero, incluso dentro de este marco, el cónyuge adúltero tenía que dar gajes de la incondicionalidad de su vínculo (como tantos textos literarios lo relatan, varios hombres hacen o toleran cosas de sus amantes que no admiten de sus esposas). Al respecto un cambio de época se advierte: para un número creciente de mujeres en ciertas sociedades, al amparo de una mayor independencia económica, las situaciones durables extraconyugales tienden a ser desestimadas por razones estatutarias, pero también por los sinsabores cotidianos engendrados por la ausencia física del amante (Kaufmann, 1999).

La ética del poliamor se inscribe y a la vez intenta subvertir ese tipo de relaciones. En contra de los silencios de la hipocresía burguesa o las exigencias de la exclusividad sexual, intenta recomponer la incondicionalidad amorosa desde y a través de la sinceridad consentida entre diversos amantes. La incondicionalidad estaría garantizada por la transparencia. Es el gran punto de pregnancy de la ética del poliamor (Veaux; Rickert, 2014): todos deben estar al corriente de todo, todos deben (no sin tensiones, dolores, conflictos, celos) consentir, todos participan “sin jerarquías” en una misma red afectiva. Como en toda prescriptiva amorosa, el poliamor ha construido su propio mito, algo que los testimonios no han tardado en desmontar señalando la ilusión de un poliamor respetuoso, sin tensiones, gracias a una perfecta reciprocidad y equidad sentimental (Vasallo, 2018), en medio de una red afectiva sin jerarquías. En los hechos este **imperativo** de igualdad está lejos de concretizarse.

Tanto más que los celos no son únicos, ni principalmente sexuales (los celos hacia la sobre-implicación profesional del cónyuge son mucho más frecuentes e insidiosos, cf. Singly, 2002). Lo que irrita en esos casos no es la pérdida de exclusividad e incluso de prioridad, sino la posible puesta en cuestión de la incondicionalidad. Lo que no es lo mismo y no da igual.

¿Qué resultado extraer de ese conjunto dispar de consideraciones? Que la incondicionalidad amorosa no es soluble en la temática o el imperativo de la exclusividad.

2.5. La incondicionalidad y el amor parental

Lo desarrollado hasta aquí invita a cuestionar la supuesta diferencia **radical**, a causa en mucho de la sexualidad, entre el amor parental o filial y el amor conyugal o erótico. La verdadera incondicionalidad sólo existiría a nivel del amor parento-filial: una opinión refrendada en varias encuestas (Ceberio; Ungaretti; Agostinelli, 2020).

De entrada, a propósito de la incondicionalidad lo que hemos señalado acerca de Durkheim y el matrimonio (partidario de la libertad de elección del cónyuge, pero opuesto al divorcio) se revela con aún más fuerza tratándose del amor parental. Cualquiera que sea el anhelo de los individuos y sus convicciones en lo que respecta a la solidez de sus sentimientos, el compromiso parento-filial está enmarcado y garantizado por obligaciones legales institucionalizadas.

Más allá de las evoluciones registradas (divorcios, separaciones, familias recompuestas, diversidad de uniones) la preocupación por la imprescriptibilidad e incondicionalidad del lazo parento-filial es muy visible a nivel de la ley. Ciertamente, esta obligación se basa en la existencia de un sentimiento amoroso recíproco e indestructible entre padres e hijos (una representación que durante siglos estructuró el denominado instinto materno). Sin embargo, cualquiera que

sea la veracidad de ese sentimiento, la ley organiza precisa y coactivamente la incondicionalidad de las obligaciones parento-filiales. Es así como, por ejemplo, el lazo de filiación sanguíneo (con matices y variantes según los países) goza de un privilegio, en parte por razones de incondicionalidad, sobre otras modalidades de filiación o adopción electivas. Y en los casos de parentalidad recompuesta, la ley busca progresivamente en varios países garantizar la incondicionalidad del vínculo de las madrastras y padrastros con las hijas e hijos fruto de uniones precedentes de sus cónyuges, instituyendo la continuidad del lazo parento-filial recompuesto independientemente de la fortuna o infortunio de la conyugalidad recompuesta (Théry; Leroyer, 2014). Sin embargo, por el momento tanto en el derecho como en los hechos los lazos parento-filiales sanguíneos son considerados como más incondicionales –o sea más inmunes a las rupturas o los conflictos– que los lazos parento-filiales recompuestos (Cadolle, 2000; Martuccelli, 2007).

En todo caso, a pesar de la importancia de las medidas institucionalizadas, la incondicionalidad parento-filial es menos “sólida” de lo que muchas veces se sobreentiende. Ya hemos hecho referencia a la realidad de hijos abandonados o ilegítimos, pero a ello hay que añadirle el importante número de personas que no pagan las pensiones alimenticias en caso de separación (más allá de los argumentos avanzados, un tercio de las pensiones alimentarias no fueron pagadas en Francia en el 2020). O sea, a pesar de la fuerza de tantas representaciones colectivas, existe un número significativo de amores parento-filiales supuestamente incondicionales que se revelan ante la prueba de los hechos mortales y condicionales. El terror parental a la ingratitud o el odio de los hijos/hijas es una constante literaria desde “El Rey Lear”, de Shakespeare, y un tema muy presente en las novelas de Balzac o Mauriac (piénsese de este último por ejemplo “Nido de víboras”).

La conclusión cae de suyo: la supuesta incondicionalidad del amor parental no sólo no se verifica forzosamente en los hechos, sino que hoy como ayer no es nunca un sentimiento simplemen-

te “libre” y “electivo”. La incondicionalidad del amor parental, aún más que el amor conyugal, está firmemente encorsetado por la ley. Una forma de seguridad jurídica que muchas veces poco tiene que ver con la supuesta incondicionalidad “instintiva” de los sentimientos amorosos parentales subjetivos.

¿Exagerado? Si la ley hoy en día permite el divorcio (o sea, la legítima puesta en cuestión de la incondicionalidad del amor entre cónyuges), el “divorcio” con los hijos no está contemplado en la ley. No es anecdótico: si el deseo de una vida más autónoma, más recentrada sobre ellas mismas, menos sacrificial, incluso el anhelo –tan difícil de reconocer o enunciar– de un sinsabor maternal está presente en varias mujeres (Martuccelli, 2006), estos sentimientos no tienen, hoy por hoy, ningún tipo de canalización institucional (Chollet, 2018).

Lo que venimos de afirmar acerca de la incondicionalidad del amor parental también se verifica en otras relaciones familiares, consanguíneas o por alianza. En América Latina la incondicionalidad es así por ejemplo puesta a prueba, con frecuencia, por tantas dificultades económicas o de salud, pero también lo ha sido desde el siglo XIX a nivel de la vida política. La regla: las oposiciones ideológicas a veces muy álgidas entre liberales y conservadores decimonónicos tenían que subordinarse a las obligaciones familiares. Esto da cuenta, todo bien medido, de las protecciones intra-elitarias entre familiares; esto da cuenta también de la excepcionalidad de las experiencias dictatoriales de la década de 1970 en las cuales la exacerbación de los enconos ideológicos hizo que, en los hechos, ciertos familiares dejaran de asistirse entre sí en un contexto de persecución. En sentido inverso, por supuesto, la movilización de los familiares (primero las Madres, luego Abuelas o Hermano/as de detenidos-desaparecidos) fue la expresión de una incondicionalidad familiar.

No son experiencias aisladas. Desde otras bases, eso es lo que está en el corazón de la tragedia griega “Antígona”. O sea, la in-

condicionalidad de los lazos familiares es uno de los grandes desafíos a los que se ven sometidos los sistemas universales de normas y leyes: en muy diversas culturas, sociedades y periodos, el “familialismo amoral” testimonia cómo los individuos en los hechos se muestran más inclinados a respetar la incondicionalidad de sus obligaciones familiares que las leyes (Banfield, 1958).

El amor parento-filial, aún más que la conyugalidad, también permite avizorar dimensiones sombrías de la incondicionalidad: el vigor del vínculo no protege de perversiones o sufrimientos, como lo atestó la antipsiquiatría hace décadas (Cooper, 1998) o lo muestra, todos los días, el trabajo de tantos terapeutas. El ideal de la incondicionalidad amorosa no está más allá de lo normal y lo patológico.

2.6. La incondicionalidad y la amistad

Desde la teorización de la amistad como ágape, su vínculo con el amor no ha dejado de ser objeto de reflexión. ¿Dónde y cómo trazar la frontera entre ambos sentimientos? Muchas veces, el erotismo –no consumado– hace oficio de frontera; pero como tantos amores-amistades lo indican se trata de una frontera bastante porosa.

Repensar la amistad como una variante del tipo ideal del amor-como-incondicionalidad invita a acentuar otras características. En toda verdadera experiencia amical la incondicionalidad es un requisito indispensable, pero esta incondicionalidad se modula desde un registro particular. O sea, lo esencial no se juega a nivel de la incondicionalidad –siempre presente en toda relación atravesada por el amor–, sino en la especificidad de sus manifestaciones. En este sentido, no es posible limitar la incondicionalidad únicamente a los cuidados, sostenes o ayudas que suelen prodigarse dentro de los perímetros familiares o conyugales.

Aunque los individuos suelen definir a sus amigos como las personas “con las que se puede contar en caso de dificultad” o como aquellos “a quienes se puede contar todo”, la verdad está muy lejos de ambos asertos (Martuccelli, 2006; Araujo; Martuccelli, 2012, tomo 2). Por un lado, porque en la estructura de las obligaciones propia a las relaciones sociales hoy en día, la familia (nuclear, pero también ampliada), y no la amistad, es el primer soporte de los individuos en caso de dificultad –una realidad particularmente acuciante en América Latina. A lo más el soporte amical puede ser en ciertos casos movilizado de modo extraordinario; el recurso a las ayudas familiares es ordinario y frecuente. Por el otro lado, porque la confianza y la intimidad amicales están lejos de construirse sobre la transparencia: contrariamente a lo que se afirma –o cree– los amigos “no se dicen todo” (algo que la película italiana “Perfectos desconocidos” y sus decenas de remakes en el mundo ilustró a cabalidad).

La incondicionalidad amical es de otra índole. Ya en la adolescencia, el amigo es “aquél en quién se puede confiar”, a quién se puede contar secretos, pero es sobre todo aquél que goza de una genuina y tolerada posibilidad de crítica. El amigo adolescente es un crítico benevolente (Dubet; Martuccelli, 1998). Este rasgo se prolonga y renueva con el paso de los años: el pilar de la incondicionalidad amical reposa en la garantía subjetiva que “pase lo que pase” su juicio será benevolente, porque sabrá tener en cuenta y sopesar la diversidad de nuestra personalidad o historia. Esto es lo que subyace de cierto en la frase que los “amigos nunca nos abandonan”: los “verdaderos” amigos, incluso cuando desaprueban nuestras conductas, permanecen fieles en sus sentimientos.

Todo bien analizado, la incondicionalidad amical no es por eso menos firme que otras modalidades de la incondicionalidad amorosa; simplemente las expectativas subjetivas y las obligaciones institucionalizadas no son las mismas. La incondicionalidad se construye a través de la permanencia de la estima y la

complicidad, puede también tomar la forma de una particular lealtad hacia una etapa de nuestra propia vida (los “amigos fósiles” a los que nos unen sentimientos incondicionales forjados en etapas anteriores de nuestras existencias, cf. Pahl, 2000). Es este tipo de incondicionalidad la que debe revelarse, si la ocasión lo exige, indestructible más allá de lo que la persona haga. Lo que no implica ninguna suspensión del juicio; al contrario, el amigo siempre es un crítico comprometido. Lo que sí exige, incluso en casos in extremis la amistad-como-incondicionalidad, es una forma de hermenéutica: “perdono, porque comprendo”, para retomar la expresión de Anatole France.

La incondicionalidad de la amistad reposa, infinitamente más que el amor parento-filial o conyugal, sobre compromisos fundamentalmente **subjetivos**. En los hechos está escasa o nulamente enmarcada por obligaciones legales; e incluso las obligaciones morales entre amigos (lealtad, traición) están subordinadas a la vigencia de los sentimientos.

Señalemos de paso: la incondicionalidad que estructura las relaciones de amor también desborda el mero especismo humano. ¿Cómo no reconocer la incondicionalidad del amor hacia tantos animales de compañía, tantas veces presentados como un “miembro más de la familia”? Aquí también las modalidades son diversas, pero la incondicionalidad del lazo es la prueba de la fuerza de los sentimientos. Muchas personas en situación de calle desarrollan, por ejemplo, muy sólidos vínculos con su animal de compañía y de vida. Una incondicionalidad afectiva que progresivamente la ley prolonga, instituyendo obligaciones e imponiendo límites y sanciones al maltrato animal. Una incondicionalidad afectiva que contrasta con la actitud de aquellos que, como es el caso en Francia, abandonan todos los años sus mascotas para poder partir “sin problemas” en vacaciones (versión inter-especies del abandono de hijos). Aquí también el tipo ideal de la incondicionalidad permite diferenciar entre las conductas.

2.7. La incondicionalidad: el *care* y la caridad

En las últimas décadas, en parte al alero del feminismo, ha tomado fuerza una nueva representación de la incondicionalidad amorosa en torno al *care* (Molinier et al., 2009). Amar es cuidar de alguien. La polisemia del término *care* permite así reconocer, mejor que muchos otros, lo que de común hilvana al amor parental o filial con el amor conyugal o erótico. Las modalidades de este cuidado son muy diversas, pero en todos los casos el punto nodal reenvía a una forma particular de incondicionalidad que se construye más desde la certidumbre cotidiana de los cuidados y la garantía subjetiva de los apoyos que desde el reconocimiento o las obligaciones estatutarias.

El amor-care es una prueba cotidiana, diariamente renovada, de una incondicionalidad relacional. Poco importa en el fondo la forma en la cual esta se expresa (la heteronormatividad monógama, el “doble estándar” o el poliamor), lo esencial son los cuidados que se prodigan entre sí las personas que se aman. Aunque varias teóricas del *care* tiendan a desvalorizarlo o a no considerarlo a causa de una visión de los cuidados de tipo más bien interactivo (compromisos afectivos, don de tiempo, sostén), es posible interpretar la concepción tradicional del hombre como “proveedor de recursos” como una variante masculina de la incondicionalidad. En todo caso, la incondicionalidad amorosa es irreductible a los cuidados. Si estos son muchas veces la prueba de una incondicionalidad, no son nunca la única manifestación posible (y varias veces pueden incluso ser la expresión de conductas meramente ritualistas, cf. Merton, 1965).

El amor-como-incondicionalidad también se manifiesta bajo formas más abstractas. Aunque a veces se deniegue o se cuestione la dimensión amorosa de estos vínculos, desde el tipo ideal no existe razón para hacerlo. Una vez más, sólo estamos delante de otra manifestación de la incondicionalidad amorosa que

en este caso abraza causas universales y abstractas (el amor de Dios o por la humanidad).

Todo opone el *care* y la caridad en tanto que figuras de la incondicionalidad amorosa. Si la primera se materializa en los cuidados concretos prodigados, la caridad es una forma de amor general incondicional basada en una emoción que puede incluso disociarse de toda individualidad. En la tradición occidental su principal expresión es tanto el amor de Dios hacia la humanidad como el amor del creyente hacia Dios. Una forma de incondicionalidad que se expresa a través del amor hacia el prójimo. La caridad como amor-incondicional se materializa así en un conjunto de actos que apunta al bien de los otros; una actitud que es tanto la expresión de una libertad personal como de una obligación moral. Muy activa en el cristianismo y aún más en el islam, la caridad privilegia a los pobres, a los olvidados, a los cuerpos sufrientes: una forma de amor entrelazada con una concepción particular de la vulnerabilidad humana (Martuccelli, 2017a).

A través del amor incondicional hacia Dios se forja una postura que abrazando una forma de amor universal termina paradójicamente por materializarse en manifestaciones de caridad altamente personalizadas que pueden incluso entrar en tensión con el ideal abstracto e imparcial de la justicia. La incondicionalidad de la caridad es independiente de las calidades de los que sufren.

2.8. La incondicionalidad y el amor a sí mismo

Todas esas expresiones del amor pueden ser puestas en tensión por otra manifestación de la incondicionalidad amorosa, la fidelidad a sí mismo. Incluso dejando de lado la cuestión del narcisismo primario, el tema está lejos de ser una novedad y varios términos por lo general con un tinte negativo han dado cuenta de esta modalidad en el pasado: egoísmo, egolatría, egotismo, amor propio, amor de sí. Sin embargo, una novedad también se advierte en este registro: según una cierta prescriptiva amoro-

sa contemporánea la incondicionalidad hacia sí mismo prima (o debe primar) por sobre la incondicionalidad hacia la persona amada o las figuras sacrificiales de sí.

Las variantes de esa prescriptiva de la incondicionalidad son muy diversas. François de Singly (2000) ha analizado la manera como en muchas parejas esa nueva exigencia de incondicionalidad desemboca en el ideal de permanecer “libres juntos”, en la necesidad de tener que armonizar proyectos, en la voluntad preservar un espacio personal dentro de una unión conyugal o una familia, en la necesidad de los padres de respetar los caminos personales elegidos por los hijos (Singly, 2006), en la cristalización del horizonte del divorcio cuando las evoluciones individuales alejan a los amantes entre sí (Singly, 2011). En todos los casos, prima una prescriptiva amorosa organizada en torno a una incondicionalidad hacia sí mismo.

Lo propio de esa modalidad de incondicionalidad es cuestionar la figura, implícitamente sacrificial del yo, propia al amor-fusión (Martuccelli, 1995, capítulo 1; Chaumier, 1999, 2004). El amor incondicional hacia sí supone otras formas relacionales. El denominado amor confluyente o terapéutico, pero también las relaciones de baja intensidad (o “frías”), es un buen ejemplo de lo anterior. Las modalidades amorosas analizadas (¿o prescritas?) bajo este marco por Giddens (1992) o Illouz (2007) se inscriben dentro del horizonte indisociablemente político y terapéutico de esta figura particular de la incondicionalidad: el blanco de sus críticas es el imaginario de la fusión amorosa y el relato del amor romántico como entrega absoluta de sí; el objetivo detrás del cuestionamiento de las asimetrías de poder dentro de las parejas es la institución de un horizonte de relaciones puras o de afecciones enfriadas, libremente asumido y subordinado a la incondicionalidad de cada amante hacia sí mismo. En esos trabajos, cuya validez ha sido cuestionada empíricamente (Jamieson, 1998), el ideal político de la igualdad dicta la estructura del amor conyugal y la relación a sí mismo prima sobre la relación con el otro.

Sin embargo, es posible pensar que el cuestionamiento de las probablemente siempre inevitables asimetrías afectivo-relacionales entre cónyuges, en nombre de una visión ético-política igualitaria y del ideal de la incondicionalidad hacia sí mismo, se revela incapaz de dar cuenta de lo que la incondicionalidad amorosa supone, sino en términos de oblación de sí, por lo menos de obligación moral. Al patologizar toda relación afectiva asimétrica o toda dependencia afectiva, el ideal del amor confluyente es un nuevo nombre para designar relaciones conyugales de baja intensidad (o en todo caso, marcadas por sentimientos bien temperados y cálculos bien consentidos).

Se trata sin duda de una nueva representación del amor bajo la impronta del individualismo. Si en el pasado la incondicionalidad amorosa se construyó en torno al otro (tanto en la narración trágica del amor romántico como en el amor materno), en esa nueva versión la incondicionalidad se construye en torno a la individualidad de cada cual. El film “La la land” (2016) fue una representación explícita de este nuevo imaginario de la incondicionalidad: puestos a elegir, los amantes –cada cual a su manera– bifurcan en su trayectoria con el fin de permanecer fiel a sus proyectos personales. La separación deja de ser una tragedia romántica; es la prueba de una recíproca fidelidad –incondicionalidad– consigo mismo.

Surge una ética amorosa que se construye más en torno a la autenticidad consigo mismo que en referencia a una sinceridad pública (Trilling, 1994). La distinción no es anodina. Si el poliamor es una propuesta de restructuración del sentimiento amoroso desde la sinceridad, la incondicional fidelidad a sí mismo se apoya sobre exigencias de autenticidad.

Sin embargo, si la representación del amor desde la incondicionalidad hacia sí mismo es muy novedosa bajo ciertos aspectos, esto no debe llevar a desconocer su presencia en otras épocas y bajo otras modalidades. Si la incondicionalidad actual consigo

mismo se presenta como ampliamente laicizada, en los siglos anteriores hubo manifestaciones análogas: como lo hemos señalado a propósito de la caridad y como se dio en tantas otras vidas-testimonios de monjes o ermitaños. Detrás de lo que muchas veces sólo se percibió como un compromiso subjetivo incondicional hacia Dios, hubo un conjunto de soportes institucionalizados (comenzando por los conventos). Detrás del “matrimonio con Dios” subyacía una forma extrema de incondicionalidad con la propia fe y diversos repertorios institucionales.

Obviamente, secularizar el ideal de la incondicionalidad amorosa hacia sí mismo exacerba ciertas tensiones sociales. El conflicto entre la fidelidad a sí mismo y las obligaciones familiares engendra nuevas dificultades: si durante siglos se logró (bien que mal) canalizar y subordinar la incondicionalidad a las obligaciones conyugales, progresivamente la incondicionalidad y la fidelidad consigo mismo se convierten en una aspiración problemática y legítima en las sociedades contemporáneas (Singly, 2000).

3. Hacia una nueva ética de la incondicionalidad amorosa

El tipo ideal del amor como incondicionalidad permite trazar una frontera analítica entre distintas experiencias amorosas independientemente de la naturaleza de las relaciones o del estatus de los partenaires. Lo que define al amor, en cualquiera de sus manifestaciones, es un principio de incondicionalidad. Lo que caracteriza a la ausencia del amor, en todas sus manifestaciones, es el quiebre de la incondicionalidad.

La categorización del tipo ideal del amor como incondicionalidad desborda la división entre sentimientos e instituciones. Lo que revelan los análisis que hemos efectuado es que el amor, como fenómeno social, es tanto convicción subjetiva como compromiso institucionalizado. Ciertamente, en algunos casos –piénsese en los relatos del amor romántico o el amor libre– esa dualidad

fue contrapuesta, pero en los hechos las más de las veces lo que prima es una complementariedad, nunca desprovista de asperezas. Es esta articulación lo que permite aprehender el tipo ideal del amor incondicional a través de una serie de declinaciones en los amores parento-filiales, conyugales, adúlteros, las amistades o la caridad. Jamás realmente equidistante de ambas dimensiones (la subjetiva, la institucionalizada), la incondicionalidad del amor se construye en su confluencia y en las tensiones de su confluencia.

Consecuencia: entre dos absolutos difíciles de lograr, se diseña el horizonte de posibilidad de una nueva ética amorosa basada en la incondicionalidad. Por un lado, la renovación de formas de incondicionalidad basadas en obligaciones institucionalizadas – un aspecto que, en las sociedades contemporáneas, contradice o matiza la creciente aspiración de los individuos por los vínculos electivos. Por el otro lado, el mantenimiento de una incondicionalidad esencialmente basada en las emociones, los compromisos subjetivos, la pasión –sentimientos y afectos que se revelan varias veces frágiles e inconstantes.

La reconsideración analítica que hemos efectuado desemboca así en una cuestión normativa. ¿Cómo refundar en una sociedad en la cual tanto la(s) pareja(s) como la(s) familia(s) son crecientemente evaluadas desde el tamiz de la singularidad personal (Martuccelli, 2010, 2017b) la consistencia de la incondicionalidad amorosa? Empezando por reconocer que la incondicionalidad amorosa no puede ser ni pura obligación jurídica, ni puro compromiso sentimental. La oposición entre estos dos términos sólo ha engendrado impases.

El amor-como-incondicionalidad pasa por una ética distinta que puede asociarse con los casos de figura en los cuales los individuos, como Ulises ante el canto de las sirenas, buscan ligarse a sí mismos, o sea, comprometer **libremente** sus acciones **futuras** (Elster, 2000). Por supuesto, como lo muestran los avatares

de las historias individuales, todas las ligaduras, todos los compromisos, están sujetos a revisión. Pero esto no supone hacer de la incondicionalidad amorosa una manifestación compulsiva o imperativa del honor, del respeto de las obligaciones o de las cláusulas de un contrato.

Puede parecer extraño decirlo de esta manera, pero la incondicionalidad-del-amor está lo más lejos posible de toda mala fe (una mentira a sí mismo sobre la fuerza de los compromisos), pero rara vez alcanza la plena verdad de una certidumbre. Es en este claro-oscuro de obligación y autenticidad que vive, se renueva y se declina la incondicionalidad amorosa.

A pesar del vigor de las representaciones y de las promesas (institucionales y subjetivas) de incondicionalidad, los amores humanos tienen en los hechos declinaciones diversas, a geometría y temporalidad variada. Todo bien analizado las representaciones acerca de la perennidad del amor parental, del instinto materno, de la exclusividad monógama, del imaginario del “flechazo”, de la unión matrimonial “para siempre” y sobre todo del amor romántico trágico sólo son lecturas/traducciones parciales y sesgadas de un **ideal** de incondicionalidad amoroso humano, siempre demasiado humano.

El horizonte ético de la incondicionalidad amorosa no debe oponer los compromisos subjetivos e institucionales; se debe buscar, por el contrario, paliar y articular conjuntamente sus falencias y coerciones. Por supuesto, en abstracto, las dos fuentes de la incondicionalidad, la subjetiva y la institucional, se tensan entre sí; pero en los hechos los destinos son diversos: a veces se refuerzan, otras se debilitan recíprocamente. No es por supuesto una novedad. Pero el desafío se plantea hoy en día de manera más agónica. Aquí está la diferencia. Se toma conciencia que el reto no es resuelto ni por el matrimonio, ni por la conyugalidad monógama, ni por la red afectiva poliamorosa, ni por el amor romántico, ni tan siquiera por el deber parento-filial.

Pero eso no impide pensar nuevas libertades institucionalizadas. Curiosamente, de todas las relaciones de incondicionalidad contemporánea, la amistad, a pesar de su habitual resiliencia, es una de las más frágiles. La razón es fácil de enunciar: la amistad es el auténtico reino de la libertad relacional. Infinitamente más que la conyugalidad o la parentalidad, su sobrevivencia anida en la recíproca convicción subjetiva de la perennidad de la amistad. Posible novedad de nuestra época: frente a las desvinculaciones amorosas y familiares, es posible que se vuelva necesario reconocer legalmente modalidades amicales de unión entre los individuos sin importar su género, las edades o el número. Sobre todo, el número. Legalizar formas diversas de asociación entre individuos (digamos un grupo como el de la serie “Friends”), le daría también a la amistad una base de incondicionalidad institucionalizada. Ciertamente, la amistad siempre supo pasarse de ella; pero los tiempos han cambiado y un número creciente de individuos, en diversos momentos de sus vidas, se sostienen en el mundo gracias a un entramado particular de amistades y relaciones (Martuccelli, 2007). No le compete al Estado circunscribir o definir el tipo de vínculo entre ellos (amistad, poliamor, comunidad, fraternidades); pero es responsabilidad de las instituciones abrir este posible soporte de incondicionalidad.

En el origen del desafío ético contemporáneo de la incondicionalidad se encuentra la individualidad. El otro siempre es una “asperidad” imposible de erradicar. Una resistencia. El imaginario totalitario del amor-como-fusión, pero también la institucionalidad coactiva e indisoluble del matrimonio o los instintos parento-filiales pensaron poder encorsetarlo. Esfuerzo inútil.

En las sociedades contemporáneas, la incondicionalidad amorosa sólo puede ser una promesa anhelante de certeza que se (com)prueba ante los desafíos de la vida. El milagro del amor es que una y otra vez y siempre de nuevo hace olvidar a los individuos la fragilidad de la incondicionalidad que usufructúan y prodigan. La incondicionalidad amorosa combina de manera di-

versa obligaciones institucionalizadas y decisiones personales, pero, desprovista de garantías definitivas, debe en último análisis creer en la certeza sincera de las convicciones y los compromisos. El amor incondicional es el desinterés subjetivo, absoluto y sincero, por el posible momento del “sacrificio” de sí en aras de la persona amada; pero es también la confianza que quisiéramos definitivamente adquirida del sostén –afectivo, material– subjetivo y/o institucionalizado del ser amado. La incondicionalidad amorosa, el acto ético por excelencia, es una **promesa** irradiada por la más sólida de las confianzas (en sí mismo, en el otro), pero con la conciencia de la ausencia de certezas definitivas.

Referências

Aidoo, Lamonte. **Slavery Unseen**. Durham and London: Duke University Press, 2018.

Araujo, Kathya; Martuccelli, Danilo. **Desafíos comunes**. Santiago: LOM Ediciones, 2012, tomo 2.

Banfield, Edward C. **The Moral Basis of Backward Society**. Glencoe: The Free Press, 1958.

Barrère, Anne; Martuccelli, Danilo. **Le roman comme laboratoire**, Villeneuve d'Ascq: Presses Universitaires du Septentrion, 2009.

Bauman, Zygmunt. **El amor líquido**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2003.

Beck, Ulrich; Beck-Gernsheim, Elisabeth. **The Normal Chaos of Love** [1990]. Cambridge: Polity Press, 1995.

Cadolle, Sylvie. **Être parent, être beau-parent**. Paris: Odile Jacob, 2000.

Ceberio, Marcelo R.; Ungaretti, Joaquín; Agostinelli Jesica. Condicionalidad e incondicionalidad de las relaciones afectivas parento-filiales en comparación con las conyugales. **Revista de investigación del departamento de Humanidades y Ciencias sociales**, n°18, 2020, p. 49-67.

Chaumier, Serge. **La déliaison amoureuse**. Paris: Armand Colin, 1999.

Chaumier, Serge. **L'amour fissionnel**. Paris: Fayard, 2004.

- Chollet, Mona. **Sorcières**. Paris: La Découverte, 2018.
- Cooper, David. **Psychiatrie et antipsychiatrie** [1967]. Paris: Seuil, 1998.
- Dayan-Herzbrun, Sonia. Production du sentiment amoureux et travail des femmes. **Cahiers internationaux de sociologie**, LXXII, 1982, p. 114-130.
- Dubet, François; Martuccelli, Danilo. **En la escuela** [1996]. Buenos Aires: Losada, 1998.
- Duby, Georges. Le modèle courtois. In : Christiane Klapisch-Zuber (dir.), **Histoire des femmes en Occident**, t-II, **Le Moyen Âge** [1991]. Paris: Perrin, 2002, p. 323-342.
- Dupont, Florence. **L'Antiquité, territoire des écarts**. Paris: Albin Michel, 2013.
- Durkheim, Émile. La famille conjugale [1892]. **Revue Philosophique**, 90, 1921, p. 2-14.
- Elster, Jon. **Ulises y las sirenas** [1979]. México: Fondo de Cultura Económica, 2000.
- Eribon, Didier. **Réflexions sur la question gay**. Paris: Fayard, 1999.
- Firestone, Shulamith. **La dialectique du sexe**. Paris: Stock, 1972.
- Foucault, Michel. **L'usage des plaisirs**. Paris: Gallimard, 1984.
- Freyre, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala** [1933]. São Paulo: Global Editora, 2013.
- Freyre, Gilberto. **Sobrados e mucambos** [1936]. Sao Paulo: Global Editora, 2016.
- Garcia, Marie-Carmen. **Amours clandestines**. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2016.
- Giddens, Anthony. **The Transformation of Intimacy**. Stanford: Stanford University Press, 1992.
- Goody, Jack. **Le vol de l'histoire**. Paris: Gallimard, 2010.
- Illouz, Eva. **Erotismo de autoyuda**. Buenos Aires: Katz, 2014.
- Illouz, Eva. **Intimidades congeladas**. Buenos Aires: Katz, 2007.
- Jamieson, Lynn. **Intimacy**. London: Polity Press, 1998.
- Kaufmann, Jean-Claude, **La femme seule et le prince charmant**. Paris: Nathan, 1999.
- Kierkegaard, Soren. **Crainte et tremblement** [1843]. Paris: Payot & Rivages, 1999.

- Luhmann, Niklas. **Amour comme passion** [1982]. Paris: Aubier, 1990.
- Martín-Barbero, Jesús. La telenovela desde el reconocimiento y la anacronía. In: Hermann Herlinghaus (ed.), **Narraciones anacrónicas de la modernidad. Melodrama e intermedialidad en América latina**. Santiago: Editorial Cuarto Propio, 2002, p. 61-77.
- Martuccelli, Danilo. **Décaloges**. Paris, P.U.F., 1995.
- Martuccelli, Danilo. **Forgé par l'épreuve**, Paris: Armand Colin, 2006.
- Martuccelli, Danilo. **Gramáticas del individuo** [2002], Madrid, Losada, 2007.
- Martuccelli, Danilo. **La société singulariste**. Paris: Armand Colin, 2010.
- Martuccelli, Danilo. O indivíduo, o amor e o sentido da vida nas sociedades contemporâneas. **Revista Estudos Avançados**, vol.30, nº86, janeiro-abril 2016, p. 147-166.
- Martuccelli, Danilo. Semánticas históricas de la vulnerabilidad. **Revista de Estudios sociales**, enero-marzo, 2017a, nº59, p. 125-133.
- Martuccelli, Danilo. **La condition sociale moderne**. Paris: Gallimard, 2017b.
- Martuccelli, Danilo. **El nuevo gobierno de los individuos**. Santiago: LOM Ediciones, 2021.
- Mauss, Marcel. **Sociologie et anthropologie** [1950]. Paris: P.U.F., 2013.
- McNair, Brian. **Striptease Culture**. London: Routledge, 2002.
- Merton, Robert K. **Éléments de théorie et de méthode sociologiques** [1949]. Paris: Plon, 1965.
- Millet, Kate. **La politique du mâle** [1970]. Paris: Stock, 1971.
- Molinier, Pascale et al. (éds.). **Qu'est-ce que le care?** Paris: Petite bibliothèque Payot, 2009.
- Montecino, Sonia. **Madres y huachos** [1991], Santiago: Ediciones Cuarto Propio-Ediciones Cedom, 1993.
- Mórner, Magnus. **La mezcla de razas en América Latina**, Buenos Aires: Paidós, 1969.
- Pahl, Ray. **On Friendship**. London: Polity Press, 2000.
- Péquignot, Bruno. **La Relation amoureuse**. Paris: L'Harmattan, 1991.
- Rougemont, Denis de. **L'Amour et l'occident** [1938]. Paris: 10/18, 1982.

- Salazar, Gabriel. **Ser niño “huacho” en la historia de Chile (siglo XIX)**. Santiago: LOM Ediciones, 2006.
- Sarlo, Beatriz. **El imperio de los sentimientos** [1985]. Buenos Aires: Grupo Editorial Norma, 2000.
- Singly, François de. **Libres ensembles**. Paris: Nathan, 2000.
- Singly, François de. **Fortune et infortune de la femme mariée** [1987]. Paris: P.U.F., 2002.
- Singly, François de. **Adonnassants**. Paris: Armand Colin, 2006.
- Singly, François de. **Séparée**. Paris: Armand Colin, 2011.
- Théry, Irène; Leroyer, Anne-Marie. **Filiation origines parentalité**. Paris: Odile Jacob, 2014.
- Trilling, Lionel. **Sincérité et authenticité** [1971]. Paris: Grasset, 1994.
- Vasallo, Brigitte. **Pensamiento monógamo, terror poliamoroso**. Madrid: La Oveja roja, 2018.
- Veaux, Franklin; Rickert, Eve. **More than two**. Portland: Thorntree Press, 2014.
- Weber, Max. **Ensayos sobre metodología sociológica** [1904-1917]. Buenos Aires: Amorrortu Editores, 1973.

Recebido em 14/01/2022

Aceito em 10/05/2022

O amor como significação para uma sociologia da individualização: esboço de uma analítica de relacionamentos afetivos na contemporaneidade

*Túlio Rossi**

Resumo:

Apresenta-se uma proposta analítica do amor erótico a partir da sociologia, relacionando-o a modos e discursos de produção de si na atualidade. Tal proposta integra minha atual pesquisa que objetiva analisar, em sua dimensão cultural e simbólica, os processos de individualização contemporâneos. Estabelecendo conexão com trabalhos anteriores, o amor desponta como importante elemento de reconhecimento e validação de si, sendo analisado enquanto tipo específico de significação, tanto de experiências quanto de gestos, relações e sentimentos, culminando na produção de um sentido reiterativo da individualidade dos amantes. Entende-se que há uma relação recíproca entre a cultura individualista e os ideais amorosos contemporâneos de modo a extrapolar o subjetivismo associado a esses temas, constituindo, portanto, objeto relevante de pesquisa sociológica.

Palavras-chave: Amor. Individualidade. Cultura. Contemporaneidade.

* Professor doutor da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: tulio.rossi@ufu.br
<https://orcid.org/0000-0003-4391-7268>

Love as signification for a sociology of individualization: an analytical sketch for affective relationships in contemporary times

Abstract:

An analytical proposal of erotic love from sociology is presented, relating it to ways and discourses of self-production in current times. This proposal integrates my present research that aims to analyze, in its cultural and symbolic dimension, the processes of contemporary individualization. Establishing a connection with previous works, love emerges as an important element of self-recognition and validation, being analyzed as a specific way to assign meaning, both to experiences and gestures, relationships and feelings, culminating in a reiterative sense of the individuality of lovers. It is understood that there is a reciprocal relationship between individualistic culture and contemporary loving ideals which extrapolates the subjectivism associated with these themes, thus constituting a relevant object of sociological research.

Keywords: Love. Individuality. Culture. Contemporaneity.

El amor como significación para una sociología de la individualización: esquema de un análisis de las relaciones afectivas en los tiempos contemporáneos

Resumen:

Se presenta una propuesta analítica del amor erótico desde la sociología, relacionándola con formas y discursos de autoproducción en los tiempos actuales. Esta propuesta integra mi presente investigación que pretende analizar, en su dimensión cultural y simbólica, los procesos de individualización contemporánea. Estableciendo una conexión con trabajos anteriores, el amor emerge como un elemento importante de autorreconocimiento y validación, siendo analizado como una forma específica de asignar significado, tanto a las experiencias como a los gestos, relaciones y sentimientos, culminando en

un sentido reiterativo de la individualidad de los amantes. Se entiende que existe una relación recíproca entre la cultura individualista y los ideales amorosos contemporáneos que extrapola el subjetivismo asociado a esos temas, constituyendo así un objeto relevante de investigación sociológica.

Palabras clave: Amor. Individualidad. Cultura. Contemporaneidad.

Introdução

Este artigo reflete um ponto de inflexão atual em meus estudos relacionados ao campo das emoções e, mais especificamente, do amor, desde a publicação de minha tese de doutorado revisada em livro (Rossi, 2014). Então, a pesquisa abordara a construção de imagens e discursos sobre o amor romântico a partir do cinema hollywoodiano, buscando apontar conexões entre as formas específicas – com recurso às técnicas da linguagem cinematográfica – com que Hollywood apresentava não somente histórias de amor consideradas fantásticas, mas, principalmente, imagens, discursos e posicionamentos valorativos reproduzidos e incentivados em relação ao tema e, de modo nem sempre direto, à própria sexualidade e constituição de identidades pessoais. Combinando referenciais teóricos da Sociologia das Emoções (Solomon, 1994; Shields, 2002) e da Sociologia do Cinema (Sorlin, 1982; Menezes, 2004) e ancorada a uma perspectiva sociológica compreensiva (Weber, 2000), a tese, em seu desenvolvimento e conclusão, apresentou uma proposta de analítica sociológica do amor que não o tomasse como um sentimento único específico ou combinação determinada de vários sentimentos, mas, antes, como uma forma peculiar de **significação**, ao mesmo tempo socialmente constituída, mas profundamente enraizada na figura do indivíduo moderno. Em capítulo de livro recentemente publicado, essa proposta analítica foi retomada sob a forma de uma reflexão de cunho metodológico, detalhando o **amor como significação** como um conceito sociológico:

O conceito sociológico aqui proposto de “amor como significação” pode ser resumido da seguinte maneira: por amor, referimo-nos a uma forma historicamente constituída e específica de conferir valor e significado a ações, sentimentos, idealizações e pulsões mais ou menos articulados entre si, geralmente tendo a atração sexual como base – mas não necessariamente como fim – e caracterizados por estimulação mais ou menos consciente de ideias de elevação espiritual e enaltecimento de si que seriam impossíveis de se atingir na ausência do parceiro considerado ideal. (Rossi, 2021, p. 194).

Este artigo se insere em continuidade e diálogo com o referido capítulo, adotando o conceito supracitado e adentrando, mais especificamente, no tema da individualização nas sociedades contemporâneas, também abordado em sua dimensão cultural e simbólica, sob uma perspectiva sociológica compreensiva. Esse último tema, por sua vez, é objeto de um novo projeto de pesquisa em andamento na Universidade Federal de Uberlândia. Portanto, a tônica deste artigo é sobre uma proposta analítica em desenvolvimento que articula trabalhos anteriores relativos aos temas da individualização e do amor como objeto sociológico. Observa-se que, com frequência, esses temas aparecem associados na sociologia (Martuccelli, 2016; Beck; Beck-Gernsheim, 2017). A articulação dessas temáticas ora apresentadas não é arbitrária, notando, a partir de vasta revisão bibliográfica e de pesquisas anteriores, que o amor emerge como tema de particular significância para a afirmação e reconhecimento de identidades dentro de uma cultura que enaltece a individualidade, operando como um forte signo legitimador, tanto perante a sociedade quanto do indivíduo para si mesmo. Ao mesmo tempo, argumenta-se que a configuração atual dos ideais amorosos só adquire sentido e possibilidade de existência dentro de uma cultura consolidada da individualidade como valor central.

A relação entre amor e individualidade não é novidade na teoria sociológica, aparecendo pelo menos nos trabalhos de Beck e Beck-Gernsheim (2002, 2017), como também em Giddens

(2002, 1992); em Chaumier (1999), e, de maneira um tanto quanto crítica e estereotipada, na consagrada obra de Bauman (2004), “Amor Líquido”. De fato, levando em conta principalmente as contribuições de Beck e Beck-Gernsheim, há elementos suficientes que nos permitem abordar o tema do amor, em seus aspectos tanto culturais e simbólicos quanto práticos e institucionais, como fenômeno histórico, intrinsecamente ligado à cultura e, portanto, como ela, sujeito a mudanças de ordem extra-individual. Contudo, nota-se que a vinculação no senso comum entre amor e individualidade, amiúde, provoca desconfiança de qualquer tentativa de empreender uma sociologia de tal objeto.

Essa desconfiança, a qual constitui obstáculo real ao reconhecimento e condução de pesquisas sobre o tema, decorre, em grande medida, da redução do amor ou ao campo das emoções ou da sexualidade, sob perspectivas subjetivistas. É como se, de alguma maneira, o reconhecimento da dimensão social e cultural da experiência amorosa desqualificasse sua experiência individualizada ou lhe roubasse aquilo que, supostamente, a torna sublime e **única**. Isso porque problematizar sociologicamente o amor inescapavelmente incorre em ou questionar, ou colocar em suspenso, crenças relativas à própria individualidade e, portanto, às concepções mais ontológicas de si. Mas uma sociologia do amor, tal como pretendida aqui, não se propõe a abordar e enquadrar, de forma generalizante, as vivências subjetivas dos afetos, até porque isso, além de inacessível, não constitui, epistemologicamente, objeto de pesquisa sociológica.

Não se propõe aqui qualquer ontologia do amor ou do indivíduo em si. Modestamente, cogita-se uma abordagem que, ao atribuir ao amor a característica de uma forma específica, histórica e culturalmente localizada – portanto, variável – de **significação** de vivências pessoais e afetivas, socialmente balizada e estimulada em processos socializadores, reconhece seu aspecto sociológico, enquanto “forma cultural”, sem subtrair-lhe a dimensão psíquica e existencial. Isso porque a constituição dessa dimen-

são individualizada, como parte integrante e reiterativa da individualidade **enquanto valor social** é determinante, nas sociedades modernas individualizantes e individualizadas, para que a significação amorosa em nossos tempos, enquanto produto de diferentes forças históricas, ocorra do modo que ocorre, e não de outro. Trata-se de um processo de significação específico que clama para si uma marca individualizante e restritiva, apresentando tal marca como elemento cognoscível primordial e geral.

Assim, apresenta-se uma proposta analítica especificamente sociológica do amor – no sentido de relações românticas e afetivo-sexuais – que o aborda como parte fundamental, enquanto elemento legitimador em níveis pessoal e social, de uma cultura da individualização caracteristicamente moderna. Visto que o tema ainda tende a ser tratado como do campo da subjetividade e da individualidade, propõe-se justamente problematizar e discutir aspectos ainda pouco explorados dos processos de individualização na contemporaneidade que passam pela busca de relacionamentos afetivos. Destarte, o texto adiante está dividido em dois tópicos, além das considerações finais nas quais esses são sintetizados e relacionados. Primeiramente, parte-se de uma discussão e revisão bibliográfica do tema **individualização** e a de sua dimensão cultural, como propomos aqui para melhor abordá-lo. Em seguida, de modo mais específico, desdobra-se a discussão do conceito de **amor como significação**, sublinhando sua conexão com os processos de individualização na modernidade. Por último, nas considerações finais, ao articular os tópicos anteriores, propõe-se uma analítica sociológica que compreende tanto os processos de individualização quanto às formas de amor como significação nas sociedades contemporâneas como fenômenos intrinsecamente conectados e interdependentes.

1. Individualização e cultura

Conforme já apontaram Beck e Beck-Gernsheim (2017), a individualização, enquanto processo histórico, não é um fenômeno novo e inédito para a sociologia. Ainda, conforme Martuccelli (2007), a temática do indivíduo aparece de diferentes modos desde a sociologia clássica, ainda que não tenha sido seu objeto central. Em Durkheim, ao abordar a socialização enquanto modo de internalização de normas e valores da sociedade pelos indivíduos, já concebidos como portadores de uma dupla consciência – individual e coletiva, o tema já emerge. Em Simmel (2006), no processo de atomização dos indivíduos em face da urbanização. Em Weber (2007), na constituição da “ética protestante”, que confere ao indivíduo a prerrogativa na busca por sinais de confirmação – nunca totalmente evidentes – de predestinação à graça divina. Como esse bem observa, juntamente ao processo de racionalização que caracteriza a modernidade, ocorre uma crescente responsabilização do indivíduo sobre seu destino, pautada na ascese religiosa que – aqui exposto de maneira bastante simplificada – constitui uma forma ativa disciplinada e sistemática de autocontrole.

Entretanto, de diferentes formas, as questões relativas ao indivíduo tendiam a abordá-lo dentro de contextos de uma leitura de perspectivas ocupadas com questões relativas à ordem social (Martuccelli, 2007) e a como as estruturas sociais – ou sistemas, ou a própria economia capitalista, numa leitura mais marxiana – produziam, sobretudo por meio da crescente divisão social do trabalho, uma concepção distintamente moderna de indivíduo, diretamente atrelada ao seu papel social. De modo que o indivíduo, embora não descartado das análises sociológicas, tendia a ser tratado quase como um subproduto, decorrência mais ou menos natural de fenômenos sociais mais amplos não ocorrendo, em muitos casos, a problematização da própria produção e desenvolvimento ativo dessa figura do indivíduo moderno. Problematização essa que ganha particular importância na sociologia de Norbert Elias.

Martuccelli, por outro lado, ao trabalhar com o conceito de “singularização”, pontua:

O processo de singularização que estamos testemunhando progressivamente impõe um princípio diferente: é também uma questão de buscar formas de garantir a continuidade organizacional sobre singularidades individuais. A importância das noções de projeto, envolvimento, excelência, desempenho, além de seus aspectos ideológicos, atestam esse investimento gerencial – as organizações devem ser ‘sustentadas’ a partir de esforços individuais. Muitas organizações se tornam, assim, seus componentes administrativos (equipes, programas...), realidades biodegradáveis, pois dependem das temporalidades de envolvimento de atores individuais (Martuccelli, 2010, p. 12).

Apontando tanto contribuições das teorias de socialização e dispositionalistas (Bourdieu e Lahire) e das teorias da individualização (Beck e Beck-Gernsheim) quanto críticas metodológicas a elas, Martuccelli propõe uma análise que parte do princípio da singularização dos indivíduos como processo estrutural, de caráter macrosociológico, o qual demandaria análises e problematizações sociológicas ao nível dos indivíduos. Por ora, a fim de não perder o foco deste artigo, abstenho-nos da discussão metodológica que o autor propõe, retendo a contribuição que, para este texto, nos parece mais vital: o reconhecimento de que há tanto um caráter processual quanto social nas tendências contemporâneas à singularização dos atores sociais. Portanto, não se trata de mudanças comportamentais idiossincráticas e aleatórias – ainda que possam assumir tal aparência em nível microsociológico –, mas de um fenômeno social abrangente que conecta indivíduos e grupos além de sua percepção e se expressa, de maneira mais visível, precisamente no modo como esses indivíduos, em suas singularidades, buscam, estabelecem e encerram relações com outros indivíduos. Nesse sentido, aproximamo-nos de uma sociologia simmeliana, considerando o conceito de sociação como:

...forma (que se realiza de inúmeras maneiras distintas) na qual os indivíduos, em razão de seus interesses -sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros, conscientes, inconscientes, movidos pela causalidade ou teleologicamente determinados se desenvolvem conjuntamente em direção a uma unidade no seio da qual esses interesses se realizam (Simmel, 2006, p. 60).

Beck e Beck-Gernsheim (2002) observam que o processo de individualização em curso no mundo ocidental pós-Segunda Guerra Mundial seria distinto do que se observara até então, sustentando-se, principalmente, pela proliferação de políticas de bem-estar social, ampliação – ou massificação – de acesso à educação e a conquistas feministas, especialmente as relativas ao ingresso no mercado de trabalho. Assim, o casal de autores argumenta que condições estruturais e históricas específicas, tais como prosperidade econômica, políticas de bem-estar social e institucionalização de interesses representados por sindicatos e outros movimentos sociais, têm importante papel na formação de tendências à individualização. Isso ainda implica possibilidades de mobilidade social, expansão do acesso à educação básica e superior e redução da jornada de trabalho (Beck; Beck-Gernsheim, 2002, p. 34).

Em função da oferta de melhores condições estruturais de serviços públicos e de bem-estar social, seriam ampliadas, aos indivíduos de diferentes classes e estratos sociais, as possibilidades de escolha e decisões em suas carreiras profissionais e biografias. Isso, para os autores, também provocaria crises no sentido de, cada vez mais, atribuir aos indivíduos não apenas o direito, mas o dever de escolhas pessoais, no exercício do que chamam de “liberdades precárias” (Beck; Beck-Gernsheim, 2002, p. 2), no sentido de que cada vez mais dimensões da existência dos indivíduos – passando pela moralidade, religião, arranjos afetivos – tornam-se menos determinadas institucional e estruturalmente – pela Igreja, pelo Estado ou pelos costumes – para se tornarem objetos de escolhas individuais que demandam um crescente

trabalho reflexivo, acompanhado de constante autorresponsabilização.

Importante observar, contudo, que tais transformações que aparentemente atribuem maior protagonismo aos indivíduos ocorrem concomitantemente a mudanças nas próprias relações e posições no mercado de trabalho, que, desde os anos 1970, nos países do Hemisfério Norte, é caracterizado, mais e mais, pela rotatividade e realocação de profissionais em diferentes cargos e empresas, rompendo com um modelo de estabilidade previamente estabelecido em que, às vezes, até ao longo de gerações, uma família inteira chegava a trabalhar em uma mesma empresa¹.

Beck e Beck-Gernsheim (2002, 2017) repetidas vezes advertem que suas observações se referem principalmente ao contexto europeu e, mais especificamente, alemão. Mas, ao mesmo tempo, ainda que de modos diferenciados, tais tendências individualizantes se estendem a outros contextos. Sem dúvidas, a realidade brasileira passa muito distante da analisada pelo casal de autores. No entanto, na esteira da globalização, é notável que os valores individualizantes, hegemonicamente propalados pelos países desenvolvidos do Hemisfério Norte, seja por seus intelectuais, por seus veículos de comunicação de massa, seja mesmo pela via econômica, são absorvidos em maior ou menor medida por culturas muito variadas.

Países subdesenvolvidos, mesmo que não possuam as características e trajetórias históricas e sociais que favoreçam a individualização nos termos de Beck, absorvem, em alguma medida,

¹ O documentário “Roger e Eu” (Michael Moore, 1989) é bastante ilustrativo ao explorar o declínio da cidade de Flint, no estado de Michigan, após o fechamento da primeira fábrica da General Motors dos EUA, na década de 1980, situada naquela cidade, base de toda sua economia e principal fonte de empregos. O documentário também é feliz em mostrar diferentes tentativas de soluções – principalmente individuais – para a crise instaurada na cidade: da venda de coelhos como animais de estimação ou carne, passando pela adesão a empresas de marketing multinível, como Amway.

em seu sistema político e econômico, as pressões – condicionadas para o exercício da diplomacia e negociação de interesses comerciais – por adequação a modelos de indivíduo, especialmente caracterizados por sua potencialidade enquanto consumidores. Consumidores de determinados modelos, signos, sonhos e ideais de individualidade passíveis de serem traduzidos em bens de consumo e serviços, enquanto “estilos de vida”. Estilos esses que, paradoxalmente – embora sem surpresas –, enaltecem o indivíduo e sua autoprodução, mas a partir de modelos e recursos industrialmente produzidos e massivamente comercializados.

É digno de nota que essa expansão de modelos de individualidade, estilos de vida e felicidade a partir do Hemisfério Norte e que se apresentam como modelos hegemônicos, reverbera, ainda que de diferentes maneiras – às vezes dialeticamente, às vezes antropofagicamente – nas sociedades outrora colonizadas, em sua cultura e mesmo nas manifestações identitárias de diferentes grupos que se propõem contra-hegemônicos. Dito de outro modo: mesmo a recusa a uma cultura da individualização hegemônica, fundamentada numa episteme eurocêntrica, do ponto de vista *praxiológico* das dinâmicas culturais do mundo globalizado atual, pode até romper com os signos identificados com os opressores, mas não rompe com o que esses têm de mais central, que é seu caráter individualizante. De tal modo que, mesmo que as condições socioeconômicas e políticas que configuram a experiência da individualização alemã jamais possam emergir na América Latina e em outras comunidades do Sul, a dimensão cultural que promove a individualidade como valor absoluto para a própria definição de humanidade é plenamente incorporada e ajustada às realidades, interesses políticos e econômicos locais.

Portanto, apesar dessa consideração sobre aspectos econômicos e de mercado que, inegavelmente, reconhecemos como relevantes ao ofertar condições objetivas para os processos individualizantes, não é esse o rumo da presente análise. Ao delimitarmos

analiticamente a individualização à sua dimensão cultural, interessa-nos compreendê-la sobretudo nas relações de valor que, ao mesmo tempo, a constituem e são constituídas por ela. Interessa-nos, sobretudo, compreender como a individualidade se constitui enquanto valor central nas sociedades modernas contemporâneas de maneira específica e distinta – mas não completamente estranha – à sua concepção moderna predominante no século XX pelo menos até a década de 1980. Trata-se, portanto, de investigar a significação cultural que adquire a individualidade enquanto valor nas sociedades modernas ocidentais, especialmente a partir das últimas décadas do século XX. Nesse sentido, compartilha-se do entendimento de Weber do conceito de cultura como um conceito de valor:

Para nós, a realidade empírica é “cultura” porque, enquanto por nós relacionada às ideias de valor, ela abrange os elementos da realidade que, através dessa relação, se revestem para nós de uma *significação*. Uma parte ínfima da realidade individual adquire novo aspecto de cada vez que é observada, por ação do nosso interesse condicionado por tais ideias de valor. Para nós, apenas essa parte se reveste de significação, precisamente porque revela relações tornadas *importantes* pela sua vinculação a ideias de valor. (Weber, 2008, p. 34).

Portanto, a dimensão cultural é privilegiada nesta análise justamente por reconhecermos que é nessa dimensão que se produzem e reproduzem os sentidos de individualidade que servirão de fundamento não apenas para orientação de ações individuais, mas para a constituição de políticas públicas, produção de saberes especializados, relações tanto pessoais e afetivas mais ou menos institucionalizadas – da contração do matrimônio a relações “líquidas” (Bauman, 2004) – a relações de trabalho e formação de novos mercados de bens e serviços, como novos aparatos tecnológicos e aplicativos para todos os fins imagináveis – dieta, meditação, encontros e relacionamentos, geolocalização, etc. Além disso, a compreensão de novas formas de significação da individualidade é indissociável dos processos

de socialização, os quais entendemos em sentido plural e contínuo (Lahire, 2002) como fenômeno marcadamente cultural, ao pressupor, nos processos interativos que lhe são inerentes, a constante negociação, citação e reiteração de significados, bem como de sua fundamentação no senso comum – aqui entendido em seu aspecto compartilhado. De acordo com José de Souza Martins, o senso comum não é “comum” no sentido de banal ou um conhecimento “menor”, mas porque implica conhecimentos compartilhados entre os participantes da relação social, de modo que o significado precede à interação, uma vez que oferece as condições de sua ocorrência: “Sem significado compartilhado, não há interação. Além disso, não há possibilidade de que os participantes da interação se imponham significados, já que o significado é reciprocamente experimentado pelos sujeitos” (Martins, 1998, p. 3-4).

Sob tal perspectiva, o fenômeno da individualização em seus contornos atuais parece ensejar um instigante paradoxo: a produção de um sentido compartilhado de “indivíduo” que estimula e valoriza crescentemente a sua singularidade, de modo a beirar a incomunicabilidade, com a crença – facilmente contradita empiricamente – numa produção autônoma de significados e de si. Nos termos de Beck e Beck-Gernsheim (2017, p. 19):

A individualização designa, portanto, um fenômeno cambiante, de várias faces, ambíguo, mais precisamente: uma transformação social cuja multiplicidade de significados é real e não pode ser eliminada apenas com elucidações conceituais, ainda que necessárias. De um lado, liberdade, decisão; de outro: obrigação, cumprimento das exigências interiorizadas do mercado. Autorresponsabilidade de um lado, e do outro, dependência das condições que se esquivam ao acesso individual. Trata-se, precisamente, das condições que provocam uma singularização e também novas e diferentes dependências: a *auto-obrigação de padronizar a própria existência* (grifo dos autores).

2. O amor como significação culturalmente individualizante

Elias (1994) também confere especial atenção ao tema da individualização como um processo social e histórico, que se caracteriza, entre outras coisas, pela crescente diferenciação no seio da sociedade. Contudo, o autor rechaça explicações que separem e oponham indivíduo e sociedade. Desse modo, pode-se inferir que a individualização, embora se apresente, na perspectiva do indivíduo, como um fenômeno que tende a distingui-lo da sociedade circundante e opor-lhe a ela, enseja também um grau de conformidade – nunca plenamente consciente – com padrões e pressões sociais, em processos de diferenciação e autocontrole. Essa diferenciação, porém, não reduz o desejo de conexões afetivas espontâneas e do sentimento de segurança a elas associado. O autor destaca que a crescente diferenciação social característica do processo civilizatório ocidental promove também uma crescente individualização que implica na constituição de diversas e variáveis relações pessoais. Nisso, o autor sublinha “um anseio de calor afetivo, de ter afirmada a afeição dos outros e pelos outros, aliado a uma incapacidade de proporcionar afeição espontânea” (Elias, 1994, p. 167). Em seguida, Elias aponta que o desejo de dar e receber calor afetivo nas relações com outrem não é sufocado, mas, sim, a capacidade de dá-lo e recebê-lo.

Considerando a dualidade entre o anseio por dar e receber calor afetivo nas relações sociais e a incapacidade, na maioria dos casos, de atender a esse anseio, a esfera dos relacionamentos íntimos amorosos pode ser entendida como particularmente representativa da individualização como fenômeno social: de um lado, em seu aspecto singularizante, temos a ideia de produção de um universo de significados particulares e exclusivos aos amantes. Além de não ser uma ideia nova, ela é chave na idealização dos relacionamentos, na medida em que os parceiros se tornam, um para o outro, reciprocamente, “únicos no mundo”, partilhando códigos decifráveis apenas por si. De outro lado, emergem obrigações e o senso de autorresponsabilidade que vai

além da responsabilidade para com o outro, implicando modos de agir, de consumir, de se posicionar publicamente que sejam reiterativos, para si, para o/a parceiro/a e para a comunidade à volta, do cumprimento “correto” de seus respectivos papéis enquanto membros do casal. Nos dias atuais, a expressão desses posicionamentos públicos reiterativos é evidenciada no recurso às redes sociais digitais – especialmente Facebook e Instagram – nas quais, além de indicações de “status de relacionamento”, é frequente o compartilhamento de imagens – fotos e/ou vídeos – do casal nas mais variadas situações.

O discurso de amor romântico, já em suas raízes no discurso pagão dos remanescentes dos cátaros no século XII (Rougemont, 1988), pressupunha como fundamento a distinção da linguagem “comum”, por meio de códigos acessíveis apenas aos “iniciados”. Mas se, na época, esses iniciados eram remanescentes de uma tradição religiosa perseguida e quase dizimada na Idade Média, na modernidade, “iniciados” se tornam quaisquer indivíduos que, a partir das ficções – em princípio literárias e, posteriormente, cinematográficas e televisivas –, aprendem a nomear como “amor” determinada pulsão afetiva direcionada a outro indivíduo. De modo que o amor se propõe, ao mesmo tempo, como significação individual singularizante – a qual se alimenta precisamente da reiteração dessa singularização – e como significação social e culturalmente balizada que, como tal, reafirma-se não apenas pelo emprego de um léxico específico, mas também por meio de uma série de atos que institucionalizam publicamente a relação para outros atores. Desde a aquisição de um pacote de viagem de “casal” até a evocação do outro na qualidade específica de parceiro em eventos sociais: “Este é **meu** namorado”, passando pela escolha de presentes e declarações públicas de afeto nas redes sociais no Dia dos Namorados ou em datas aleatórias.

Convém assinalar que tais demonstrações, ainda que possam ter um aspecto que os críticos considerariam como exibicionismo ordinário, constitui, ao menos entre os atores engajados que

acreditam em seu papel (Goffman, 2005), um elemento de sua participação na vida social que extrapola sua relação com o/a parceiro/a. De modo que o amor mobiliza modos de participação e atuação no tecido social que vão além do casal, sem que esse necessariamente tenha consciência nessa orientação. O exemplo mais evidente é na participação na vida econômica por meio das relações de consumo. Embora individualmente orientados para a aparente satisfação de desejos e necessidades do parceiro – ou de si, por meio do parceiro – esses gestos envolvem todo um mercado complexo, de diferentes produtos e diferentes profissionais atuando em distintas esferas, mas dentro de uma perspectiva em que, curiosamente, as demonstrações daquilo que “não tem preço” são claramente precificadas de acordo com as normas típicas – embora nem sempre claras – do mercado, conforme aponta Jardim (2021). E, como a autora mostra, justamente o fato de ser considerado “algo que não tem preço” é que será apontado como justificativa para os valores cobrados nos mais variados tipos de serviço que se apresentam, seja para o encontro, a conquista, manutenção, seja para o desfrute do amor.

Serge Chaumier (1999) aponta um conflito nos ideais recentes de amor, tendo em vista que, historicamente, nas sociedades modernas ocidentais, promoveu-se um ideal de amor que pregava a “fusão” dos amantes em uma espécie de unidade simbiótica que se materializa na instituição da família. Contudo, ao menos desde os anos 1970, propagou-se cada vez mais um ideal de amor que promove o “desligamento” desse modelo fusional, estimulando o desenvolvimento das individualidades dos membros do casal. Há um caráter progressista inegável se compararmos as perspectivas mais recentes com o ideal fusional antes predominante, no qual a individualidade feminina era pouco considerada, muitas vezes sendo estimulada, desde os primeiros anos de vida, a buscar sua definição por meio da fusão com um parceiro masculino:

A mística do príncipe encantado virá se inscrever em continuidade, levando as mulheres a crerem que o sentido de

sua existência é algo escondido. Em uma existência vazia, o amor virá preencher essa falta. A mulher espera do homem uma confirmação de sua identidade, um reconhecimento, uma afirmação. [...] O jogo amoroso é idealização da fantasia do reconhecimento: “o outro me dará minha identidade... ele faz de mim alguém” (Chaumier, 1999, p. 170).

Contudo, se o ideal fusional já se revela impraticável para grande parte dos amantes, por outro lado, a idealização da fantasia de reconhecimento permanece, quiçá fortalecida. Mas se, na mística do príncipe encantado no ideal fusional, o foco da questão estaria em um membro do casal – tipicamente o homem – **dar, conceder** ao outro sua identidade ou, no mínimo, as condições materiais e institucionais de desenvolvê-la dentro de parâmetros socialmente estimulados, no desligamento amoroso, a busca por reconhecimento continua e se exacerba: busca-se o reconhecimento em si, de uma identidade (supostamente) autoproduzida. O que não soluciona a questão, pois permanece a dúvida sobre a validação dessa identidade.

É importante sublinhar que o conceito de amor fusional se sustenta por uma perspectiva de divisão sexual do trabalho e de família em que a fusão amorosa implica ideais muito discutíveis de “complementaridade” entre masculino e feminino, que tendem a naturalizar tanto os respectivos papéis de gênero dentro do relacionamento quanto o próprio caráter fusional que, na prática, tendia a inibir, de modo consideravelmente desigual, a individualidade feminina. Nesse sentido Beck-Gernsheim (2017, p. 78) aponta para uma importante mudança, na qual o projeto de individualização moderno, antes, era associado apenas às biografias masculinas, deixando a mulher encarregada do cuidado dos outros e da vida familiar. E, por muito tempo, a coesão da família nuclear se manteve ancorada nessa desigualdade, sem constituir um projeto individualizante para marido e esposa em condições equânimes. De modo que as lutas e as conquistas feministas pelo menos desde os anos 1960 também exercem importante papel enquanto lutas por reconhecimento (Honne-

th, 2003) não apenas pela institucionalização de direitos iguais, mas também pela universalização de um sentido de individualidade e autodeterminação não condicionado pelo exercício de papéis sociais específicos de gênero; subordinados às biografias masculinas e à constituição da família.

Importante frisar, portanto, que mudanças estruturais no tecido social mais amplo – na economia, na política e nas tecnologias de comunicação –, além de afetarem o âmbito e as condições de realização das relações amorosas em sentido macroscópico, também afetam, de maneira mais ou menos recíproca, os processos de significação amorosa dentro dos relacionamentos, bem como a própria produção da individualidade dos membros do casal. Não se trata apenas de um habituar-se a novas condições materiais de existência, mas, principalmente, à exposição e ao compartilhamento de determinados discursos, imagens e percepções de realidade que, de diferentes maneiras, estimulam atitudes reflexivas acerca do próprio comportamento e dos próprios laços afetivos. Um dos melhores exemplos que podemos encontrar hoje em dia é a popularização do conceito de amor líquido (Bauman, 2004). O diagnóstico pessimista, que combina a elaborada teoria da modernidade líquida do autor a percepções ainda bastante idealizadas e conservadoras acerca das relações amorosas, provocou uma espécie de identificação de muitos usuários de redes sociais e frequentadores assíduos de portais de autoajuda e colaborativos não com o conceito em si, mas com o rechaço e a crítica moral que ele enseja a dinâmicas recentes de relacionamentos afetivo-sexuais, nem sempre pautadas por ideais do tipo “felizes para sempre”.

Muitos desses admiradores de trechos esparsos da obra de Bauman encontrados em publicações curtas do Twitter, ao mesmo tempo, tomam a tragédia do amor líquido como um fato social geral e consumado e a si mesmos como últimos pilares de resistência do amor romântico. Nesse sentido, compartilham em suas redes sociais a crítica à liquidez e à efemeridade das re-

lações contemporâneas, mas reproduzem ideais românticos de distinção social. Contudo, esse idealismo inspirado em excertos da sociologia de Bauman revela uma inflexão na construção do sentido do amor na atualidade e sua conciliação com os ideais românticos percebidos e desejados como universais. Consideremos o que expõe Martuccelli (2016, p. 161) sobre o amor passional:

Aqui reside um dos principais limites que o amor como sentido vital enfrenta no momento de converter-se em um ideal para a vida social: a subversão romântica dos amantes nasce e morre com eles. Trata-se de uma revolta – nos casos em que ela é necessária – exclusiva dos amantes. As histórias de amor passional são concebidas como uma “arma” para legitimar o desejo dos amantes contra os ditames do grupo. Contudo, uma vez que nas sociedades contemporâneas a maioria das pessoas já não precisa recorrer a essa forma de heroísmo sentimental, o amor passional, esse horizonte do sentido pessoal, perde força na hora de ser erigido como um verdadeiro ideal de vida. A sociedade já não se opõe – ou quase nunca – aos projetos de amor dos indivíduos. **Pelo contrário, o amor transformou-se em uma poderosa norma social e prescrição institucional** (grifo nosso).

Desse modo, nota-se uma mudança de significação, tanto de si, por qualidades românticas individuais, quanto dos relacionamentos afetivos e sexuais em sentido amplo, bem como as indagações que se colocam no curso de sua reflexividade, ao avaliarem se uma relação em potencial é digna de seu engajamento, tanto físico quanto psíquico, emocional ou mesmo financeiro. E essa mudança muitas vezes aparenta conflitar com o ideal normatizado do amor que, contraditoriamente, exalta suas características de superação do estatuto coletivo e “libertação” pela fusão espiritual dos amantes, supostamente capaz de vencer todas as resistências atribuídas à sociedade: códigos morais, endogamia de classes, tradições limitantes, etc. Nesse sentido, o amor como norma reitera o lugar central da individualidade como valor social e, com isso, eventualmente, perde algo da aura

que lhe é atribuída como possibilidade de transcender o social, percebido como domínio do ordinário.

Assim, ressalta-se que uma abordagem sociológica do amor, a despeito de todas as instituições pretendidas como duradouras relativas a ele – em que se destaque o casamento, dentro de uma perspectiva de heterossexualidade compulsória – deve sempre levar em conta seu caráter processual e dinâmico, enquanto significação, mesmo que os signos e discursos mobilizados atuem no sentido de manter crenças e percepções de mundo historicamente estruturadas. E, reconhecendo a especificidade da experiência amorosa moderna e contemporânea marcadamente significadas como singularista e singularizante, a figura do indivíduo – também fruto de processos sociais e históricos, como Elias (1999) bem observa – ocupa posição central enquanto ponto de referência para o sentido da experiência amorosa. Sentido esse que se propõe universalizante – definindo socialmente o que é ou não amor “verdadeiro” – e, ao contrário do que intui e proclama o senso comum, não direcionado ao outro, mas a si. Conforme aponta Chaumier (1999, p. 201):

As novas relações desenvolvidas na sociedade contemporânea consistem no pleno reconhecimento de suas subjetividades-individualidades. Isso significa, de dois *uns* para construir uma terceira história. Não se trata mais de um dos parceiros desaparecer ao formar o casal. Cada um entende conservar sua identidade específica e afirmar o direito a uma existência autônoma.

É importante sublinhar que, com essa reflexão sociológica, não se pretende endossar críticas comuns que apontam a preponderância da individualidade na configuração dos processos de significação amorosa e de relacionamentos afetivos como algo moralmente negativo. Trata-se, antes, de uma constatação, a qual recusa, igualmente, a nostalgia romântica da qual se revestem tais críticas, que apontam para um passado supostamente mais “simples” ou “honesto”, quando os relacionamentos amorosos

durariam mais. Nesses casos, emerge a confusão entre amor e instituição do matrimônio e ignoram-se todas as condições sociais, culturais e legais hodiernas que conferem a mais mulheres oportunidades de separação e de assumirem o controle de suas biografias independentemente das posições de mãe e esposa. Algo que, vale salientar, ainda não é a realidade de muitas mulheres que dependem financeiramente de seus parceiros ou, senão, do arranjo conjugal e familiar com eles constituído.

Mas, mesmo em casos como esses, especialmente pelas possibilidades ofertadas pela massificação do acesso a mídias digitais – em que se incluem desde vídeos tutoriais no Youtube a redes sociais, plataformas de vídeo streaming, portais de autoajuda, podcasts, aplicativos de relacionamento, etc. –, o contato com discursos e narrativas de possibilidades variadas de produção de si e significação amorosa expandem-se numa forma especialmente individualizada a partir da tecnologia, ao colocar isso tudo, literalmente, na palma da mão do usuário. De tal modo que, mesmo em condições práticas e materiais limitadas de transformação, o potencial reflexivo que emerge do contato com essa diversidade de conteúdos e formas de significação contribui para alterar tanto as percepções de si e da realidade circundante quanto o léxico e o repertório simbólico mobilizados para transitar, comunicar-se e estabelecer conexões afetivas – tanto faz se duradouras ou não. Isso, por sua vez, causa impactos diversos – tanto por via de reafirmação ou questionamento – nos modos de significar as próprias emoções e relações afetivas, consequentemente, impactando em modos com que indivíduos orientam suas ações perante outros, ao mesmo tempo em que interpretam reciprocamente as ações desses outros.

Considerações finais

Buscou-se, ao longo do presente texto, articular uma série de inquietações e possibilidades teóricas e analíticas para questões

insistentes que se apresentam no início de uma nova pesquisa. Nesse sentido, trata-se ainda de uma tentativa de desembaraçar um grande emaranhado de ideias em que novas leituras se entrelaçam a questões anteriormente trabalhadas – e jamais esgotadas – que, à luz dos anos, de releituras, reescritas e debates, ganham novo corpo ainda em processo de deciframento. De todo modo, algum direcionamento já emerge nesse processo, como é apontado a seguir:

Em primeiro lugar, apresentou-se, de modo bastante sintético, uma chave analítica para os processos de individualização nas sociedades contemporâneas que enfatize sua dimensão cultural e simbólica, bem como seu caráter processual e relacional. Dentre os clássicos destacou-se, por um lado, a contribuição simmeliana em face do fundamento relacional de sua análise dos processos sociais, com a qual a perspectiva de Elias encontra frutuosas aproximações. Por outro lado, ainda remontando aos clássicos, encontra-se na sociologia weberiana uma importante fonte de inspiração metodológica em face de seu caráter compreensivo e da particular relevância que a dimensão cultural, enquanto campo operacional da produção, reprodução e transformação de sentidos, assume na interpretação dos fenômenos sociais de modo a reconhecer o papel ativo dos indivíduos na manutenção e modificação dessa dimensão.

Saindo dos clássicos, foram apresentadas algumas perspectivas que, a despeito de algumas discordâncias teórico-metodológicas, têm em comum o reconhecimento dos processos de individualização (Beck e Gernsheim, 2002) ou singularização (Martuccelli, 2010) como fenômenos sociais de ordem macrosociológica, atuando no nível das estruturas e instituições sociais – sempre percebidas de forma dinâmica e mutável – envolvendo economia, política e valores individualizantes que tendem a se apresentar como universais. Nesse sentido, defendeu-se como necessária uma análise sociológica aprofundada das condições sociais e históricas de produção de uma concepção específica

de individualidade como valor central e sagrado para os atores contemporâneos. Entende-se que a individualidade como valor pretensamente universal, ao mesmo tempo em que esteve presente na emergência das sociedades modernas como um dos seus princípios ideológicos fundadores, passa por mudanças e ressignificações no curso da história da modernidade, com tendência a torna-se mais abrangente e mais matizada, sem, entretanto, perder de vista seu caráter de princípio ideológico universalizante. Nesse sentido, seja no campo político – tanto do ponto de vista do ativismo quanto das instituições –, seja no campo econômico, em sua relação com a estilização da vida por meio do consumo, o princípio da individualidade aparece cada vez mais como corolário – ou até mesmo sinônimo – de “humanidade”.

Segundamente, articulou-se uma analítica sociológica do amor – mais especificamente em sua variante romântica e afetivo-sexual – a essa concepção da individualização como processo cultural e sócio-histórico que acreditamos, hoje, mais do que nunca, tornar-se central para a compreensão dos comportamentos e dinâmicas sociais e interrelacionais contemporâneos. Contudo, não se tratou de simplesmente apresentar o amor como decorrência desse processo mais abrangente de individualização. Ao apresentar o conceito de amor como significação e, com isso, enfatizar sua dimensão mutável e passível de uma análise sociológica interpretativa e não determinista, entendemos que esse, reciprocamente, cumpriu e cumpre papel fundamental nos processos históricos de individualização desde a aurora da modernidade. De modo que o tema do amor não é concebido aqui como qualquer objeto arbitrariamente selecionado a ser enquadrado sob uma explicação generalizante dos processos de individualização. Ao contrário, entendemos que a própria valorização do tema do amor desde o romantismo burguês do final do século XVIII até os seus contornos mais atuais, amplamente propagado por mídias impressas, audiovisuais e digitais, executa um papel-chave na consolidação da cultura individualizante contemporânea.

Por ora, ainda não somos capazes de identificar e apontar com precisão como esta relação simbiótica entre cultura da individualização e significação amorosa se desenvolve, uma vez que é justamente esse o problema central que se encontra ainda em elaboração. No entanto, como primeira – e, portanto, sabidamente temporária – hipótese, voltamos nosso olhar para o que percebemos comum à individualidade e ao amor como valores culturais particularmente significativos da contemporaneidade: paradoxalmente, ambos se afirmam e precisam se reconhecer por meio de uma diferenciação radical do mundo social circundante, explícita e performaticamente reafirmando sua distinção e suas idiossincrasias como “provas”, elementos legitimadores para si – indivíduo no singular e seu/sua parceiro/a –, mas necessitam fazê-lo em uma forma específica socialmente determinada e balizada – também mutável e mais ou menos transitória – que, ao mesmo tempo, não lhe recusa o caráter idiossincrático, mas também não o enquadra como desviante ou abjeto.

De modo que, paradoxalmente, o amor é idealizado como lugar privilegiado – senão o único – para a vivência máxima da individualidade, mas, ao mesmo tempo, subjugado a uma série de prescrições sociais, culturais e históricas que, seja por meio das instituições como o Estado, a Igreja ou a Família, seja por meio da validação de usuários das redes sociais, afinidades com canções e obras artísticas e de entretenimento, busca para si uma legitimidade que não pode ser encontrada nem solitariamente, nem apenas no parceiro amoroso. O amor é idealizado como elemento legitimador de relações, distinguindo-se, por exemplo, da promiscuidade ou da “liquidez”, como gostariam os adeptos mais moralistas de Bauman nas redes sociais. E, ao mesmo tempo, é o legitimador do **indivíduo** como portador de méritos especiais que o tornem digno do que, curiosamente, é apresentado como um bem democrático e universal; algo que, nas narrativas românticas, todo ser humano estaria destinado a encontrar e vivenciar. Por fim, entendemos que, dentro da perspectiva de uma sociedade que erigiu a individualidade como valor central,

absoluto e geral, o amor, como ideal e como forma de significação, é o que possibilita, por seu caráter intrinsecamente relacional e culturalmente personalista, a ligação, em nível prático e em nível simbólico, entre “indivíduo” e “sociedade”. Obviamente, sem ignorar, do ponto de vista analítico, a artificialidade dessa separação, mas reconhecendo seus efeitos práticos na orientação dos comportamentos em sociedade, em níveis individuais e coletivos. De modo que o amor, ao oferecer a condição máxima do reconhecimento individual **por outro**, confere ao indivíduo a confirmação e legitimação de sua existência como membro de uma sociedade, de maneira aparentemente independente dela.

Referências

Bauman, Zygmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

Beck, Ulrich; Beck-Gernsheim, Elisabeth. **O caos totalmente normal do amor**. Petrópolis: Vozes, 2017.

_____. **Individualization: Institutionalized individualism and its social and political consequences**. London: SAGE Publications, 2002.

Chaumier, Serge. **La déliaison amoureuse**. Paris: Armand Colin, 1999.

Elias, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

Giddens, Anthony. **A Transformação da Intimidade**. São Paulo: UNESP, 1992.

_____. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

Goffman, Erving. **A representação do Eu na vida cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 2005.

Honneth, Axl. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: 34, 2003.

Jardim, Maria. Chaves. A construção social do mercado de afeto: o caso das agências de casamento em contexto de consolidação dos aplicativos. **REPOCS**, v. 18, n.1, 2021, p. 43-62.

Lahire, Bernard. **O homem plural: os determinantes da ação**. Petrópolis: Vozes, 2002.

Martins, José de Souza. O senso comum e a vida cotidiana. **Tempo Social**, v.10, n.1, 1998, p. 1-8

Martuccelli, Danilo. La individuación como macrosociología de la sociedad singularista. **Persona y Sociedad**, v. XXIV, n. 3, 2010, p. 9-29.

_____. **Lecciones de sociología del individuo**. Lima: Universidad Católica Del Peru, 2007.

_____. O indivíduo, o amor e o sentido da vida nas sociedades contemporâneas. **Estudos Avançados**, 30, (86), 2016, p. 147-165.

Menezes, Paulo. O cinema documental como representificação. In: Novaes, Sylvia Caiuby (org). **Escrituras da Imagem**. São Paulo: Edusp, 2004.

Rossi, Túlio. O amor como significação: esboço de uma analítica sociológica. In: Bitencourt; Estevinho (Orgs.) **Sociologia por Temáticas**. Cuiabá: EDUFMT, 2021.

Rossi, Túlio. **Uma sociologia do amor romântico no cinema: Hollywood: anos 1990 – 2000**. São Paulo: Alameda, 2014.

Rougemont, Denis de. **O amor e o Ocidente**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.

Shields, Stephanie A. **Speaking from the heart: Gender and the Social Meaning of Emotion**. Cambridge: University Press. 2002.

Simmel, G. **Questões fundamentais em Sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

_____. As grandes cidades e a vida do Espírito (1903). **Mana**, n. 11, v. 2, 2005, p. 577-591.

Solomon, Robert. **About love – reinventing romance for our times**. Lanham: Rowman & Littlefield, 1994.

Sorlin, Pierre. Sociologie du cinéma. Paris: Aubier Moutaigne, 1982.

Weber, Max. **Economia e Sociedade**, v.I. Brasília: UNB, 2000.

_____. A “Objetividade” do Conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política. In: **Ensaio sobre a teoria das ciências sociais**. São Paulo: Centauro, 2008.

_____. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

Recebido em 13/01/2022

Aceito em 17/05/2022

Abandono, solidão e desistência do amor: o racismo como elemento excludente de mulheres pretas no mercado do afeto

*Maria Chaves Jardim**

*Renata Medeiros Paoliello***

Resumo:

O artigo trata das desigualdades e hierarquias existentes no mercado do amor a partir do estudo de um público específico, as mulheres pretas, quando buscamos identificar qual a mágica social (Bourdieu, 2004) que exclui essas mulheres do mercado do afeto. Em termos metodológicos, aplicamos questionários semiestruturados pelo *google forms* e aplicamos presencialmente o mesmo questionário em um bairro popular de uma cidade do interior paulista. Os dados indicam o racismo como a mágica social que cria barreira no mercado do afeto; indica, também, que as tomadas de posição afetiva dessas mulheres não se encaixam em nenhuma das quatro abordagens catalogadas por nós sobre o amor (amor líquido, amor romântico, poliamor, amor confluyente), chamando atenção para novas teorias que possam dar conta da vivência afetiva dessa população. Palavras-chave: Amor. Afetividade de mulheres pretas. Racismo. Mercado de casamento.

*UNESP –Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Faculdade de Ciências e Letras. Campus de Araraquara. Araraquara –SP –Brasil. 14800-901. E-mail: maria.jardim@unesp.br. <https://orcid.org/0000-0001-5715-1430>

** UNESP –Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Faculdade de Ciências e Letras. Campus de Araraquara. Araraquara –SP –Brasil. 14800-901. E-mail: re-luz8@uol.com.br. <https://orcid.org/0000-0002-0640-276X>

Abandonment, loneliness and giving up on love: racism as an excluding element of black women in the affection market

Abstract:

The article deals with the inequalities and hierarchies existing in the love market from the study of a specific audience, black women, when we seek to identify the social magic (Bourdieu, 2004) that excludes these women from the affection market. In methodological terms, we applied semi-structured questionnaires using google form and we applied the same questionnaire in person in a popular neighborhood of a city in the interior of São Paulo. The data indicate racism as the social magic that creates barriers in the affection market; It also indicates that the affective positions taken by these women do not fit into any of the four existing approaches to love (liquid love, romantic love, polyamory, confluent love), drawing attention to theories that may account for this population.

Keywords: love; affectivity of black women; racism; wedding market.

Abandono, soledad y abandono del amor: el racismo como elemento excluyente de las mujeres negras en el mercado del afecto

Resumen:

El artículo aborda las desigualdades y jerarquías existentes en el mercado del amor a partir del estudio de un público específico, las mujeres negras, cuando buscamos identificar qué magia social (Bourdieu, 2004) excluye a estas mujeres del mercado del afecto. En términos metodológicos, aplicamos cuestionarios semiestructurados por formularios de google y aplicamos el mismo cuestionario en persona en un barrio popular de una ciudad en el interior de São Paulo. Los datos indican el racismo como la magia social que crea barrera en el mercado del afecto; también indica que las posiciones afectivas de estas mujeres no encajan en ninguno de los cuatro enfoques catalogados por

nosotros sobre el amor (amor líquido, amor romántico, poliamor, amor confluyente), llamando la atención sobre nuevas teorías que pueden dar cuenta de la experiencia afectiva de esta población.

Palabras clave: Amor. Afecto de las mujeres negras. Racismo. Mercado de bodas.

Introdução

O amor é parte da sociabilidade humana desde sempre. Na Grécia antiga, Platão já entoava discussões acaloradas sobre o amor e a literatura também deu destaque a esse sentimento ou emoção, sendo “Tristão e Isolda” e “Romeu e Julieta” dois exemplos clássicos. Na literatura infanto-juvenil o amor tem destaque nos contos de fada, sempre com final feliz entre príncipes e princesas e foi popularizado no cinema hollywoodiano, que, aliás, ajudou a consolidar o estilo narrativo de amor romântico (Rossi, 2013). As novelas brasileiras também popularizaram uma narrativa romântica sobre o amor (Souza, 2020) e colocam o amor como a missão última de vida (Jardim, 2019).

Apesar de já presente nos clássicos da sociologia – tanto o amor Eros (afetivo-sexual), que estava nos clássicos alemães, como os amores Ágape e Philia¹, presentes junto aos clássicos franceses (Jardim e Souza, no prelo), somente na década de 1970 o amor começou a ser sistematicamente estudado pelas ciências sociais². Além das ciências sociais e da psicologia, o amor é objeto

¹ Em texto de 2006, Vandenberghé define a tipologia de amor existente na filosofia grega: ágape, eros e philia. Na ocasião, o autor cria um quarto tipo, que seria o amor Interesse.

² Com forte inspiração em Freud, a psicologia se adiantou na discussão. De acordo com Sternberg (1997), Reik (1944) construiu uma primeira teoria sobre o amor nos anos 1940 com forte influência da psicanálise freudiana. As ciências sociais passaram a produzir nos anos 1990 sobre o tema, sendo leituras obrigatórias desse momento: Niklas Luhmann, “O Amor como Paixão” (1991), Giddens, “A transformação da intimidade” (1993), Pierre Bourdieu, “A dominação masculina” (2019) e o casal Beck, “O caos normal do amor: novas formas de relacionamento” (2001).

de discussão na neurociência, o que demonstra a interdisciplinaridade do tema (Raquel, 2021).

Diante da importância do estudo do amor de forma científica, temos investido esforços na investigação do tema, revelando-o como uma construção social (Jardim, 2017, 2019, 2021, no prelo); e reivindicando que o amor seja consolidado como tema de estudos nas ciências sociais (Jardim, 2017; Jardim, Rossi, 2021).

Nesse contexto, destacamos o artigo de 2017 (Jardim; Moura), quando estudamos o mercado do amor em dois aplicativos para relacionamento afetivo, sinalizando a desigualdade existente nesse mercado, já que mulheres fora dos padrões estéticos possuem menos escolhas (e muitas vezes não possuem nenhuma escolha) em contraponto às mulheres dentro dos padrões estéticos como as brancas, magras e de cabelos lisos. Na ocasião, questionamos a tese de Illouz (2011), sobre a abundância de afeto nos aplicativos, uma vez que nossa imersão no campo teria indicado que esse afeto não é distribuído de forma igualitária para todos os consumidores de afeto do mercado, ou seja, independentemente da cor de pele, textura do cabelo, peso e nível de escolaridade, por exemplo. Concluímos, na ocasião, que não existia amor à primeira vista e muito menos livre mercado do amor, já que esse estaria sustentado e sustentando valores do senso comum, os quais criariam barreiras aos consumidores desse mercado.

No artigo que ora apresentamos, aprofundamos o argumento de que existem desigualdades e hierarquias no mercado do amor, a partir do estudo de um público específico, as mulheres pretas, quando buscamos identificar as barreiras que excluem essas mulheres desse mercado. Em outras palavras, queremos conhecer qual a mágica social (Bourdieu, 2004) que deixa mulheres pretas excluídas do mercado de casamento.

A originalidade do artigo é, portanto, debater dois temas pouco usuais na pesquisa sociológica, o amor e o amor das mulheres

pretas. Sobre o estudo da afetividade das mulheres pretas, Pacheco (2006, p. 154) afirma que “a questão racial já mereceu a atenção de diversos intelectuais, mas pouco se falou da afetividade do negro e mais ainda, cruzando as variáveis afeto, raça e gênero”. O mesmo argumento é compartilhado por Silva (2003) e Silva (2019) para quem a maioria de estudos sobre a raça no Brasil reconhece os efeitos contemporâneos do sistema colonial sobre a vida da população negra em matéria socioeconômica e política (Silva, 2019), mas que existe uma ausência de estudos que considerem a negação da liberdade da expressão das emoções dos povos negros, da sua subjetividade afetiva e da oportunidade de constituir e manter laços de família (Silva, 2003; Silva, 2019).

Além da ausência de discussão teórica sobre o tema, a definição de nosso recorte empírico efetivou-se quando tivemos acesso a alguns dados estatísticos sobre matrimônios nessa população. No que se refere a casamento, o IBGE de 2010³ mostrou - desmistificando a ideia de miscigenação no Brasil - que 70% dos casamentos no país ocorrem entre pessoas da mesma cor e que as mulheres pretas (à época, 7% da população) são as que menos se casam. Ainda segundo o IBGE de 2010, 52% da população feminina preta não vivia união estável, ou seja, era solteira, sendo que as mulheres pretas com mais de 50 anos estavam na categoria “celibato definitivo”, o que significa que nunca viveram um relacionamento estável. Lembramos que no IBGE de 1991, as mulheres brancas se casavam 11% mais que as mulheres negras (Petrucci, 1990).

O IPEA de 2013 mostrou, mais uma vez, que essas mulheres não possuem companheiro, quando pontua que 51,1 % dos lares brasileiros são chefiados por mulheres pretas. O protagonismo

³ O tema nupcialidade foi pesquisado no censo do IBGE de 2010, quando foi perguntado às pessoas sobre seu estado civil (se elas eram solteiras, casadas, separadas), sua idade, gênero e sua cor. Também se investigou se os casamentos eram feitos no civil, no religioso, etc.

da mulher preta já havia sido sublinhado por Florestan Fernandes, em 1978, quando o autor percebe que a mulher preta seria a base para a sustentação da família negra e que, mesmo sozinha, chefiava a família econômica e educacionalmente⁴.

Uma outra forma de perceber a afetividade de mulheres pretas é pelo número de mães solo. De acordo com os dados do IBGE de 2020, o Brasil tem **11,4 milhões de famílias formadas por mães solo**, sendo que a grande maioria delas é preta, ou seja, **7,4 milhões**⁵. Nessa mesma direção, o Mapa da Violência de 2015 demonstra que as principais vítimas de violência de gênero são as mulheres e as meninas pretas. Por fim, Carneiro (2017) informa que o levantamento na Secretaria Especial de Políticas para Mulheres para o ano de 2016 demonstra que 59,71% das mulheres que relataram casos de violência doméstica pelo Ligue 180 eram pretas.

Para entendermos o conjunto de dados apresentados acima, sobre as mulheres pretas, citamos Silva (2003, p. 01):

A situação da mulher negra no Brasil de hoje manifesta um prolongamento da sua realidade vivida no período de escravidão com poucas mudanças, pois ela continua em último lugar na escala social e é aquela que mais carrega as desvantagens do sistema injusto e racista do país. Inúmeras pesquisas realizadas nos últimos anos mostram que a mulher negra apresenta menor nível de escolaridade, trabalha mais, porém com rendimento menor, e as poucas que conseguem romper as barreiras do preconceito e da discriminação racial e ascender socialmente têm menos possibilidade de encontrar companheiros no mercado matrimonial.

⁴ Apesar das críticas que Florestan Fernandes recebe dos especialistas raciais, por considerar a sociedade a partir da questão da classe social e não da raça, o debate racial também pode ser notado no autor.

⁵ Em nossas pesquisas em andamento sobre o mercado da reprodução assistida, temos encontrado um grande interesse pela maternidade solo e 99% das mulheres que procuram clínicas de reprodução assistida são brancas, o que também pode ajudar a entender o aumento de mães solo brancas na última década, conforme IBGE (2020).

Considerando esse contexto, o objetivo do artigo é identificar a mágica social (Bourdieu, 2004) que faz com que as mulheres pretas sejam excluídas do mercado do afeto e, mais, que entendam essa exclusão como fracasso individual e como um problema de foro íntimo, tornando-se muitas vezes cúmplices da dominação que lhes é aplicada, no sentido de “trabalharem” (sem saber e sem querer) para reforçá-la. No caso estudado, essa cumplicidade acontece quando as mulheres aceitam relacionamentos sem compromisso (amantes, ficantes, sexo casual), não por desejo ou por liberdade sexual, mas, ao contrário, como forma de fugir da solidão afetiva que lhes é imposta.

Entendemos mágica social a partir de Bourdieu (2004), para quem existiria um trabalho mágico e oculto no processo de interiorização de valores sociais, realizado em uma ação pedagógica poderosa, que conta com a cumplicidade de agentes e instituições, formando uma crença dóxica, ou seja, um pensamento legítimo que, de tão interiorizado no inconsciente social, é visto como natural. Esse valor “natural” seria reproduzido a partir de discursos e de práticas de agentes e instituições. Ainda como marco teórico, o texto dialoga com os achados empíricos da literatura que trata de amor e mulheres pretas, com destaque para Pacheco (2006, 2008, 2013) e Souza (2008), e, por fim, os dados empíricos da pesquisa são colocados em diálogo com as quatro abordagens catalogadas por nós sobre o amor: amor líquido, amor romântico, amor confluyente e poliamor.

Em termos metodológicos, fizemos uso de duas estratégias para coleta de dados: na primeira aplicamos questionários semiestruturados pelo *google forms*, o qual foi respondido por 45 mulheres pretas. Ao constatar que, dessas 45 mulheres, apenas cinco não possuíam diploma superior, aplicamos presencialmente o questionário em mulheres pretas sem diploma superior em um bairro popular, quando conseguimos 19 respostas, somando 64 questionários ao todo. O material foi tratado a partir da aná-

lise do discurso de Pierre Bourdieu (2011)⁶, no sentido de que, além de olharmos os discursos, atentamos para algumas variáveis do sujeito falante, como raça, idade, estado civil, ocupação/profissão, profissão do pai e da mãe, sustentando o discurso em uma trajetória social, uma vez que, para Bourdieu (2011), um discurso só pode ser entendido a partir da posição do agente social que discursa.

O texto está dividido da seguinte forma: além desta introdução e da conclusão, é composto por uma seção na qual revisamos como o tema “amor e questões raciais” tem aparecido nas ciências sociais; em seguida, mostramos as pesquisas inovadoras sobre casamento e raça dos anos 1980/1990; e, finalmente, apresentamos e analisamos os dados da nossa pesquisa empírica.

1. O amor e as questões raciais no Brasil

O estudo sobre o amor é algo novo nas ciências sociais. Relacionar amor, raça e gênero é ainda mais raro⁷. Em pesquisa no Scielo Brasil, não encontramos produção com a associação das seguintes palavras-chave: amor e mulher preta; amor e mulher negra; afetividade e mulher preta; afetividade e mulher negra. Em pesquisa ao banco de teses Capes, encontramos cinco resultados, sendo três da área das ciências sociais e dois da área da psicologia, como expomos a seguir.

No ano de 2008 foram defendidas duas pesquisas que influenciam sobremaneira os estudos sobre afetividade e mulher preta no Brasil. A primeira foi a reconhecida tese de doutoramento de Ana Claudia Lemos Pacheco, intitulada “Branca para casar, mu-

⁶ O texto de Pierre Bourdieu “Célibat et condition paysanne”, de 1962, também inspira nossas questões.

⁷ No primeiro capítulo do livro “Casa Grande e Senzala”, Gilberto Freyre não fala de amor, mas de sexo.

lata para foder, negra para trabalhar: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia”, defendida na Unicamp.

A pesquisa foi realizada com mulheres pretas em Salvador, na Bahia, a partir de dois grupos empíricos: o primeiro composto por cinco mulheres negras ativistas políticas; e o segundo formado por cinco mulheres não ativistas. Seus dados apontam que os corpos femininos são construídos historicamente e que o ato de amar não estaria isento das hierarquias sociais impostas às mulheres, sobretudo às mulheres pretas. As relações de dominação, portanto, determinariam as escolhas afetivas, quando as mulheres negras ficariam em desvantagem. Seus resultados indicam que há um excedente de mulheres negras solitárias, isto é, sem parceiros afetivos fixos e sem relações afetivo-sexuais estáveis, quando comparados com mulheres brancas.

Dois anos antes da defesa da tese, em 2006, Pacheco havia escrito um artigo seminal sobre o tema, “Raça, gênero e relações sexual-afetivas na produção bibliográfica das ciências sociais brasileiras: um diálogo com o tema”, no qual retoma as teorias raciais existente no Brasil e conclui que a miscigenação vem sendo realizada mais pela preferência afetiva de homens negros por mulheres brancas ou mulheres de pele clara, do que de mulheres negras por homens brancos; que as mulheres negras são as menos preferidas para uma união afetiva estável pelos homens brancos e também pelos negros, perdendo na disputa matrimonial-afetiva para as mulheres brancas; como resultante dessa disputa haveria um excedente de mulheres negras solitárias, sem relacionamento afetivo. A autora aponta, ainda, que as negras perfazem a maioria (mais de 50%) entre as mulheres solteiras, viúvas e separadas

É ainda da mesma autora o livro “Mulher Negra. Afetividade e Solidão”, de 2013. Nesse livro, Pacheco constata a existência de um processo histórico que desumaniza a mulher negra, posicio-

nando-a como um sujeito sem sentimentos, animalizada, hiperssexualizada, ou seja, um sujeito que não é digno de ser amado, nem de amar. Isso difere do que ocorre com a mulher branca ou socialmente embranquecida, associada ao padrão de beleza, o que eleva o *status* de quem se relaciona com ela. A autora defende, com base em pesquisa empírica, que não se pode dissociar as categorias gênero, raça e classe ao buscar entender a vida afetiva das mulheres negras.

A segunda pesquisa encontrada no banco de dados Capes é uma dissertação de mestrado, “A solidão da mulher negra: sua subjetividade e seu preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo”, defendida na PUC de São Paulo, em 2008, de Claudete Alves da Silva Souza.

Essa dissertação - que é recorrentemente citada e indicada para leitura pelas militantes negras das redes sociais - tem como argumento que *as histórias das mulheres negras são permeadas pela solidão e por sucessivos revezes nas lutas de resistência contra as políticas de dominação escravagista, de segregação e exclusão social e de assunção unilateral de responsabilidades familiares. Portanto, a lógica da sociedade patriarcal e escravista parece ter delineado seus contornos com a apropriação do corpo da mulher escrava e da exploração sexual do seu corpo (Souza, 2008)*⁸. A autora nos lembra que na época da escravidão não

⁸ Visando relativizar um pouco as afirmações - de que as mulheres escravizadas aparecem apenas na exploração sexual de seus corpos - lembramos que há toda uma produção em história social, desencadeada por Robert Slenes, que fala das famílias escravizadas no contexto da grande propriedade e indica outros papéis a essas mulheres. Também tem os contos de Machado de Assis e os relatos de suicídio e infanticídio de mulheres negras, como no romance *Beloved* de Tony Morrison. E muitos casos de famílias escravizadas, envolvendo ou não filhos ilegítimos do senhor, recebendo herança em terras e alforriadas, ou de sitiantes nas bordas da grande propriedade, tudo isso, e outras modalidades mais, constituindo “terras de pretos”, hoje reconhecíveis como remanescentes de quilombos. Portanto, apesar de Souza (2008) ter razão, a mulher preta aparece em outras abordagens na literatura, para além da questão da sexualidade.

era dado a essa mulher o direito de ter a própria família (Souza, 2008)⁹.

O argumento que motiva Souza (2008) é que a solidão afetiva da mulher preta tem origem na estrutura familiar; nesse sentido, quer entender o que as mulheres negras solteiras têm em comum. Os resultados da pesquisa indicam que as mulheres entrevistadas já nasceram e cresceram com o racismo e o sexismo como sistemas cruzados de opressão. Muitas das mulheres entrevistadas para a pesquisa nunca vivenciaram relacionamentos fixos, duradouros e saudáveis. A mulher negra, para Souza (2008), além de sozinha, é a maior vítima da violência doméstica. A mesma autora argumenta que as mulheres pretas têm o papel de provedoras do lar e da sobrevivência de seus dependentes, uma vez que as famílias são formadas por mães solo e pais desconhecidos. Seu argumento, do ano de 2008, está de acordo com os dados do IBGE de 2013, os quais mostram que 51,1% dos lares são chefiados por mulheres pretas.

Dez anos depois dessas duas primeiras iniciativas seminais, temos a dissertação de mestrado de Amanda Raquel da Silva intitulada “A cor das relações: corpo, idade e afetividade na experiência de mulheres negras em um bairro de Natal/RN” (UFRN), de 2019.

A pesquisa, de cunho antropológico, de Silva (2019) foi realizada com mulheres negras residentes em um bairro periférico de

⁹ Para aprofundamento dessa tese ver Sonia Maria Giacomini (1988), autora que trata das tensões relativas ao papel social e sexual da mulher negra escravizada no Brasil e argumenta que a vida privada ou vida familiar se apresentam como contradição na vida da mulher negra, por carregar a condição de “coisa” imposta aos negros naquele período, pois a constituição da família era inacessível a quem não possuía nem a si próprio. Nas suas pesquisas, a autora percebe que a expressão “família escrava” não aparece, mas, sim, expressões como “filhos de escrava” ou “mãe de escravo”, portanto, nada que remetesse à noção de família, que é veiculada somente sobre a relação da mãe e seus filhos, que ao menos se fazia presente pela necessidade fisiológica dos filhos com relação às mães no início de suas vidas. Ainda, com respeito a pais e irmãos, nada era citado, sendo a questão da paternidade inexistente. Mesmo quando relatada, a maternidade aparece no sentido de negação, retratando o afastamento dos filhos.

Natal, Rio Grande do Norte, na faixa etária entre os 50 e 75 anos de idade. Com base em sua vivência com essas mulheres e com forte inspiração em bell hooks (2000), Silva (2019) defende que a escravidão levaria os negros a não se envolverem emocionalmente, evitando sofrimentos com uma possível separação. Nesse sentido, esconder emoções e mascarar sentimentos passaram a fazer parte de uma aparente personalidade forte para as pessoas de origem negra e, por outro lado, de uma postura segundo a qual mostrar os sentimentos teria se tornado uma bobagem. Essa forma de lidar com as emoções teria se mantido, após o fim da escravidão no Brasil, quando essas pessoas passaram a manter o controle das emoções e o afastamento do amor, que passou a ser vivido de forma pragmática, portanto além do amor romântico, “afinal, como alimentar afeto por outras pessoas em contextos nos quais era impossível prever se estariam ou não juntos?”, questiona Silva (2019, p. 35).

Na área da psicologia social, encontramos duas contribuições: uma de 2018 e outra de 2020. A primeira, “A cor do amor: o racismo nas vivências amorosas de mulheres negras”, defendida na Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, por Eliana Gamas Fernandes. Com base em pesquisa empírica, a autora demonstra que os esforços das mulheres negras para se encaixarem nos padrões de brancura são evidenciados por meio dos relatos sobre alisamento e tintura dos cabelos, isto é, todas as participantes da pesquisa afirmaram ter passado por embranquecimento estético para ter alguma visibilidade afetiva (Fernandes, 2018).

A segunda pesquisa, de 2020, de Hênio dos Santos Rodrigues, intitulada “**Racismo sexual, despersonificação e preterimento da mulher negra: o amor tem cor?**”, defendida na Universidade Federal de Sergipe, argumenta que no “mercado dos afetos” do Brasil existe uma seletividade conjugal, e o dito “paraíso racial” se transforma em inferno para aqueles que não estão dentro da lógica eurocêntrica que norteia as relações amorosas.

Nesse contexto, mulheres pretas estariam excluídas do mercado de casamento.

Em artigo sobre a solidão da mulher preta, as pesquisadoras da área da psicologia Mizael, Barrozo e Hunziker (2021) realizaram uma revisão bibliográfica com as palavras “solidão da mulher negra/preta” e “rejeição da mulher negra/preta”, não apenas no banco de dados Capes, mas também no google acadêmico e encontraram um total de oito pesquisas, sendo que, nessas, a solidão da mulher negra foi relacionada principalmente à falta de um parceiro, ao abandono parental e/ou do próprio parceiro e ao preterimento afetivo-sexual. Isso quer dizer que, se ampliássemos nossa pesquisa para a palavra solidão/rejeição da mulher preta/negra, teríamos uma maior produção. Apesar dessa discreta diferença, o que a nossa pesquisa bibliográfica, assim como a de Mizael, Barrozo e Hunziker (2021), mostra é que o estudo da afetividade das mulheres pretas está longe de se tornar uma agenda expressiva nas ciências sociais.

2. As primeiras iniciativas e os autores “clássicos” no tema

É muito comum, nas pesquisas identificadas no item anterior, a existência de referências aos estudos inaugurais sobre o mercado matrimonial dos anos 1980/1990, os quais alertam para o fato de que as mulheres negras seriam as mais rejeitadas no mercado conjugal (Berquó, 1987; Moreira, S. Sobrinho, 1994; Petruccelli, 1991). Contudo, se antecipando no debate, na década de 1970, Florestan Fernandes (1978) já havia pontuado que o negro foi socialmente desestabilizado em todos os seus aspectos, inclusive afetivo-sexual. Para o autor, no plano sexual e afetivo, as mulheres negras sofreram a penúria, a humilhação e a infelicidade por ter relações amorosas transitórias, não estáveis. As suas experiências afetivas com homens negros e brancos seriam frutos da desorganização social do “meio negro”. Assim, prostituição, alcoolismo, poligamia e abandono seriam

fatores anômicos do modo de vida dessa parcela da população. Desse modo, o abandono e a solidão entre as mulheres negras seriam frutos dessa tensão social que as associa ao sexo, às relações efêmeras, ao “amor físico”, afastando-as dos projetos de vida “conjugal” e, do nosso ponto de vista, do ideal de amor romântico, perseguido pelas mulheres brancas.

Sobre as referenciadas pesquisas dos anos 1980, destaque para o artigo “Nupcialidade da população negra no Brasil”, de Berquó (1987), que inaugurou essa agenda de pesquisa, quando a autora analisou os censos dos anos 1960 a 1980 e constatou que, em comparação com as mulheres brancas, as mulheres negras eram as que menos se casavam e constituíam o maior número de solteiras, viúvas e separadas; apontou, ainda, que as mulheres negras se casam em idade mais avançada que as mulheres brancas, além de também fazerem parte da categoria mais propensa ao “celibato definitivo”, ou seja, daquelas que nunca tiveram um relacionamento afetivo (Berquó, 1987). Nessa direção, destaque também para a pesquisa de Petrucelli (2001), que fez uso dos dados do IBGE de 1991 para estudar o mercado de casamento e demonstrou que as mulheres brancas se casavam 11% mais que as mulheres negras.

Na mesma direção, Silva (1987) demonstrou, em “Distância Social e Casamento Inter-racial no Brasil”, o maior número de mulheres negras solteiras e a grande ocorrência de casamentos em que a mulher é mais clara que o marido, ou seja, o casamento do homem preto com a mulher branca, o que criaria uma defasagem no mercado de casamento para as mulheres pretas, por um duplo movimento: primeiro os homens brancos preferem as mulheres brancas; segundo, as mulheres brancas não escolhidas por homens brancos passam a concorrer por homens pretos no mercado marital, reduzindo as chances de casamento das mulheres pretas, que competem em desigualdades, pois os homens pretos também teriam incorporado o padrão estético vigente como padrão legítimo, ou seja, o padrão da mulher branca. Para

Oliveira (2019), diferente da mulher preta, o homem preto, apesar de carregar os estereótipos negativos, consegue se inserir mais facilmente no mercado de casamento. Devido ao excedente de mulheres brancas e à imagem atrelada ao homem viril, eles demoram mais a ficarem sozinhos e conseguem se relacionar mesmo após determinada idade.

Uma outra forma de entender o interesse do homem negro pela mulher branca está em Fanon (2008), para quem a escravidão promove no negro o ódio por si mesmo, levando-o a se aproximar do ideal branco, visto como superior. Sobre isso, em “Tornar-se negro” (1982), Neusa Santos defende que o emocional dos negros é abalado pelas ideologias dominantes e que, para sua ascensão social, os homens pretos tendem a se aproximar do ideal dominante branco nos relacionamentos, procurando mulheres brancas para o casamento. Isso faz com que os homens pretos sejam mais propensos ao movimento de clareamento do que as mulheres pretas.

Outra recorrência nos estudos sobre o tema é a citação da autora bell hooks¹⁰ (2000), escritora feminista e militante das questões raciais nos Estados Unidos. Por fundamentar não apenas as pesquisas acadêmicas no tema, mas a militância feminista negra nas redes sociais, colocaremos em tela seus principais argumentos.

Para bell hooks (2000), a opressão sofrida pelos negros durante a escravidão, somada à exploração, criou condições emocionalmente difíceis para eles, comprometendo negativamente sua subjetividade e a capacidade de amar. Portanto, o amor, que, em princípio, seria espontâneo, passou por uma distorção e se tornou um ato de resistência para essa população.

¹⁰ É o pseudônimo de Gloria Jean Watkins, escritora norte-americana nascida em 25 de setembro de 1952, no Kentucky – EUA. O apelido que ela escolheu para assinar suas obras é uma homenagem aos sobrenomes da mãe e da avó. O nome é grafado em letras minúsculas, bell hooks.

Em seus argumentos, hooks (2000) acrescenta que os negros dos Estados Unidos estabeleceram relações afetivas com base na brutalidade, reproduzindo suas vivências durante a escravidão. É como se houvesse um inconsciente social, baseado na violência, fundamentando a forma de se relacionar com o amor.

No Brasil, esse argumento aparece em Florestan Fernandes, no livro “Integração do Negro na Sociedade de Classe”, de 1978, quando o autor afirma que, completamente excluídos e discriminados, os homens negros viam no ato sexual a única atividade prazerosa que podiam praticar durante o dia, já que o trabalho honesto estava bloqueado a muitos deles; e o ato sexual não vinha acompanhado de afeto e muito menos de compromisso com os filhos oriundos dessas relações sexuais sem vínculo afetivo.

Segundo bell hooks (2000), a população negra passou a reprimir toda e qualquer forma de afeto como estratégia de sobrevivência, uma vez que o racismo a levou a ter no ódio uma referência de afeto. Esse argumento é compartilhado por Fanon (2008), que afirma que o racismo é capaz de produzir no sujeito negro um sentimento de ódio a si e à sua negrura. No caso das mulheres pretas, que eram obrigadas a se deitar com seus donos, Gonzalez (1988) afirma que o amor, para a mulher escravizada, era um verdadeiro pesadelo.

Em suma, pesquisas acadêmicas abordam o mascaramento das emoções pelos escravizados. Por exemplo, Florestan Fernandes (1978), Giacomini (1988) e Davis (2016) demonstram que a expressão de sentimentos, seja dor, sofrimento, tristeza, alegria, paixão, animação, podia acarretar ainda mais punições no período da escravidão, motivo pelo que os escravizados passaram a ocultar suas emoções, fossem elas boas, fossem ruins.

A revisão bibliográfica desse item nos permite concluir que, após mais de 100 anos do fim da escravidão no Brasil, estaria no inconsciente social dos povos negros uma relação na qual o

amor é visto como necessidade complementar e a sobrevivência material como necessidade primária. Portanto, concordando com Florestan Fernandes (1978) e bell hooks (2000), afirmamos que, mesmo com a abolição da escravidão, os negros não ficaram imediatamente livres para amar, por pelo menos dois motivos: o primeiro, a dificuldade em lidar com as emoções, especialmente a expressão do amor; o segundo a existência do racismo na sociedade, que limita a entrada e o movimento dos negros no mercado do amor e do casamento, especialmente para as mulheres pretas.

3. Amor das mulheres pretas: contato com o mundo social

Para coletar dados sobre o afeto das mulheres pretas, aplicamos um questionário pelo *google forms* intitulado “O amor como construção social: o caso das mulheres pretas”, que foi divulgado pelas redes sociais entre 14 e 25 de fevereiro de 2022 e para o qual houve 45 respostas¹¹. O questionário foi composto por 19 questões, com espaço para relatos sobre a vivência afetiva e sexual, assim como relatos sobre sucessos e fracassos afetivos. O que nos chamou atenção foi que, nessa primeira amostra, 40 mulheres tinham ensino superior.

Nesse sentido, para acessar mulheres pretas sem ensino superior, aplicamos o mesmo questionário de forma presencial em um bairro popular da cidade de São Carlos, estado de São Paulo, entre os dias 25 e 28 de fevereiro de 2022. A estratégia para aplicar o questionário foi bater de forma aleatória nas casas, acompanhadas por uma ex-aluna da Unesp de Araraquara, que é moradora desse bairro. Explicamos os objetivos da pesquisa e que gostaríamos de conversar com mulheres pretas acima de 18 anos. Na ocasião, fomos bem recebidas por mulheres que se

¹¹ Disponível em: <https://forms.gle/RbhBqcdATCp5qLXk6>

autodenominavam pretas e também por aquelas que, apesar de ter a cor da pele preta, não se identificaram como tal e não se interessaram em colaborar com a pesquisa. No total, obtivemos 19 retornos nessa empreitada. Portanto, o *corpus* empírico deste artigo é composto de 64 questionários, dos quais 24 foram respondidos por mulheres pretas sem ensino superior (19 na pesquisa presencial no bairro e seis na pesquisa pela internet) e 40 respondidos por mulheres pretas com ensino superior.

As mulheres que responderam ao *google forms* têm entre 22 e 60 anos de idade, são heterossexuais, solteiras, sem filhos; das 45 mulheres, apenas cinco não possuíam ensino superior. As mulheres sem ensino superior que responderam a esse questionário têm entre 20 e 46 anos, são heterossexuais, possuem mais de um filho, em alguns casos de pais diferentes, são separadas/solteiras e não possuem o ensino médio completo.

Os temas que mais apareceram nos dois grupos estudados foram: sofrimento ligado ao racismo na infância e na adolescência; casamento ou a falta dele e a relação com o fracasso afetivo; hiperssexualização da mulher preta; invisibilidade afetiva da mulher preta e relacionamentos abusivos. Abordaremos cada um deles a seguir, buscando construir uma narrativa da infância à fase adulta. Não definimos hierarquicamente qual o tema é mais importante, pois existe uma combinação deles nos depoimentos. Citaremos frases apenas para exemplificar e dar voz às mulheres, uma vez que o material coletado é denso e esses exemplos se repetem nos depoimentos.

3.1. Sofrimento ligado ao racismo: infância e adolescência

Todas as mulheres, sem exceção, relataram rejeição afetiva na infância e na adolescência, marcando sua subjetividade como uma mulher de pouco ou nenhum valor e de não merecimento de um final feliz amoroso. Em Jardim (2019), alguns desses argumentos também aparecem em mulheres brancas, mas defen-

demos que, quando em diálogo com o racismo, o sentimento de pouco valor e baixa autoestima é potencializado.

Sintetizamos uma amostra de depoimentos no quadro abaixo, apenas como ilustração, uma vez que o material empírico é denso e esses argumentos se repetem ao longo dos depoimentos. Nesse sentido, as frases selecionadas representam o todo.

Quadro 1: Racismo na infância e na adolescência.

“Desde a adolescência minha vida afetiva é muito travada. Nada acontece. Nem uma paquera. Acho que não mereço um amor” (28 anos, solteira, faxineira, segundo grau completo, 2 filhos, mãe faxineira e pai pedreiro).

“Uma vez, no segundo ano, eu tinha uns 8 anos, escrevi uma cartinha e coloquei no caderno do menino que eu gostava; quando ele viu a carta, mostrou para a professora e me apelidou de “cabelo pixaim”. Até esse dia eu não tinha me dado conta que eu era “diferente” dele; foi meu primeiro amor que me apresentou ao racismo” (33 anos, separada, caixa de supermercado, segundo grau incompleto, 2 filhos, mãe e pai são trabalhadores rurais na ativa).

“Na infância e adolescência, sempre me achei feia e também tinha o preterimento dos meninos, tanto negros como brancos” (36 anos, solteira. Nutricionista. Sem filhos. Mãe auxiliar de enfermagem e pai serviços gerais).

“Na adolescência eu não tive namorados, estudei numa escola de brancos apesar de pública; entre a transição do ensino para a faculdade nem pretendente eu tive (...)” (50 anos, solteira. Professora universitária. Sem filhos. Mãe do lar e pai funcionário público federal).

“Na adolescência eu era classificada como feia pelos meninos, e levei isso para mim por um bom tempo até entender o racismo por trás das escolhas e construção social do que é “gosto”” (41 anos. Professora, fez mestrado em Pedagogia na PUC de São Paulo. Sem filhos, mãe costureira e pai metalúrgico).

“Quando adolescente me achava feia, pois meu tipo de corpo, cabelo e cor não é desejado” (30 anos. Solteira. Psicóloga. Estudou Psicologia na Universidade Federal de Santa Maria, sem filhos. Mãe empresária e pai pedreiro).

Fonte: dados da pesquisa

Todos os depoimentos pontuam a presença do racismo nas esferas de sociabilidade, desde a escola até a construção de relacionamentos afetivos e a vergonha sentida pela cor de pele.

Quando eu era criança e adolescente, tinha vergonha nas aulas de história quando a professora falava que os negros eram escravizados e humilhados. Eu abaixava a cabeça e ficava quieta, como tinha a pele parecida com a das imagens dos livros, algo me dizia que aquela história era minha, mas era uma história que me causava vergonha, eu ficava quieta e pensando, ‘tomara que ninguém perceba que eu sou parecida com os desenhos dos livros (30 anos, ficando com alguém comprometido, segundo grau completo, tem dois filhos, vendedora em uma loja do mercadão da cidade. Mãe faxineira e pai pedreiro).

Os depoimentos dialogam com a literatura que afirma que, devido aos padrões estéticos impostos pela sociedade brasileira, que valorizam a mulher branca e que são distribuídos pela televisão e cinema, a mulher preta aprende, desde criança, a não ver valor em seu corpo, cabelo e rosto, pois esses seriam “o oposto do padrão de beleza estipulado pela sociedade” (Silva, 2019). Para Gomes (2006), a beleza pode servir como marca distintiva e discriminatória e foi o que os depoimentos nos relataram.

Além disso, o racismo levou essas mulheres a pensarem que havia algo errado com elas, ou que eram más, uma vez que eram ignoradas pelos meninos e também porque tinham dificuldade em ter uma “melhor amiga”.

Quadro 2: Racismo e baixa autoestima

“Eu sempre achei que tinha algo errado comigo, que o problema era eu, só adulta fui me dar conta do racismo” (37 anos, faxineira, 8ª série, separada, quatro filhos, pais trabalhadores rurais aposentados).

“Na hora do recreio eu sempre ficava sozinha; mesmo oferecendo meu lanche eu não conseguia uma “melhor amiga”, muito menos um paquerinha. Eu achava que eu tinha algum problema, que eu era má, porque ninguém gostava de mim” (50 anos, separada, 3 filhos, trabalha em uma fábrica como metalúrgica, segundo grau completo, mãe faxineira e pai pedreiro).

Fonte: dados da pesquisa

3.1.2 A festa junina como espaço de racismo

A festa junina apareceu em todos os depoimentos como um momento especialmente difícil para essas mulheres na infância e na adolescência, por nem sempre conseguirem fazer um par para a quadrilha.

Quadro 3: Festa junina e racismo

“Na escola, alguns nem me cumprimentavam, nunca dancei nas festas juninas, pois não era escolhida” (36 anos, solteira. Nutricionista, sem filhos. Mãe auxiliar de enfermagem e pai serviços gerais).

“Eu era a única preta na minha sala de aula, pois eu cresci no interior do estado de São Paulo, em cidade colonizada pelos italianos. Apesar de ser uma das melhores alunas da turma, eu era sempre a última a ser escolhida para a festa junina. E era sempre o mesmo menino que também sobrava, que apesar de branco e filho de uma das professoras, era considerado feio para os padrões sociais (ele era branco, mas bem gordo)” (46 anos, solteira. Professora de uma universidade pública; doutora em pedagogia; Sem filhos. Mãe do lar e pai trabalhador rural aposentado).

Fonte: dados da pesquisa

Nos depoimentos, as mulheres citaram como o problema era contornado pelos professores, o que pode ter causado mais sofrimento. Abaixo uma ilustração desse tipo de argumento comum nos depoimentos:

Me lembro que na sétima série a professora contornou o problema me colocando para dançar com uma amiga, que também sobrou, não por falta de menino, mas porque também era negra. O problema é que uma de nós tinha que se vestir de menino e ninguém queria se fantasiar de menino no momento que queríamos aparecer bem arrumadas e bonitas para os mweninos da escola. Era muito humilhante porque expressava a falta de par. Até hoje eu detesto festa junina. (46 anos, separada, 2 filhos, caixa de supermercado, fez até 8ª série, mãe era faxineira e pai era pedreiro).

Esse primeiro bloco de discurso mostra que o racismo esteve presente desde a infância dessas mulheres, construindo um

marcador simbólico de pouco valor, que terá força excludente no momento das suas vivências afetivas.

3.1.3 A hiperssexualização da mulher preta versus o início tardio da vida sexual

As mulheres dos dois grupos relataram, também, que quando são abordadas por homens é apenas para convites sexuais e que isso limita a possibilidade de sonhar e fazer planos afetivamente. Os valores que essas mulheres exprimem em suas falas relativas à hiperssexualização são: 1) são vistas como objeto sexuais pelos homens, o que leva tanto a reconhecerem-se como 2) uma aventura, “a outra”, o que possivelmente as leva ao 3) início de uma vida sexual tardia. O quadro 4 sintetiza os argumentos referentes a serem vistas como objeto sexual.

Quadro 4: A mulher preta como objeto sexual

“(…) não sou vista como uma mulher a ser assumida, mas sim usada como desejo, fetiche sexual. Homens comprometidos sempre me olham com desejo e me sinto muito mal por isso” (36 anos, solteira. Nutricionista. Sem filhos. Mãe auxiliar de enfermagem e pai serviços gerais).

“Me sinto mal como mulher. Nenhum homem merece estar comigo. Não tenho valor. Ninguém me deu valor até hoje. Só me procuram por causa de meu corpo. Nunca elogiaram meu rosto, só o meu corpo e, depois que conseguem sexo, somem” (23 anos, desempregada, solteira, um filho, mãe faxineira, pai pedreiro).

“Nunca tive um relacionamento sério, embora quisesse. Os homens que me relacionei, com o tempo fui percebendo que só queriam sexo (...). Sou fora dos padrões impostos pela sociedade, mas me considero uma mulher apresentável” (22 anos, solteira, estudante de biblioteconomia em uma universidade pública, sem filhos. Mãe do lar e pai tesoureiro).

“Meu sonho era ter um parceiro, alguém para viajar, sair, enfrentar a falta de dinheiro, ficar em casa e rir. Mas homens só enxergam meu corpo para sexo. Por isso não penso mais em casamento. Eu gostaria de ter mais um filho, mas não sozinha” (43 anos. Separada, assistente administrativa. Ensino Médio Técnico Administrativo. Tem um filho. Mãe doméstica e pai agricultor).

Fonte: dados da pesquisa

A hiperssexualização do corpo da mulher preta também foi encontrada nas pesquisas de Gonzalez (1988), Pacheco (2008, 2013), Souza (2008) e Silva (2019). Segundo Oliveira e Santos (2018), na literatura brasileira a mulher preta foi relegada ao símbolo de hiperssexualizada, como os personagens de Jorge Amado, ou mesmo prostituída, como no livro “O Cortiço”, de Aluísio Azevedo. Ainda segundo as mesmas autoras, as novelas brasileiras seguem essa tendência, colocando a mulher preta como hiperssexualizada, o que nos faz lembrar a novela “A Cor do Pecado”, protagonizada por Taís Araújo na Rede Globo, em 2004, ou como a *mammy*, aquela que não tem um enredo próprio e cuida de todos. Nessa discussão, Gonzalez (1988) reforça que a mulher preta recebe dois enquadramentos da sociedade: a hiperssexualizada, a mulata que serve sexualmente, e a mãe preta, a mãe de todos, a que serve emocionalmente; portanto, em ambos os casos, sem identidade própria.

Nessa linha da hiperssexualização, as mulheres afirmaram que mesmo quando estão solteiros, os homens pedem para manter o relacionamento escondido, possivelmente para evitar o constrangimento de apresentar uma mulher fora dos padrões legítimos para a sociedade.

Quadro 5: A mulher preta como “a outra”, a amante

“Tenho dois filhos, os dois de relacionamento escondido. Eu nunca namorei, os homens me veem apenas como objeto sexual, o que me deixa muito triste” (28 anos, recepcionista em uma *lan house*. Dois filhos. Mãe faxineira e o pai desconhecido).

“Vários caras com quem sai pediu para ficar escondido, mesmo sendo solteiro, falavam que não estavam prontos para relacionamento sério. Eu sempre soube que eles não me amavam, mas fazia sexo por um pouco de afeto” (45 anos, cuidadora, solteira, segundo grau completo, 3 filhos. Mãe faxineira e pai pedreiro).

“Me envolvi com um homem indisponível com quem tive minha primeira vez. Ainda é muito doloroso lembrar da relação, pois é muito humilhante ser a segunda opção” (36 anos, solteira. Nutricionista, sem filhos. Mãe auxiliar de enfermagem e pai serviços gerais).

“Minha primeira relação sexual foi com um homem comprometido (...) Foi horrível, eu era uma virgem que estava à disposição. Me senti como uma oportunidade única que a pessoa não poderia perder” (43 anos. Solteira, assistente administrativa. Ensino Médio Técnico Administrativo. Um filho. Mãe doméstica e pai agricultor).

Fonte: dados da pesquisa

O trabalho de campo mostra que, apesar de conscientes de que não estão sendo assumidas, algumas mulheres declararam aceitar a situação e fazer sexo em troca de algum afeto. Também encontramos no trabalho de campo o desejo de andar de mãos dadas com o parceiro. “Meu sonho é ter um namorado para andar de mãos dadas, beijar publicamente. Não precisar ficar escondido” (35 anos, solteira, dois filhos, balconista, segundo grau completo. Mãe e pai trabalhadores rurais na ativa), expressando que o trivial para uma mulher branca se torna uma grande conquista para essas mulheres.

Diversas mulheres que relataram ter iniciado a vida sexual como amantes justificaram que não tiveram outra opção; ou era isso, o posto de amante, ou o celibato definitivo, conforme depoimento abaixo, de uma mulher de 50 anos, que iniciou a vida sexual aos 42 anos.

Quadro 6: Início tardio da vida sexual da mulher preta

“Comecei minha vida sexual aos 42 anos. Com estima muitas vezes baixa por não ser correspondida. Trabalhava num laboratório de prótese e algumas vezes recebia propostas para ser amante, mas não a esposa” (50 anos, casada, morando em casa separada devido ao trabalho de ambos. Professora universitária. Sem filhos. Mãe do lar e pai funcionário público federal).

“Até hoje não iniciei minha vida afetiva e sexual, por incrível que pareça, só beijei na boca duas vezes (...) na escola por exemplo, eu nunca fui olhada com outros olhos por ninguém, nunca mesmo (...) nunca tive a oportunidade de ter carinho e afeto em relação homem e mulher” (22 anos, auxiliar administrativa. Segundo grau técnico, sem filhos. Não informou ocupação/profissão dos pais).

“Demorei muito para ter vida sexual, os meninos não se sentiam atraídos por mim, meu ex me trocou por uma menina mais nova e branquinha” (30 anos, solteira, formada em Economia por uma universidade pública. Mãe doméstica e não conheceu o pai).

Fonte: dados da pesquisa

Tivemos muitos relatos de mulheres que iniciaram a vida sexual aos 20, 22, 25, 28 e 30. Se culturalmente temos o estereótipo da mulher preta como hipersexualizada, os dados empíricos apontam em uma direção contrária: mulheres sem vida sexual,

pois a iniciam tardiamente, após os 20 anos, 30 e até 42 anos. Segundo elas, não por falta de desejo ou vontade, mas por falta de um parceiro para iniciar a vida sexual¹².

Concluímos que o início da vida sexual aos 20, 30 e 40 anos foi mais comum no grupo de mulheres com diploma universitário, mas também encontramos depoimentos de mulheres sem diploma universitário que iniciaram a vida sexual na casa dos 20 anos, igualmente por falta de parceiro sexual.

3.1.4. Ausência de casamento e fracasso afetivo

No questionário foi perguntado às mulheres sobre a vida afetiva, planos, sonhos e se consideravam o conjunto da sua vida afetiva como de sucesso ou de fracasso. Os relatos pontuaram o fracasso afetivo, assim como a dor e o sofrimento pela ausência de um relacionamento.

¹² As pesquisas indicam que as mulheres estão iniciando a vida sexual cada vez mais cedo. Segundo o Mosaico Brasil¹², realizado pelo Prosex (Programa de Estudos em Sexualidade), ligado à USP (Universidade de São Paulo), em 2008 a iniciação sexual acontecia na faixa etária dos 13 aos 17, com concentração maior aos 15 anos. “Para ter uma ideia de como o começo da vida sexual está ocorrendo mais cedo, as mulheres que estão hoje na casa dos 70 anos tiveram a primeira relação, em média, aos 22”, afirma a psiquiatra Carmita Abdo, coordenadora do Prosex. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2015/05/19/jovens-comecam-vida-sexual-cada-vez-mais-cedo-veja-como-agir.htm>. Contudo, esse dado fala da mulher em geral. Se olharmos para esse dado por meio da variável cor, é possível que nos surpreendamos com um outro número, ou seja, com o início da vida sexual mais tardiamente para mulheres pretas, como apontou a pesquisa que embasa este artigo, na qual a faixa etária para a primeira experiência sexual foi aos 22 anos. O início da vida sexual tardia ficou mais evidente em mulheres com diploma universitário.

Quadro 7: Fracasso afetivo e a dor pela ausência do casamento

“Tenho muitos vazios de relacionamento. Já fiquei quase dez anos sem namorar. Fiz alguns contatos por site de relacionamento, porém não avancei” (50 anos, solteira, assistente social, sem filhos. Mãe professora e pai técnico administrativo).

“Minha vida afetiva foi sempre complicada, pois minha autoestima baixa. Devido a todo padrão de beleza que é imposto, mesmo que hoje exista representatividade negra, ainda está longe do negro ser respeitado, imagina ser considerado bonito” (30 anos. Solteira. Sem filhos. Psicóloga. Mãe empresária e pai pedreiro).

“Não vejo um homem querendo ter algo sério comigo Nunca algum homem conversou comigo sobre isso” (26 anos, solteira, sem filhos. Funcionária pública. Ensino médio. Mãe funcionária pública federal e pai pintor).

Fonte: dados da pesquisa

4.1.5 Preterimento por homens pretos

Além da exclusão geral no mercado do afeto, algumas mulheres pontuaram o preterimento por homens pretos, o que dialoga com os achados empíricos de Souza (2008), quando a autora reforça que o homem preto prefere a mulher branca por questões de *status* ou de distinção.

Quadro 08: Preterimento dos homens pretos

“Minha vida afetiva é um fracasso total, sempre que me encanto por alguém, nunca é recíproco, inclusive sempre que me interesse por alguém, esse mesmo alguém “fica” com uma amiga minha (branca). Inclusive esta semana ocorreu algo do tipo, eu há algum tempo tinha interesse em um menino, só que ele sempre foi muito reservado, ele não gostava de se relacionar com pessoas do serviço, etc., indiquei uma amiga minha (branca) para entrar no serviço e trabalhar comigo, e adivinha? Já sabe né...” (22 anos, auxiliar administrativa, fez curso técnico. Sem filhos. Não declarou a profissão/ocupação dos pais).

“Considero minha vida afetiva de muito fracasso, não só por nunca ter tido um relacionamento sério, mas já vivenciar uma situação em que ficava com um homem negro retinto, estava tudo bem e de repente disse que não poderia estar comigo, pois estava entrando em um relacionamento. A menina era branca. Anos depois consegui entender sobre isso e refletir que talvez nunca tenha sido assumida por ser preta” (22 anos, estudante de biblioteconomia, sem filhos. Mãe do lar e pai tesoureiro).

“Por muito tempo pensei que era um fracasso por não ter me casado, mas hoje que entendo a estrutura por trás disso vejo que passei por algumas experiências tristes ligadas ao racismo, mas mesmo com homens pretos é difícil escapar do machismo. Hoje penso muito antes de me relacionar, ser heterossexual e preta traz essa intersecção de opressões” (41 anos. Professora, solteira, sem filhos. Tem mestrado em Pedagogia na PUC São Paulo. Mãe costureira e pai metalúrgico).

Fonte: dados da pesquisa

Outro dado que nos chamou atenção nessas respostas foi o desânimo afetivo de mulheres muito jovens, ainda na casa dos 20 anos, como no exemplo a seguir: “Sonho? Depois de tudo que aconteceu na minha vida, da minha falta de esperança, tudo que eu vejo e ouço ainda hoje, não tenho mais sonho nenhum” (22 anos, auxiliar administrativa, ensino técnico, sem filhos. Não informou sobre a profissão/ocupação dos pais).

Esse item nos faz perceber que o desejo de relacionamento estável, de conquistar um casamento, de andar de mãos dadas com o parceiro e de alguma forma vivenciar o amor romântico, apareceu no trabalho de campo como parte dos interesses das mulheres pretas de ambos os grupos estudados. Esse dado não é uma novidade, pois, em 1981, Angela Davis já tinha afirmado, em “Mulheres, raça e classe” (2016), que as mulheres negras possuíam as mesmas aspirações domésticas e de casamento que as mulheres brancas, mas que elas não se realizavam devido aos resquícios do regime escravocrata.

Sobre o interesse das mulheres pretas por casamento, família e filhos, Pacheco (2013) mostra que, enquanto o movimento feminista branco reivindica a igualdade no casamento, o movimento feminismo preto denuncia, entre outras questões, a solidão e a ausência de relacionamentos estáveis nessa população. Portanto, enquanto as mulheres brancas querem o fim da exploração no casamento, as mulheres pretas querem apenas o direito de serem afetivamente vistas e terem relacionamentos com compromisso.

3.1.5 Relacionamento abusivo

A presença de relacionamento abusivo também foi uma constante nos depoimentos.

Quadro 9: Relacionamento abusivo

“Tenho dificuldades de me relacionar, normalmente são relações pesadas e com ciúmes” (39 anos, divorciada. Com três filhos. Autônoma. Tem nível superior. Mãe costureira e pai empresário).

“Me relacionei somente com um companheiro por 18 anos, numa relação abusiva regada a muito machismo. Considero como uma experiência extremamente dolorosa onde hoje tento resignificar todos os dias após o rompimento” (40 anos, divorciada, assistente social. Sem filhos. Mãe pedagoga e pai mecânico).

“Tive 2 relacionamentos longos que foram extremamente abusivos, apanhei, fui humilhada. E hoje estou em um relacionamento e estou tentando não pensar que será mais um fracasso” (29 anos, desempregada, tem ensino médio, solteira, não tem filhos. Mãe e pai professores no ensino médio).

“Todos meus relacionamentos afetivos foram baseados no abuso psicológico, mas só consegui ver o abuso psicológico e as humilhações quando estes vieram acompanhados de violência física” (44 anos, separada, quatro filhos, segundo grau incompleto, faxineira. Mãe empregada doméstica e pai pedreiro).

“Me relacionei com homens alcoólatras e até usuários de droga para não ficar sozinha” (29 anos, solteira, vigia em um banco, segundo grau completo. Mãe do lar e pai mecânico).

Fonte: dados da pesquisa

O material coletado mostrou, ainda, o estranhamento de algumas mulheres em relação a seu isolamento afetivo: “Fico sim intrigada com o fato de me achar bonita, gente boa e mesmo assim estar sempre sozinha” (28, solteira, sem filhos, assistente administrativa. Estudou Direito. Mãe professora e pai não declarou).

Apesar desse estranhamento, o material empírico reforça uma tomada de consciência dessas mulheres sobre o racismo como elemento excludente no mercado do amor, o que fica evidente no grande interesse das mulheres em participarem da pesquisa e usarem o espaço como um desabafo.

4. A vivência afetiva de mulheres pretas: caminhos analíticos

Nossa revisão da bibliografia sobre o amor nas ciências sociais tem indicado que existem pelo menos quatro abordagens influentes na literatura sobre o tema: a primeira, que defende o

fim do amor romântico e a consolidação do amor líquido; a segunda, que defende o enfraquecimento do amor romântico e o surgimento do amor confluyente; a terceira, que reivindica uma nova forma de amor, o poliamor; e a quarta, que defende a manutenção do amor romântico como *doxa* romântica, apesar da aguda individualização na sociedade contemporânea.

No que se refere à primeira abordagem, essa é inspirada nos estudos de Bauman (2004), o qual defende que seguindo a lógica de consumo exacerbado do capitalismo neoliberal, as relações afetivas também estariam no mesmo fluxo, de consumo rápido e efêmero e baseado em laços líquidos. Nesse sentido, os relacionamentos duradouros, aqueles pressupostos pelo amor romântico, tornar-se-iam uma nova forma de opressão e de sofrimento, quando os amantes buscariam quantidade e não qualidade. Isso garantiria maior efemeridade nas relações, em diálogo com a liquidez do modelo econômico neoliberal, do conceito de família e de outras instituições, como o Estado. Essa abordagem recebe atenção de Illouz (2011), autora que tem defendido, por meio de pesquisa em sites de relacionamentos nos Estados Unidos, a existência de uma abundância afetiva no mercado do amor (Illouz, 2011), a qual permitiria maior liquidez e efemeridade nas relações

Na segunda abordagem, Giddens (1993) defende que o movimento feminista teria enfraquecido o amor romântico, uma vez que a mulher, sua maior clientela, teria se emancipado de forma a dar menor importância ao casamento e à maternidade, temas clássicos dessa modalidade de amor. O autor defende a possibilidade do amor confluyente, no qual se busca o “relacionamento especial” e não a “pessoa especial”. Esse tipo de relacionamento seria pautado pelo respeito e igualdade, portanto, excluindo os papéis rígidos mais presentes no amor romântico. Como o amor confluyente dura o tempo que tiver que durar, o “até que a morte os separe”, típico do amor romântico, teria caído em desuso.

A abordagem sobre a consolidação do poliamor, que no Brasil é representada nas produções de Pilão e Goldenberg (2012), defende a busca do poliamor como negação aos ideais monogâmicos que trazem consigo a posse e o ciúme. Para as autoras, o movimento feminista teria retirado de cena os ideais do amor romântico, e teria aberto possibilidades para relacionamentos baseados em vários amores, o poliamor.

No que se refere à quarta abordagem, os autores se inspiram em diversas escolas sociológicas, tais como em Bourdieu (2019), no livro “A Dominação Masculina”, no qual o autor mostra o papel da cultura androcêntrica como relação de poder, inclusive nas relações afetivas, por meio do amor romântico, considerado por ele a *doxa* afetiva. Nessa linha, Jardim (2017, 2019, 2021) tem defendido que, a despeito de uma aparente liquidez do amor, as pesquisas etnográficas têm apontado o fortalecimento do amor romântico na contemporaneidade, uma vez que os apaixonados buscam laços fortes por meio do casamento e da construção de famílias. Em suas pesquisas, Jardim tem frisado que o amor aparece como uma última missão de vida (Jardim, 2019, 2020, 2021), expresso nas novelas brasileiras (Souza, 2020), no cinema hollywoodiano (Rossi, 2013), e se tornando o maior sentido da vida na contemporaneidade (Martuccelli, 2016).

O material empírico analisado neste artigo traz novos elementos para o debate, uma vez que as mulheres pretas não se enquadram em nenhuma dessas quatro abordagens apresentadas acima. Nossos dados falam de barreiras sociais que impedem o acesso dessas mulheres ao mercado do afeto, portanto situando-se aquém do consumo do poliamor, do amor romântico ou do amor confluyente. No que se refere ao amor líquido, as mulheres até o consomem, mas não por liberdade sexual ou desejo, e sim por falta de opção.

Essas barreiras sociais – o racismo e seus correlatos – estariam agindo no mercado matrimonial, criando hierarquias, desigual-

dades e exclusões. Por dar um tom natural àquilo que é construído socialmente, o racismo aparece como um tipo de mágica social, no sentido da sua eficácia simbólica para a manutenção e a reprodução da ordem social, na maioria das vezes contando com a cumplicidade daqueles a quem domina. Em nossa pesquisa, essa cumplicidade aparece no conjunto dos depoimentos que reforça uma autoavaliação negativa sobre si e a aceitação, por essas mulheres, de relacionamentos ditos “proibidos” (como amantes, ficantes, encontros casuais). Ao aceitarem essa situação, justificada pelo desejo de terem um pouco de afeto (não por liberdade sexual), essas mulheres ajudam a reforçar o mito de hiperssexualizadas, de “mulheres fáceis”, disponíveis sexualmente, e de serem desinteressadas em casamento, que ficaria, portanto, para as mulheres brancas. Contudo, apesar dessa tomada de posição – que em um olhar mais macrosociológico poderia ser confundida com liberdade sexual –, os dados da pesquisa de campo falam de mulheres cujo desejo é ter alguém para andar de mãos dadas na praça pública e assumir os compromissos domésticos (filhos, contas) com ela. Em Bourdieu (2004) a força da mágica social estaria em seu poder de eufemizar a realidade, ocultando dos engajados “a verdade” por trás dos fatos; neste caso, a verdade seria o racismo que dificulta a vida afetiva dessas mulheres, dando uma aparência de natural àquilo que é construído socialmente.

Após esta breve enunciação dos resultados da pesquisa, passamos a colocar nosso material empírico em contraste com as quatro abordagens catalogadas por nós sobre o amor nas ciências sociais.

Inicialmente descartamos as abordagens sobre poliamor e amor confluyente para pensar a afetividade das mulheres pretas. No que se refere à abordagem do poliamor, o material empírico fala do desejo de compromisso e de vínculos fortes por parte dessas mulheres, o que estaria em oposição ao poliamor, cujo relacionamento é pautado pela liberdade. Sobre o amor confluyente, que

pressupõe o ideal de amor com respeito e igualdade, não é possível aplicá-lo para o caso das mulheres pretas, uma vez que a reivindicação dessa população é, ainda, pela entrada no mercado do amor. Descartadas essas duas teorias, olharemos para os dados empíricos a partir da teoria do amor líquido e do amor romântico.

No que se refere ao amor líquido, todas as mulheres (com diploma universitário ou sem diploma universitário) se mostram humilhadas com convites para serem amantes, serem “a outra” ou “ficarem escondidas”. É consenso nos depoimentos o desânimo afetivo por não serem assumidas e pela ausência de compromisso dos homens com quem se relacionam. O amor líquido aparece, no limite, por falta de escolha: “Já fiz sexo para ter um pouco de afeto” (45 anos, cuidadora, solteira, segundo grau completo, 3 filhos. Mãe faxineira e pai pedreiro). Nesse sentido, não existe abundância afetiva para as mulheres pretas e muito menos o desejo de amor líquido. O que buscam não é a abundância ou a liquidez afetiva, mas laços fortes, expressos em compromissos e reciprocidade afetiva.

As mulheres com diploma universitário declararam dispensar relacionamentos casuais ou líquidos, recusando o papel de ficantes ou de amantes. Essa tomada de posição estaria em diálogo com os achados de Beatriz Nascimento, que em “A mulher negra e o amor” (1990) mostra que a dificuldade de relacionamento se aprofunda junto às mulheres que ascendem socialmente, já que essas passam a ter uma maior consciência sobre o mundo social e a recusar relacionamentos abusivos, e também não se enquadram nos padrões de objetivação do corpo. Em nossos dados, a presença do amor líquido é mais comum entre as mulheres sem diploma universitário, mas o sentimento de humilhação diante de convites para relacionamentos fortuitos é comum nos dois grupos e todas as mulheres declararam a preferência por relacionamento estável.

A humilhação das mulheres pretas diante de convites eróticos já tinha sido notada por Florestan Fernandes (1978), quando esse

autor afirmava que uma das consequências da escravidão foi a anomia da população negra, cujas mulheres seriam abandonadas pelos homens, que viam no sexo e nas relações efêmeras a única possibilidade com essas mulheres, afastando-as dos projetos de vida conjugal.

No que se refere ao mito do amor romântico, os dados empíricos indicam que a mulher preta estaria menos presa ao mito do amor romântico, que pressupõe uma romantização na vivência do amor, com casamento e filhos, além de uma rigidez nos papéis exercidos no relacionamento, sendo o homem mais próximo da ideia de príncipe (provedor) e a mulher da ideia de princesa (protegida).

Esse distanciamento do amor romântico e a aproximação de um tipo de amor, que estamos chamando provisoriamente de amor pragmático, seriam dados pela realidade social, uma vez que as mulheres relataram que, quando são abordadas por homens, é apenas para convites sexuais, o que limita a possibilidade de sonhar e de fazer planos afetivos. Isso, contudo, não retira a possibilidade de sonhos, mas sonhos mais triviais: “Meu sonho é ter um namorado para andar de mãos dadas, beijar publicamente. Não precisar ficar escondido”. Portanto, apesar do mundo social não apresentar muitas possibilidades para a efetivação do amor romântico, as mulheres desejam casar, ter filhos e uma família, sonhos típicos do amor romântico.

Nesse sentido, o amor pragmático aparece como uma forma de fugir da solidão e pode ser definido como relacionamentos casuais, sem compromissos. O amor pragmático não pode ser classificado como amor líquido, porque essas mulheres criam vínculos com esses homens com quem mantêm relacionamentos às escondidas, mesmo quando o homem está desimpedido. Portanto, para viver o amor, as mulheres abrem mão dos sonhos de casamento e da família, pois no amor pragmático não existem sonhos compartilhados.

Ainda sobre o distanciamento dessas mulheres do mito do amor romântico, as mulheres entrevistadas se autodefinem como “fortes” e têm a impressão que também são vistas como “fortes” pela sociedade, afastando-as ainda mais do mito do protetor e protegida. Elas declaram que não dependem de homens, que são autossuficientes. Apesar dos sonhos, elas fazem pouco ou nenhum plano afetivo e vivenciam o afeto de forma mais pragmática: “Só queria ser assumida e andar de mãos dadas”.

Essa forma pragmática de lidar com as emoções dialoga com os argumentos de Fernandes (1978), com bell hooks (2000), sobre a dificuldade que a população negra teria em lidar com as emoções, e com os achados de Silva (2019), que também aponta a vivência pragmática do amor pelas mulheres pretas analisadas por ela.

No que se refere às especificidades entre os dois grupos estudados, os dados destacam que as mulheres com diploma universitário relataram que não foram ensinadas a pensar no casamento, mas para vencer na vida pública e na carreira.

A maternidade também é algo mais distante para esse grupo de mulheres. É possível que a dedicação à carreira seja uma forma de eufemizar a ausência do amor e, apesar de se mostrarem frustradas pela falta de um amor, em muitos depoimentos as mulheres falam que estão sozinhas por opção ou porque não precisam de um homem. Contudo, a ausência de um amor e de filhos não passa sem sofrimento para essas mulheres.

Tenho uma carreira de muito sucesso e uma vida afetiva de fracasso; gasto um terço de meu salário, sem exagero, com tratamento psicológico. Tem uma equipe de psicólogos, terapeutas, benzedeiro (risos), tudo que você pensar para me ajudar a libertar das dores da rejeição, solidão e abandono trazida pelo racismo. Eu demorei a entender, mas o racismo é o traço que fundamentou todos meus demais traumas. (51 anos, professora universitária, sem filhos. Mãe manicure e pai mecânico).

Fui uma mulher que não valorizava relacionamento a dois, minha mãe sempre nos incentivou (eu e minhas irmãs principalmente) a estudar e ser independente de homem, principalmente no que tange a questões financeiras. Alcancei este objetivo. (60 anos, união estável. Sem filhos. Assistente social e psicóloga. Mãe dona de casa e pai militar).

Esses depoimentos estão em acordo com a revisão bibliográfica (Fernandes, 1978; hooks, 2000; Souza, 2008; Silva, 2019) que pontuou o amor como necessidade suplementar da população negra, uma vez que a sobrevivência material ou, como aparece no trabalho de campo “ser alguém na vida”, seria o projeto dessas mulheres, não o encontro de um amor.

Já as mulheres sem diploma universitário também se afastam do ideal de amor romântico, pois assumem (por falta de opção) a maternidade solo e tornam-se chefes de famílias. Mas a ausência da vida afetiva não é experimentada sem sofrimento, uma vez que as mulheres pontuaram que mesmo os filhos não substituem a falta de um relacionamento afetivo, o que também foi encontrado por Silva (2019).

Conclusão

A hipótese que perseguimos neste artigo é a de que a cor da pele pode influenciar positiva ou negativamente no mercado do afeto. Para tanto, a pesquisa trabalhou com dois grupos de mulheres pretas, sendo o primeiro com diploma universitário e o outro sem diploma universitário.

Por meio de diversos depoimentos, o texto pontuou um conjunto de temas recorrentes nos questionários, sendo o sofrimento na infância e na adolescência, oriundos do racismo, a ausência de casamento, os relacionamentos abusivos, dentre outros temas, os que demonstram que o racismo constitui uma barreira social no mercado do afeto, com a exclusão das mulheres que não se encaixam no padrão estético legítimo.

Portanto, o racismo é a mágica social desse mercado, no sentido de que é um poder invisível, que coloca a cor de pele branca como naturalmente superior à preta, cuja “verdade” torna-se senso comum, ao ser distribuída de forma consciente e inconsciente no mundo social (Bourdieu, 2004). De tão poderoso, o racismo conta com a cumplicidade dos próprios dominados. No caso estudado, essa cumplicidade acontece quando as mulheres aceitam as regras impostas pelos homens, como manter relacionamentos sem compromisso (amantes, ficantes, sexo casual), não por desejo ou por liberdade sexual, mas, ao contrário, como forma de fugir da solidão afetiva que lhes é imposta.

Dialogando com as quatro abordagens catalogadas por nós sobre o amor, a pesquisa mostra que as mulheres pretas não se encaixam nelas: elas querem apenas um amor, não precisa ser romântico, confluyente e muito menos poliamor. Também frisou-se o descontentamento com os relacionamentos líquidos disponíveis para essas mulheres, desnaturalizando que as mulheres pretas procurariam relacionamentos líquidos por serem mais livres sexualmente do que as mulheres brancas.

Nesse momento, o artigo desmistifica a ideia da mulher preta como hipersexualizada, quando aponta o início tardio da vida sexual delas, não por opção, mas por falta de um parceiro. A pesquisa sinaliza que o amor líquido, assim como iniciar a vida sexual como amantes, não é a primeira escolha dessas mulheres. Em diálogo com Angela Davis em “Mulheres, raça e classe” (2016), reafirmamos o desejo das mulheres pretas por casamento e vida doméstica; o que, apesar de quase não ser vivenciado, é desejado.

Os dados da pesquisa de campo mostram que com a ausência de trato científico sobre “o fracasso” afetivo das mulheres pretas, o dito fracasso amoroso passa a ser visto como algo individual, quando deveria ser explicado socialmente. Os discursos sinalizam que o racismo é a mágica social que exclui mulheres pretas do mercado do casamento, sendo que a crença na superioridade

do branco é tão poderosa que transforma em problema individual e de foro íntimo uma questão que só pode ser entendida considerando a escravidão dos povos negros no Brasil.

Para concluir, é importante destacar o interesse e engajamento que nossa pesquisa causou nessas mulheres, que se mostraram disponíveis para serem ouvidas neste tema, considerado tabu. Sobre o contato com o tema racismo/afeto, as mulheres que compõem o grupo com diploma universitário sinalizaram o papel do ambiente universitário na tomada de consciência; e as mulheres sem diploma universitário mencionaram o papel das redes sociais e de algumas *influencers* negras na compreensão de que a solidão individual é também coletiva; e que o seu fracasso afetivo não é um problema de foro íntimo, mas que deve ser explicado pelo racismo, que faz a mágica que as exclui do mercado do amor.

Diante do potencial explicativo que esse espaço empírico pode oferecer para a compreensão do mercado do afeto, pretendemos dar sequência a este estudo, investigando o que dizem as *influencers* negras – citadas no trabalho de campo – no tema da afetividade negra.

Referências

Atlas da Violência 2019. **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo

Bauman, Z. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

Bourdieu, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2019.

Bourdieu, Pierre. **A produção da crença: contribuição para uma economia de bens simbólicos**, Zouck, São Paulo, 4 edição, 2004.

Bourdieu, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**. Perspectiva. 2011.

Berquó, E. **Nupcialidade da população negra no Brasil**. Campinas: NEPO / UNICAMP, 1987.

Carneiro, Suelaine. **Mulheres negras e violência doméstica: decodificando os números**. São Paulo, Geledés, instituto da mulher negra, 2017.

Davis, Angela. Heci Regina Candiani **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

Fanon, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. EDUFBA, 1ª edição – 2008.

Fernandes, Eliane Gamas. **A cor do amor: o racismo nas vivências amorosas de mulheres negras**. 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Núcleo da Saúde, Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, RO, Brasil.

Fernandes. Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes, Editora Ática, 1978**.

Giddens, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor & erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

Giacomini, Sônia Maria. Ser escrava no Brasil, **Revista Estudos Afro-Asiáticos**, nº 15, Rio de Janeiro, 1998, p. 145-170.

Gonzalez, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Silva, L. A. et al. Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos. **Ciências Sociais Hoje**, Brasília, ANPOCS n. 2, 1983, p. 223-244.

Gomes, Nilma Lino. **Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

hooks, bell. Vivendo de amor. In: Werneck, J. **O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe**. Rio de Janeiro: Pallas: Criola, 2000.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Nupcialidade, fecundidade e migração: resultados da amostra**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/98/cd_2010_nupcialidade_fecundidade_migracao_amostra.pdf. Acesso em 13 jan. 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Tabela 3193: pessoas de 10 anos ou mais de idade, por estado civil, segundo o estado conjugal, a situação do domicílio, o sexo, a cor ou raça e os grupos de idade**. 2010a. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/3193#notas-tabela>. Acesso em 13 jan. 2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro. 2020.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2013. **Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil** Disponível em: Sumário estudo Feminicídios - Leila Garcia - Ipea. Acesso em 10 de jan. 2022.

Illouz, Eva. **O amor nos tempos do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

Jardim, Maria Chaves; Moura, Paulo Carvalho. A construção social do mercado de dispositivos de redes sociais: a contribuição da sociologia econômica para os aplicativos de afeto. **Revista TOMO**, 2017.

Jardim, Maria Chaves. Para além da fórmula do amor: amor romântico como elemento central na construção do mercado do afeto via aplicativos. **Política & Sociedade** - Florianópolis - Vol. 18 - Nº 43, 2019.

Martuccelli, Danilo. O indivíduo, o amor e o sentido da vida nas sociedades contemporâneas. **As Ciências Sociais e a Procura de Sentido**. Estud. av. 30 (86), 2016.

Mizael, Tâhcita Medrado; Barrozo, Sarah Carolinne Vasconcelos; Hunziker, Maria Helena Lei. A solidão da mulher negra: uma revisão da literatura. Universidade de São Paulo, Instituto de Psicologia, São Paulo, SP, Brasil. **Revista da ABPN**, v. 13, n. 38, 2021, p. 212-239.

Nascimento, Beatriz. A mulher negra e o amor. **Jornal Maioria Falante**. Fevereiro – Março – 1990.

Oliveira, Mariana Barbosa de. **“Solidão afetiva” da mulher negra: Um estudo sobre família, raça e gênero**. 2019. Monografia de final de curso. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2019.

Oliveira, Ilzver de Matos; Santos, Nayara Cristina Santana. Solidão tem cor? Uma análise sobre a afetividade das mulheres negras. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**. Aracaju, V.7, N.2, 2018, p. 9-20.

Pacheco, Ana Cláudia Lemos. **Mulher negra: afetividade e solidão**. EDUFBA, 2013.

Pacheco, Ana Cláudia Lemos. **“Branca para casar, mulata para foder, negra para trabalhar”: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia**. 2008. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Pacheco, Ana Cláudia Lemos. Raça, gênero e relações sexual-afetivas na produção bibliográfica das ciências sociais brasileiras – um diálogo com o tema. **Afro-Asia**, número 034, 2006.

Petrucelli, José Luiz. Seletividade por cor e escolhas conjugais no Brasil dos 90. **Estudos Afro-Asiáticos**, Ano 23, nº 1, 2001, p. 29-51.

Pilão, A. C.; Goldenberg, Mirian. Poliamor e Monogamia: Construindo Diferenças e Hierarquias. **Ártemis**, Rio de Janeiro, V. 13, n., janeiro de 2012. Semes-

tral. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/viewFile/14231/8159> Acesso em 23 jul. 2014.

Pelúcio, Larissa. Afetos, mercado e masculinidades contemporâneas: notas iniciais de uma pesquisa em dispositivos móveis para relacionamentos afetivos/sexuais. **Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 6, n. 2, jul.-dez, 2017, p. 309-33.

Rossi, Túlio. **Projetando a subjetividade: a construção social do amor a partir do cinema**. 2013. 326f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo.

Raquel, S. Neurociência do amor. **UFJF**, 2021. Disponível em: <https://www.ufjf.br/lanc/2021/02/04/neurociencia-do-amor/>. Acesso em 16 nov. 2021.

Reik, T. **A psychologist looks at love**. New York: Farrar & Rinehart, 1944.

Sternberg, R. J. Construct validation of a triangular love scale. **European Journal of Social Psychology**, v. 27, 1997, p. 313-335.

Silva, Amanda Raquel da. **A cor das relações: corpo, idade e afetividade na experiência de mulheres negras em um bairro de Natal/RN**, 2019. 159f. Dissertação (mestrado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Silva, Maria Nilza da. Mulher negra. **Revista Espaço Acadêmico**. Ano II, n. 22, março de 2003. Disponível em: <https://espacoacademico.wordpress.com/2010/03/21/a-mulher-negra>. Acesso em jan. 2022.

Souza, Thaís Caetano. **As crenças sobre o amor na telenovela “Espelho da Vida” da Rede Globo: uma análise através da Sociologia Relacional de Pierre Bourdieu**. Monografia de Conclusão de Curso apresentada ao Conselho de Curso de Ciências Sociais, da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais. Araraquara, 2021.

Souza, Claudete Alves da Silva. A solidão da mulher negra: sua subjetividade e seu preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

Souza, Neusa Santos. **Tornar-se negro**. Rio de Janeiro: Edições Graal Ltda, 1983.

Vandenbergh, Frederic. Amando o que conhecemos: notas para uma epistemologia histórica do amor. **Ciências Sociais Unisinos**, 42(1), jan/abr 2006, p. 65-71.

Recebido em 10/01/2022

Aceito em 20/05/2022

O amor e o abuso em “Ponciá Vicêncio” de Conceição Evaristo (2017)

*Renata Araújo Matos**

Resumo:

O amor é um tema continuamente exaltado em nossas relações sociais. Entretanto, as experiências amorosas figuram o principal espaço de ocorrência da violência contra as mulheres. Em vista disso, o presente trabalho procura compreender como a construção social do amor se conecta à manutenção do relacionamento abusivo na obra literária “Ponciá Vicêncio”, de Conceição Evaristo (2017). Pudemos verificar que a atribuição de papéis sociais às mulheres e aos homens, no seio da dominação masculina operante no patriarcado, atua na continuidade de relações abusivas, em que a ideia de cuidado como campo inerente ao feminino é fortemente evocada. Desse modo, conclui-se que o amor romântico incorpora os códigos característicos do sistema de dominação patriarcal e, concomitantemente, influi na reprodução do mesmo.

Palavras-chave: Amor. Cuidado. Sistema patriarcal. Ponciá Vicêncio.

* Doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: rearaujomatos@gmail.com.

Love and abuse in "Ponciá Vicêncio" by Conceição Evaristo (2017)

Abstract:

Love is a continually exalted theme in our social relationships. However, love experiences are the main space where violence against women occurs. In view of this, the present work seeks to understand how the social construction of love is connected to the maintenance of the abusive relationship in the literary work "Ponciá Vicêncio", by Conceição Evaristo (2017). We were able to verify that the attribution of social roles to women and men, within the male domination operating in the patriarchy, acts in the continuity of abusive relationships, in which the idea of care as a field inherent to the feminine is strongly evoked. Thus, it is concluded that romantic love incorporates the characteristic codes of the patriarchal domination system and, at the same time, influences its reproduction.

Keywords: Love. Caution. Patriarchal system. Ponciá Vicêncio.

Amor y abuso em "Ponciá Vicencio" de Conceição Evaristo (2017)

Resumen:

El amor es un tema continuamente exaltado en nuestras relaciones sociales. Sin embargo, las experiencias amorosas son el principal espacio donde se produce la violencia contra las mujeres. Frente a eso, el presente trabajo busca comprender cómo la construcción social del amor está conectada al mantenimiento de la relación abusiva en la obra literaria "Ponciá Vicêncio", de Conceição Evaristo (2017). Pudimos constatar que la atribución de roles sociales a mujeres y hombres, dentro de la dominación masculina que opera en el patriarcado, actúa en la continuidad de relaciones abusivas, en el que se evoca fuertemente la idea del cuidado como campo inherente a lo femenino. Así, se concluye que el amor romántico incorpora los códigos característicos del sistema de dominación patriarcal y, concomitantemente, influye en su reproducción.

Palabras clave: Amor. Cuidado. Sistema patriarcal. Ponciá Vicêncio.

Introdução

O presente artigo analisa como a construção social do amor desenvolve práticas de amar condizentes com a manutenção de relacionamentos abusivos. As reflexões aqui apresentadas advêm da pesquisa de doutorado por mim desenvolvida e que resultou na Tese “O amor e o amar: uma análise comparada dos relacionamentos abusivos em “El albergue de las mujeres tristes”, de Marcela Serrano, e “Ponciá Vicêncio”, de Conceição Evaristo”. Para os propósitos específicos deste trabalho refletiremos apenas sobre Ponciá Vicêncio (Evaristo, 2017).

O amor é um tema fortemente presente em nossas relações sociais. Túlio Cunha Rossi (2014) explica que embora saibamos que existem diferentes tipos de amor, sabemos exatamente que aquele constantemente evocado na literatura, no cinema e na música trata-se do que expressa relações afetivo-sexual. Isso porque, o amor, enquanto categoria social, é um produto da vida social, que é vivido e sentido de modo individual e subjetivo. Em outras palavras, os afetos, em que se incluem o amor, são expressões culturais e sociais, o que também não os descaracterizam como entidades psicológicas (Illouz, 2011).

O abuso é aqui entendido enquanto conjunto de violências normalizadas no interior de determinados relacionamentos amorosos, estando, assim, intrinsecamente associado às perspectivas sociais acerca do amor. Os relacionamentos amorosos são os principais espaços para concretização da violência de gênero, caracterizada pela dominação masculina (Bourdieu, 2011b) típica do patriarcado (Lerner, 2019). De acordo com Heleieth Saffioti, mesmo quando a violência de gênero é praticada em situações desenvolvidas entre dois homens ou duas mulheres, continuaremos diante da representação da coação do homem contra a mulher (Saffioti, 2004).

No Brasil, uma a cada quatro mulheres, acima de 16 anos, sofreu algum tipo de agressão em 2020, o que significa que cerca de 17 milhões de mulheres já passaram por alguma experiência de

violência física, psicológica ou sexual. Além disso, no mesmo período, cinco em cada dez brasileiros relatam ter visto uma mulher sofrer violência (DataFolha/FBSP, 2021).

O cenário pandêmico acentuou a prática de violência contra as mulheres. Isso, em consequência da maior convivência do casal no ambiente doméstico, da diminuição da renda familiar, da escolarização remota dos filhos, do aumento do estresse, entre outros fatores (DataFolha/FBSP, 2021). Sem embargo, devemos enfatizar que as circunstâncias criadas especificamente pelo cenário de "Covid-19, se suman las condiciones estructurales de la violencia contra mujeres, principalmente relativas a violencia femicida, falta de acceso a la justicia y la violencia ejercida directamente por agentes del Estado, sobre todo en contextos de movilización social" (Red Chilena contra la Violencia hacia las Mujeres, 2021, p. 5). Estima-se que 4.640 mulheres foram vítimas de feminicídio na América Latina e Caribe no ano de 2019¹. Valendo lembrar que a tipificação do feminicídio, ou agravamento do homicídio por questões de gênero, não é sancionada em todos os países.

No Brasil, o reconhecimento oficial da violência contra a mulher ocorreu por meio da Lei 11.340, de 2006, que protege as mulheres contra a violência física, psicológica, patrimonial ou moral. Mais conhecida como Lei Maria da Penha, a norma faz referência à mulher que sofreu duas tentativas de feminicídio, por parte do ex-marido, e ficou paraplégica². A admissão legal do feminicídio veio em 2015, com a Lei 13.014 e entende que:

¹ Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/comunicados/cepal-preocupa-persistencia-violencia-mulheres-meninas-regiao-sua-maxima-expressao-o>. Acesso em mai. 2022.

² "A Lei Maria da Penha foi reconhecida pela Organização das Nações Unidas como uma das melhores legislações do mundo no combate à violência contra as mulheres. No entanto, é preciso salientar o quão recente é essa lei, que apenas em 2006 o Estado brasileiro deixou de ser omissor quanto à violência contra a mulher, depois de ter sido condenado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA, em 2001, a criar uma legislação nesse sentido. A condenação veio em decorrência da história da Maria da Penha Maia Fernandes que, por duas vezes, quase foi assassinada e, por diversas vezes, agredida por seu marido sem uma conclusão de um processo penal de punição ao seu agressor" (Sousa, 2019, p. 10).

quando o homicídio de mulher acontece por “razões de condição de sexo feminino”, deverá ser considerado crime hediondo, por atentar contra os valores basilares da sociedade, pelo que deve merecer maior reprovação por parte do Estado. A mesma lei considera que existem razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve: I. Violência doméstica e familiar; II. Menosprezo ou discriminação à condição de mulher (Waiselfisz, 2015, p. 67).

As ideias que temos a respeito do amor e o modo que experienciamos o amar são resultados das sociedades em que vivemos. Conforme será discutido ao longo deste trabalho, somos socializadas sob a égide de sistemas pautados pelas desigualdades de gênero, de raça, classe, orientação sexual e de vários outros marcadores sociais. Outrossim, as mulheres são incentivadas, desde muito novas, a construir expectativas de realização do amor por meio do desempenho da nossa capacidade de cuidar, seja dos filhos e/ou do companheiro/a, seja do relacionamento amoroso. A falha no desenrolar dessa função social pode gerar frustração e necessidade de autocorreção, justificando, em muitos casos, a permanência em relações abusivas.

Ponciá Vicêncio foi escrito por Conceição Evaristo e publicado pela primeira vez em 2003. A autora nasceu em Belo Horizonte, em 1946, e migrou para o Rio de Janeiro, em 1970. É filha da lavadeira Joana Josefina Evaristo, não sabe muito sobre o pai e foi criada pelo padrasto, o pedreiro Aníbal Vitorino. Evaristo se graduou em Letras pela Universidade Federal do Rio de Janeiro no ano de 1990, obteve o título de mestra em Literatura Brasileira pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e concluiu o doutorado em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense em 2011. Sua estreia na literatura ocorreu, no ano de 1990, com a publicação de seus contos e poemas na série *Cadernos Negros*. A vivência da autora enquanto mulher negra, que teve a infância marcada pela pobreza material, é refletida nas histórias das diversas mulheres negras que protagonizam suas narrativas.

Para a análise literária dentro do campo das ciências sociais, seguimos os postulados de Antônio Candido (2019), para quem a literatura é uma expressão da sociedade. Por mais óbvia que seja essa afirmação na atualidade, nem sempre ela teve aceitação, estando muitas vezes desequilibrada na consideração unívoca dos aspectos extrínsecos ou intrínsecos à construção do texto literário. Nesse sentido, o autor compreende que o estudo de uma obra requer o exame tanto dos fatores externos quanto dos internos, indo ao encontro de uma análise integral que não consinta em visões dissociadas. É necessário:

fundir texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra, em que tanto o velho ponto de vista que explicava pelos fatores externos, quanto o outro, norteado pela convicção de que a estrutura é virtualmente independente, se combinam como momentos necessários do processo interpretativo. Sabemos, ainda, que o externo (no caso, o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, interno (Candido, 2019, p. 13-14).

Segundo o autor, na realização da análise literária, a sociologia é uma disciplina auxiliar, não sendo de seu alcance explicar o fenômeno literário ou artístico, mas esclarecer apenas algumas de suas particularidades. Trata-se de ponderar o entrelaçamento dos diversos fatores sociais que compõem a literatura, sem, no entanto, determinar que tais características são os elementos essenciais de dada obra (Candido, 2019).

Ao refletir como o meio social atua efetivamente sobre as obras literárias, Candido traz duas respostas tradicionais para a questão. A primeira estuda em que medida a arte é expressão da sociedade; enquanto a segunda investiga em que medida é social, ou seja, interessada nos impasses sociais. A sua posição é de que as duas correntes mostram que a arte é social, pois "depende da ação de fatores do meio, que se exprimem na obra em graus diversos de

sublimação e produz sobre os indivíduos um efeito prático, modificando a sua conduta e concepção do mundo, ou reforçando neles o sentimento dos valores sociais” (Candido, 2019, p. 30).

De acordo com Eloísa Pereira Barroso (2017), a literatura parte de uma realidade material concreta que se expressa no texto. A identificação desses elementos possibilita sistematizar os componentes sociais que organizam a experiência humana e assim “determinar” os fatores culturais presentes na obra. “A literatura ao comportar uma dimensão de verdade torna-se um registro de acontecimentos, não que isso seja tarefa sua, mas essa correlação com a realidade mantém um compromisso do texto literário com o real, dando credibilidade ao relato” (Barroso, 2017, p. 59).

Feito os devidos esclarecimentos, seguiremos para uma breve exposição da abordagem teórica sobre o amor e, na sequência, para a análise da vivência do amor em Ponciá Vicêncio (Evaristo, 2017).

1. Sobre o amor

Para compreendermos a constituição social dos discursos sobre o amor e os formatos imperantes da prática de amar no mundo ocidental é necessária uma breve incursão ao tratamento dado à temática no âmbito das ciências sociais.

Denis de Rougemont (1988) analisou a história do amor no Ocidente por meio da lenda de Tristão e Isolda. Além de esclarecer as influências orientais que predominam sobre o ideário de amor ocidental, ele enfaticamente destaca a representação de amor como sofrimento.

O renascimento cultural de Eros é classificado, por Rougemont, como marca do início do amor paixão no século XII. A poesia europeia advém dos versos dos trovadores naquele século. Suas líricas exaltam o amor infeliz que se encontra à margem do ca-

samento e que se realiza enquanto manifestação da união luminosa da alma e não mediante a concretização sexual. As leis do subsequente amor cortês pregam a retenção. Isso se relaciona com a origem maniqueísta e herética da condenação da carne presente no cristianismo. Igualmente expressa o lugar sagrado que a mulher ocupa nessas relações. Algumas das características da cortesia estão situadas na busca da humildade, lealdade, fidelidade e respeito à dama e se ligam diretamente com a recusa do contato físico (Rougemont, 1988).

Em síntese, para Rougemont (1988), a função social do mito sagrado do amor cortês era a de ordenar as forças das paixões. Dentro desse cenário, havia a presença oculta de uma mística transcendente, de origem oriental, como ponto de direção. Após perder o caráter esotérico e sagrado, o mito foi convertido em literatura. O Romantismo, do final do século XVIII, apega-se ao que sobrou dos ritos e promove demasiada glorificação de tudo aquilo que estava contido no mito original de Tristão e em outras histórias literárias que o sucederam. Desse modo, durante o século XIX, o instinto de morte inconscientemente reprimido ou especificamente concentrado pela arte aristocrática, como no século anterior, espalhou-se na consciência profana. E quando, sob o impacto de causas totalmente diversas, as antigas estruturas da sociedade desmoronaram, o conteúdo do mito inundou a vida cotidiana.

Josefina Pimenta Lobato (1997) esclarece que as interpretações sobre o amor romântico seguiram dois sentidos, o do particularismo e o do universalismo. O primeiro diz respeito à ideia de que o amor romântico, enquanto atração erótica, entendida como algo mais refinado e não resumido em desejo sexual, considerada por nós como amorosa, é algo próprio do mundo ocidental. Já o segundo aponta para a ideia de que o amor romântico é um fenômeno universal.

Lobato apresenta os conceitos de amor disciplinado e de amor domesticado como caminhos interpretativos para a resolução

do embate entre particularismo e universalismo (Lobato, 1997). São recorrentes nos estudos sobre o amor o uso das terminologias disciplina e domesticação para explicar os diferentes tipos de manifestação desse sentimento; e o de selvageria para tratar dos aspectos passionais que devem ser disciplinados ou domesticados. Porém, tal utilização normalmente objetiva indicar as características paradoxais do amor, em alguns momentos ligadas à natureza, em outros à cultura. Lobato (1997) esclarece que as referidas noções não abarcam suas proposições.

As sociedades holistas têm como característica a prevalência do social sobre os indivíduos. Essa colocação indica que a selvageria inerente ao amor passional é disciplinada. Já as sociedades orientadas por valores individualistas, nas quais os indivíduos constituem a realidade primeira e a sociedade é apenas um meio de satisfazer suas necessidades e demandas, a selvageria passional do amor, pensada não como descontrolada, ou seja, como passível de ser contida, mas como incontrolável, é, bem ao contrário, glorificada e tida como uma experiência emocional desejável e enobrecedora (Lobato, 1997, p. 142). Nesse sentido, seus amores são domesticados. A autora explica que domesticar nesse caso não significa amansar, mas usar o amor em sua imprevisibilidade incontrolável como meio de alcance de relações amorosas gratificantes. O amor-paixão e o amor romântico exemplificam a domesticação do amor. Em suma, a domesticação emprega a paixão à serviço da ordem social.

A lenda de Tristão e Isolda marca, na sociedade ocidental, o início da transição do amor disciplinado para o amor domesticado. Pois, na narrativa, há uma certa fuga das tradições, o que não se dá de maneira completa. Já na história de Romeu e Julieta, Lobato (1997) sublinha que podemos ver diretamente a domesticação do amor. Viveiros de Castro e Benzaquem de Araújo (1977) pontuam que os personagens principais rompem o ciclo familiar para o encontro do par amoroso. Todavia, fortalecem o poder

do príncipe, ao qual não ousam desobedecer. Desse modo, há, desde então, o indivíduo e o Estado.

Sobre o individualismo, Lobato (1997) destaca que a ideia da paixão, como requisito para o casamento, foi algo outorgado aos enamorados para que ignorassem as regras e as convenções que os impediam de ficar juntos. Tal crença é peculiar do amor domesticado que se expressa por meio do amor romântico e que só pode ter sucesso no universo individualista.

As questões tratadas por Lobato (1997) nos fazem voltar à discussão presente desde as primeiras formulações das ciências sociais, a que diz respeito à dicotomia estrutura e ação/sociedade e indivíduo. Compreender até que ponto a sociedade nos molda e em que medida agimos sobre ela são questões que até hoje intrigam nossas mentes. Segundo Nildo Viana (1999), as ciências sociais possuem dois princípios metodológicos que se opõem, o holismo metodológico corrente de Durkheim, Mauss, Malinowski, Radcliffe-Brown e Lévi-Strauss, postulando a predominância da sociedade sobre o sujeito. E o individualismo metodológico representado por Smith, Simmel, Weber, Maffesoli, Pareto, entre outros, que segue o caminho da primazia das ações do indivíduo sobre as estruturas sociais.

Pierre Bourdieu busca resolver o problema da dicotomia indivíduo e sociedade. Nesse sentido, ele desenvolve o conceito de *habitus* que representa a interiorização da exterioridade e a exteriorização da interioridade (Bourdieu, 2011). Isso significa que interiorizamos o mundo social ao qual nos encontramos e exteriorizamos a partir de nossas disposições subjetivas, por meio de gostos, valores, sensibilidade, entre outros. O desenvolvimento da socialização é iniciado desde o nosso nascimento, quando temos contato com os primeiros ensinamentos e passamos pelo processo de primeira educação ou de ação pedagógica primária nos termos de Bourdieu e Passeron. É nesse decurso que formamos parte substancial de nosso *habitus*, que fortemente conduzirá nossas futuras ações (Bourdieu; Passeron, 1975).

De acordo com Maria Chaves Jardim (2020), o conceito de *habitus* envolve os fundamentos de sociação e de individuação. Assim, “O *habitus* funcionaria como uma espécie de gramática cultural para a ação, profundamente estruturada” (Jardim, 2020, p. 10). O que indica que o agente traz em seu corpo a memória social que reflete seu lugar no mundo. Nesses termos, a autora destaca que “É exatamente por isso que Bourdieu afirma que o *habitus* é INcorporado (colocado no corpo) e também na mente, a partir da experiência do agente social; por isso, para Bourdieu, o corpo carrega uma história, uma biografia, ao mesmo tempo individual e coletiva” (Jardim, 2020, p. 11). O amor passaria por essa INcorporação via *habitus*.

Jurandir Freire Costa (1988) defende que o amor é uma crença emocional e assim como qualquer outra pode ser mantida, alterada ou extinguida. Sendo o romantismo amoroso uma das marcas culturais do Ocidente. De acordo com o autor, existem três afirmações básicas que atuam na manutenção da crença amorosa, a primeira indica o amor como sentimento universal e natural, vivido em todas as culturas e em todos os momentos históricos; a segunda mostra o amor como surdo à voz da razão e irrefreado pela nossa vontade; por fim, a terceira afirmação apresenta o amor enquanto condição para a máxima felicidade que podemos alcançar. O amor é considerado o atributo essencial da felicidade. Dessa forma, o fracasso no amor produz a culpabilização dos indivíduos.

Dentro dos estudos sobre o amor romântico, existem, segundo Costa (1998), duas correntes principais, sendo elas a dos idealistas e a dos realistas. Na primeira, como o próprio nome indica, há a idealização do amor e a crítica ao esvaziamento que ele vem sofrendo na atualidade. Enquanto para os realistas, em linhas gerais, a passionalidade característica do amor romântico é o seu grande ponto fraco. Costa (1998) entende que as verdades sobre o amor são múltiplas. Nós escolhemos aquelas que representam os valores que desejamos para as nossas vidas. Os

idealistas subestimam as razões do amor e recaem na crença, enquanto os realistas subestimam as paixões do amor e recaem nos julgamentos (Costa, 1998).

Zygmunt Bauman, um dos idealistas, entende que no mundo contemporâneo, altamente individualizado, os relacionamentos amorosos vacilam entre o sonho e o pesadelo. O padrão do amor é cada vez mais rebaixado (Bauman, 2004). Para ele, o amor, assim como a morte, não pode ser aprendido, por isso ele dirige dura crítica aos "manuais" que propõe de um jeito rápido e sem esforços ensinar como se amar. Ele se refere ao Eros da modernidade líquida como aquele que podemos ver por todos os lugares, mas que não reside em local algum. Em sua concepção, o amor é vivenciado como o uso de qualquer outra mercadoria. Ao encontro de qualquer dificuldade, é descartado e o preparo para o consumo de um novo relacionamento é iniciado. Guiado pela lógica do consumo, os investimentos nas relações são equiparados àqueles realizados no mercado financeiro (Bauman, 2004).

Rossi (2014) destaca, com base no seu referencial teórico, que a idealização romântica tem como fundamento a visão degradante do presente a partir da ideia de enaltecimento do passado. Essa colocação nos permite inferir que é visto no passado um tipo de vivência amorosa não condizente com a realidade concreta. Afinal, esses supostos amores felizes parecem ser muito mais exceções do que uma realidade generalizada, pois, conforme defendemos, a construção social do amor abarca os elementos dominantes da sociedade. Em vista disso, aspectos centrais do sistema patriarcal e, conseqüentemente, da dominação masculina moldam os modelos sociais em que o amar é praticado. E isso não é uma novidade da nossa época.

Giddens destaca que o amor romântico influenciou de maneira distinta homens e mulheres. Para aqueles houve conflitos de identidades pautadas no jogo de sedução. Os homens dominavam as habilidades do amor apenas em termos técnicos, porque

na prática o acesso à virtuosa mulher amada era quase inviável. No século XIX, por meio dos discursos que buscavam conhecer as mulheres, elas se tornaram ainda mais “misteriosas”. Os homens não souberam conduzir a reflexão acerca das transformações emocionais ocorridas na sociedade e, conseqüentemente, na intimidade das relações amorosas. De modo inconsciente, buscaram respostas nas próprias mulheres, e, assim, não perceberam que sua identidade disfarçadamente foi tecida pela dependência. Conforme Giddens (1993), o amor romântico é dependente da identificação projetiva presente no amor paixão, sendo essa a maneira pela qual os prováveis parceiros se sintam atraídos e posteriormente completem a união.

No entanto, o autor argumenta que a relação construída por tal processo produz inicialmente a sensação de totalidade gerada pela projeção, mas que em seu seguimento não se sustentará, pois o ato de projetar vai contra a intimidade necessária para a continuidade do relacionamento. O contrário da identificação projetiva é a abertura íntima de um enamorado para o outro, sendo aquela uma condição para o que o autor chama de amor confluyente: “o amor confluyente é um amor ativo, contingente, e por isso entra em choque com as categorias “para sempre” e “único” da ideia do amor romântico” (Giddens, 1993, p. 73).

Diversamente a outros autores discutidos neste trabalho, Giddens (1993) não vê as separações e os divórcios como algo completamente negativo, mas como a emersão do amor confluyente. As mudanças ocorridas nas chamadas sociedades da separação e do divórcio expressam, ao contrário de destruição e isolamento da família nuclear, como muitos dizem, novos laços de parentesco que conduzem à formação de famílias recombinaadas. Concordo com Giddens quanto às mudanças observadas nos relacionamentos amorosos na atualidade. Porém, dirijo quanto à perspectiva que sinaliza que o amor romântico, enquanto sistema norteador das formas de amar, tenha chegado ao fim.

A invenção do ideal do amor romântico coincide com o surgimento da experiência subjetiva interiorizada (Iannini; Tavares apud Freud, 2019). Relembremos, agora, que o século XIX foi palco da produção de uma série de discursos sobre as mulheres e é exatamente nesse cenário que a obra de Freud começa a ser desenvolvida. Buscando compreender o amor, o fundador da psicanálise elenca algumas condições que acredita estarem presentes na escolha amorosa dos homens. A primeira diz respeito à condição do terceiro prejudicado e aponta que, no lugar de uma mulher sozinha e livre, o homem escolherá aquela sob a qual outro homem reivindica direito de propriedade, seja como marido ou prometido, seja como amigo. Tal imperativo aparece como motivação para a rivalidade e a hostilidade em relação a outro homem. A libertinagem da mulher representa a segunda condição e se liga com a construção do ciúme, provocando sensações intensas em quem o experimenta. A terceira, por sua vez, trata do desejo de salvamento da mulher e se desenrola em decorrência das duas precedentes, gerando no homem a expectativa de orientar a mulher para o caminho da virtude (Freud, 2019).

Freud trata do processo de castração que, segundo ele, é iniciado na visão do sexo oposto. No entanto, no menino isso produzirá o sentimento de que seu órgão não é apenas um complemento do corpo. Enquanto na menina, a visão irá introduzir a sensação de incompletude que levará à inveja do pênis que será vencida "sem um extremo dispêndio psíquico" (Freud, 2019, p. 329). De modo sintético, pode-se dizer que a menina só resolve a questão quando o desejo do pênis é substituído pelo desejo do filho do pai, que marca sua entrada real no complexo de Édipo, sendo aqui também que a mãe se torna sua rival por ter do pai aquilo que deseja. No menino, esse processo se desenvolve de maneira simples, pois ele não precisa modificar seu objeto de desejo que é, desde o início, a mãe. Assim, o autor conclui que a descoberta pela menina de sua própria castração é o marco em seu desenvolvimento e conduz a três processos distintos, sendo eles a inibição sexual ou a neurose, o desenvolvimento do complexo de masculinidade e a feminilidade normal.

Sem negar as ambiguidades do discurso de Freud sobre a feminilidade, Joel Birman (2016) busca aprofundar sua obra. Para o autor, uma contradição evidente sobre a construção da ideia de feminilidade se encontra na atribuição do papel da mulher na obra civilizatória que muda de acordo com a qualificação enunciada. Quando a maternidade é evocada, as mulheres representam o desempenho do trabalho árduo para a concretização do projeto civilizatório. Porém, à medida que são percebidas pela ótica do desejo e do erotismo são subjugadas como obstáculos insuperáveis para a constituição da civilização. E é exatamente na consideração dessa suposta oposição no ser da mulher, entre maternidade e erotismo, que a interpretação de Freud se centra (Birman, 2016). Além do mais, a já tratada inveja do pênis caracterizaria o motor principal no funcionamento psíquico das mulheres (Birman, 2016).

Indagando sobre os postulados psicanalíticos acerca da constituição da sexualidade, Giddens (1993) analisa que, ao contrário do que é colocado por Freud, sobre a inveja da menina em relação ao pênis, o que é visto na prática, tanto por ela quanto pelo menino, é o encontro de uma mãe que nada tem a ver com o indivíduo castrado e impotente. Nos primeiros anos de vida, sobretudo no nível inconsciente, tem-se uma imagem de uma mãe todo-poderosa: “Então, um sentido inicial de autoidentidade, juntamente com o potencial para a intimidade, é antes de tudo desenvolvido pela identificação com uma figura feminina universalmente importante” (Giddens, 1993, p. 129). Em dado momento, todas as crianças devem se afastar da influência da mãe. O autor defende que a possibilidade de desvio se encontra muito mais no percurso para a masculinidade, do que para a feminilidade. Assim sendo, a origem da autoidentidade masculina está associada às profundas sensações de vulnerabilidade e perda que permeiam as lembranças inconscientes dos homens. Enquanto as meninas têm mais acesso à comunicação como meio para a autonomia emocional. Seguindo a linha analítica de Giddens, é possível dizer que a velada carência emocional dos

homens pode se ligar a comportamentos de raiva e violência (Giddens, 1993). De um lado, temos o ocultamento da sexualidade das mulheres, do outro temos a dissimulação dos traumas dos homens.

Segundo Bourdieu (2011b), os sistemas de dominação fazem parecer que as diferenças biológicas fundamentam as distinções sociais. Defendemos que a socialização das mulheres para o cuidado, que claramente perpassa o ideário da maternidade, é um dos fatores principais, se não o mais importante, na construção e na manutenção dos relacionamentos abusivos. Jardim (2020) destaca a aproximação de Bourdieu à psicanálise por meio do conceito de *illusio*, noção que permite captar a ação do agente nos jogos sociais estabelecidos. Não obstante, esses jogos não são necessariamente percebidos de modo consciente por aqueles que deles participam. Trazemos em nós o passado incorporado que não somente se apresenta obscuramente à consciência, como permite entendermos as práticas sociais. Diante dessa afirmação, ela esclarece que o citado autor possibilita enxergarmos o caráter histórico e social do inconsciente e, portanto, mutável. Diz Jardim (2020, p. 18): “é a conformação da história subjetiva (individual) e história coletiva (estrutura), passível de transformação, via *habitus* e via revoluções simbólicas”.

Bourdieu (2011b) nos fala que o poder simbólico age diretamente sobre os corpos, sem necessariamente apresentar violência física, mas como algo que se instala nas zonas mais profundas do nosso ser (Bourdieu, 2011b). Lembrando que para esse pensador, o corpo, mesmo sendo único e subjetivo, também é um produto coletivo que reflete o espaço do agente na sociedade (Jardim, 2020).

As propostas de práticas modeladoras dos corpos e, consequentemente, das vidas estão destinadas a todos os indivíduos, mas em nossa sociedade recaem com maior peso sobre as mulheres. Conforme Novaes, desde muito tempo o corpo feminino é pen-

sado sob uma ótica falocêntrica que o percebia como incompleto em relação ao corpo do homem. Tal insuficiência poderia ser suprimida pelo poder da maternidade que deve distanciá-la do erotismo, pecado originário da mulher (Novaes, 2011). Assim, o amor, para a mulher, é posto não como um sentimento, mas como um anseio de vida (Jung, 2005).

Compreendemos o abuso como a violência normalizada dentro dos relacionamentos afetivo-sexuais, sendo, ao mesmo tempo, constituinte e constituído pelo ideário amoroso. Assim, a prática abusiva, embora não seja necessariamente captada, é um dos elementos centrais da união.

Heleieth Saffioti (2004) esclarece que a violência é popularmente definida como aquilo que rompe a integridade de um indivíduo, independentemente de ser sentida de maneira física, psíquica, sexual ou moral, não estando exatamente localizada na esfera do palpável. No entanto, a autora considera essa acepção falha no sentido de que:

cada mulher colocará o limite em um ponto distinto do **continuum** entre agressão e direito dos homens sobre as mulheres. Mais do que isto, a mera existência desta tenuidade representa violência. Embora se trate de mecanismo de ordem social, cada mulher o interpretará o que é violência singularmente. Desse modo, a ruptura de integridades como critério de avaliação de um ato como violento situa-se no terreno da individualidade (Saffioti, 2004, p. 75).

A noção de integridade física é insuficiente porque os limites da ruptura são individuais. Sendo assim, Saffioti (2004) entende a violência como qualquer agenciamento capaz de violar os direitos humanos. Essa definição é de suma importância, pois fornece significação totalmente pautada no social, permitindo que a agressão seja identificada não apenas por aqueles que se encontram envolvidos no jogo do abuso.

Ainda em consonância com o pensamento de Saffioti, afirmamos que os efeitos das agressões psíquicas e morais são intangíveis, o que leva a maior dificuldade de reconhecimento. Nada obstante, "Feridas do corpo podem ser tratadas com êxito num grande número de casos. Feridas da alma podem, igualmente, ser tratadas. Todavia, as probabilidades de sucesso, em termos de cura, são muito reduzidas e, em grande parte dos casos, não se obtém nenhum êxito" (Saffioti, 2004, p. 19). Em todos os formatos possíveis em que a agressão ocorra, a violência emocional está presente (Saffioti, 2004).

A violência de gênero é o grande recurso que garante a existência do patriarcado. Parto da ideia de que o abuso é mantido em detrimento do dever de cuidar incumbido às mulheres. A referida atribuição foi sofisticada com os códigos da modernidade, porém é atuante em todo o sistema patriarcal. Segundo Gerda Lerner (2019, p. 29), "o patriarcado é uma criação histórica formada por homens e mulheres em um processo que levou quase 2.500 anos até ser concluído". Nesses termos, a subordinação das mulheres é mais antiga do que a chamada civilização. É imprescindível considerarmos que:

Embora as mulheres venham sendo vitimadas por isso, e também por muitos outros aspectos de sua longa subordinação aos homens, é um erro básico tentar conceituar as mulheres essencialmente como vítimas. Fazê-lo de maneira instantânea esconde o que deve ser admitido como fato da situação histórica feminina: as mulheres são essenciais e peças centrais para criar a sociedade (Lerner, 2019, p. 29).

Esse destaque chama atenção para os papéis sociais, consciente e/ou inconscientemente, desempenhados por homens e mulheres na manutenção do sistema. Nesse sentido, Maria Filomena Gregori (1992) argumenta que a condição de opressão das mulheres não será modificada se continuarmos atuando apenas no campo da consciência. Ela acrescenta que a identidade das

mulheres é construída por inesgotáveis processos de espelhamentos e contrastes. Nesse sentido, “a identidade se perfaz na trajetória, nas relações” (Gregori, 1992, p. 200) e por isso não há uma categoria total que trace um perfil identitário. Sendo, por isso, um equívoco essencializar e generalizar as experiências a partir da opressão das mulheres (Gregori, 1992). A autora ainda aponta que as análises devem considerar o ângulo dos homens, compreendendo que o masculino não é algo dado, mas uma identidade (identidades também) produzida nas vivências sociais (Gregori, 1992).

A discussão de Bourdieu mais uma vez contribui para o debate. Segundo Jardim, para o autor, “a dominação masculina incrustada nas práticas, nas estruturas e nos discursos sociais, legitima a existência de um amor desequilibrado entre homens e mulheres” (Jardim, 2019, p. 57). Isso nos leva à reflexão de que apesar da atuação de homens e mulheres, seria errôneo dizer que ambos participam de maneira igual.

Do exposto decorre que se considera errôneo não enxergar no patriarcado uma relação, na qual, obviamente, atuam as duas partes. Tampouco se considera correta a interpretação de que sob a ordem patriarcal de gênero as mulheres não detêm nenhum poder. Com efeito, a cumplicidade exige consentimento e este só pode ocorrer numa relação par, nunca díspar, como é o caso da relação de gênero sob o regime patriarcal (Saffioti, 2004, p. 118).

A sexualidade das mulheres foi a instância inicial de controle do patriarcado. Nesse cenário, o primeiro papel de gênero desempenhado pelas mulheres foi o de instrumento de troca nas transações de casamento, já o dos homens foi o de executor da troca e/ou definidor das regras do câmbio. Lerner (2019) salienta que a família patriarcal se destaca pela resiliência que a torna presente, de maneira variada, em épocas e locais distintos. No entendimento da autora, é em seu seio que se reproduz e se

constitui o Estado. "A família não apenas espelha a ordem do Estado e educa os filhos para que o sigam, mas também cria e sempre reforça essa ordem" (Lerner, 2019, p. 266). Assim, quando refletimos melhorias atinentes às mulheres, estamos, no mais das vezes, observando vantagens relativas e não alteração definitiva do *modus operandi* da ordem patriarcal (Lerner, 2019). Compreendo que a noção de cuidado aperfeiçoada ao longo da história constitui a base da dominação masculina. Assim, vemos, mesmo com o reconhecimento profissional, desenvolvimento de contraceptivos, participação política, entre outras coisas, a contínua subjugação das mulheres no âmbito das relações amorosas e familiares.

Lerner (2019) vê no conceito de paternalismo uma das vias para o entendimento da subordinação das mulheres. Em sua escrita, a autora fala que os recursos econômicos são artefatos permutados na relação paternalista. Contudo, conforme temos visto, essa se constitui enquanto realidade cada vez mais distante, tendo em vista que as mulheres ocupam cada vez mais o mercado de trabalho e que ser provedora de recursos econômicos sempre moldou a vivência de parcela expressiva das mulheres não pertencentes aos grupos privilegiados.

Chamo atenção, entretanto, para a crença da proteção masculina que encobre a fragilidade do homem expressa na necessidade de cuidado permanente. Quero dizer, com isso, que dentro do jogo social operado, a mulher é apresentada como sujeita a ser protegida, sendo isso algo por ela introjetado, e o homem como o responsável pela salvaguarda. Sem embargo, como essa não é a cena imperante, as relações amorosas se delineiam pela incessante busca de representação real dos papéis socialmente atribuídos. Sendo assim, as mulheres se tornam responsáveis em "cuidar" para que os homens finalmente consigam protegê-las, insistindo em relações abusivas por acreditarem que falharam (e no poder de correção) no dever do cuidado. A regra dominante é "homem como ser completo e poderoso, a mulher como

inacabada, mutilada e sem autonomia” (Lerner, 2019, p. 270). E todos, inconscientemente, envolvem-se em tentar segui-la.

Segundo Saffioti (2004), há na vivência do poder duas faces possíveis, a da potência e a da impotência. Ao longo do processo de socialização, as mulheres são familiarizadas com a impotência, enquanto os homens, contrariamente, são socializados para a potência. Nas palavras de Michèle Riot-Sarcey, “do poder como potência, as mulheres são excluídas pelo princípio de sujeição que as liga aos seus maridos” (Riot-Sarcey, 2009, p. 184). A questão é que os homens não são preparados para as situações de impotência. Em vista disso, “acredita-se ser no momento da vivência da impotência que os homens praticam atos violentos, estabelecendo relações deste tipo” (Saffioti, 2004, p. 84). Sendo, igualmente em decorrência desses papéis, que a ruptura da relação por parte da mulher representa uma afronta ao ideário masculino de poder e virilidade. No que tange às mulheres, aprendem que a sua verdadeira força reside no cuidar do outro, marido, filhos, pai e mãe. Nesse sentido, “julgam-se capazes de mudar o companheiro, quando, a rigor, ninguém muda outrem” (Saffioti, 2004, p. 66). As normas desenvolvidas pelo ideário cristão-patriarcal trabalham com a noção contínua de culpa. A culpa recai de modo mais sistemático sobre as mulheres, o que facilita o processo de controle de seus corpos e de fidelização ao esposo.

Busquei, ao longo desta sucinta sistematização teórica, refletir diferentes perspectivas que se debruçam sobre o tema do amor, procurando compreender como tais ideias estão diretamente relacionadas com os dispositivos acerca da sexualidade e da conjugalidade que resultam na idealização amorosa como sentido de vida (emocional, material, sexual, jurídico e transcendente). Com efeito, os modelos amorosos, vigentes em diferentes épocas foram/são erguidos sob o predomínio da dominação masculina que contém, como mecanismo elementar de funcionamento, a violência simbólica, representada pelos homens por meio da

incumbência da virilidade e pelas mulheres por meio da reprodução dos papéis de cuidado. Esse quadro resulta na elaboração e na manutenção de relacionamentos amorosos abusivos. Com base nessas reflexões, ilustraremos o amor abusivo por intermédio da análise da obra Ponciá Vicêncio (Evaristo, 2017).

2. O amor romântico na obra Ponciá Vicêncio (Evaristo, 2017)

A história contada em Ponciá Vicêncio (Evaristo, 2017) não é apresentada de modo linear e é exclusivamente feita em terceira pessoa, pela voz narrativa. A obra acompanha a trajetória da protagonista, cujo título do livro traz seu nome, desde o nascimento até a vida adulta. Esclarecemos que, mesmo com a importante presença de outros personagens vinculados ao seu percurso, devido ao espaço e à delimitação do presente artigo, nos concentraremos especificamente na história de Ponciá Vicêncio³.

Ponciá Vicêncio é uma mulher negra que carrega consigo uma herança deixada pelo avô paterno, o que poderá ser mais bem compreendido ao longo da apresentação. Os antepassados de Ponciá foram escravizados, seus avós vivenciaram diretamente a escravidão oficial do Estado brasileiro. No entanto, mesmo após a abolição sua família continuou servindo aos antigos escravizadores, em condições análogas ao antigo regime.

O pai de Ponciá sempre estava a trabalhar nas terras dos brancos. Luandi, único irmão da protagonista, desde muito cedo o acompanhou na lida. Nos tempos de chuva, os dois voltavam ainda menos para casa. Sendo assim, ela cresceu praticamente sozinha com a mãe. Seu pai teve uma vida muito sofrida. Apesar de

³ Para ver uma análise mais aprofundada sobre o tema do amor em Ponciá Vicêncio (Evaristo, 2017), ver Matos (2021).

ter nascido livre, foi durante a infância pajem do menino branco da casa grande. Depois de adulto continuou a trabalhar na terra dos brancos, em uma intensa labuta. Foi justamente no labor da lavoura, quando Ponciá era ainda menina, que faleceu.

Sua mãe, Maria Vicêncio, trabalhava o barro, fazia panelas, potes e bichinhos. A filha, desde pequena, buscava a argila nas margens do rio e sabia trabalhar o barro até melhor que a mãe. Na sua casa, de pau a pique e de chão de barro batido, praticamente tudo era feito de barro.

Em sua infância, Ponciá Vicêncio acreditava que se passasse por baixo do arco-íris viraria homem. É importante que saibamos que, naquela época, ela sorria e estimava ser mulher. Nas suas idas ao rio para pegar argila, ficava muito tempo ensaiando como passar pela cobra celeste sem ser percebida. Quando finalmente tomava coragem, tampava o sexo com a saia e com um pulo chegava ao outro lado, certificando, em seguida, se conseguira enganar o arco-íris. Foi em um desses episódios, em torno dos seus 11 anos, que experimentou pela primeira vez o prazer sexual. Após o salto, amedrontada, deitou-se para ver se o corpo continuava igual. “Quando tocou lá entre as pernas, sentiu um ligeiro arrepio. Tocou de novo; embora sentisse medo estava bom. Tocou mais e mais lá dentro e o prazer chegou apesar do espanto e do receio” (Evaristo, 2017, p. 22). Muitos anos depois, ela reviveria, pela memória, esse dia.

A ligação e a semelhança de Ponciá com o avô paterno é algo muito forte dentro da narrativa, sendo isso destacado ao longo de todo o livro. Quando Vô Vicêncio morreu ela ainda era bebê de colo. Nada obstante, um dia, enigmaticamente, fez um boneco de barro de um homem miudinho e curvado, idêntico ao avô. Outro acontecimento que chamou atenção de todos foi que a menina ainda não caminhava, mas de repente desceu do colo da mãe e começou a andar com o braço para trás, da mesma maneira que o avô. Ela ouviu, algumas vezes, que trazia a herança do vô,

mas isso era mencionado de maneira tão baixa que ela não tinha coragem de perguntar do que se tratava.

O avô de Ponciá foi escravizado. Ele não tinha uma das mãos e vivia escondendo o braço mutilado. Enquanto o cultivo do canavial dava prosperidade aos escravizadores, "Sangue e garapa podiam ser um líquido só. Vô Vicêncio com a mulher, os filhos viviam anos e anos nessa lida. Três ou quatro dos seus, nascidos do "Ventre Livre", entretanto, como muitos outros, tinham sido vendidos" (Evaristo, 2017, p. 44).

Em certa noite, ele foi tomado pelo desespero. "Vô Vicêncio queria morte. Se não podia viver, era melhor morrer de vez" (Evaristo, 2017, p. 62). Com uma foice, matou a esposa e tentou tirar a vida do filho pequeno, que conseguiu fugir, e a sua própria; mutilou a mão e pretendia continuar se autoflagelando, porém foi impedido de prosseguir. Então, enlouqueceu e passou a chorar e rir.

Cabe, de passagem, pontuarmos algumas reflexões. Defende bell hooks (2010) que, inevitavelmente, a escravidão criou dificuldades concernentes à prática de amar naqueles que foram infligidos por esse sistema e/ou que herdaram suas consequências. Para ela, as dificuldades para amar em um contexto em que os filhos eram vendidos e os/as companheiros/as sofriam violências de toda ordem não representam nenhuma surpresa. Aliás, praticar o amor poderia causar sofrimentos insuportáveis: "Um escravo que não fosse capaz de reprimir ou conter suas emoções, talvez não conseguisse sobreviver" (hooks, p. 3) Arrisco dizer que isso, de algum modo, ocorreu a Vô Vicêncio. Conquanto, devemos também atentar que esses fatores se unem à naturalização da violência contra as mulheres presente de diferentes formas nas diversas culturas existentes e acentuada no contexto da colonização (Cabnal, 2010; Segato, 2014).

Segundo Del Priore, "Há poucas referências de cronistas estrangeiros aos casamentos entre escravos. Sabe-se hoje que eles

eram correntes” (Del Priore, 2019, p. 181). O olhar eurocêntrico e racista impedia que os observadores vissem a existência de constituições familiares, formatadas pelas culturas originárias africanas e pelos arranjos possíveis dentro do sistema escravocrata (Slenes, 2011).

Slenes debate que para os escravizadores, o casamento dos escravizados se estabelecia como uma maneira de evitar fugas e controle das relações, já que muitas vezes incentivavam o estabelecimento da união formal, mas reservavam a si “o direito ‘paternalista’ de sugerir, persuadir, pressionar e, finalmente, aprovar ou vetar os nomes escolhidos” (Slenes, 2011, p. 102). Valendo dizer que havia excedentes do número de homens em detrimento da quantidade de mulheres, tanto pelas compras como pela mortalidade. Sem embargo, o autor destaca que se engana quem julga que as constituições conjugais serviam apenas como estratégias de controle por parte dos escravizadores. Pelo contrário, “Provavelmente alguma das vantagens do casamento para os escravos - e não as menos importantes - teriam sido as de ordem emocional e psicológica: o consolo de uma mão amiga, por exemplo, para enfrentar privações e punições” (Slenes, 2011, p. 157). Tal consolo só existe em decorrência da vida social e cultural prévia.

Além do amparo possibilitado pela relação afetiva/amorosa, o casamento permitia, na maioria das situações, um ganho maior de espaço, a continuidade de uma linhagem que não diz respeito apenas aos filhos da união, mas remete à ancestralidade presente já em suas regiões originárias. Conforme o caso discutido, os filhos de Vô Vicêncio e sua esposa foram vendidos, mesmo nascidos sob o suposto amparo da Lei do Ventre Livre. A constituição da família no regime escravista não contava com nenhuma segurança.

As uniões conjugais/afetivas desenvolvidas em todos os períodos históricos e em diferentes culturas representam formas de

relações sociais que envolvem algum tipo de aliança, mesmo nas sociedades dominadas pela ideologia do individualismo. A discussão travada por Lobato (1997) nos mostra que a forma como amamos está intrinsecamente ligada com as condições presentes nas sociedades em que vivemos. O contexto social que marca esse primeiro momento da narrativa literária analisada traz elementos de sociedades caracterizadas por uma organização holística, pensando nas referências culturais primárias trazidas de África, mas também apresenta a incorporação de recursos do amor domesticado, peculiar das sociedades marcadas pela égide do individualismo e representados pelo amor romântico, conforme poderemos ver mais adiante.

Aos 19 anos, Ponciá Vicêncio resolveu ir morar na cidade. Sua partida foi tão repentina que até esqueceu de levar o boneco de barro do Vô Vicêncio, assim como não teve tempo para se despedir do irmão. Viajou no dia seguinte à decisão. O trem tardaria a voltar ao povoado, então não poderia perder a oportunidade. O percurso durou três dias. Levou consigo apenas uma trouxinha. Na cidade, o trabalho doméstico foi sua principal ocupação profissional.

Ela sempre escrevia cartas para a sua família, mas além dos carteiros não passarem pelas terras dos negros, Maria Vicêncio e Luandi não sabiam ler. Desse modo, ela desconhecia se as mensagens chegavam até os destinatários. Ponciá foi a primeira da sua família a aprender a ler e a escrever. A moça igualmente ia muito à estação em busca de um rosto conhecido que pudesse trazer alguma notícia. Foi em uma dessas idas que soube que seu irmão também havia migrado para a cidade e que sua mãe, não querendo ficar só, saiu em andanças na busca não se sabe o quê. A filha sentiu remorso, não era isso que tinha planejado.

Após muitos anos de trabalho, conseguiu comprar um quartinho na periferia e voltou ao povoado para buscar os seus. Mas não encontrou a mãe e o irmão. A viagem de volta pareceu mais lon-

ga do que a primeira vez que partiu. Levou consigo o seu homem barro. A saudade começava a tomar conta de Ponciá.

Já na época do retorno ao povoado, ela estava enamorada de um homem que morava na cidade e viria a ser seu marido. O moço trabalhava na construção civil ao lado da casa de sua patroa. O sentimento era recíproco.

Ele também estava enamorado e observa que ela era uma moça muito ativa. Estava sempre a lidar. Era bonita. Tinha um jeito estranho que ele não sabia bem o que era. Gostava de cantar. Tinha uma voz de ninar criança e deixar homem feliz. [...] Ele gostava da tenacidade dela, do seu olhar adiante. Era uma mulher sozinha e muito mais forte do que ele. Era de uma pessoa assim que precisava [...] (Evaristo, 2017, p. 56).

O homem sabia que às vezes parecia que o espírito dela fugia, porém não questionava, tinha medo. Essa afirmação mostra que, embora tenha sido atraído pelas habilidades de Ponciá, ele reconhecia que em alguns momentos ela se tornava alheia ao agora. Depois que voltou do povoado, a moça ficou ainda mais estranha.

O casamento dos pais de Ponciá foi muito distinto do seu. Seu pai ficava mais na terra dos brancos, sua mãe nunca reclamou da ausência do marido. Vivia a cantar e a trabalhar o barro. E quando ele estava de volta, era Maria Vicêncio que decidia o que seria feito naqueles dias e quando ele partisse. “O pai era forte, o irmão quase um homem, a mãe mandava e eles obedeciam. Era tão bom ser mulher! Um dia também ela teria um homem que, mesmo brigando, haveria de fazer tudo que ela quisesse e teria filhos também” (Evaristo, 2017, p. 25). Tal passagem reflete as expectativas amorosas de Ponciá, evidenciando que, mesmo em um contexto em que o amor romântico não possuía total centralidade, o sucesso conjugal compunha as condições para a sua realização individual. Além disso, a relação de seus pais não seguiu o caminho do abuso. Entre outras coisas, podemos destacar

que Maria Vicêncio não possuía a incumbência dos cuidados exclusivos do marido. Lembrando que o cuidado é aqui entendido conforme a literatura que trata dos efeitos do patriarcado. Essas ponderações chamam atenção para o caráter social que norteia a prática de amar e para as possibilidades de desconstrução dos formatos condizentes com o abuso.

Os acontecimentos da vida de Ponciá caminharam no sentido contrário aos seus desejos de menina. Ela teve sete filhos, mas todos morreram logo após o nascimento, alguns chegaram a viver um dia. Pariu os cinco primeiros em casa com a parteira Maria da Luz, que junto a ela chorava a morte dos bebês. Os dois últimos nasceram no hospital, onde lhe disseram que os óbitos eram decorrência de problemas no sangue.

O homem de Ponciá Vicêncio se mostrava também acabrunhado com a perda dos meninos. A cada gravidez sem sucesso. Ele bebia por longo tempo e evitava contato com ela. Depois voltava dizendo que ia fazer outro filho e que aquele haveria de nascer, crescer e virar homem. Ponciá já andava meio desolada. Abria as pernas, abdicando do prazer e desesperançosa de ver se salvar o filho (Evaristo, 2017, p. 46).

Ponciá sofreu muito quando os seus primeiros filhos morreram. Todavia, na sequência, chegou a desejar que os demais não sobrevivessem. Questionando, isso sim, o porquê de colocar mais uma pessoa no mundo para sofrer. “Lembrava da sua infância pobre, muito pobre na roça e temia a repetição de uma mesma vida para os seus filhos” (Evaristo, 2017, p. 70). Todos os seus trabalharam/trabalham tanto nas terras dos brancos. Os negros eram senhores do sofrimento e da revolta suicida. Alguns migravam para a cidade com esperanças de uma vida melhor, mas o cenário de exploração continuava.

Podemos refletir sobre o cenário urbano que compõe a segunda morada de Ponciá. Não conhecemos ao certo os anos e o local

de passagem da obra. Sabemos, contudo, que a narrativa traz acontecimentos desenrolados ainda no Brasil Império e que a protagonista nasce pouquíssimas décadas após a abolição da escravatura. Esse momento tem como uma de suas marcas o projeto de modernização da sociedade brasileira. Há, nesse sentido, a expansão do meio urbano e o desenvolvimento da industrialização. Chamo atenção que esse último não tem lugar na obra. Isso se explica pelo lugar que a população negra ocupou no processo de modernização do país. Assim, todos os personagens principais migraram da região rural para a cidade e continuaram trabalhando nos ofícios manuais, ou nas chamadas atividades reprodutivas.

Muito temos falado sobre a conquista representada pela entrada das mulheres no mercado de trabalho e como esse feito representa uma realidade parcial, haja vista que as mulheres pobres, negras e indígenas sempre estiveram incumbidas do trabalho extraluar. Devemos, porém, lembrar que a admissão ao trabalho conquistada por grupos específicos de mulheres trata de setores que envolvem também as atividades produtivas e de serviços, como atendimento ao público. Desse quadro, as mulheres (e homens) que sempre trabalharam permaneceram excluídas. O caso de Ponciá é bastante figurativo da discussão. Ela detém o conhecimento da leitura em um momento que a maior parte da população era iletrada, ainda assim não conseguiu trabalho em categoria distinta das atividades relacionadas aos ofícios da população escravizada.

Luandi, irmão de Ponciá, e Biliza, mulher pelo qual ele se apaixonou, são personagens também a serem destacados. Luandi chegou na cidade igualmente sem destino. Conseguiu um emprego como zelador na delegacia e foi Soldado Nestor, homem também negro e do interior, que o auxiliou nesse processo. Luandi sonhava em um dia se tornar policial e para isso Soldado Nestor começou a alfabetizá-lo. O irmão de Ponciá se apaixonou por Biliza, mulher que após muitos anos no trabalho doméstico teve suas

economias roubadas pelo filho da patroa e acabou na prostituição. Luandi não se importava com isso. Após ele virar soldado, os dois se casariam, ela até já havia começado a fazer o enxoval. Porém, Biliza foi assassinada por Nego Climério, homem que trabalhava na "proteção" das prostitutas do casarão. Esse episódio deixou a vida de Luandi profundamente entristecida. Na sequência de sua vida, ele conseguirá ser soldado, mas isso perderá o sentido quando finalmente compreender que aquele poder de mando não valerá de nada, haja vista que continuará a obedecer aos brancos e a oprimir os seus.

Outro aspecto é que apesar de grande parte da trama se passar no meio urbano e não mais em comunidades locais mais ou menos restritas, os envolvidos na narrativa acabam enamorados por pessoas dos grupos sociais de origem. Ou seja, negros, pobres e praticantes do êxodo rural. Esse retrato reflete fronteiras de classe, raça e regionalidade rígidas, dialogando com o que Costa (1998) fala acerca do mito moderno da livre escolha amorosa. Não negamos que exista alguma margem para eleição do par, nada obstante devemos pontuar a existência de limitações previamente estabelecidas pelas condições de classe e pelos distintos marcadores sociais que são in/corporados pelos sujeitos.

Nas primeiras vezes que Ponciá sentiu o vazio na cabeça, voltou atordoada. Porém, depois, no agora do presente, gostava de se desconhecer e se tornar alheia ao seu próprio eu. O fato de Ponciá viver a recordar e a se ausentar de si causava incômodo em seu marido, que reagia por meio da agressão verbal e física. Em determinado dia, por exemplo, ela foi interrompida de suas lembranças pelo soco do homem. Ponciá se pôs a observá-lo sentado na cama imunda, sentindo ainda mais desgosto por sua vida. O que estava fazendo com aquele homem? Nem prazer os dois sentiam mais. Quando ele chegava e a via parada perto da janela, na mesma posição de antes dele sair para trabalhar, ficava nervoso e reclamava da lerdeza de Ponciá. Ela, mesmo com raiva e sentindo arder o corpo pelas pancadas recebidas, ia preparar a janta do marido.

Seu homem falava que ela era pancada das ideias. Talvez estivesse certo, refletia ela.

Às vezes, ela percebia nele um vislumbre de tristeza. Tinha vontade então de abrir o peito, de soltar a fala, mas o homem era tão bruto, tão calado. Nem quando ela o conheceu, nem quando ela e ele sorriam e se amavam ainda, Ponciá conseguiu abrir para ele algo além de seu corpo-pernas. Às vezes tentava, mas ele sempre calado, silencioso, morno. Muitas vezes nem o prazer era repartido (Evaristo, 2017, p. 39).

Na insatisfação do sexo, ela relembrava com os pensamentos e com as mãos o prazer que sentiu embaixo do arco-íris.

A protagonista era acostumada ao silêncio dos homens. Seu pai e irmão falavam pouco. Quanto ao marido, “Ele também só falava o necessário. Só que o necessário dele era bem pouco, bem menos do que a precisão dela” (Evaristo, 2017, p. 57). Muitas vezes desejou ouvir como tinha sido o dia do homem e falar sobre os enjoos e desejos da gravidez, relatar seus medos e ouvir os dele. No entanto, ele era praticamente mudo, não costumava demonstrar sentimentos, não sorria ou chorava. “Enquanto que nela havia a ânsia do prazer, como havia! Porém o que mais havia, era o desesperado desejo de encontro. E então, um misto de raiva e desaponto tomava conta dela, ao perceber que ela e ele nunca iam além do corpo, que não se tocavam para além da pele” (Evaristo, 2017, p. 58).

As citações acima elencadas evidenciam que Ponciá amou o marido. Ela nem sempre esteve alheia, possuía sentimentos, sonhos, desejos, ânsia de prazer, tristeza e raiva. Isso é algo muito importante: ela sentia. Sentiu amor e buscou viver o amar. Na medida que a realidade destroçava seus sonhos, ela ia se impregnando da saudade dos seus, mas também de si mesma, da Ponciá do passado, daquela que era movida por sentimentos e esperanças. No processo do seu adoecimento, ela passou a ser

dominada pela tristeza, sentindo alegria somente na lembrança de acontecimentos muito distantes. À medida que piorava, distanciava-se de toda e qualquer forma de sensação do presente.

Prestemos atenção na seguinte passagem: depois de mais uma noite em claro, enquanto fazia o café ralo de todas as manhãs, Ponciá recordou como a mãe arrumava com cuidado as coisas do pai e do irmão. Assim, lembrou como já havia sonhado em ter seu homem e seus filhos. Entretanto, "Lá estava ela agora com seu homem, sem filhos e sem ter encontrado um modo de ser feliz. Talvez o erro nem fosse dele, fosse dela, somente dela. Ele era assim mesmo" (Evaristo, 2017, p. 47). Nos escapes dos constantes estados de alheamento, Ponciá era sufocada pela tristeza do presente, ela sofre e talvez ficar longe de si fosse o melhor. Fica ainda manifesto que, em alguma medida, ela tenta justificar o comportamento violento do homem sob a alegação da imutabilidade do comportamento dele e de que os erros eram somente dela.

Nos últimos tempos, o marido andava muito irritado com Ponciá, qualquer coisa era motivo para lhe encher de socos e pontapés, dando a repetir que ela estava ficando louca.

Mas de manhã, quando acordava e guardava a marmita, enquanto bebia o gole ralo de café (mesmo se a latinha estivesse quase cheia de pó, a bebida era sempre rala), ele era calmo, quase doce. Ele sentia saudades da outra Ponciá Vicêncio, aquela que ele conhecera um dia. E se perguntava, sem entender, o que estava acontecendo com a sua mulher. Ela que, antes, era feita uma formiga laboriosa resolvendo tudo. Ela que muitas vezes saía junto com ele na labuta diária do fogão, da limpeza, das trouxas de roupa nas casas das patroas. O que estava acontecendo com Ponciá Vicêncio? (Evaristo, 2017, p. 47).

Ela o observava ir para a labuta e pensava que poderia tornar o lugar que viviam mais agradável. Às vezes refletia para quem a vida era mais difícil, homens ou mulheres? Concluía "que, pelo

menos para os homens que ela conhecera, a vida era tão difícil quanto para a mulher” (Evaristo, 2017, p. 48). Tomaria coragem e seguiria outros rumos. Contudo, quando percebia, estava há tempos parada no seu cantinho, olhando pela janela e recordando.

É interessante percebermos que Ponciá sente-se identificada com os sofrimentos dos homens de seu meio social. Isso porque estão todos abrigados em uma conjuntura social perversamente racista e desigual. Todavia, talvez Ponciá pensasse na realidade de seu pai e irmão que demonstram comportamentos distintos dos demais homens da narrativa e, por isso, não enxergasse que nada justificaria, em hipótese alguma, os diversos atos de violência do seu marido. Ele que era introspectivo, não tinha dificuldades em demonstrar o furor contra ela. Ademais, presenciamos, ao longo da obra, dois casos de feminicídio, um cometido por Negro Climério e outro impetrado por Vô Vicêncio.

O ápice da violência, no relacionamento de Ponciá, ocorreu em um dia que seu marido chegou, como de costume, cansado do trabalho pesado. Ele estava estressado e desejoso de um gole de pinga⁴, porém não tinha uma moeda sequer. Quando mirou a mulher ali parada, “Precisou fazê-la doer também e começou a agredi-la. Batia-lhe, chutava-lhe, puxava-lhe os cabelos. Ela não tinha um gesto de defesa” (Evaristo, 2017, p. 83). Ao ver o sangue em seu rosto, pensou em matá-la, mas logo voltou a si. Arrepentido, carinhosamente limpou o rosto de Ponciá. O homem foi tomado por remorso, pois definitivamente entendeu que ela estava doente ou com algum encosto, e nunca mais a agrediu. A esposa, por seu turno, emudeceu. “Falava somente por gesto e pelo olhar. E cada vez mais se ausentava” (Evaristo, 2017, p. 83). O marido passou a fazer o café e arrumar a própria marmitta. Ponciá comia apenas um pouquinho da comida que ele deixava e bebia bastante água, passando os dias na janela a recordar.

⁴ “Bebia, mas não muito. Tinha a natureza fraca, não era preciso muito para que ficasse tonto” (Evaristo, 2017, p. 47).

Certo dia, o homem a cutucou para oferecer café, ela, distante como estava, ainda teve um leve tremor de medo e se curvou para receber as pancadas. Esse gesto o causou profundo arrependimento por tantas vezes tê-la agredido. No dia do último ato de violência, viu tanto pavor e sofrimento no olhar da mulher que percebeu não só o desamparo dela, mas igualmente o seu. "Descobriu que, apesar de já terem se encontrado tantas vezes no gostoso prazer do corpo, apesar de ela já ter guardado tantas vezes o caldo quente dele e este caldo ter se transformado sete vezes em vida, apesar de tudo, ela e ele eram desesperadamente sozinhos" (Evaristo, 2017, p. 93). Ele aceitou que não poderia alcançar e entender a vida de Ponciá. "E, quando, ainda, tinha ânsias de prazer sob o sexo erguido, afastava-se dela, pois há muito a mulher havia se abdicado de tudo" (Evaristo, 2017, p. 93). Ela estava agora em um mundo somente dela.

Na história apresentada, desde o início está claro que Ponciá Vicêncio tornava-se alheia ao presente. Ela vivia a recordar dos momentos ruins e bons, da sua vida e da do seu povo, por isso, chorava e sorria. Contudo, a relação amorosa vivida com seu homem contribuiu para o aprofundamento da sua tristeza. Grande parte da vida de Ponciá Vicêncio foi passada ao lado do marido. Ainda assim, ela estava só. Até mesmo seu prazer era muitas vezes alcançado por suas próprias mãos. Pelo que a voz narrativa nos conta, ele também vivenciava a solidão. Podemos perceber uma queixa em comum, o desencontro do espírito. Ambos refletem que nunca se conheceram para além do corpo. Houve, sim, a satisfação dos encontros sexuais, mas essa é uma realidade parcial para ela. O episódio da masturbação embaixo do arco-íris em diversas passagens é lembrado pela protagonista. Seja porque a estimula na busca do gozo, seja porque a faz recordar de um tempo em que o seu corpo não representava tanta dor.

Consoante ao que já discutimos, a característica inicial mais apreciada pelo marido, em Ponciá, foi justamente sua capacidade

de ação, seus sonhos e metas. Acontece que o estado de ausência da mulher não foi uma descoberta da vida conjugal. Totalmente novo, isso sim, foi a falta das atividades, desempenhadas por ela, tanto para o cuidado do marido quanto as efetuadas no âmbito do trabalho pago e que igualmente garantiam a manutenção material da casa. Lembremos que as mulheres pobres e negras sempre estiveram incumbidas do trabalho extraluar. De acordo com Beatriz Nascimento, “Quanto ao homem negro, geralmente despreparado profissionalmente por força de contingências históricas e raciais tem na mulher negra economicamente ativa um meio de sobrevivência, já que à mulher se impõe, como sabemos, dupla jornada” (Nascimento, 2006, p. 128). Aqui jaz uma das indignações do marido de Ponciá. Ela não conseguia cumprir suas funções de cuidado, a casa era bagunçada, ela esquecia de fazer a comida do homem, seus filhos morreram, além dela não ir para a lida junto com ele. Tudo isso gerava um misto de raiva no homem, que trazia consigo a revolta da pobreza, do racismo e da exploração do trabalho por ele vivenciada. Nesse sentido, Ponciá Vicêncio era o receptáculo no qual ele depositava sua frustração, com o mundo explicitamente público e com o privado, representado pela esposa desleixada e doente que não conseguia ter filhos.

A obrigação da mulher cuidar dos membros da família é uma característica elementar do sistema de controle presente no patriarcado. Compreendo, assim, que as ideias sobre o amar (a vivência do amor), constituídas sob a égide da dominação masculina, são carregadas desse imperativo. A falha no desempenho dos papéis, representado pela mulher que cuida e pelo homem que é cuidado, justifica a manutenção de relacionamentos abusivos. Ponciá continuou na relação por não ter as condições materiais para partir, mas também porque culpava a si mesma por não cumprir o que seriam os seus deveres. O homem continua porque esperava reaver a condição de cuidado da mulher. Até que a herança de Vô Vicêncio se cumpriu e ela reencontrou os seus.

A herança deixada por Vô Vicêncio revelava/revela “uma história tão sofrida, porque enquanto os sofrimentos estivessem vivos na memória de todos, quem sabe não procurariam, nem que fosse pela força do desejo, a criação de um outro destino” (Evaristo, 2017, p. 109). E, assim, “Lá fora, no céu cor de íris, um enorme angorô multicolorido se diluía lentamente, enquanto Ponciá Vicêncio, elo e herança de uma memória reencontrada pelos seus, não haveria de se perder jamais, se guardaria nas águas do rio” (Evaristo, 2017, p. 111).

Considerações finais

O amor é um tema recorrente em nossas relações sociais, sendo evocado nos variados campos da expressão humana. De maneira mais ampla, os ideários amorosos se relacionam com os modelos dominantes de organização social.

A apresentação da narrativa sobre Ponciá Vicêncio nos faz retornar às reflexões de Jardim (2020) acerca dos postulados de Bourdieu. O corpo carrega uma memória que é individual, mas também é coletiva. Ponciá Vicêncio traz consigo a herança de seus ancestrais, esse legado representa sabedoria, mas também expressa muita dor e sofrimento.

Distintamente do que é colocado por Bauman (2004) não verificamos a existência de um amor efêmero, líquido, sem compromissos e voltado para a substituição. Tampouco nos deparamos com indícios do amor confluyente proposto por Giddens (1993). Indubitavelmente os autores estão discutindo um momento social que não é exatamente aquele apresentado na obra. Entretanto, mais do que isso, a realidade de diferentes grupos sociais é tratada de modo desconexo da sua concretude social.

Ponciá Vicêncio carregava a dor da mãe que sete vezes pariu e viu seus sete filhos morrerem. No final, ela gostaria que os be-

bês não sobrevivessem. Ainda assim, ficava novamente grávida seguindo uma imposição, mais ou menos velada, de seu homem. Ele, que também ficava triste e se afastava durante o luto, retornava resoluto de que conseguiriam gerar. Enquanto a Ponciá, até mesmo nesse momento de tamanha dor, estava solitária. Conforme é expresso na obra, eles não se conectavam para além do corpo. Ponciá estava longe da sua terra, dos seus familiares e aos poucos foi se tornando alheia a si mesma. Nesse cenário, não havia condições materiais para que buscasse ajuda, nem mesmo uma rede de apoio a que pudesse recorrer.

O relacionamento de Ponciá Vicêncio é marcado pela violência. Isso significa que a sua vivência do amar traz o abuso como elemento constituinte e constituidor do relacionamento. Seu marido necessita do seu cuidado, revolta-se por isso não acontecer, realiza ações condizentes com o comportamento viril (Bourdieu, 2011b) e na sequência, de alguma forma pede, a si e à mulher, compreensão pelo abuso instaurado. Seguidamente, no jogo inconsciente para efetivação dos papéis, Ponciá entende que falhou e que deve continuar, pois pode fazer diferente para ele ser diferente.

Pontuamos a necessidade de aprofundarmos as discussões a respeito da temática do amor e da relação do amar com a manutenção da violência contra as mulheres. Considerando, sempre, a amplitude do contexto e a especificidade dos atores que compõem as relações analisadas.

Referências

Bauman, Zygmunt. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Tradução Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

Barroso, Eloísa Pereira; Veloso, Sainy Coelho Borges. Brasília e Clarice: Uma Narrativa para a Cidade. **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História - contra os preconceitos: história e democracia**. UnB: Brasília, 2017.

Birman, Joel. **Gramáticas do erotismo: a feminilidade e as suas formas de subjetivação em psicanálise**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

Bourdieu, Pierre. **Escritos da educação**. Nogueira, M.A. Catani, (Orgs). Petrópolis RJ: Vozes, 2011.

_____. **A dominação masculina**. Trad. Maria Helena Kunher. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011b.

Bourdieu, P.; Passeron, J. **A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Trad. Reynaldo Bairão. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora S/A, 1975.

Cabnal, Lorena. Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. **Feminismos diversos: el feminismo comunitario**. España: Instituto de la Mujer / ACSUR, Las Segovias, 2010, p.11-25.

Candido, Antônio. **Literatura e sociedade**. 13ª ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2019.

Costa, Jurandir Freire. **Sem fraude, nem favor**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

DataFolha/FBSP. **Visível e Invisível: A Vitimização de Mulheres no Brasil - 3ª edição - 2021**.

Del Priore, Mary. **História do amor no Brasil**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2019.

Evaristo, Conceição. **Ponciá Vicêncio**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

Freud, Sigmund. **Amor, sexualidade, feminilidade**. Tradução de Maria Rita Salzano Moraes. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

Giddens, Anthony. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora Unesp, 1993.

Gregori, Maria Filomena. **Cenas e queixas: um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

hooks, bell. **Vivendo de amor**. Disponível em: <http://www.olibat.com.br/documentos/Vivendo%20de%20Amor%20Bell%20Hooks.pdf>. Acesso em mai. 2022.

Jardim, Maria Chaves. Socioanálise: introdução ao conceito. In: **Socioanálise das emoções: instituições socioculturais na produção das emoções**. Organizadores: Maria Chaves Jardim, Gabriela Porcionato e James Washington Alves dos Santos. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica, 2020.

_____. Para além da fórmula do amor: amor romântico como elemento central na construção do mercado do afeto via aplicativos. **Política & Sociedade** - Florianópolis - Vol. 18 - Nº 43 - Set./Dez. de 2019.

Jung, Carl Gustav. **Sobre o amor**. Tradução de Inês Antônia Lohbauer. Aparecida, SP: Ideias e Letras, 2005.

Lerner, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. Tradução de Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

Lobato, Josefina Pimenta. **Amor, Desejo e Escolha**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1997.

Matos, Renata Araújo. **O amor e o amar: uma análise comparada dos relacionamentos abusivos em “El albergue de las mujeres tristes”, de Marcela Serrano, e “Ponciá Vicêncio”, de Conceição Evaristo**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) — Universidade de Brasília, Brasília, 2021.

Novaes, Joana de Vilhena. Beleza e feiura: corpo feminino e regulação social. In: **História do corpo no Brasil**. Mary Del Priore, Marcia Amantino (Orgs.). São Paulo: Editora Unesp, 2011.

Red Chilena contra la Violencia hacia las Mujeres. **Dossier Informativo: 2020-2021 - Violencia contra mujeres en Chile. Chile, 2021**. Disponível em: <https://cl.boell.org/sites/default/files/2021-08/Dossier-Informativo-Violencia-contra-Mujeres-2020-2021-Red-Chilena.pdf>. Acesso em mai. 2022.

Riot-Sarcey, Michèle. Poder(es). In: **Dicionário crítico de feminismo**. Helena Hirata et al. (Orgs.). São Paulo: Editora Unesp, 2009.

Rossi, Cunha Túlio. **Uma sociologia do amor romântico no cinema: Hollywood, anos 1990 e 2000**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2014.

Rougemont, Denis de. **O amor e o ocidente**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1988.

Saffioti, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

Segato, Rita Laura. Colonialidad y patriarcado moderno: expansión del frente estatal, modernización, y la vida de las mujeres. In: **Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala** / Editoras: Miñoso, Yuderlys Espinosa, Correal, Diana Gómez, Muñoz, Karina Ochoa – Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014, p. 75-90.

Serrano, Marcela. **El albergue de las mujeres tristes**. Madrid: Suma de Letras, 2001.

Slenes, Robert W. **Na Senzala, uma flor - Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX**. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

Sousa, Andressa Fonseca. **As representações do feminicídio na mídia impressa de Brasília: uma análise do jornal Aqui DF**. Monografia. Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

Viana, Nildo. Individualismo e holismo na metodologia das ciências sociais. **Fragmentos de Cultura** – IFITEG/UCG. Vol. 9, no 06, nov./dez. 1999, p. 1259-1282.

Viveiros de Castro, Eduardo; Benzaquem de Araújo, Ricardo. Romeu e Julieta e a origem do Estado In: Velho, Gilberto. **Arte e Sociedade: ensaios de sociologia da arte**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977, p. 130-169.

Waiselfisz, Julio Jacobo. **Mapa da violência: homicídio de mulheres no Brasil**. Brasília: FLACSO BRASIL, 2015.

Recebido em 14/01/2022

Aceito em 10/05/2022

Mulheres amantes e empreendimentos afetivos: um estudo socioantropológico das emoções e moralidades sobre o “Feminejo”

*Raoni Borges Barbosa**

*Jean Henrique Costa***

Resumo:

O presente artigo buscou problematizar as noções êmicas de Amor acionadas no campo empírico da indústria cultural autointitulada “Feminejo” e da emergente juventude agroubana brasileira consumidora desses discursos e práticas. Põe em relevo, nesse sentido, a lógica simbólico-interacional e moral-emocional em torno dos dramas cantados, encenados e vividos por artistas e pessoas comuns no formato de “traição”, “amor autêntico”, “ser a outra”, “ser a amante”, “paixão de balada”, etc. Distante, porém, de buscar esgotar a análise sobre esse movimento ético-estético para o consumo juvenil massificado, o presente argumento, ainda em formato ensaístico próprio do momento inicial de pesquisa acadêmica, mergulha na categoria de “mulheres amantes” do empreendedorismo afetivo exemplificado no que tem sido intitulado como “Feminejo” (gênero musical cantado por cantoras como Marília Mendonça, Naiara Azevedo, Maiara e Maraisa, Simone e Simaria, etc.). Para tanto, norteia-se no acúmulo teórico da Sociologia e Antropologia das Emoções e Moralidades sobre a Etnopsicologia Ocidental em suas noções densas de *Self*, Amor, Reciprocidade, Sentimentos e Emoções.

Palavras-chave: Amor. Objeto socioantropológico. Antropologia das Emoções e Moralidades. Feminejo.

* Pesquisador Bolsista DCR-CNPq/FAPEPI (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí). Doutor em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. <http://orcid.org/0000-0002-2437-3149>. E-mail: raoniborgesb@gmail.com.

** Professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN. Cientista Social. Doutor em Ciências Sociais. Pós-Doutorado (UACJ, México). <https://orcid.org/0000-0002-8091-2418>. E-mail: prof.jeanhenriquecosta@gmail.com.

Women lovers and affective enterprises: a socio-anthropological study of emotions and moralities about “Feminejo”

Abstract:

This article sought to problematize the emic notions of Love triggered in the empirical field of the self-titled “Feminejo” cultural industry and the emerging Brazilian agro-urban youth who consume these discourses and practices. In this sense, it highlights the symbolic-interactional and moral-emotional logic around the dramas sung, staged and lived by artists and common people in the form of “betrayal”, “authentic love”, “being the other”, “being the mistress”, “ballad passion”, etc. Far, however, from seeking to exhaust the analysis of this ethical-aesthetic movement for mass youth consumption, the present argument, still in an essay format typical of the initial moment of academic research, delves into the category of “women lovers” of affective entrepreneurship exemplified in the which has been titled as “Feminejo” (a musical genre sung by singers such as Marília Mendonça, Naiara Azevedo, Maiara and Maraisa, Simone and Simaria, etc.). Therefore, it is guided by the theoretical accumulation of Sociology and Anthropology of Emotions and Moralities on Western Ethnopsychology in its dense notions of Self, Love, Reciprocity, Feelings and Emotions.

Keywords: Love. Socioanthropological object. Anthropology of Emotions and Moralities. Feminism.

Mujeres amantes y emprendimientos afectivos: un estudio socio-antropológico de las emociones y moralidades sobre el “Feminejo”

Resumen:

Este artículo buscó problematizar las nociones émicas del Amor desencadenadas en el campo empírico de la industria cultural autodenominada “Feminejo” y la emergente juventud agrourbana brasileña que consume esos discursos y prácticas. En este sentido, destaca la lógica simbólica-interaccional y moral-emocional en torno a los dramas cantados, escenificados y vividos por artistas y gente común bajo la forma de “traición”, “amor auténtico”, “ser el otro”, “ser el amante”, “balada de pasión”, etc. Lejos, sin embargo, de pretender agotar el análisis de este movimiento ético-estético de consumo masivo juvenil, el presente argumento, aún en un formato ensayístico propio del momento inicial de la investigación académica, ahonda en la categoría de “mujeres amantes” del emprendimiento afectivo ejemplificado en el que ha sido titulado como “Feminejo” (género musical cantado por cantantes como Marília Mendonça, Naiara Azevedo, Maiara y Maraisa, Simone y Simaria, etc.). Por tanto, se guía por el cúmulo teórico de la Sociología y la Antropología de las Emociones y las Moralidades sobre la Etnopsicología Occidental en sus densas nociones de *Self*, Amor, Reciprocidad, Sentimientos y Emociones.

Palabras clave: Amor. Objeto socio-antropológico. Antropología de las Emociones y las Moralidades. Feminismo.

Introdução

O presente artigo buscou problematizar as noções êmicas de amor acionadas no campo empírico da indústria cultural autointitulada “Feminejo”¹ e da emergente juventude agrourbana brasileira consumidora destes discursos e práticas. Trata-se de um levantamento bibliográfico (Minayo, 2022) ainda inicial de categorias discursivas que revelam as representações imediatas da gramática moral de empoderamento da mulher, da amante, da artista popular, da dona de casa, da adolescente em aprendizado amoroso, da jovem desencantada com os tropeços e rasteiras do relacionamento amoroso no inseguro e perigoso contexto das relacionalidades individualistas e das reciprocidades mercantilizadas. Essas personagens, entre outras tantas configurações tópicas (Eco, 2004) da subjetividade e da agência das narrativas agrourbanas de exemplaridade feminina do movimento artístico-musical aqui enquadrado como Feminejo, compõem o curioso cenário moral-emocional e comunicacional da indústria cultural de “sofrência”², que marca a luta por reconhecimento (Honneth, 2009) cantada nas letras de Marília Mendonça, Maíra e Maraisa, Simone e Simaria, Naiara Azevedo e todo um elenco ainda por citar de mulheres destacadas na marca da indústria cultural do Feminejo.

¹ Para o entendimento mais completo do fenômeno do Feminejo na última década (de 2011 a 2020), cabe recuperar o que foi o fenômeno do Sertanejo Universitário no despontar do século XX (de 2001 a 2010) da indústria fonográfica, de festas, eventos e modas no Brasil. O Sertanejo Universitário em certa medida deslocou o cenário artístico-musical brasileiro para o contexto de pujança econômica do agronegócio, de modo que se afirma agressivamente como parte da propaganda político-econômica e sociocultural do “Agro é Pop!”, inclusive encabeçando pautas conservadoras e reacionárias de exploração, de alienação e de subalternização sobre o feminino, os gêneros dissidentes e as relações étnico-raciais e trabalhistas. Essa discussão, contudo, extrapolaria as margens do artigo em tela.

² A noção de “sofrência” foi popularizada na última década pelo movimento artístico-musical e ético-estético como um modo singular de cantar e de compor canções, mas também de performance de palco e de comunicação direta entre artista e público, em sua maioria a emergente massa consumidora adolescente e juvenil agrourbana de lazer, festas e modas.

O levantamento bibliográfico inicial aqui utilizado - apesar de suas iminentes fragilidades metodológicas - objetiva pôr em relevo, nesse sentido, a lógica simbólico-interacional e moral-emocional em torno dos dramas cantados, encenados por artistas e vividos por pessoas comuns no formato declamado e mesmo escrachado de “traição”, “amor autêntico”, “ser a outra”, “ser a amante”, “paixão de bar”, etc. Trata-se, portanto, de construir e lapidar um objeto de pesquisa que, em última instância, pretende a problematização socioantropológica do “Amor na Etnopsicologia Ocidental” (Lutz, 1986), em seus circuitos cotidianos ordinários, - mas também na efervescência ritual (Durkheim, 1996) liminar e extraordinária (Turner, 2013) -, de representação e prática de reciprocidade (Mauss, 2003). Esse artesanato intelectual (Wright Mills, 1969) de contínua construção e sofisticação das questões relevantes e objetos de pesquisa que permitem a experiência concreta do campo de pesquisa como elaboração teórica assume a tônica coletiva e crítica de produção do conhecimento científico.

Distante, porém, de buscar esgotar a análise sobre esse movimento ético-estético para o consumo juvenil massificado, o presente argumento, ainda em formato ensaístico próprio do momento inicial de pesquisa acadêmica, mergulha na categoria de “mulheres amantes”, tão problemática quanto ambígua, do empreendedorismo afetivo exemplificado no *Feminejo*. Para tanto, norteia-se no acúmulo teórico da Antropologia das Emoções e Moralidades sobre a Etnopsicologia Ocidental em suas noções densas de Amor, Reciprocidade, Sentimentos e Emoções. O presente artigo, portanto, tem impulso nas possibilidades teórico-empíricas da Antropologia e Sociologia do Amor como um campo disciplinar a ser consolidado, aí envolvendo recortes em Economia e Política, Arte e Cultura, Estudos Feministas, de Gênero, Corpo e Sexualidade, entre outros. Desse modo, objetivou expandir uma percepção crítico-reflexiva sobre a Etnopsicologia Ocidental para além dos já tão discutidos tópicos marxiano-weberiano-durkheimiano-parsoniano de capitalismo e contra-

partida ideológica de alienação (Marx, 2013), de racionalidade instrumental moderna e desencanto com o mundo burocratizado protestante “sem espírito” e “sem coração” (Weber, 1974), de anomia individual e esvaziamento subjetivo na funcionalidade social da modernidade (Durkheim, 1970, 1995, 1996), e, por fim, de perspectivização estrutural-funcionalista reificada de papéis, instituições e sistemas sociais complexos (Parsons, 1970).

O Amor, nesse sentido, passa a ser discutido desde as noções fundamentais para o pensamento euroamericano de pessoa, de sagrado, de social, de cultura, de natureza, entre outras; abarcando, destarte, as tramas individualistas e narcísicas das sociedades complexas e politextuais ocidentais da atualidade, ainda que sem renunciar à herança clássica greco-romana em que se pensava a sociabilidade em termos de Eros, Ágape, Philia e tampouco sem declinar do legado cristão medieval com seus imperativos de caridade, de misericórdia, de piedade, de fraternidade, de perdão, de graça e de paixão. Logo, o Amor como ponto moral-emocional nodal para a organização do público e do privado, da racionalidade coletiva e da trajetória moral e emocional do *self* contemporâneo.

Desse modo, objetivamos, com esta pesquisa em andamento, desestabilizar o olhar sobre o modelo tradicional de carreira moral individual no urbano contemporâneo brasileiro, cujo modelo perfectível de massificação (com destaque para a indústria cultural da segunda metade do século XX) foi o da masculinidade pequeno burguesa, mas que cada vez mais é bombardeado pelas novas sensibilidades encabeçadas pelas “mulheres amantes”.

Naquela gramática moral, denunciada pelas artistas do Feminismo como “sofrência”, o amor aparece como competência sociocultural (expressa na linguagem medieval da cavalaria: a valentia); como pré-disposição biopsíquica e como obrigação espiritual para o encontro afetivo-sexual responsável e responsivo na forma segregada da família (herança cristã ressignificada pelo

mundo mercantilista burguês); para o encontro confidencial com o outro relacional próximo como extensão de si mesmo no molde amigável que expande os círculos primários para além da consanguinidade e da aliança (invenção iluminista, liberal e romântica); e, por fim, para o encontro recíproco com o outro relacional distante que funda os espaços de civilidade, de etiqueta e de obrigação pública (imperativo do processo civilizador ocidental dos últimos séculos).

O presente artigo foi organizado em três momentos argumentativos. O primeiro deles buscou situar o objeto analítico Amor no interior das discussões em Antropologia e Sociologia das Emoções e Moralidades. Pensamos aí a individualidade moderna no mundo simbólico-interacional urbano, de intensa desorganização normativa e de integração narcísica pelo dinheiro, e cuja ideologia de amor e felicidade conquistados ou dadivados oculta a realidade de vínculos de constrangimento, estigma, exploração e alienação. O segundo tópico deste artigo problematiza o Amor como metarrelato da reciprocidade moderna, matizada na Etnopsicologia Ocidental como amizade, como valentia para a aventura afetiva e como democratização do Interessante em um mundo imagético e autofágico, liberto de fronteiras impositivas do Bem, do Bom e do Certo. O terceiro e último tópico traz a questão das “mulheres amantes” na ética-estética do Feminismo, em que as noções tradicionais e masculinistas de Amor são parcialmente desestabilizadas e ressignificadas.

1. Antropologia e Sociologia das Emoções e Moralidades: breves digressões

A Antropologia das Emoções e Moralidades, em uma perspectiva simbólico-interacionista, propõe uma análise da relação entre indivíduo, sociedade e cultura enquanto jogo de tensões e negociações (Koury, 2009). Nos processos intersubjetivos emerge - de forma criativa e transintencional, mas não inconsciente - a

cultura emotiva que caracteriza uma sociabilidade dada. Essa perspectiva teórico-metodológica compreende os indivíduos como atores e agentes sociais reflexivos e dotados de agência, ou seja, como *selves*. No entender de Blumer (2017, p. 15), a noção de *self* implica na capacidade de autorreflexão e autoconsciência dos sujeitos humanos.

Isso implica, por um lado, que o social se apresenta como campo de possibilidades e de negociações de projetos individuais e coletivos (Velho, 1987; Koury, Barbosa, 2015), sempre indeterminado e aberto às modificações oriundas de novas práticas sociais; e, por outro lado, que a dimensão da cultura pode ser compreendida como teias de sentidos e repertórios simbólicos sempre instáveis e polissêmicos. Nas palavras de Röttger-Rössler (2008, p. 203-204):

[na] discrepância entre vivência emocional e expressão emocional, resulta a exigida tensão sobre a qual a força criativa de modelação (*agency*) do homem desperta, isto é, sua aptidão para modificar o mundo no qual vive e os códigos que o demarcam.

As unidades actanciais do jogo social não são corpos-adestrados que se reconhecem e se experimentam enquanto diferença, mas subjetividades em interação. Interação essa vivida como constante negociação e como exercício de trocas materiais e simbólicas. Nas constantes negociações e trocas, as emoções vão compondo gramáticas de sentido e linguagens comuns utilizadas no jogo social. Apontam para as intenções do ator e agente (Jagar, 1997) e seus pensamentos encorpados (Rosaldo, 1984) em jogo comunicacional, e para os vocabulários de motivos (Wright Mills, 2016) socialmente construídos e aprendidos em situações concretas no âmbito de uma ordem social. Dessa forma, as emoções constituem fatos sociais totais (Mauss, 2003), pois abarcam não só as dimensões biopsíquicas da vida dos sujeitos sociais individuais, mas, e principalmente, os aspectos socioculturais

da existência coletiva, conformando culturas morais-emotivas complexas de linguagens próprias³.

A proposta da Antropologia das Emoções e Moralidades, nesse sentido, é problematizar a construção de universos simbólicos na relação indivíduo, cultura e sociedade. A conformação do *self* individual se realiza na sua inserção em uma cultura emotiva dada, na qual constrói relações e por meio delas desenvolve um sentido identitário e de pertença a um espaço interacional e societal. As emoções são, enquanto fato social total (Mauss, 2003), resultado das relações entre indivíduos e grupos, abrangendo códigos morais e de conduta, gramáticas de sentidos e estranhamentos tecidos no jogo cotidiano das relações. As emoções são, por conseguinte, os sentimentos dirigidos ao outro e construídos e comunicados no jogo interacional.

As emoções se objetificam conforme os processos intersubjetivos se cristalizam em códigos de moralidades, memórias, hierarquias e fronteiras sociais, em projetos individuais e coletivos. As emoções específicas no interior de uma cultura emotiva, portanto, orientam a ação social, o discurso e as representações que fundamentam o trânsito de agências e o intercâmbio material e simbólico. As emoções podem, dessa forma, ser entendidas como fenômeno social total (Mauss, 2003) que abarca as subjetividades, a cultura objetiva por elas construída e o processo intersubjetivo de construção de sociabilidades, moralidades, reciprocidades, temporalidades, territorialidades e ritualidades.

³ Uma cultura moral-emotiva se caracteriza como lugar de pertença e de realização de projetos, mas também lugar de medos e de envergonhamento. O conceito de cultura emotiva, destarte, abarca as cadeias de interdependência (Elias, 1994) e as teias de significado (Geertz, 1978) construídas nos processos intersubjetivos cotidianos. A pertença, como emoção basilar de uma cultura emotiva, é o lócus social da manifestação da normalidade normativa e do exercício de semelhança e dessemelhança nos processos de formação de individualidades, de registros únicos de experiência e significação mediante trocas materiais e simbólicas entre indivíduos sociais localmente situados. Indivíduos esses munidos de mapas cognitivos e emocionais que permitem leituras e visões de mundo em um lugar de fala próprio, mas sempre cultural e socialmente satisfeitos.

As emoções, nessa perspectiva ampla, constituem um idioma, uma linguagem e uma gramática das relações sociais e moralidades. Da perspectiva do ator e agente social, as emoções são as teias de sentimentos dirigidas aos relacionais; enquanto, da perspectiva da interação simbólica, as emoções se apresentam como as relações e as teias de sentidos entre os atores e agentes sociais. A Antropologia das Emoções e das Moralidades, que embasa teórica e metodologicamente esta pesquisa em processo, questiona, então, sobre como os atores e agentes sociais constroem as culturas emotivas em que vivem, com modelos de ação (*ethos*) e de realidade (visão de mundo) próprios exercitados cotidianamente. Trata-se de uma abordagem compreensiva fortemente influenciada pela tradição romântica alemã e seus desdobramentos simmelianos, weberianos, boasianos e goffmanianos. Em sentido weberiano (Weber, 1974), uma abordagem compreensiva implica na observação da ação social para o entendimento de seus sentidos, seus meios e fins no contexto relacional em que se insere. No entender de Weber, a cultura se manifesta como o conjunto de sentidos produzidos e articulados por uma sociedade dada, sendo essa, em última análise, uma comunidade de sentidos.

No *ethos* da comunidade, concebida como a totalidade dinâmica dos vínculos entre seus membros, o indivíduo, dotado de reflexividade e capacidade criadora, desenvolve e executa suas ações em direção ao outro relacional. Os possíveis sentidos e classificações morais da ação se dão, *a posteriori*, no âmbito da racionalidade nativa, em processos tensos de negociação e disputas morais e de poder. O elemento formador da cultura, o sentido, é comunicado na ação social, mas jamais de forma unívoca e final, haja vista que processos de construção de sentido não ocorrem como as trocas materiais e energéticas, mas em processos de negociação e construção coletiva sobre as possíveis formas de apreender e significar o real.

Goffman, por sua vez (Giddens, 2013, p. 291), é enfático ao descrever o espaço interacional como um mundo altamente mora-

lizado de vínculos sociais que constrange física, moral e emocionalmente o ator e agente social a se apresentar como uma multiplicidade de “Eus”, situados em sistemas variáveis de posições, hierarquias, fronteiras, papéis e poder sociais próprios. Cada um desses sistemas, dotado de códigos singulares que regulam o tráfego humano ordinário e a economia de apresentação da linha e da fachada de cada ator e agente social (Goffman, 2010), informa, com todas as ambiguidades e ambivalências próprias do social enquanto figuração contingente de sentidos (o gradiente vergonha-orgulho e amor-ódio, entre outros), o estado atual das disputas morais que expressam publicamente a qualidade de atos e atuações apropriados e inapropriados para cada categoria de ator e agente social que ali se desloca. Nessa linha argumentativa, a emoção vergonha se destaca como eixo ou giroscópio moral de uma cultura emotiva, regulando os vetores positivos de admiração, apaixonamento, enamoramento e amor, assim como os vetores negativos de repulsa e nojo, decepção e frustração, ressentimento e ódio.

Nesse sentido, as interações entre os indivíduos relacionais em jogo comunicacional podem enviesar-se em uma espécie de armadilha moral-emocional que borra ou turva o gradiente “vergonha-orgulho” e “amor-ódio” da cultura emotiva em que se deslocam. Tal armadilha está caracterizada por emoções destrutivas não reconhecidas, inconscientes, vinculadas a um sentimento de vergonha original, e que se organiza em espirais de autoperpetuação emocional, de modo que podem vir a emocionalmente assumir uma configuração contagiosa de fofoca, rumor, vingança, desfiguração moral, jocosidade tóxica e violência que se move em uma espiral crescente, principalmente quando se trata de rupturas entre outrora amigos, apaixonados e amantes, isto é, quando a positividade da reciprocidade é direcionada para o polo negativo da destruição dos vínculos, alianças, contratos, pactos, acordos e compromissos sociais.

2. Amor: a reciprocidade complexa na Etnopsicologia Ocidental

As reciprocidades complexas características da Etnopsicologia Ocidental - tais como a amizade, a paixão e o amor - são abordadas a partir de perspectivas maussianas sobre o processo de construção da dádiva e de modelos simmelianos – eliasianos – goffmanianos de análise da subjetividade, do *habitus* e da interação-simbólica em contextos modernos, tal como veremos ao longo deste tópico.

O Amor, nessa proposta, consiste em um código simbólico, moral-emocional e cognitivo-comportamental de sacralização do Eu, de valorização do afeto e do cuidado como imperativos socioculturais de organização do íntimo, do próximo e do distante⁴. Como código binário sistêmico de comunicação complexa (Luhmann, 2010), o Amor municia discursos institucionais amplos que permeiam a Economia, a Política, o Direito e as Relações Internacionais. Como código de consumo hedonista de imagens de devaneio (horizonte possível) e de fantasia (real subvertido) em um regime pós-puritano de cultura emotiva expresso em sentimentalismo e consumismo (negação da ética protestante de redenção pelo trabalho e afirmação do imaginário hedonista de satisfação pelo consumo real e projetivo de bens), o Amor moderno está associado aos movimentos burgueses (protestantismo, romantismo, liberalismo, nacionalismo) de afirmação do “Eu” sobre o Social e a Cultura.

⁴ A Etnopsicologia Ocidental, grosso modo, define a individualidade como mônada, espírito e cultura subjetiva, situando o Amor como possibilidade de expansão das cadeias socioculturais de interdependência, isto é, como vínculo de confiança e intimidade gratuita, de coragem para a aventura sexualmente sublimada. Aí se destaca não somente a ditadura do Interessante (Sontag, 2004), que libera a subjetividade de toda rigidez moral do Certo e Bom *a priori*, mas a linguagem agressiva da cavalaria herdada dos modelos do romance medievo: a Valentia como linguagem moral-emocional do Amor.

2.1 O Amor como etiqueta e utopia de felicidade do *habitus* moderno

No entender de Elias (Scheff, 1990, 2013), as sociedades complexas modernas se organizam enquanto figurações sociais de indivíduos em redes de interdependência, tendo a emoção vergonha como o momento social e psíquico central de regulação cotidiana da economia dos afetos e, por conseguinte, da motivação interna e da recompensa externa que orientam a ação social legítima. A conformação do *habitus*, na modernidade, resultou, nesse sentido, de um processo de longa duração de expansão do limiar da repulsa e da vergonha, assim como de uma intensificação na capacidade reflexiva do indivíduo social, cada vez mais fragmentado no interior de redes impessoalizadas e destraditionalizadas de direitos e obrigações, com o consequente “desaparecimento do mundo comum”⁵ (Arendt, 2010), o “declínio do homem público”⁶ (Sennett, 2014) e a “obsolescência da noção de honra” (Berger, 2015).

A complexificação e a racionalização do social segundo uma lógica instrumental burocrática e mercantil (Weber, 1947) são pensadas por Elias a partir da leitura freudiana do social como modulador psíquico dos indivíduos em direção a espirais de mais autorregulação e de mais autocontrole, de modo que o processo civilizador implica na proliferação de medos sociogênicos e de constrangimentos e vergonha no espaço societal de heterarquias politextuais e hipercomplexas para o indivíduo social. O processo civiliza-

⁵ Por “desaparecimento do mundo comum”, Arendt (2010) entende o processo exponencial de crescimento e complexificação das redes relacionais humanas no mundo moderno, em que a capacidade de representações totalizantes do social desaparece do horizonte individual cada vez mais pautado em experiências culturais fragmentadas pela diferenciação funcional crescente do social.

⁶ Por “declínio do homem público”, Sennett (2014), a partir de leituras de Arendt, entende o processo galopante, na modernidade, de colonização dos espaços públicos pelo jogo mercadológico capitalista, em que as individualidades públicas são progressivamente dissolvidas na lógica racional, impessoal e monetária das trocas materiais.

dor, assim, tem consequências dolorosas para o indivíduo. Dentre essas, desponta a emergência de um superego ou de uma segunda natureza internalizada que constrange, envergonha e amedronta o indivíduo social no sentido da padronização de suas condutas, comportamentos, desejos, memórias e projetos.

O processo civilizatório eliasiano se organiza mediante procedimentos de distinção em relação aos *outsiders*, por parte dos estabelecidos de uma sociabilidade qualquer, e de imitação desses, por parte dos *outsiders*, o que gera uma espiral cada vez mais exigente de etiquetas de distinção para os estabelecidos e a consequente necessidade de imitação pelos estratos inferiores da sociedade. Essa dinâmica de constrangimento crescente dos impulsos individuais e coletivos produz contextos interacionais pautados na “vergonha da vergonha”⁷ de ser classificado como incapaz de expressar corretamente os códigos comportamentais tidos como civilizados, ou morar em locais vistos como socialmente degradados.

A vergonha da vergonha implica na internalização cada vez mais abrangente no *self* individual do olhar negativo do outro: a vergonha, com efeito, torna-se a emoção principal, ainda que subterrânea, para a compreensão da “Etnopsicologia Moderna” (Lutz, 1986; Scheff, 1990, 2011, 2013). O processo civilizador ocidental, nesse sentido, aprofunda paulatinamente a ideologia moderna de civilização e de universalidade da razão, de progresso social e de refinamento humano, de ordenamento racional do mundo social (Weber, 1947) e de realização individual pelo auto-cultivo, pelo amor e pela felicidade, implicando na integração emocional e moral de grupos sociais cada vez mais amplos mediante investimentos em mudança comportamental.

⁷A “vergonha da vergonha” é entendida por Scheff (1990, 2013), em sua interpretação eliasiana da gênese e da dinâmica da modernidade, como o elemento fundamental - e paradoxalmente o mais negado e inconsciente - da constituição moral e emocional do *self* em uma sociedade atomizada e de ideologia individualista.

O modelo eliasiano de conformação do *habitus* ocidental moderno, em síntese, situa o amor como código simbólico, emoção densa e etiqueta moral complexa da cultura hedonista e consumista das sociedades complexas pautadas em amplas cadeias de codependência, longo processo de socialização e de distanciamento da experiência imediata com o outro relacional. Como pontua Sontag (2004), o desenvolvimento da sociabilidade euroamericana deslocou cada vez mais o reino da experiência concreta individual para a dimensão da informação mediatizada e do consumo vicário e voyeurista de imagens, em que a massificação da utopia da felicidade individual e da narrativa narcísica de si passa a ser mais produzida e consumida obsessivamente no rádio, no cinema, na TV e na internet (Rossi, 2013).

2.2 O Amor-Amizade como código expressivo-comportamental

As tensões, as negociações, os desentendimentos, as violências simbólicas e físicas, assim como os segredos, medos, traições e manipulações, com seus possíveis estranhamentos e rupturas, - ao lado dos dividendos sociais que o vínculo implica na forma de segurança e reconhecimento -, caracterizam a experiência do amor-amizade. Mais que uma emoção complexa, o amor, ou a amizade sexualizada, é definido como um código expressivo-comportamental e moral de sociedades individualistas. O amor - com todo o desconforto, riscos e custos que lhe são inerentes -, ao ser vivido como aventura e risco, faz parte dos códigos individualistas de moralidade da modernidade em sua fase atual e reflexiva, em que espaços de consumo se ampliaram e as ideologias do trabalho e do progresso foram deixadas em segundo plano.

As emoções - e o amor em particular - são resultados de negociações tensas e indeterminadas, em que despontam o caráter transintencional e situado da ação e a natureza contingente e assimétrica da comunicação de conteúdos sociais pelos indiví-

duos em interação. Esses aspectos problemáticos da interação são definidos por Goffman (2012) como vulnerabilidades interacionais. O amor, nesse sentido, caracteriza um vínculo social de fortes exigências morais, já que está fundado na liberdade individual, na lealdade, na confiança e na partilha de segredos e de intimidades. Esse “Nós relacional”⁸ constitutivo do vínculo social, assim, conforma individualidades em tensão, em um jogo de mostrar-se e esconder-se do outro que define formas e limites da ação, ou seja, uma normalidade normativa que se expressa em comportamentos esperados. Desse modo, o amigo e amante é sentido como fonte e garantia de confiança e apoio. Sucede, porém, que toda confiança exige lealdade e fidelidade (Simmel, 2003), e provas delas de modo permanente. O processo de amizade, enamoramento-apaixonamento e amor traz em si, também, o problema da traição, o que torna o vínculo de reciprocidade complexa, simmelianamente falando, em uma fonte possível de tensão, vulnerabilidade e de medos de uma possível revelação dos segredos mais íntimos construídos durante o processo que origina a trajetória, ou história natural, de uma amizade-amor.

O amor e a amizade, então, se orientam por uma moral e por códigos de ética rígidos que as legitimam perante as partes envolvidas, consolidando a situação de amantes-amigos, e res-

⁸ O “Nós relacional” é entendido como um “Microcosmo Organizacional”, e como “Enquadre Vulnerabilizado” (Goffman, 2012), como um “Sistema de Confiança e de Expectativas” (Giddens, 2013) e, ainda, como uma espécie de “Comunidade de Sofrimento” (Turner, 2013). As expectativas morais criadas na conformação do vínculo social de reciprocidade complexa do amor são alcançadas por estratégias de controle de si e do outro, bem como por práticas punitivas de envergonhamento e amedrontamento do outro. Essas práticas podem resultar em uma situação de engolfamento (Scheff, 1990), isto é, na tentativa de supressão da individualidade do outro, fazendo-a subsumir-se às regras do enquadre vulnerabilizado interacional. A relação amorosa desenvolvida no aprofundamento da amizade pode ser vista como um jogo de demonstra-esconde, pelo qual se constrói a confiança: operador em que se assenta e se desenvolve a história natural de uma amizade que caminha para o amor, e se encontra presente em toda e qualquer situação processual. O amor, então, é uma relação confessional.

guardando o seu segredo intimamente desenvolvido na história natural de cada reciprocidade total. Mas, ao mesmo tempo, a cristalização dos laços arrasta esses mesmos consortes e aventureiros afetivos a um redemoinho de tensões e de obrigações recíprocas e de testes e provas de confiança e de lealdade e fidelidade permanentes ao outro relacional. O segredo do amor e da amizade, por conseguinte, - como linha e fronteira moral que inclui os de dentro e exclui os de fora - marca a relação com uma identidade própria, a partir do que projetos, memórias e sentimentos comuns podem ser processualmente construídos. O que gera, por seu turno, movimentos expressivo-comportamentais de alto custo emocional e dor social para os “Eus” em jogo interacional no formato de amor-amizade, tais como: os embaraços da copresença cotidiana; o medo da traição e a angústia de sabê-la sempre possível; a vergonha de não corresponder às exigências da relação ou de ter seus segredos expostos; a mágoa e o ressentimento por sentir-se usado ou não correspondido na medida idealizada; o ciúme em relação a possíveis concorrentes à posição social de amigo; a humildade para perdoar e esquecer as ofensas morais recebidas; o exercício renovado de desculpas de si e de justificações do outro para lidar com as banalidades cotidianas de desentendimentos e exigências mesquinhas; e a prática da obediência fingida, dos enfrentamentos para a demarcação de formas territoriais egocentradas e de defesa e preservação da face do outro.

2.3 O Amor como código societal individualista no urbano moderno

O amor (a amizade sexualizada e com fins de fundação do contrato econômico-parental familiar) torna-se problemática com a emergência do “Eu psicológico” (Velho, 1981) e do “individualismo” como ideologias próprias das sociedades capitalistas ocidentais. Simmel (1967, 1988, 1988a, 2005), nesse sentido, entende a emergência da individualidade moderna a partir da economia monetária e da divisão social do trabalho, que promo-

veram uma libertação do indivíduo de constrangimentos éticos e pessoais ao dinamizarem as interações sociais em um ambiente urbano e ao excluírem a personalidade das transações monetárias. Esses dois fenômenos fundam a “cultura objetiva moderna”, pautada em uma multiplicidade de vínculos e relações que se apresentam como pré-condição objetiva para o aparecimento do indivíduo psicológico. Essa situação de aproximação e estranhamento em relação aos outros, vivida na multiplicidade de vínculos emocionalmente fracos e de lealdades pontuais que caracterizam o espaço público da modernidade como contratual e racional, permite o desenvolvimento de uma consciência da independência individual face ao outro: o individualismo, assim, se consolida como ideologia da modernidade.

Esse amplo movimento de “privatização das emoções” (Koury, 2015) faz das emoções um tabu: assunto privado e privativo que só diz respeito ao indivíduo em prazer ou em dor. Simmel, ao tratar da emergência da individualidade moderna, questiona sobre a formação da subjetividade nessa ordem social cada vez mais urbana, mercantil e socialmente plural e fragmentada. Simmel argumenta enfaticamente que a economia monetária constitui o pano de fundo de todas as experiências da modernidade, em que o dinheiro se consolida como meio generalizado de comunicação e integração social, operando praticamente a totalidade das trocas materiais e simbólicas do jogo social. Nesse sentido, o dinheiro possibilitaria a despersonalização das relações sociais e o afrouxamento da solidariedade tradicional. O dinheiro, como equivalente geral de todas as moedas sociais, reduz a qualidade à quantidade e transforma-se, gradualmente, de meio a um absoluto, ou seja, o elemento regulador da vida prática, concedendo unidade a todas as contradições e multiplicidades do mundo e desencadeando o estresse na vida moderna em razão da busca desenfreada por mais dinheiro. Simmel argumenta, com efeito, que o indivíduo moderno se confronta com o mundo objetivo, produto do impulso genético humano, como objetivações autô-

nomas que o constroem e o regulam como realidades alienadas de seus propósitos⁹.

Os “Eus individuais”, definidos por Simmel como “culturas subjetivas” ou “conteúdos sociais”, são os portadores dos desejos e impulsos que se expressam socialmente nos encontros sociais, gerando, assim, na interação negociada (diádica, triádica ou na multidão), as formas sociais ou culturais objetivas. Simmel pontua, desse modo, a diferença e a distância, mas também a codependência e a coevolução da dimensão psíquica e social humanas: o indivíduo, ao constituir-se como pessoa, como indivíduo moral, constrói e aprende um vocabulário emocional e expressivo-comportamental que o molda enquanto corpo, mente e desejo aptos para a interação. O amor e a amizade, nesse sentido, no exercício cotidiano das experiências entre amantes e amigos, formam sensibilidades próprias para os projetos, as memórias e as linguagens da interação, cujo princípio fundamental de ordem, segundo Goffman, assíduo leitor de Simmel, é a preservação da fachada. A sobrevivência do indivíduo moderno, pontua Simmel, implica na capacidade do mesmo em exercitar estratégias de distanciamento social e simbólico em situações de intensa proximidade física, próprias da metrópole¹⁰.

⁹ Essa é a “Tragédia da Cultura” (Simmel, 1988a), em que as coisas, a cultura objetiva, domina o indivíduo, a cultura subjetiva. Esse mesmo raciocínio é aplicado por Simmel para tratar reciprocidades complexas como a amizade e outras formas de amor como experiências problemáticas, desde uma perspectiva cotidiana e existencial.

¹⁰ A metrópole, com efeito, é definida como a mais paradoxal das comunidades humanas já inventadas, pois combina intensa proximidade física em situações e contextos de intensa distância e diferenciação social. Em tal cenário, Simmel aponta para como o indivíduo deve aprender a “ser diferente” e a administrar, em linguagem goffmaniana, sua face/fachada, autoestima e conhecimento de si nos breves e escassos encontros com o outro relacional, no mais das vezes um desconhecido que exercita um papel social e culturalmente esperado no jogo interacional.

2.4 O Amor como ritual dramaturgício de autorregulação recíproca de fachadas e linhas expressivo-comportamentais de ação e de apresentação pública

Goffman leva adiante o projeto simmeliano de entendimento do social como sociabilidade negociada, em que há uma disputa sempre tensa pela definição ou enquadre situacional por parte dos “Eus” em interação para conformar o “Nós” moral da amizade, da paixão ou do amor. Nesse sentido, Goffman faz uma análise dos princípios rituais da interação, em que a fachada constitui o fundamento da ordem interacional e os indivíduos sociais interagem como atores e agentes sociais reflexivos no âmbito de uma situação. A interação ritual se organiza basicamente como um encontro social em que no mínimo dois atores e agentes sociais se apresentam situacionalmente como linha e fachada para o outro relacional.

Goffman enfatiza a ligação emocional que o “Eu” desenvolve em relação à fachada, de modo que a fachada, como constructo derivado das regras do jogo e das definições da situação, atravessa a subjetividade e se localiza difusamente no fluxo de eventos no encontro (no espaço simbólico entre os “Eus”). A fachada individual diz respeito à ordem interacional do encontro e à sociedade mais ampla, muito embora haja limitações nessa interdependência impostas por práticas como segredo, evitação, isolamento, liberdade, segregação de papéis e de plateias da interação. A relação linha - fachada aponta para a noção goffmaniana de social como sistema de expectativas de expectativas, em que a confiança em si e no outro relacional, derivada da confiança nas regras do jogo, é o operador básico de uma sintaxe interacional perpassada por vulnerabilidades, riscos e patologias próprias da interação. Os “Eus” em interação respondem aos riscos dos encontros sociais com estratégias como aprumo, salvar a fachada, dar a fachada. Ao manter a ordem moral em fluxo, os atores e agentes sociais se mostram orgulhosos, honrados e dignos em relação à fachada, que sentem como propriedade do “Eu”, muito embora seja um empréstimo e uma forma de coerção e controle do social.

Nesse sentido, Goffman (2010, 2012) aponta para o caráter dúbio da vergonha e do constrangimento social: a “pessoa de vergonha” e a “pessoa sem vergonha” aparecem como expressões que indicam a vergonha não somente como limitação à ação legítima, mas também como aptidão do ator e agente social para o jogo interacional. Goffman discorre, ainda, sobre um vocabulário próprio de situações de constrangimento, em que o “Eu” está presente, mas não em “jogo”, em razão da quebra de expectativas morais em relação aos “Eus” em jogo. As vulnerabilidades interacionais apontam para uma necessidade constante de administração de situações de constrangimento, em que transgressões de fronteiras e hierarquias sociais e do sistema de posições status / papel / prestígio / performance podem ocasionar na perda da fachada dos atores sociais envolvidos em uma ordem moral, expressiva e emocional dadas.

Para Goffman, as regras do autorrespeito e da consideração pelo outro são elementos da mesma ordem e refletem o compromisso de não destruir a ordem interacional: a manutenção da fachada é condição da interação, ainda que as regras e a etiqueta do jogo não signifiquem o jogo real, com suas possibilidades de desfiguração, de humilhação e de manipulação do outro. O repertório social e cultural das formas de preservar a fachada revela as regras do tráfego da interação social, pois compreende os meios (normas) e fins (valores) legítimos da ação, em que o “Eu”, como imagem para si e para o outro e como jogador num jogo ritual, se apresenta como elemento sagrado do jogo social. A preservação da fachada¹¹ implica em perceptividade (tato, diplomacia, habilidade social):

¹¹ Goffman aponta para as estratégias de aprumo, de cegueira diplomática, de segregação de papéis, plateias e informações, e de outras formas de evitação como práticas cotidianas, mesmo inconscientes, de se lidar com o constrangimento cotidiano, de modo a preservar a fachada e a ordem interacional. O amor e a amizade, o ser amante e amigo, portanto, implicam em uma habilidade social e em uma perceptividade aprendidas na experiência de evitar o vexame e o constrangimento social extremo, mantendo a interação abaixo do ponto crítico de tolerância ao desconforto que pode desencadear situações de ira/raiva-violência e de humilhação-depressão.

a capacidade reflexiva do ator social em antecipar ações e em se “outrar” (assumir hipoteticamente a perspectiva analítica e axiológica do outro).

Goffman (2012) entende que o agente social constitui e se expressa como um objeto ritualmente delicado, que pode ser arrastado pelas vulnerabilidades interacionais. Argumenta, assim, que a interação ocorre e é bem-sucedida, apesar de suas vulnerabilidades inerentes, em razão da sua conformação como ordem ritual, em que linhas de ação se acomodam com a linha e a fachada de cada “Eu” em jogo interacional. Essa ordem ritual - no caso particular da amizade sexualizada do amor como vínculo social, que se expressa a partir de um código expressivo-comportamental e moral de sociedades individualistas - abarca o desconforto, os riscos e os custos de uma interação íntima, mas também o prazer, a segurança e a confiança próprias do ser amante e amigo.

Nesse exercício tenso e indeterminado de sociação ocorre a construção social negociada do “Eu” e da realidade ou do mundo social. O princípio da preservação da fachada se apresenta como fundamental na ordem ritual, que é essa forma autorreguladora, autorreferente e recíproca que emerge como precipitado da experiência interacional, sempre contingente e perigosa. O social, em sentido lato, e o amor enquanto amizade sexualizada, tomado como exemplo de um microcosmo organizacional, só são possíveis, para Goffman (2012), na interação de atores e agentes sociais autorreguladores em encontros sociais. Portanto, é essa autorregulação ritual que implica no desenvolvimento de fachadas e linhas expressivo-comportamentais individuais e coletivas, permitindo a preservação tensa do jogo interacional com todos os seus medos, constrangimentos, riscos e vulnerabilidades.

3. “Mulheres Amantes”: expectativas e frustrações no empreendedorismo afetivo exemplarizado no *Feminejo*

Este último momento argumentativo do presente artigo discorre sobre os eixos centrais da pesquisa em andamento sobre o *Feminejo* enquanto empreendedorismo afetivo da indústria cultural brasileira especializada no consumo artístico-musical juvenil de massas. Após breve levantamento histórico acerca do movimento *Feminejo*, buscamos compreender as contradições, sofrimentos e estigmas contidos na figura da “mulher amante” (a mulher que ama sem ser amada), personagem típico (Eco, 2004) central nas representações, narrativas e práticas de amor, enamoramento e paixão do *Feminejo* enquanto exemplaridade de um *habitus* adolescente-juvenil predominantemente feminino.

Trata-se, com isso, de reunir criticamente os elementos comportamentais e projetivos e dessa etiqueta de empoderamento de mulheres e do feminino, ainda que explicitamente conservador e mesmo reacionário em algumas de suas facetas ético-políticas. Destacamos, nesse contexto complexo e às vezes paradoxal, a personagem central Marília Mendonça¹² como clímax do movimento *Feminejo*, haja vista sua potência representativa entre a geração agrourbana¹³ brasileira, o que a promoveu a “Rainha da Sofrência” e fenômeno exponencial de vendas e sucessos.

De acordo com reportagem publicada em 05.12.2021 da Revista TV e Lazer (<http://extra.globo.com/tv-e-lazer>), intitulada “10 anos de *Feminejo*: relembre a história do movimento que colocou as mulheres em destaque e veja uma linha do tempo”, o movimento artístico-musical desponta com a canção “Coitado”,

¹² Recém-falecida após um acidente aéreo (cinco de novembro de 2021).

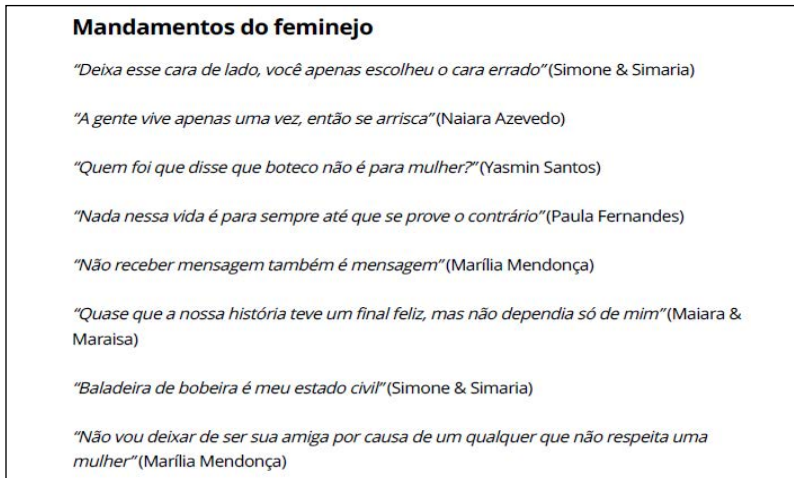
¹³ Interessante observar que muitos desses artistas são típicos representantes da ideologia do agronegócio no país, atuando tanto na promoção direta de festas e exposições quanto em certas estruturas produtivas. O agro, nesse contexto, vende-se na ideia de ser pop, moderno, etc. Assim, “‘Agro é pop’ é um slogan assentado na fórmula lapidar de que o agronegócio é a ‘indústria-riqueza do Brasil’” (Fernandes; Padilha, 2020, p. 19).

de Naiara Azevedo. A cantora ainda estreante no mundo da música Sertaneja tinha à época – era o ano de 2011 – somente 22 anos; e com a canção supracitada respondia ao bordão machista do funk “Sou foda”. Tratava-se, assim, de uma fala feminina direta que empoderava moral e emocionalmente a mulher como protagonista de sua própria vida e como empreendedora afetiva nos tensos processos de negociação do Amor no atual contexto urbano brasileiro cada vez mais destradicionalizado, concorrido profissionalmente e endemicamente violento, principalmente para as mulheres adolescentes e jovens.

No ano de 2012 foi a vez da dupla Simone e Simaria - até então subalternizadas e invisibilizadas como *backing vocals* de artista masculino tradicionalista - chamar atenção do grande público com a canção “Ele bate nela”. A tônica antimachista e antimasculinista das artistas e da mensagem vocalizada acertava precisamente o cenário de vergonha nacional brasileira do feminicídio e da violência doméstica contra a mulher.

Em 2015, as gêmeas Maiara e Maraisa performatizam o Fêmejejo como festa, curtição, sofrência e bebedeira adolescente-juvenil protagonizadas pelo público feminino. A representatividade entre as classes populares e médias agrourbanas foi sentida imediatamente, abrindo espaço para a trajetória relâmpago de Marília Mendonça com o hit bombástico “Infiel”: um desabafo sofrido, mas cheio de dignidade e autoestima por parte da mulher traída, mas que não se culpa pelo não amor recebido do outro masculino. Yasmin Santos, já em 2018, com o sucesso “Saude nível hard”, consolida o perfil jovem feminino desbocado, jocoso e carinhosamente agressivo da cantora de Fêmejejo. Os anos de 2019 e 2020 são os de consolidação da figura pública de Marília Mendonça, então cantora popular badalada e personagem assídua nas rádios, TVs, blogs e jornais brasileiros; ainda mais quando do emblemático álbum “As patroas”, resultado de empreendimento publicitário ousado de Marília Mendonça juntamente com a dupla Maiara e Maraisa.

A segunda década do século XX foi, nesse sentido, marcada pela indústria cultural do *Feminejo*, possibilitada pelo aprofundamento da música popular como uma “economia da experiência” (Pine; Gilmore, 1998) e como um “mercado aberto” (Favareto; Abramovay; Magalhães, 2007) desenvolvido sem se fundamentar rigidamente em regras formais do direito de propriedade e por um sistema de distribuição flexível, performático, descentralizado e virtualizado. Além disso, o imaginário do público ouvinte, fortemente pautado em noções como juventude, consumo e liberdade, além da tríade “festa-amor-sexo” (Trotta, 2009), talvez prevaleça nas estratégias de construção de sentido e nos fluxos de interpretações e de formação do gosto musical (Trotta, 2009, Costa, 2014), dinamizando certas estruturas de mercado. Isso potencializou o mercado do *Feminejo* e popularizou ao limite do escracho a figura da “mulher amante” em diversas situações: de êxtase por sentir-se amada; de ciúmes do parceiro; de tristeza e ressentimento por estar na condição de “outra” do homem casado que jamais cumpre a promessa de fazer dela a “mulher oficial”; de coragem e autoestima por ter-se libertado de relacionamento tóxico com homem controlador e pegajoso; de aventura e entrega reflexiva para o início de um novo relacionamento amoroso com um parceiro “melhor”; de sentir-se bem consigo mesma e não depender de relacionamento com homem para a construção de uma fachada pública feliz e bem-sucedida; de curtição na balada; de não culpabilização de si pela traição praticada pelo homem; de afirmação da sororidade e do lugar da mulher como protagonista da própria carreira moral e como empreendedora afetiva sempre disposta a novos começos. A Figura 1, logo abaixo, escandaliza justamente essa nova etiqueta da “mulher amante” empoderada:

Figura 1: Bordões de ícones do Fêmejejo

Fonte: GLAMOUR, publicado em 18.10.2019 no site <http://glamour.globo.com>.

Os grandes hits de Marília Mendonça, dos quais destacamos "Infiel", "Alô Porteiro", "Amante não tem lar", "Todo mundo vai sofrer", problematizam em linguagem juvenil e ritmo dançante sensual a reciprocidade complexa que é a emoção densa Amor na Etnopsicologia Ocidental: uma etiqueta e utopia de felicidade do *habitus* moderno que precisa ser habilmente apropriado pelas mulheres; um código expressivo-comportamental via de regra manipulado pelos homens contra as mulheres; um código societal individualista no urbano moderno que premia e provoca a solidão satisfeita do indivíduo em busca de comunhão e partilha do indivíduo na aventura do encontro com o outro que completará "sua metade"; um ritual dramático de autorregulação recíproca de fachadas e linhas expressivo-comportamentais de ação e de apresentação pública, de modo que cabe à "mulher amante" aprender as artes da discrição da "sofôrença", do comedimento quando casal, da autoestima e do autocuidado quando em situações de traição, etc.

As letras das canções "Alô Porteiro" e "Infiel" (Marília Mendonça, 2016), nesse sentido, são paradigmáticas do protagonismo femi-

nino e de empreendedorismo afetivo correlato nas atuais relações heteronormativas, destacando a exemplaridade do Amor como dignidade, autoestima e autorrespeito (Macêdo et al., 2017). Percebemos nas mensagens dessas canções que o Amor se organiza cada vez mais como uma busca e aventura do si-mesmo, na qual o outro, principalmente o outro masculino, é quase sempre um elemento de suspeita e de decepção a ser superado.

ALÔ PORTEIRO [trechos]: Pegue suas coisas que estão aqui / Nesse apartamento você não entra mais / Olha o que me fez, você foi me trair / Agora arrependido quer voltar atrás / Já deu / Cansei das suas mentiras mal contadas / Cresci, não acredito mais em conto de fada / Não adianta vir com baixaria / Morreu / A mulher carinhosa e fiel que te amava / Pega o elevador, a sua mala e vaza / Tô avisando lá na portaria / Que aqui você não entra mais / Alô porteiro, tô ligando pra te avisar / A partir de agora eu tô solteira / Já me cansei da brincadeira / Chame o táxi que ele vai pagar / Alô porteiro, tô ligando pra te avisar / Esse homem que está aí / Ele não pode mais subir / Tá proibido de entrar / Já deu / Cansei das suas mentiras mal contadas / Cresci, não acredito mais em conto de fada [...].

INFIEL [trechos]: Isso não é uma disputa / Eu não quero te provocar / Descobri faz um ano / E tô te procurando pra dizer / Hoje a farsa vai acabar / Hoje não tem hora de ir embora / Hoje ele vai ficar / No momento deve estar feliz / E achando que ganhou / Não perdi nada, acabei de me livrar / Com certeza ele vai atrás, mas com outra intenção / Tá sem casa, sem rumo e você é a única opção / E agora, será que aguenta a barra sozinha? / Se sabia de tudo, se vira, a culpa não é minha / O seu prêmio que não vale nada, estou te entregando / Pus as malas lá fora e ele ainda saiu chorando / Essa competição por amor só serviu pra me machucar / Tá na sua mão, você agora vai cuidar / De um traidor, me faça esse favor / Iê, infiel / Eu quero ver você morar num motel / Estou te expulsando do meu coração / Assuma as consequências dessa traição / Iê, iê, iê, infiel / Agora ela vai fazer o meu papel / Daqui um tempo, você vai se acostumar / E aí vai ser a ela a quem vai enganar [...].

Grosso modo, quiçá possamos inferir, a partir do já teorizado em Antropologia e Sociologia das Emoções e Moralidades ao longo deste artigo, que a “mulher amante” tem se descoberto como ator e agente social ativo e empreendedor nos processos intersubjetivos perigosos e arriscados da metrópole. Nesse sentido, o seu lugar é autopercebido no espaço público dos contratos, e não nos outrora espaços subalternizados da família patriarcal e do relacionamento amoroso tradicional. O *Feminejo*, nesse sentido, aponta para uma disposição para o empoderamento moral-emocional da mulher em relação ao parceiro heteronormativo em uma economia de afetos, de etiquetas e de representações do Amor como reconhecimento, autorrespeito e afirmação de si mesmo, em uma luta sociopolítica que faz das dimensões pública e privada uma única arena de conquista de direitos e visibilidades.

Considerações finais

O presente artigo buscou problematizar as noções êmicas de Amor acionadas no campo empírico da indústria cultural autointitulada *Feminejo* e da emergente juventude agroubana brasileira consumidora desses discursos e práticas. Nesse sentido, o Amor aparece como aventura prenhe de riscos e perigos, mas que deve ser ousada pela “mulher amante”, por maiores que sejam os sofrimentos e estigmas aí implicados. O artigo problematizou, ainda que de forma ligeira, a lógica simbólico-interacional e moral-emocional em torno dos dramas cantados, encenados e vividos por artistas e pessoas comuns no formato de “traição”, “amor autêntico”, “ser a outra”, “ser a amante”, “paixão de balada”, etc. Destacou, para tanto, alguns dos perfis icônicos do movimento artístico-musical do *Feminejo*, principalmente aqueles que contam a história natural dessa ética-estética popular e de consumo juvenil de massas, tais como, por exemplo, Marília Mendonça, a Rainha da Sofrência.

Distante, porém, de buscar esgotar a análise, o presente artigo, ainda em formato ensaístico próprio do momento inicial de pes-

quisa acadêmica, buscou mergulhar na categoria de “mulheres amantes” do empreendedorismo afetivo exemplificado no Femeinejo. Para tanto, norteou-se no acúmulo teórico da Antropologia e Sociologia das Emoções e Moralidades sobre a Etnopsicologia Ocidental em suas noções densas de *Self*, Amor – Enamoramento – Paixão, Reciprocidade, Sentimentos e Emoções, *Habitus*, Exemplaridade, entre outras, problematizadas no contexto das sociedades complexas e politextuais contemporâneas. O projeto de pesquisa que ora rende este artigo tem, assim, muito a contribuir com a reflexão teórica sobre o Amor como reciprocidade complexa no âmbito da Etnopsicologia Ocidental desde o recorte empírico do Femeinejo.

Referências

Arendt, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

BARBOSA, Raoni Borges. **Medos Corriqueiros e Vergonha Cotidiana: Um Estudo em Antropologia das Emoções**. Cadernos do GREM N° 8. Editora Baço: Recife; Edições do GREM: João Pessoa, 2015.

Barbosa, Raoni Borges; Koury, Mauro Guilherme Pinheiro. Sentidos emocionais e morais da amizade: uma abordagem a partir da antropologia das emoções. **Educere et Educare: Revista de Educação**, v.13, n. Especial jul/dez, 2017.

Berger, Peter. Sobre a obsolescência do conceito de honra, [seguido de] Duas notas de rodapé sobre a obsolescência da honra. **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 14, n. 41, 2015, p. 7-20.

Blumer, Herbert. A Sociedade como interação simbólica. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 16, n. 46, 2017, p. 14-22.

Costa, Jean Henrique. Puxe o fole sanfoneiro! Para pensar a produção e o consumo do forró eletrônico no Rio Grande do Norte. **Cronos: R. Pós-Grad. Ci. Soc.** UFRN, Natal, v. 15, n.1, jan./jun. 2014, p. 87-117.

Durkheim, Émile. Representações individuais e representações coletivas. In: Durkheim, Émile. **Sociologia e Filosofia**, 1970, p. 15-49.

Durkheim, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins fontes, 1995.

Durkheim, Émile. **As formas elementares da vida religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

Eco, Umberto. **Apocalípticos e integrados**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2004.

Elias, Norbert. **O Processo Civilizador, v. 2**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

Elias, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

Elias, Norbert. **O Processo Civilizador, v. 1**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

Favareto, Arilson; Abramovay, Ricardo; Magalhães, Reginaldo. **As estruturas sociais de um mercado aberto: o caso da música brega do Pará**. In: XXXI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais, 31, 2007, Caxambu, Anais... 22 a 26. out. 2007.

Geertz, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GIDDENS, Anthony. Goffman: um teórico social sistemático. In: Maria Claudio Coelho (Org. e tradução). **Estudos sobre interação: textos escolhidos**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013, p. 285-327.

Fernandes, P. A. M.; Padilha, V. Por que o agro quer ser pop? A realidade por trás da construção ideológica do agronegócio como “indústria-riqueza” do Brasil. Turismo: Estudos & Práticas (UERN), Mossoró/RN, **Caderno Suplementar 05**, 2020 (Supplementary Notebook, ISSN 2316-1493). Disponível em: <https://geplat.com/rtep/index.php/tourism/article/view/801/763>. Acesso em 02. mar. 2022.

Goffman, Erving. **Comportamento em lugares públicos**. Petrópolis: Vozes, 2010.

Goffman, Erving. **Ritual de interação: Ensaio sobre o comportamento face a face**. Petrópolis: Vozes, 2012.

Honneth, Axel. **Luta por reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2009.

Jaggar, Alison M. Amor e conhecimento: a emoção na epistemologia feminista. In: Alison M. Jaggar e Susan R. Bordo (Orgs.). **Gênero, Corpo e Conhecimento**. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1997, p. 157-185.

Koury, Mauro Guilherme Pinheiro. **Emoções, Sociedade e Cultura: A categoria de análise Emoções como objeto de investigação na sociologia**. Curitiba: Ed. CRV, 2009.

Koury, Mauro Guilherme Pinheiro. Ressentimento e regras morais de conduta em um bairro popular da cidade de João Pessoa, Paraíba, Brasil. **Divers@!** (Mantinhos), v.8, 2015, p. 117-131.

Koury, Mauro Guilherme Pinheiro; Barbosa, Raoni Borges. Da Subjetividade às Emoções: A Antropologia e a Sociologia das Emoções no Brasil. **Série Cadernos do GREM**, N° 7. Recife: Edições Bagaço; João Pessoa: Edições GREM, 2015.

Luhmann, Niklas. **Introdução à teoria dos sistemas**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

Lutz, Catherine. Emotion, Thought, and Estrangement: Emotion as a Cultural Category. **Cultural Anthropology**, v.1, n. 3, 1986, p. 287-309.

Macêdo, Heloísa Freitas Leite de; Lacerda, Joyce Rafaelle dos Santos; Soares, Thiago. Representações Femininas no FEMINEJO de Marília Mendonça. **Anais do INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**. XIX Congresso de Ciências da Comunicação da Região Nordeste, Fortaleza-CE, 2017.

Marx, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. Tradução Rubens Enderle. E-books da Boitempo Editorial, 2013.

Mauss, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

Minayo, Maria Cecília de Souza. Ciência, Técnica e Arte: O desafio da Pesquisa Social. In: Minayo (Org.), **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 21ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

Pine, B. Joseph; Gilmore, James H. **Welcome to the experience economy**. Harvard Business Review, July August, 1998.

Parsons, Talcott. O conceito de sistema social. In: Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni (Orgs.). **Homem e Sociedade: Leituras básicas de sociologia geral**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1970.

Rosaldo, Michelle Z. Toward an anthropology of self and feeling. In: Richard A. Shweder e Robert A. LeVine (Orgs.). **Culture Theory: Essays on mind, self and emotion**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984, p. 137-157.

Rossi, Túlio Cunha. **Projetando a subjetividade: a construção social do amor a partir do cinema**. 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

Röttger-Rössler, Birgitt. Emoção e Cultura: Algumas questões básicas. **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 7, n. 20, 2008, p. 177-220.

Scheff, Thomas J. **Microsociology: discourse, emotion and social structure**. Chicago: University of Chicago Press, 1990.

Scheff, Thomas J. A vergonha como a emoção principal da análise sociológica. Alguns exemplos nas músicas populares. **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 10, n. 28, 2011, p. 74-86.

Scheff, Thomas J. Desvendando o processo civilizador: vergonha e integração na obra de Elias. **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 12, n. 35, 2013, p. 637-655.

Sennett, Richard. **O declínio do homem público: As tiranias da intimidade**. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2014.

Simmel, Georg. A vida mental e a metrópole. In: Velho, O. G. (org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967, p. 13-28.

Simmel, G. [1896] O dinheiro na cultura moderna. In: Souza, J., Oélze, B. (Orgs.). **Simmel e a modernidade**. Brasília: Editora UnB, 1988, p. 41-77.

Simmel, G. [1900] A divisão do trabalho como causa da diferenciação da cultura subjetiva e objetiva. In: Souza, J., Oélze, B. (Orgs.). **Simmel e a modernidade**. Brasília: Editora UnB, 1988a, p. 23-40.

Simmel, Georg. Fidelidade: Uma tentativa de análise sócio-psicológica. **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 2, n. 6, 2003, p. 513-519.

Simmel, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito. **Mana**, v.11, n.2, 2005, p. 577-591.

Sontag, Susan. **Sobre Fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

Trotta, Felipe. Forró eletrônico no Nordeste: um estudo de caso. **Intexto**, Porto Alegre: UFRGS, v. 1, n. 20, jan./jun. 2009, p. 102-116.

Turner, Victor. [1969]. **O Processo ritual: Estrutura e antiestrutura**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

Velho, Gilberto. Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas. In: Gilberto Velho, **Individualismo e cultura**. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

Velho, Gilberto. Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas. In: Gilberto Velho. **Individualismo e Cultura**, 2ª. Edição, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1987, p. 13-37.

Weber, Max. **Theory of the Social and Economic Organization**. Glencoe: The Free Press, 1947.

Weber, Max. **Sobre a teoria das Ciências Sociais**. Lisboa: Presença, 1974.

Wright Mills, Charles. **A Imaginação Sociológica**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

Wright Mills, Charles. Ações situadas e vocabulários de motivos. **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 15, n. 44, 2016, p. 10-20.

Recebido em 14/01/2022

Aceito em 10/05/2022

A uberização do amor – aplicativos de encontros em cenário tecnoliberal e pandêmico

*Larissa Pelúcio**

Resumo:

Neste artigo apresento e discuto de forma ensaísta os impactos do neoliberalismo conservador nas relações erótico-amorosas mediadas pelos aplicativos móveis para relacionamentos, os efeitos da crise sanitária da Covid-19 na busca por parcerias e como a dimensão afetivo-sexual encontra paralelos no presente com a esfera do trabalho precarizado de motoristas e entregadores de aplicativos, a chamada uberização do trabalho. Inspirada pelas proposições recentes da socióloga Eva Illouz, busco o cruzamento entre capitalismo, afetos e a relação entre sexo e tecnologia como componentes de uma nova forma de (não) sociabilidade. Assumo que o amor é uma força política que se encontra colonizada pelos discursos reiteradores do amor romântico. Um tipo de amor alicerçado na desigualdade de gênero, no individualismo e no consumo de emoções e produtos.

Palavras-chave: Aplicativos para relacionamentos. Uberização. Neoliberalismo. Amor romântico. Pandemia Covid-19.

* Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP – Bauru). E-mail: larissa.pelucio@unesp.br. <https://orcid.org/0000-0001-6212-3629>

The uberization of love - dating apps in a technoliberal and pandemic scenario

Abstract:

In this article I present and discuss in an essayistic way the impacts of conservative neoliberalism for erotic-love relationships mediated by mobile apps for relationships, the effects of the health crisis of Covid-19 in the search for partnerships and how the affective-sexual dimension finds parallels in the present with the sphere of precarious work of drivers and deliverers of apps, the so-called uberization of work. Inspired by the recent propositions of sociologist Eva Illouz, I seek the intersection between capitalism, affections, and the relationship between sex and technology as components of a new form of (non)sociability. I assume that love is a political force that is colonized by the reiterating discourses of romantic love. A type of love grounded in gender inequality, individualism, and the consumption of emotions and products.

Keywords: Dating apps. Uberization. Neoliberalism. Romantic love. Pandemic Covid-19.

La uberización del amor: las aplicaciones de citas en un escenario tecno-liberal y pandémico

Resumen:

En este artículo presento y discuto de forma ensayística los impactos del neoliberalismo conservador en las relaciones erótico-amorosas mediadas por las apps móviles de relaciones, los efectos de la crisis sanitaria de Covid-19 en la búsqueda de parejas y cómo la dimensión afectivo-sexual encuentra paralelismos en el presente con la esfera del trabajo precario de los conductores y repartidores de apps, la llamada uberización del trabajo. Inspirado en las recientes propuestas de la socióloga Eva Illouz, busco la intersección entre el capitalismo, los afectos y la relación entre el sexo y la tecnología como componentes de una nueva forma de (no) sociabilidad. Asumo que el amor es una fuerza política colonizada por los reiterados discursos del amor romántico.

Un tipo de amor basado en la desigualdad de género, el individualismo y el consumo de emociones y productos.

Palabras clave: Apps para relaciones. Uberización. Neoliberalismo. Amor romântico. Pandemia Covid-19.

*Daqui a pouco viro, youtuber
Porque tá faltando amor
Com quem faço amor
Parece que tô fazendo uber*
(Uberização do Amor - Tutu & Natkym).

Da janela, a rua da Consolação parecia ainda mais decadente. Pouca gente nas calçadas, lojas com portas de ferro baixadas, sujas de tempo e fuligem. As sirenes das ambulâncias mantinham uma regularidade inquietante, soavam à peste. Os entregadores montados em motos ou bicicletas pareciam mais solitários que nunca. São Paulo estava impregnada de abandono. Todo mundo parecia menos feliz em 2020¹, um ano de um longo *déjà vu* distópico. Vivíamos o que já tínhamos visto em filmes e séries. Vírus, anomia, comunicação por meio de telas, teletrabalho, *lives*, Tinder, Ifood, um mundo novo e nada admirável.

[...] no auge da pandemia se observou, sobretudo, uma mudança na paisagem urbana das grandes metrópoles brasileiras. Em suas motos ou bicicletas, com caixas coloridas penduradas nas costas, eles cruzavam ruas e avenidas para realizarem suas entregas. Enquanto muitos se protegem no

¹ A partir da análise de 725 questionários disponibilizados online, Alex Primo procurou avaliar como as interações online foram mantidas como forma de enfrentamento do distanciamento social que inviabilizou os contatos presenciais durante o período de isolamento social no Brasil devido à pandemia do novo coronavírus. Entre as questões, a pesquisa procurou avaliar o “nível de felicidade” dos/das respondentes em comparação ao período que antecedeu a pandemia e o consequente isolamento. À questão “De maneira geral, como você se sente?” foram apresentadas as seguintes alternativas: “Muito triste”; “Triste”; “Nem triste, nem feliz”; “Feliz”; “Muito feliz”. Os resultados revelam um significativo deslocamento de “Feliz” ou “Nem triste nem feliz” antes do isolamento para uma concentração em ‘Nem triste, nem feliz’ e ‘Triste’ durante a pandemia (Primo, 2020, p. 196).

teletrabalho, os trabalhadores de aplicativo flertavam com o risco do vírus (Cannas, 2021, p. 209).

Risco esse que teve efeitos menos deletérios nos aplicativos de busca de parcerias sexuais e amorosas.

A pandemia acarretou um salto no uso de aplicativos pelos brasileiros entre 30% e 400%, dependendo da região do país, segundo dados da Pew Research. A intensificação das medidas de isolamento encorajou as pessoas a buscarem novas formas de se conectar e interagir.

No caso das plataformas de namoro, o cenário não foi diferente. De acordo com o Dating.co, houve um aumento de 82% no namoro online global em março de 2020, quando as medidas de isolamento entraram em vigor em diversos países. Um relatório divulgado pelo Match Group – proprietário de aplicativos de relacionamento como Tinder, OkCupid e Hinge – revelou que, no terceiro trimestre de 2020, a companhia registrou 10,8 milhões de usuários pagantes em seus apps de paquera em todo o mundo, um salto de 12% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Como resultado, a receita total da empresa cresceu 18%, para US\$ 640 milhões. O Inner Circle teve, no início da pandemia, um aumento médio no número de matches e mensagens enviadas de 99% e 116%, respectivamente. (Del Carmen, 2021, n.p.).

Naqueles dias, pensar em amor e sexo não era para mim uma forma de escapismo, mas uma maneira de interrogar esse novo mundo. O amor erótico é uma emoção capaz de estreitar as margens entre o subjetivo e o político, o íntimo e o coletivo. Daí meu interesse de pensar como em meio à pandemia e ao cenário de crescente precarização da vida, do trabalho e das relações sociais, estamos lidando com nossos afetos. Como produto da cultura, o amor romântico tem sido vivido em um campo de tensões morais, em um cenário social que desafia, ao mesmo tempo que reforça, as utopias românticas modernas.

O amor e a sexualidade têm sido temas que vêm me seduzindo já há algum tempo. Entre 2017 e 2019 desenvolvi uma pesquisa etnográfica online em três aplicativos para encontros amorosos-sexuais, me concentrando em relações heterossexuais a fim de compreender como homens de três gerações diferentes estavam vivendo experiências amorosas-eróticas em meio às profundas transformações sociais, culturais, econômicas e políticas pelas quais passamos nos últimos 20 anos no Brasil. Refiro-me às inflexões feministas, à politização de temáticas identitárias, a uma série de políticas públicas que colocaram em pauta discussões sobre gênero, sexualidade e raça, além do acesso mais democrático à internet (Pelúcio, 2019). Naquela imersão pelas redes dispersas do mercado dos afetos, as reflexões sobre masculinidades acabaram por revelar um regime de flexibilidade amorosa que busca referentes em um cenário sociotécnico constituído “em uma era da abundância das escolhas sexuais providas pelos aplicativos de relacionamento”. De forma que usuários e usuárias passaram a ter de “gerir suas escolhas, se diferenciar e inovar constantemente, tal como empreendedores em um mercado de afetos” (Balieiro, 2021, p. 02).

Os aplicativos não criaram as relações ou as “pessoas dos aplicativos”, mas eles passaram a fazer parte de uma vasta rede na qual as mudanças sociais puderam ser operadas e (re)produzidas. Entre essas, a emulação entre mundo do trabalho e dos afetos amorosos e eróticos.

Os aplicativos móveis para fins de relacionamentos amorosos/sexuais integram um complexo campo no qual a dinâmica da vida contemporânea é pautada pela aceleração do tempo, maior exigência no campo do trabalho e a sua flagrante precarização. Some-se a esse cenário um conjunto de ansiedades que entrelaça esfera pública e privada, tais como o aumento da violência urbana, as urgências emocionais relativas aos anseios estimulados por diversos discursos que nos convocam a sermos felizes, saudáveis, aventureiros/as. Conformando as já muito discutidas transformações na esfera íntima da família e do amor romântico (GIDDENS, 1993;

BAUMAN, 2004; ILLOUZ, 2009) essas demandas coadunam-se com as possibilidades emocionais ofertadas pelas novas tecnologias, pactuando uma estreita relação entre estas e os sentimentos. (Vasconcelos; Pelúcio, 2020, p. 16).

A comunicação digital respondeu bem a um cenário econômico e social bastante amplo no qual o neoliberalismo se tornou mais que uma resposta a uma nova crise do capitalismo, mas uma filosofia individualista que estimula a meritocracia, precariza vidas e legitima a fragilização das instituições políticas que deviam suportar nossa existência coletiva. Dessa forma, o neoliberalismo se tornou também um sistema cultural que constitui subjetividades específicas. No neoliberalismo a urgência se confunde com eficiência.

Inspirada pelas proposições recentes da socióloga Eva Illouz, busco o cruzamento entre capitalismo, afetos e a relação entre sexo e tecnologia como componentes de uma nova forma de (não) sociabilidade. O “não” está colocado entre parênteses para aguçar a reflexão sobre essa sociabilidade constituída pelas incertezas, pelos ideais neoliberais de autonomia e autogestão asentados em pactos fluídos que tendem a precarizar as relações.

Na primeira parte deste artigo discuto a uberização das relações e as intersecções entre a dimensão macrossocial (política, social e econômica) e a micro tessitura dos afetos. Aqui, a linguagem das plataformas digitais aparece como metáforas arriscadas para descrever a gestão contemporânea das relações amorosas-sexuais. Assumo o risco das metáforas, pois me parece que, apegadas como estamos a um modelo do amor romântico que já não responde e corresponde às transformações sociais, culturais, econômicas, políticas e tecnológicas do presente, precisamos alargar nosso vocabulário descritivo e analítico na busca de compreensão sobre essa dimensão fundamental da vida.

Fecho o artigo situando o debate nos tempos pandêmicos, as tecnologias de comunicação no cenário tecnoneoliberal, mos-

trando como os aplicativos se adaptaram ao isolamento social a fim de atender diferentes demandas de consumo, incluindo os emocionais. Arrisco um paralelismo entre duas formas de conexão aos aplicativos, que chamarei de apps por vezes: a de quem busca sexo, companhia, romance e dos que buscam sobrevivência como entregadores de aplicativos.

Não ofereço uma análise otimista do atual cenário amoroso-sexual, tampouco aposto em uma leitura obscurantista do presente e muito menos tecnofóbica. Procuro, sobretudo, provocar reflexões sobre esse novo regime de gestão dos afetos que encontra nas tecnologias digitais ferramentas, mas não exatamente soluções para angústias que estão para além dos voluntarismos dos indivíduos. Assumo que o amor é uma força política que se encontra colonizada pelos discursos reiteradores do amor romântico. Um tipo de amor alicerçado na desigualdade de gênero, no individualismo e no consumo de emoções e produtos.

Trata-se de um olhar crítico, em tom ensaístico, para o presente neoliberal conservador e para seus impactos subjetivos na esfera que julgamos como a mais íntima: a de nossas escolhas sexuais, emocionais e amorosas.

1. Chama um uber

São Paulo sem trânsito era diferente, mas não mais bonita. Aquele vazio estava cheio de desemprego², de desamparo social e de precariedades de toda ordem, inclusive emocionais. A pandemia da Covid-19 e o isolamento social que ela implicou agudizaram um fenômeno que já vinha crescendo: a uberização do trabalho. Falemos um pouco sobre esse fato para que a metáfora prometida no título deste artigo possa fazer sentido.

² No final de 2020, o número de desempregados no Brasil chegou a mais de 14 milhões (IBGE, 2020).

Uber é hoje sinônimo de transporte individualizado sob demanda. Se deslocar de forma confortável, mais rápida e relativamente barata é uma tentação para habitantes de cidades do Sul global, onde o transporte público tende a ser precário, ineficiente, insuficiente e caro. Do lado dos/das prestadoras/es de serviços, “ser uber” ou “fazer uber” soou em um primeiro momento como uma possibilidade de “não ter patrão”, ser dono do seu próprio tempo, ter liberdade para determinar o tempo de trabalho e ser “parceiro/a” de uma grande empresa internacional. Acredito que poucas pessoas que aderiram à plataforma pensaram, em um primeiro momento, que iriam se transformar em proletários digitais sem direitos trabalhistas e trabalhando, no século XXI, o mesmo número de horas que operários faziam no século XIX. Porém, a uberização só pôde se realizar em um mundo pós-industrial, digital, conectado e neoliberal.

A uberização refere-se às regulações estatais e ao papel ativo do Estado na eliminação de direitos, de mediações e controles publicamente constituídos; resulta da flexibilização do trabalho, aqui compreendida como essa eliminação de freios legais à exploração do trabalho, que envolve a legitimação, legalização e banalização da transferência de custos e riscos ao trabalhador (...) a uberização remete também aos modos de subjetivação relacionados às formas contemporâneas de gestão do trabalho e ao neoliberalismo (Laval; Dardot, 2016; Dejours, 1999), que nos demandam uma compreensão do engajamento, responsabilização e gestão da própria sobrevivência, praticados e experienciados pelos trabalhadores e trabalhadoras uberizados. (Abílio, 2020, p. 112-113).

As relações erótico-amorosas uberizadas exigem competências emocionais múltiplas e disponibilidade para se lançar no mercado dos afetos como empreendedoras/es que deveriam saber administrar seus sentimentos e potencializar suas habilidades emocionais.

Em meio a uma realidade frenética e tumultuada, acione o modo *mindfull*³: esteja disponível para novas aventuras (ou para novos *matches, crushs*⁴); não hesite e não pare; não se prenda a pactos e não nomeie as relações, isso limita a sua experiência; seja livre, mesmo que isso doa um pouco. Ironias à parte, e reconhecendo que há prazer nesse regime de gerência emocional, tanto quanto há exigências agudas de autogestão, tenho chamado esse tipo de vínculo erótico de amor neoliberal.

No amor neoliberal, estamos na lógica do imediato. Um dos pressupostos desse modelo estaria no pacto tácito de que nada se pactuará, apostando-se na fluidez e na flexibilidade.

Eva Illouz chamou de “fim do amor”, ou de “não-amor”, essa falta de uma estrutura narrativa clara, essa anomia, esse não-sei-que sem nome e sem protocolo.

O “Não-amor” é um sinal de uma nova forma de subjetividade onde a escolha é exercida tanto positivamente (querer, desejar algo) quanto negativamente (definir-se evitando ou rejeitando repetidamente as relações, ser demasiado indeciso ou ambivalente para desejar, querer acumular tantas experiências que a escolha perde sua relevância emocional e cognitiva, terminando repetidamente as relações como se quisesse se afirmar e a própria autonomia). O não-amor é assim tanto uma forma de subjetividade - quem somos e como nos comportamos - como um processo social que

³ Como escrevem Edgar Cabanas e Eva Illouz, “o *mindfulness* nos encoraja a crer que tudo dará certo se acreditarmos em nós mesmos, formos pacientes, não julgarmos demais e aprendermos a nos desapegar. Os treinadores de *mindfulness* instruem os clientes a se concentrar em suas paisagens interiores e autênticas, aceitar o momento presente e os sentimentos autênticos, aproveitar as pequenas coisas da vida, definir prioridades para seus interesses e ter atitudes positivas, despreocupadas e resilientes, independentemente do mundo exterior”. (Cabanas; Illouz, 2022, p. 78).

⁴ O *match* significa combinação, combinar, em inglês e é utilizado pelo Tinder como termo para sinalizar que houve interesse mútuo entre o casal. No Happn, o *crush* tem a mesma função e significa esbarrar, trombar com alguém ou algo. Hoje em dia, no nosso novo léxico amoroso-sexual, significa estar flertando, saindo, se envolvendo com alguém.

reflete o profundo impacto do capitalismo nas relações sociais. Como os sociólogos Wolfgang Streeck e Jens Beckert argumentaram de forma convincente, o capitalismo transforma a ação social - e, pode-se acrescentar, os sentimentos sociais (Illouz, 2021, p. 31-32, tradução da autora)⁵.

Sem regulações claras, estamos todas e todos tateantes diante de um novo regime de gestão dos sentimentos. Uma gestão que é também algorítmica.

Nas nossas telas quando estamos logadas/os aos aplicativos de paquera costumam aparecer aquelas e aqueles com quem temos afinidades digitais, que vão desde a proximidade geográfica ao gosto musical, passando por preferências culinárias e políticas⁶. Essas são mapeáveis pelos usos que fazemos das mídias digitais a partir das pistas que vamos lançando: as escolhas feitas dentro do próprio aplicativo; os *likes* que damos ali e além; os perfis que seguimos no Instagram ou Facebook; as compras que fazemos no *e-commerce*; as músicas que baixamos nos tocadores sonoros... Sabe aquela frase motivacional que diz “nunca foi sorte, foi trabalho”? Podemos adaptá-la aqui para “nunca foi o destino, foram os algoritmos”.

Porém, “esses algoritmos começam a falhar quanto mais abstrata, mais complicada e complexa a pessoa é”, afirma a especialista em

⁵ No original: “Le « non-amour » est le signe d’une nouvelle forme de subjectivité où le choix s’exerce à la fois de manière positive (vouloir, désirer quelque chose) et de manière négative (se définir par l’évitement ou le rejet réitéré de relations, être trop indécis ou ambivalent pour désirer, vouloir accumuler tant d’expériences que le choix perd de sa pertinence émotionnelle et cognitive, mettre un terme à des relations de manière répétée comme pour s’affirmer et affirmer son autonomie). Le non-amour est donc en même temps une forme de subjectivité – ce que nous sommes et comment nous nous comportons – et un processus social qui reflète l’impact profond du capitalisme sur les relations sociales. Comme les sociologues Wolfgang Streeck et Jens Beckert l’ont affirmé de manière convaincante, le capitalisme transforme l’action sociale – et, pourrait-on ajouter, les sentiments sociaux”.

⁶ Sobre afinidades políticas e a busca de parcerias em aplicativos de paquera vale conhecer a pesquisa de Aristides Abel Bernardes (2021) intitulada “Deslize pro lado contrário da tua orientação política”: emoções e polarização político-ideológica nas experiências afetivo-sexuais mediadas pelo aplicativo Tinder.

Inteligência Artificial, Inma Martínez, em entrevista ao jornal El País (Jabois, 2021). Eles falham, também, quando o casal formado pelo *match* ultrapassa os limites das conversas editadas, em ambiente razoavelmente controlado dos aplicativos e ampliam a interação entre si para incluir nela coisas e pessoas que constituem o mundo offline: o garçom no bar, a melhor amiga, o filho, o trânsito, a bebida, o cheiro. São elementos que podem impactar a precisão algorítmica do *match*. A maneira como a pessoa tratou a atendente, a forma como ela se comporta no trânsito, o jeito como ingeriu a bebida são imponderáveis que só o offline revela.

Esses imponderáveis, como a tecnologia, não são neutros. As antipatias carregam marcas de classe, raça, gênero, religião, geração, origem regional, local de moradia, para ficarmos apenas com as variáveis que mais apareceram em minha pesquisa, já citada, como justificativa da quebra do encanto.

Culpar o aplicativo pelo insucesso dos encontros ou pelo catálogo pouco atraente de perfis não foi uma fala incomum entre os homens que colaboraram com minha pesquisa (Pelúcio, 2019). Justificavam assim os insucessos e atribuíam suas frustrações ora às mulheres “complicadas”, “interesseiras”, “sem noção”, ora ao próprio aplicativo: “só atrai gente louca”, “não funciona”, “se você não paga uma conta VIP você não vai se dar bem” (frases que recolhi durante a interação com colaboradores da citada pesquisa).

Os aplicativos, independentemente dos desdobramentos amorosos dos encontros ocorridos na plataforma, se darão bem. Quero dizer, guardarão os dados das e dos usuários, aperfeiçoarão as ferramentas do app, que poderão assim otimizar seus serviços, atraindo mais cadastros e refinando seus mecanismos de gerenciamento de perfis.

O gerenciamento algorítmico “é a possibilidade de traduzir modos de vida, relações sociais, trajetórias e desigualdades em dados administráveis que produzirão e reproduzirão desigualdades

e mecanismos de exploração do trabalho”, escreve Abílio (2020a, n.p.). Ainda que se refira ao universo laboral, a definição oferecida pela autora convida a paralelos com a exploração emocional que não é produzida pelo aplicativo, mas traduzida por ele.

A possibilidade de designar corridas para a favela para o motorista negro e para o centro de São Paulo para o motorista branco, como constatou Abílio em suas pesquisas, não é acidental. Esse despotismo algorítmico também acontece nos aplicativos de busca de parceiras sexuais-amorosas. A tendência será colocar em seu radar as pessoas que atendem aos padrões mais hegemônicos. Com nossas “curtidas” vamos reforçando exclusões e levando para a realidade das plataformas as mazelas estruturais de uma sociedade profundamente desigual, crendo-nos, no entanto, livres em nossas escolhas.

Em nome da liberdade, essas desigualdades passam despercebidas e não são abordadas. Homens e mulheres, mas especialmente mulheres, se valem de suas psiques para lidar com a violência e as feridas simbólicas que essas desigualdades ocultam: “Por que ele está distante? “Estou mostrando-lhe demais que preciso dele?”, “O que preciso fazer para chamar sua atenção?”, “Que erros cometi que o fizeram sair?” Todas essas perguntas, feitas por mulheres e para mulheres, revelam que, culturalmente, as mulheres heterossexuais se sentem amplamente responsáveis pelo sucesso e pela gestão emocional dos relacionamentos (Illouz, 2020, p. 26-27)⁷.

⁷ No original: “Au nom de la liberté, ces inégalités passent inaperçues et ne sont pas prises en considération. Les hommes et les femmes, mais surtout les femmes, puisent dans leur psychisme les ressources pour gérer la violence et les blessures symboliques que ces inégalités recèlent : « Pourquoi est-il distant ? » « Est-ce que je lui montre trop que j’ai besoin de lui ? », « Que dois-je faire pour attirer son attention ? », « Quelles erreurs ai-je commises pour qu’il finisse par partir ? » Toutes ces questions, posées pour des femmes et par des femmes, révèlent que, culturellement, les femmes hétérosexuelles se sentent largement responsables du succès et de la gestion affective des relations. En revanche, l’homosexualité ne transforme pas le genre en différence et la différence en inégalité, pas plus qu’elle ne s’appuie sur une division sexuée entre travail biologique et économique, comme celle qui caractérise la famille hétérosexuelle”.

Mesmo as relações homossexuais, que guardam um potencial transgressivo, estão enredadas na reprodução dessas desigualdades. O médico cirurgião Vinícius Lacerda, em coluna para a revista Carta Capital, avalia a experiência de muitos homens em aplicativos voltados para o encontro sexual e/ou amoroso com outros homens:

Sob o pretexto de que é tudo questão de gosto, muitos não percebem que podem estar sim escancarando seus preconceitos camuflados de “preferências”, atingindo diretamente aqueles que se deparam com perfis dizendo: não a negros, gordos, asiáticos, nordestino, afeminados, assumidos (Lacerda, 2019, n.p.).

Os perfis menos “competitivos” recebem menos *likes*, são, portanto, menos demandados, ainda assim tendem a ser aqueles que ao serem acionados aceitarão a “corrida” para qualquer destino.

2. Gamificação do date

Quando os aplicativos móveis chegaram, já conhecíamos as redes sociais online e os *chats* (bate-papos) em plataformas diversas. Já tínhamos passado pelos e-mails e fóruns; e experimentado a interação em blogs e plataformas de notícias⁸.

Se a distração no ambiente trabalho, possibilitada pelas incursões imprudentes a sites de pornografia e a conversas digitais, tinha sido para poucos, o flerte por aplicativos e as trocas volumosas de

⁸ Dados da PNAD 2007 mostram que brasileiros/as das classes populares (C, D e E) não fizeram o mesmo percurso para o acesso à internet. A maior parte só começou a fazer uso da comunicação digital por meio dos smartphones (PNAD 2013). Antes desse momento, porém, as *lan houses* proporcionaram o acesso à rede mundial de computadores à população de baixa renda, sobretudo aos jovens. Em 2008, segundo o Comitê Gestor da Internet no Brasil (2008), 65% das pessoas das classes C, D e entrevistadas “afirmaram que suas principais atividades na internet envolviam o acesso a sites de relacionamento”, o que chamamos hoje em dia de redes sociais online. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/politica/ibope-classes-populares-tem-participacao-de-peso-no-uso-da-internet/>. Último acesso em 30 set. 2021.

conversas por celulares foram se fazendo cada vez mais democráticas após 2013⁹. Aprendemos a nos alimentar de urgências.

A primeira vez que tive um *match* no Tinder foi em 2013. Estava experimentando um novo campo de pesquisa, o que não me impediu de sentir uma excitação de quem aposta. Escrevi no diário de campo e depois em um artigo (Pelúcio, 2015, p. 81): “Parece um jogo, e talvez seja”. No presente, essa sensação ganhou um lugar conceitual nas discussões sobre a reestruturação do mundo do trabalho, chama-se “gamificação”. O neologismo é claro, transporta para o ambiente do labor a lógica dos jogos digitais.

Ludmila Abílio discute como o termo gamificação (derivado do inglês *game*) “vem sendo utilizado para nomear lógicas da gestão do mundo do trabalho” (Scholz apud Abílio, 2019, p. 3). Esse é um termo que expressa a operacionalidade de regras cambiantes que tornam o engajamento no trabalho arriscado e sem garantias. A produtividade é estimulada e conquistada por meio de regras que se apresentam como desafios para o trabalhador, que envolvem premiações e, principalmente, a incerteza de se alcançar o resultado perseguido (Abílio, 2019, p. 03)¹⁰. A gami-

⁹ Dados da Agência Nacional de Comunicações - ANATEL mostram que o número de smartphones cresceu 99% no acesso à internet no Brasil entre 2013 e 2014. Já os dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio relativa às Tecnologias Informáticas de Comunicação, realizada em 2018, aponta que, de 2016 para 2017, o percentual de pessoas que acessaram à internet por meio do celular aumentou de 94,6% para 97,0%. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/23445-pnadcontinua-tic-2017-internet-chega-a-tres-em-cada-quatro-domicilios-do-pais>. Último acesso em 19 set. 2021.

¹⁰ “Costa e Marchiori (2015, p.45) enfatizam que a gamificação pode ser entendida como ‘uma estratégia apoiada na aplicação de elementos de jogos para atividades non-game utilizada para influenciar e causar mudanças no comportamento de indivíduos e grupos’. Para Santinho (2018), na gamificação há a apropriação de três características básicas dos jogos: recompensa, *feedback*, desafio. Em conjunto, tais elementos estimulam os jogadores que buscam atingir a recompensa quando cumprem os desafios propostos. Ainda conforme destaca o autor, a gamificação busca ‘aliar as inovações tecnológicas e o estado cooperativo às técnicas modernas de gestão de pessoas’ (Santinho, 2018, p. 14) como forma de manter os trabalhadores satisfeitos e produtivos dentro de um ambiente estimulador e criativo”. (Bezerra; Mozzato, 2021, p. 5).

ficação está no mundo do trabalho, mas também na esfera dos afetos erotizados.

Quando usamos aplicativos para encontros, jogamos. Há um fruir lúdico no deslizamento dos perfis, na avaliação solitária ou em grupo que fazemos de cada usuário ou usuária. Rimos das fotos e/ou descrições, sentimos uma certa superioridade moral em relação a algumas daquelas pessoas, fruímos prazer em constatar por meio de *matches* e *crushs* que aquele perfil que nos agradou também gostou do nosso “eu virtual”. Compensação! Premiação! Muitas vezes esse encontro de algoritmos se encerra ali. *Matches* que nunca se realizam podem trazer frustração. Sem *feedback*, o fracasso parece ser nosso. Seguimos muitas vezes com perfis ativos em diferentes aplicativos, pelo jogo, pela aposta, com uma certa esperança. Permanecer ali ou voltar a ativar o perfil nos apps é seguir no jogo.

Na imersão nos aplicativos para busca de parcerias sexuais e/ou amorosas temos a impressão de otimizar o tempo, de economizar recursos financeiros e emocionais. Sem sair de casa ou do trabalho, temos acesso a um vasto catálogo de perfis. As recusas não são publicizadas, doem na solidão da tela e podem ser amenizadas pela permanência no jogo, o que pode dar a sensação de que somos nós que estamos escolhendo, mais do que estarmos sendo escolhidas/os.

Entramos em um ambiente de abundância imaginada, posto que, de fato, as possibilidades concretas já mostraram que as opções para cada perfil cadastrado não são tão amplas como o número de usuários inscritos na plataforma pode sugerir. Para “se dar bem” nesse universo de ofertas, é preciso acionar lógicas organizativas, racionalizando a busca e gerindo o tempo para que se faça o melhor investimento. Acumular capital sexual pode capitalizar experiências que permitirão que se tenha mais sucesso e, desejavelmente, menos sofrimento em um mercado competitivo que exige que se demonstre diversas habilidades emocio-

nais. Entre estas, saber lidar com relações flexíveis, nas quais os termos fluídos escapam e confundem os agentes, exigindo, por outro lado, processos reflexivos que podem fomentar a ideia de uma individualidade autônoma, que não só dificulta os vínculos duradouros como pode levar à autoatribuição pelo fracasso.

A partir da tecnologia lisa e deslizante das telas dos smartphones

vivenciamos a era do “laissez-faire” romântico, sintetizada na expressão corrente do “estamos deixando rolar”, o slogan dos amores neoliberais. A nova racionalidade neoliberal impôs um novo ethos relacional, um ethos que passa pela não pactuação dos termos da relação, dando origens a recorrentes desencontros e reforçando assimetrias. O cenário é de “precarização das relações amorosas”, expressão de uma época que reforça o imperativo da busca constante por novas possibilidades amorosas e sexuais enfraquece a possibilidade de construção de parcerias igualitárias (Balieiro, 2021, p. 04).

Nesse contexto, afirma Eva Illouz (2020), as pessoas que são menos apegadas, são também as que detêm mais poder. Sabemos que, na maior parte dos casos, essas pessoas têm gênero, o masculino; bem como cor, não são vistas como escuras; e classe, não são pobres. As relações sociais que hierarquizam esses marcadores da diferença estão presentes também no campo amoroso e erótico. O desejo não está desassociado das estruturas macrosociais.

No presente, a incerteza, como mecanismo sociológico, marca as relações erótico-amorosas e implicam em sofrimento. Porém, na economia política dos afetos, esse mecanismo da incerteza promove uma distribuição desigual do sofrimento entre homens e mulheres, assim como entre pessoas cisgêneras e transgêneras ou entre heterossexuais e homossexuais.

3. Do amor romântico e outros demônios

O amor romântico associa-se a sentimentos arrebatadores que levaram historicamente os indivíduos a colocarem seus sentimentos acima dos arranjos sociais e dos interesses dos grupos familiares a que pertenciam. Nesse sentido, o amor romântico foi transgressor, pois incitava ao rompimento de contratos econômicos e políticos que convinhavam mais a outros do que ao casal envolvido. Associado à liberdade individual, o amor romântico, no entanto, manteve-se heterossexual, relegando aos cantos obscuros da sociedade, como prisões e sanatórios, o amor entre pessoas do mesmo sexo¹¹.

Formar o par amoroso heterossexual, a partir da ideia de escolha individual movida por uma espécie de transcendência emocional, associou-se à ideia de liberdade nos moldes do liberalismo filosófico. O amor romântico fez parte do que Eva Illouz (2020) chama de Modernidade Emocional. Para a autora, essa virada emocional, não por acaso, inicia-se em meados do século XVIII, juntamente com as mudanças promovidas pelo século das revoluções (Hobsbawm, 2015), pelo fim dos regimes absolutistas, pela ascensão da burguesia e lutas operárias em meio à consolidação do capitalismo industrial.

A ideia de que o amor e o mercado estão relacionados não é nova. Desde Friedrich Engels (2009), família (leia-se procriação/sexo e relações desiguais entre gêneros) vem sendo relacionada à propriedade privada (2009 [1884]) e essa à sociedade burguesa capitalista. Emoções, contratos e consumo fizeram do amor um sentimento capaz de conectar o privado e o público, o íntimo e o político, a vida doméstica ao mercado. Nos países centrais do capitalismo esse matrimônio harmonioso se realizou já nas

¹¹ Como já dito, aqui discuto relações heterossexuais, não tenho conteúdo empírico nem aprofundamento teórico para alargar as análises aqui propostas para o amor e o sexo não-heterossexual.

primeiras décadas do século XX, quando a indústria cultural, já vigorosa, uniu o lar ao romance.

O cinema, a publicidade, as revistas e os folhetins ofereceram farto material gráfico e onírico para alimentar a ideia de que amar era consumir, e consumir era ser feliz. De forma que a comunicação como área específica de produção de saberes e sentido foi fundamental para alimentar e sustentar o *ethos* do amor romântico¹².

O amor é uma construção social cambiante (Andrade, 2015, p. 38), que acompanha a modernidade, e como tal se insere como tema desde a sociologia clássica, bem como da antropologia das emoções em suas abordagens contemporâneas. Aqui flerto com a vertente contextualista dessa subárea. Nessa perspectiva, a dimensão micropolítica dos sentimentos se mostra como tributária de relações de poder, pensadas a partir dos aportes foucaultianos que tomam o poder como estratégia relacional distribuída difusamente por todo tecido social.

O amor chega ao século XX como item cultural associado ao mercado. Eva Illouz denomina essa fase do capitalismo de “escópico”. Ver-se, mostrar-se, inspirar-se em imagens publicitárias, em ícones do cinema, exibir-se, se deixar seduzir por promessas de felicidade mercantilizada são alguns dos elementos que compõem o prazer escópico. “Este capitalismo escópico é definido pela extração do valor agregado do espetáculo e da exibição visual dos corpos. É essencial entender como as mudanças na sexualidade foram acompanhadas por novos instrumentos de poder cultural implantados por empresas capitalistas” (Illouz, 2020, p. 80).

¹² Eva Illouz (2009) nos oferece uma farta história da associação entre amor e mercado, em seu livro “O Consumo da Utopia Romântica”, no qual procura entender como se deu o encontro do amor com o capitalismo. Essa aproximação que costumamos perceber como inusitada, quase espúria, está bem documentada pela autora, que mostra como veio se dando essa fusão: a romantização dos bens de consumo e mercantilização do amor romântico (Pelúcio, 2019, p. 186).

As empresas miraram nas mulheres, pois o capitalismo, assim como o regime patriarcal, do qual o primeiro não pode abrir mão sem que precise reinventar mecanismos de controle e sedução, opera mais eficientemente quando há desigualdade entre os gêneros.

Das linhas de eletrodomésticos, passando pelos produtos de toucador e higiene, àqueles que se relacionam com a moda, o antienvelhecimento, o prazer sexual, às publicações de livros e revistas com instruções prescritivas sobre como ser, estar, superar, seduzir, se “empoderar”, o capitalismo escópico mirou em mulheres de diferentes gerações, classes sociais, raças e nacionalidades monetarizando nossos corpos, nossos desejos e mesmo nossas lutas¹³.

Na sociologia da ambivalência, com a qual trabalha Illouz, as mulheres foram as que mais conquistas obtiveram com as profundas mudanças no regime erótico e conjugal ocidental que teve seu ponto de inflexão na década de 1970. Mas também foram as mulheres aquelas que sofreram as maiores exigências implicadas no regime erótico-liberal, o qual instituiu o *sex-appeal* como capital fundamental para o bom desempenho no mercado dos afetos, assim como individualizou a responsabilidade pela felicidade amorosa, erotizou o consumo e fez do tédio um vilão a ser combatido em nome do prazer. O gozo se tornou imperativo, sem ele não há romance duradouro.

Entre as ambivalências do regime erótico liberal contemporâneo encontramos a tensão entre duas lógicas: a da escassez e a da abundância. A primeira é aquela que sustenta o amor romântico com ideias de “alma gêmea”, do “para sempre”, do “destino”. A outra nos lança em um mundo de supostas escolhas infinitas, de aventuras e adrenalina, da não pactuação de contratos. Ló-

¹³ Vide as camisetas vendidas em redes como Zara com dizeres como “feminist”, “feminist revolution” ou a “popirização” de figuras como Frida Kahlo e Marielle Franco.

gica que se afina com a mecatrônica do descarte, a qual rege as buscas nos aplicativos móveis para relacionamentos.

A sensação de que somos livres para escolher (inclusive escolher não escolher) confunde-se com a própria ideia de liberdade e de direitos. Como em todos os mercados, o mercado dos afetos também se estabelece como uma arena de trocas desiguais, de modo que os bens simbólicos, jurídicos, corporais e mesmo a aclamada liberdade de escolha não são distribuídos de forma equânime (já falei disso há pouco).

Mesmo diante de incertezas sobre os relacionamentos (se os queremos ou não, se estamos em um ou não, se o que temos pode ser chamado de uma relação, se vale a pena continuar no “game” ou dar um tempo), uma coisa parece se estabelecer no campo das certezas: a aposta no par.

O par, essa utopia contemporânea (Illouz, 2013), vem sendo formado sob a égide do individualismo crescente, do imperativo da “liberdade” e do consumismo terapêutico. Esse par¹⁴ precisa conciliar relações significativas com o descompromisso, pois o comprometimento com o descompromisso seria o que, paradoxalmente, permitiria que houvesse uma relação. A relação boa seria aquela em que as partes estão felizes e conseguem produzir felicidade para si com a companhia do outro. Ainda que, via de regra, não saibamos definir o que seria essa felicidade.

“A felicidade não deve ser vista como uma abstração inócua e bem-intencionada voltada para o bem-estar e a satisfação. Também não deve ser concebida como um conceito vazio e desprovido de vieses e pressupostos culturais, morais e antro-

¹⁴ Não estou desconsiderando outros arranjos para além do par, porém, o que tenho percebido, ainda que de forma pouco sistematizada em minhas pesquisas, é que mesmo quando as pessoas se dispõem a ampliar o número participantes dos arranjos sexuais e amorosos ainda o fazem presos/as à lógica do par.

pológicos”. (Cabanas; Illouz, 2022, p. 63). No neoliberalismo, a felicidade mostrou-se um projeto individual e, mais que isso, individualista.

Como conciliar, então, o par, a vida a dois, quando aprendemos a apostar na autonomia do sujeito como sinônimo de liberdade? Investindo no “aperfeiçoamento pessoal” (só para ficarmos com uma resposta bem afeita ao nosso tempo). O que pode ser feito, segundo alguns *coachs* pessoais¹⁵, “cuidando de si”, “focando em seus interesses”, “mantendo-se positivo/a”. O caminho para esse nirvana emocional não se faz coletivamente, nem mesmo acompanhado/a, mas investindo em si.

Edgar Cabanas e Eva Illouz retomam os argumentos de diferentes teóricos/as a fim de mostrarem que as décadas de neoliberalismos nos colocaram, em nível mundial, frente a cenários de constantes incertezas e grandes inseguranças, não só nos campos econômico e social, mas nas dimensões cultural e simbólica, contribuindo para a constituição de subjetividades marcadas pela competitividade e pelo medo. De forma que o nosso “eu verdadeiro” precisaria de uma bem alicerçada “fortaleza interior” para sobreviver às cruzeiras de um tempo de violência crescente, instabilidade financeira, insegurança laboral e climática. “Uma doutrina individualista que nos predispõe a escapar para a fortificação de nosso eu verdadeiro, “parece surgir quando o mundo exterior se provou excepcionalmente árido, cruel ou injusto” (Berlin apud Cabanas; Illouz, 2022, p. 76).

Jack Barbalet fez observações similares e ressaltou que, quando “as oportunidades significativas para influenciar os processos econômicos, políticos e outros estão em baixa, as pessoas ficam mais propensas a tomar a si próprias

¹⁵ Fenômeno que Edgar Cabanas e Eva Illouz identificam com a crise econômica de 2008. Para uma discussão mais aprofundada ver o capítulo 2 do livro “Happycrasia” (na bibliografia deste artigo).

como centros de emoção”. Desse modo, ainda que não completamente novo ou específico dos tempos atuais, o clamor por uma retirada em direção a nós mesmos parece ter reacendido nos últimos anos, em especial no rescaldo das mudanças econômicas e sociais desencadeadas em 2008. Como a socióloga Michèle Lamont afirmou recentemente, os indivíduos das sociedades neoliberais pós-crise se voltaram à crença “de que precisam olhar para dentro em busca da força de vontade necessária para se salvarem e para resistirem à maré de declínio econômico” (Cabanas; Illouz, 2022, p. 76-77).

Essa maré formou, em várias partes do mundo, ondas conservadoras bastante agressivas. Temas relativos a direitos sexuais, homossexualidade, transexualidade, equidade de gênero mostraram, finalmente, todo seu potencial político, gerando contradi discursos reativos.

Politicamente, a primeira década deste século mostrou que o neoliberalismo e a democracia não formam um casal harmonioso, ao contrário. Como analisa Luciana Ballestrin (2018), o neoliberalismo constitui-se em uma força desdemocratizante¹⁶. Trumps e Bolsonaros apareceram em muitas regiões do planeta, de forma que a agenda de costumes alimentou os discursos de empreendedores morais, mobilizando os debates nas ruas, nas casas, no trabalho, no barzinho, na novela, no parlamento,

¹⁶ “No ano de 2016, em diferentes partes do mundo, pelo menos quatro eventos foram capazes de questionar os limites da democracia representativa, liberal e ocidental. Na Inglaterra, um plebiscito demonstrou a preferência majoritária dos ingleses pela saída da União Europeia; na Colômbia, o referendo pelo acordo de paz com as FARC (Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia) foi rejeitado pela maioria; nos Estados Unidos, uma vitória inesperada elegeu o empresário Donald Trump para a presidência da ainda maior potência mundial; por fim, no Brasil, um processo de impeachment foi aprovado para a destituição da ex-presidenta reeleita Dilma Rousseff, justificado em um controverso crime de responsabilidade fiscal. Cada qual à sua maneira, tais acontecimentos evidenciam a emergência de discursos abertamente autoritários, anti-humanistas e antidemocráticos; sua eventual legitimação pelo voto popular; partidos políticos e/ou lideranças populistas; e, a utilização das instituições democráticas para a fragilização, minimização ou ruptura da própria democracia” (Ballestrin, 2018, p. 149).

no aplicativo. E acreditem, isso tudo impactou fortemente as relações erótico-amorosas. O político se tornou pessoal¹⁷.

Aristides Bernardo (2021, p. 20) documenta essa batalha entre *likes* e *deslikes* nos aplicativos de encontros “em um contexto de extrema polarização política, partidária e ideológica”, mostrando como posição política, valores religiosos e adesões partidárias passaram a compor os perfis de apresentação de usuárias e usuários do Tinder (aplicativo ao qual Bernardo se dedicou), tornando-se “um critério relevante para o estabelecimento de vínculos afetivos e relações sexuais entre pessoas que buscam tais experiências com a mediação do aplicativo de relacionamentos”¹⁸.

Ao reproduzirem, como era de se esperar, na esfera do romance as polarizações da arena pública, os aplicativos também se tornaram um campo de tensões mais do que de tesões (me desculpem o trocadilho inevitável). Ao menos ali, teoricamente, poderíamos driblar desafetos e otimizar a busca por pessoas alinhadas politicamente com nossos ideais. O que pesquisas mostram é que as “bolhas” e “câmaras de eco” formadas com ajuda de algoritmos alimentaram mais ódios que amores¹⁹.

O amor sempre foi político. O amor romântico fingiu não sê-lo, quando de fato

foi mais uma das grandes transformações na vida privada moderna, pois, juntou na mesma relação, o desejo sexual, o casamento e a família, antes dissociados. E, num sentido, foi libertador, pois, introduziu a atração singular, de indivíduo para indivíduo, onde antes só havia a vontade da sociedade. (Ferreira; Adelman, n.d., n.p.).

¹⁷ Em meu livro “Amor em Tempos de Aplicativos – masculinidades heterossexuais e a nova economia do desejo” (2019) aprofundo essa discussão.

¹⁸ A coleta de dados feita por Bernardo se deu no âmbito da cidade de João Pessoa (PB), entre abril de 2019 e março de 2020.

¹⁹ Para uma rica discussão sobre as tensões políticas nas redes ver Miskolci, 2021.

Contemporâneo de uma sociedade que se industrializava e se tornava econômica e moralmente burguesa, o amor romântico parece não corresponder aos novos tempos de inflexão feminista, politização das relações de gênero e de incertezas, disfarçadas pelo discurso neoliberal da livre escolha. Seu potencial transgressivo foi domesticado pelo mercado e perdeu-se na ilusão liberal da liberdade. A questão é que ainda não inventamos nada tão poderoso para substituí-lo.

4. Tão solitária quanto um entregador de delivery na quarentena

Em umas das regiões centrais de São Paulo, as panelas batiam aos gritos. “Fora, fora”. “Genocida”. Eram os protestos ruidosos, mas sem grandes efeitos, contra as medidas (não) tomadas pelo governo federal, encarnado na figura de Jair Bolsonaro, em relação à pandemia da Covid-19²⁰. Naquele 2020, ainda não sabíamos que entraríamos o ano de 2022 usando máscaras²¹ faciais como proteção contra o coronavírus, nem que iríamos testemunhar milhares de mortes ao dia causadas pela Covid-19, ocorridas nos primeiros meses de 2021²², ou que Bolsonaro terminaria seu mandato, apesar dos gritos nas janelas.

²⁰ Pesquisadoras e pesquisadores da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP), o Centro de Pesquisas e Estudos de Direito Sanitário e a Conectas Direitos Humanos analisaram 3.049 normas federais produzidas em 2020 e constataram que houve intenção deliberada por parte do governo Bolsonaro em promover a disseminação do coronavírus. A pesquisa “Direitos na Pandemia – Mapeamento e Análise das Normas Jurídicas de Resposta à Covid-19 no Brasil” traz no editorial de seu boletim 10 uma linha do tempo na qual demonstram “a relação direta entre os atos normativos federais, a obstrução constante às respostas locais e a propaganda contra a saúde pública promovida pelo governo federal” em relação à pandemia (Cepedisa; Conectas, 2021, p. 2).

²¹ No estado de São Paulo a obrigatoriedade do uso de máscaras faciais em espaços abertos foi suspensa em 09 de março de 2022 e no dia 17 do mesmo mês o uso foi suspenso também em espaços fechados, com exceção de transportes públicos e em unidades médico-hospitalares.

²² “Covid-19 já matou mais brasileiros em 4 meses de 2021 do que em todo ano de 2020”, matéria do Portal G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2021/04/25/covid-19-ja-matou-mais-brasileiros-em-4-meses-de-2021-do-que-em-todo-ano-de-2020.ghtml>. Último acesso em 30 mar. 2022.

Em 2020 ainda não tínhamos vacinas, o que tornava o isolamento social um imperativo. Foi também o ano em que mais baixamos aplicativos quando comparado aos imediatamente anteriores²³.

Em 2020, o Tinder registrou um aumento de 42% nas atividades de usuárias/os. Em 29 de março do mesmo ano, quase no começo da quarentena espanhola, o Tinder superou pela primeira vez os três bilhões de *swipes*²⁴ em um só dia em nível mundial, um recorde que, ao longo do ano, bateu outras 130 vezes. Além dessas ocorrências, os chats na plataforma passaram a ser 32% mais longos. (Lorite, 2021, n.p.).

Essas estatísticas encontraram seu correspondente qualitativo no termo jocoso “carentena”, uma contração entre a palavra “quarentena” e “carência”. Mas o sentimento de solidão não esteve relacionado à pandemia e seus corolários como as medidas de isolamento social. Segundo pesquisa desenvolvida entre os quatro primeiros meses de isolamento social por Maurício Ho-

²³ “Um levantamento da *App Annie Intelligente* analisou algumas mudanças de comportamento durante o período da pandemia da Covid-19. Segundo a empresa de análise de dados e estatísticas, houve um aumento expressivo no uso de aplicativos de saúde principalmente nos quatro primeiros meses de 2021, ao comparar com o mesmo período em 2019”. (Fiore, 2021, n.p.). “Levantamento do *App Annie Intelligence* relata que o mundo gastou US\$ 32 bilhões (aproximadamente R\$ 160 bi) em compras feitas em aplicativos no primeiro trimestre de 2021. Isso indica um aumento de 40% em relação ao mesmo período do ano passado. Foram US\$ 21 bilhões faturados pela Apple e US\$ 11 bilhões pela loja da Google. Esses números ilustram o evidente efeito da pandemia no mercado de aplicativos. Os três primeiros meses de 2020 foram o primeiro período da adoção de medidas restritivas em boa parte do planeta. Em 2021, ainda com o isolamento em vigor, os consumidores se viram cada vez mais obrigados a buscarem estímulos internos, como jogos, aplicativos de streaming de vídeo e plataformas de compartilhamento social”. (Correia; Soares, 2021, n.p.). “O Brasil foi o país com maior número de instalações de aplicativos de comércio eletrônico desde o início da pandemia, mostrando como as restrições de isolamento social rapidamente colocaram o país como um dos mercados mais cobiçados por empresas do setor no mundo todo. Segundo um levantamento da empresa de medição de performance de marketing digital AppsFlyer, 19% dos downloads de apps de e-commerce feitos via Android no mundo todo entre janeiro de 2020 e julho deste ano aconteceram no Brasil”. (Reuters, 2021, n.p.).

²⁴ É o ato de arrastar com os dedos na tela do celular para selecionar ou descartar perfis nos aplicativos de paquera.

ffmann, do Departamento de Neuropsiquiatria da Universidade Federal de Santa Maria, não foram encontradas “evidências de que o auto-isolamento e o distanciamento social aumentassem o sentimento de solidão – pode ser que essas pessoas já se sentissem sozinhas antes” (Revista Arcos, 2021, n.p.).

No entanto, na mesma matéria da Revista Arcos – Jornalismo Científico e Cultural (2021. n.p.),

um levantamento feito pelo Instituto Ipsos no início deste ano [2021], os brasileiros são o povo que mais se sente solitário na pandemia. A pesquisa, que ouviu 23 mil pessoas de 28 países, também revelou que 52% dos participantes do Brasil afirmaram que esse sentimento de solidão cresceu no segundo semestre de 2020.

A pesquisa qualitativa realizada por Alcidésio Oliveira da Silva Junior, Jeane Félix e Edvaldo Souza Couto (2020) apresenta depoimentos de homens gays jovens (entre 21 e 34 anos), usuários do Tinder, que corroboram o sentimento de solidão apontado na pesquisa citada acima. Um dos entrevistados reavaliou a importância de ter relacionamentos fixos, pois durante o isolamento social esteve muito carente. Sentiu mais falta de companhia para compartilhar o dia a dia, conversar e realizar tarefas domésticas juntos, do que de sexo. Da Silva Júnior, Félix e Couto concluem que expectativas do amor romântico idealizado estiveram presentes nas falas de seus interlocutores de pesquisa, alimentadas pelo clima distópico da pandemia.

A distopia da Covid-19 reavivou utopias, inclusive as românticas. Houve quem fizesse predições tão alvissareiras quanto ingênuas como aquelas expressas em discursos motivacionais de que sairíamos melhores como seres humanos após o grande abalo pandêmico. O que vimos, passados mais de dois anos desde que a Organização Mundial da Saúde decretou estado de pandemia, em 11 de março de 2020, é que a crise sanitária planetária agu-

çou desigualdades e nos lançou em uma profunda crise econômica e existencial.

Hoje sabemos que não saímos nem melhores, nem mais românticos. Aliás, os primeiros meses da pandemia impactou a vida sexual de muita gente: “disfunção erétil, ejaculação precoce ou retardada, falta de libido, falta de orgasmo, falta de desejo ou falta de excitação sexual” foram sintomas apresentados por 802 entrevistados/as que integraram a pesquisa sobre desempenho sexual de pessoas saudáveis durante os primeiros meses de isolamento social (15 de março a 30 de junho de 2020)²⁵.

Assistíamos o “coração vibrante de nossa civilização parar de bater” (Illouz, 2020a, n/p²⁶): comércios físicos fechados; voos cancelados; fronteiras internacionais interdidas; aulas suspensas; filhos/as em casa; casas sem espaço para isolamento; aumento de violência doméstica; colapso do sistema de saúde.

Com todo esse contexto de incertezas, não era de se causar estranheza que a população iria sofrer com a angústia do desconhecido. Quadro de ansiedade, depressão, são muito comuns, em situações dessa natureza. Dificuldades de relacionamento, mudança na rotina do dia-a-dia, com as famílias convivendo em casa, 24 horas por dia, impedidas do contato pessoal, dificuldades financeiras, com as pessoas perdendo a capacidade de gerar renda, são fatores conhecidos como possíveis causas psicológicas da piora do desempenho sexual, entre homens e mulheres (De Souza, 2020, p. 16).

²⁵ Do total de 802 pacientes entrevistados, 521 (68%) observaram diminuição do desempenho sexual em algum grau. Essa queixa foi relatada em 479 (70%) pacientes do sexo masculino, enquanto 42 (35,89%) mulheres do estudo queixaram piora do desempenho sexual. Entre os solteiros, a queixa foi mais frequente, 330 (63,33%), em relação aos 191 (36,66%) dos pacientes casados. Entre os pacientes que observaram a queda do desempenho sexual, 218 (41,84%) não tinham problemas sexuais anteriores à pandemia (De Souza, 2020, p. 16)

²⁶ No original: “c’est le cœur battant de notre civilisation qui a été arrêté”.

Íamos mal, mas os aplicativos iam bem, obrigada. Pesquisas realizadas pelos próprios apps de paquera mostram que a forma de uso deles foi impactada pelo isolamento social. Intensificou-se o tempo de conversa no chat do próprio aplicativo, bem como o número de mensagens diárias enviadas²⁷. A troca de material sexual como fotos e vídeos também cresceu, segundo levantamento feito pelo aplicativo de origem francesa Happn. A mesma pesquisa mostra que “54% dos brasileiros vivenciou um término de relacionamento, indo na contramão da média global dos usuários do app (46%)”.

Segundo a pesquisa, 21% dos brasileiros afirmam que o amor simplesmente acabou no ano passado. Para 20%, a pandemia contribuiu muito para isso, já que o casal passou a passar mais tempo juntos e isso trouxe problemas de convivência. Mas os brasileiros não estão sozinhos. A média global segue alinhada ao comportamento brasileiro: 48% dos usuários gerais do app também viram o amor simplesmente ir embora em 2020. (Happn, 2021, n.p.)²⁸.

Se o amor foi embora, os aplicativos estavam ali para que a gente pudesse pedir um delivery. Os aplicativos de paquera “bombaram”, capitalizando com a crise.

Happn notou um aumento de 18% nas mensagens trocadas pelo aplicativo; o The Inner Circle teve um aumento de 15% nos matches e 10% nas mensagens enviadas; e o Par Perfeito registrou crescimento de 70% de novos usuários, um ganho de 20% no tempo médio gasto no aplicativo e site 15% de volume de mensagens trocadas desde o início de março (Monteiro, 2020, n.p.).

²⁷ “Os dados do aplicativo indicam que o número médio de mensagens enviadas por dia aumentou 19% em comparação com o período anterior à pandemia, e as conversas são 32% mais longas” (Shearing, 2021, n/p).

²⁸ A pesquisa foi realizada com mais de 5.300 usuários do app, em janeiro de 2021, em diversos países onde o Happn funciona, como Brasil, Argentina, França, Itália, Dinamarca e Espanha.

A matéria da qual o excerto acima foi retirado intitula-se “Pandemia aumenta uso de aplicativos de relacionamento - Serviços criam soluções para período de isolamento social e para o Dia dos Namorados”. Em tempos de incertezas profundas, o mercado oferece “soluções”. O Inner Circle, aplicativo de origem holandesa, ofereceu para a data romântica o “‘Delivery de Encontro’, em que oferece 40 jantares a serem entregues para casais em São Paulo para que aproveitem um jantar romântico virtual, cada um em sua casa” (Monteiro, 2020, n.p.).

A “insustentável leveza do capitalismo” (Illouz, 2020a) proporcionou rapidamente recursos tecnológicos para que a solidão e o medo se tornassem clicks que geram dados, que se tornam mercadorias, que ofereceram às e aos usuárias/os dos aplicativos conteúdos emocionais para a gestão dos afetos durante o isolamento. Em troca oferecemos metadados comportamentais²⁹. Os dados jorraram de “nossos reservatórios emocionais” (Morozov, 2018, p. 166).

Enquanto a classe média pensava em amor e em pedir uma pizza, não exatamente nessa ordem, os/as entregadores/as atendiam a uma demanda crescente de pedidos por meio de aplicativos.

A Rappi, por exemplo, declarou um aumento de cerca de 30% das entregas em toda América Latina. No Brasil, isso foi expresso no aumento de *downloads* de aplicativos de entregas no período compreendido entre 20 de fevereiro e 16 de março de 2020, no importe de 24%, quando comparado com o mesmo período do ano passado; o pico de 126% foi no dia 06 de março, quando o Ministério da Saúde anunciou a ocorrência da transmissão comunitária do vírus no país. Esse cenário contrasta com a manutenção de longas jornadas acompanhadas de queda da remuneração dos trabalhadores do setor. (Abílio et al., 2020, p. 4).

²⁹ Para uma discussão aprofundada é preciosa sobre esse tema ver Poell, Thomas; Nieborg, David; Van Dijck, José (2020)

Dados da pesquisa de Ludmila Abílio e colaboradoras, intitulada “Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a Covid-19”, mostram que os entregadores (94,6% dos respondentes são homens entre 270 questionários) estão em vários aplicativos (70,4% dos respondentes). Em minha experiência, essa foi também a realidade dos usuários dos aplicativos de encontros. Raramente os participantes da pesquisa que desenvolvi (Pelúcio, 2019) tinham apenas um app baixado para fins de paquera. Nem por isso tinham mais ou melhores experiências. Na verdade, muitos relataram uma certa exaustão na gestão deles, sobretudo, se estavam muito tempo sem *macths* e/ou *crushs*. Alguns passavam por uma espécie de *burnout* afetivo provocado pela frustração com os encontros ou pelo próprio uso intensificado que faziam dos aplicativos. Sentiam-se emocionalmente precarizados.

Dar mais *likes* ou prolongar a conversa nos chats dos aplicativos enquanto se pedia algo para comer no Rappi ou Ifood pode ter aplacado a solidão de muitas e muitos usuários de aplicativos. Não sabemos ainda ao certo. O que já sabemos é que todos esses pedidos não tornaram a vida dos entregadores menos arriscadas, nem o trabalho melhor remunerado. A indignidade de não ter onde fazer refeições, urinar, descansar ou a possibilidade de ter assistência social se acidentado reforça o abandono desses trabalhadores por parte das empresas e do Estado.

Todas essas precariedades não estão circunscritas a um setor da economia ou a certos tipos de mão de obra. Fazem parte da lógica neoliberal. A mesma que passou a reger nossas relações erótico-amorosas.

Sabemos também que a uberização do amor não se deu por causa da pandemia ou dos aplicativos ou dos dois juntos. O que uberizou o amor e o trabalho não foi o gerenciamento algoritmo dos serviços ou dos encontros. Os aplicativos apenas servem, assim como fomentaram, um sistema que tem na exploração seu alicerce mais profundo e no ideal da liberdade seu discurso mais sedutor.

Referências

Abílio, Ludmila Costhek. Uberização: a era do trabalhador just-in-time? **Estudos avançados**, v. 34, 2020, p. 111-126.

Abílio, Ludmila Costhek. Breque no despotismo algorítmico: uberização, trabalho sob demanda e insubordinação. **Blog Boi da Tempo**, 30/07/2020a. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/07/30/breque-no-despotismo-algoritmico-uberizacao-trabalho-sob-demanda-e-insubordinacao/>. Último acesso em 27 mar. 2022.

Abílio, Ludmila Costhek et al. Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a Covid-19. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, v. 3, 2020.

Abílio, Ludmila Costhek. Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Psicoperspectivas**, v. 18, n. 3, 2019, p. 41-51.

Andrade, Adriana García. El amor como problema sociológico. **Acta sociológica**, v. 66, 2015, p. 35-60.

Ballestrin, Luciana. O debate pós-democrático no século XXI. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 4, n. 2, 2018, p. 149-164.

Balieiro, Fernando de Figueiredo. O match entre o amor e o mercado: uma análise antropológica das masculinidades em aplicativos de relacionamento. **Cadernos Pagu** (62), 2021 1:e216225.

Bernardo, Aristides Ariel. **“Deslize pro lado contrário da tua orientação política”: emoções e polarização político-ideológica nas experiências afetivo-sexuais mediadas pelo aplicativo Tinder**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, 2021.

Bezerra, Mariany Alves; MOZZATO, Anelise Rebelato. Gamificação nas organizações: uma revisão de literatura. **Revista UFG**, v. 21, 2021.

Cabanas, Edgar; Illouz, Eva. **Happycracia – Fabricando cidadãos felizes**. Tradução Humberto do Amaral. São Paulo, Ubu Editora. Edição do Kindle. 2022.

Cannas, Fábio. A Uberização do Trabalho Frente à Pandemia De Covid-19 no Brasil. **Revista Direitos, Trabalho e Política Social**, v. 7, n. 13, 2021, p. 198-221.

CEPEDISA, COENCTAS. **Direitos na pandemia mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à covid-19 no Brasil**, Boletim 10, São Paulo, 20/01/2021.

Correia, Flávia; Soares, Lucas. Reflexo da pandemia: compras em aplicativos crescem 40% em 2021. **Olhar Digital**, 03/04/2021. Disponível em: <https://olhardigital.com.br/2021/04/03/internet-e-redes-sociais/reflexo-da-pandemia-compras-em-aplicativos-cresce-40-em-2021/>. Último acesso em 13 out. 2021.

Del Carmen, Gabriela. Apps de namoro crescem na pandemia; conheça os 7 melhores. **Forbs Tech**. 11 de junho de 2021. Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-tech/2021/06/apps-de-namoro-crescem-na-pandemia-conheca-os-7-melhores/>. Último acesso em 12 out. 2021.

Engels, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Clube de Autores, 2009.

Ferreira, Mara, Aldelman, Miriam. O sentimento amoroso na vida das mulheres solteiras. **Mimeo**. Sem data.

Fiore, Matheus. Pandemia aumenta em 75% a procura de aplicativos de saúde. **B9 -Tech**. 08 de junho de 2021. Disponível em: <https://www.b9.com.br/145331/pandemia-aumenta-em-75-a-procura-de-aplicativos-de-saude/>. Último acesso em 13 out. 2021.

Hobsbawm, Eric. **A era das revoluções: 1789-1848**. Editora Paz e Terra, 2015.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Número de desempregados chega a 14,1 milhões no trimestre até outubro. **Agência IBGE**, 29 dez. 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia--de-noticias/noticias/29782-numero-de-desempregados-chega-a--14-1-milhoes-no-trimestre-ate-outubro>. Último acesso em 12 out. 2021.

Illouz, Eva. **La Fin de l'amour. Enquête sur un désarroi contemporain**. Média Diffusion, 2020.

Illouz, Eva. L'insoutenable légèreté du capitalisme vis-à-vis de notre santé, par Eva Illouz. **L'OBS**, 23/03/2020. Disponível em: <https://www.nouvelobs.com/idees/20200323.OBS26443/l-insoutenable-legerete-du-capitalisme-vis-a-vis-de-notre-sante-par-eva-illouz.html>. Último acesso em 30 mar. 2022.

Illouz, Eva. "Don't Be My Valentine: Are Couples Becoming a Thing of the Past"? **Haaretz, Israel**. 2013. Disponível em: <https://www.haaretz.com/.premium-don-t-be-my-valentine-is-coupled-1.5229897>. Último acesso em 29 mar. 2022.

Illouz, Eva. **¿Por qué duele el amor? Una explicación sociológica**. Traducción de María Victoria Rodil. Buenos Aires: Katz, 2012.

Jabojs, Manuel. O amor é química. Os algoritmos começam a falhar quanto mais complexa é a pessoa. **El País – Brasil**, 03/12/2021. Disponível em: <https://>

brasil.elpais.com/ciencia/2021-12-03/o-amor-e-quimica-os-algoritmos-comecam-a-falhar-quanto-mais-complexa-e-a-pessoa.html. Último acesso em 26 mar. 2022.

Da Silva Junior, Alcidésio O.; Da Silva, Jeane Felix; Couto, Edvaldo Souza. Amor, sexo e distância física. **Revista Educação em Questão**, v. 58, n. 58, 2020.

Lacerda, Vinícius. Questão de gosto: o racismo, a homofobia e a gordofobia nos aplicativos de relacionamento. **Carta Capital**, 09/12/2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/saudelgbt/questao-de-gosto-o-racismo-a-homofobia-e-a-gordofobia-nos-aplicativos-de-relacionamento/>. Último acesso em 27 mar. 2022.

Lorite, Jaime. Quem tem as duas doses é um partidão e tudo que mudou no Tinder nos tempos de máscara. **El País**, 06/08/2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/cultura/2021-08-06/quem-tem-as-duas-doses-e-um-partidao-e-tudo-o-que-mudou-no-tinder-nos-tempos-de-mascara.html>. Último acesso em 27 mar. 2022.

Miskolci, Richard. **Batalhas morais: política identitária na esfera pública técnico-mediatizadora**. Autêntica Editora, 2021.

Pelúcio, Larissa. O amor em tempos de aplicativos: notas afetivas e metodológicas sobre pesquisas com mídias digitais. In: Pelúcio, Larissa, Pait, Heloísa, Teixeira, Tiago. **No Emaranhado da Rede**. São Paulo, Annablume/Fapesp, 2015.

Pelúcio, Larissa. **Amor em tempos de aplicativos: Masculinidades heterossexuais e a nova economia do desejo**. São Paulo: Annablume, 2019.

Poell, Thomas; Nieborg, David; Van Dijck, José. Plataformização. **Fronteiras-estudos midiáticos**, v. 22, n. 1, 2020, p. 2-10.

Primo, Alex. Afetividade e relacionamentos em tempos de isolamento social: intensificação do uso de mídias sociais para interação durante a pandemia de COVID-19: **Comunicação & Inovação**, v. 21, n. 47, 2020.

Morozov, Evgeny. **Big Tech**. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

Reuters. País lidera downloads de aplicativos de e-commerce na pandemia. **R7**, 14/09/2021. Disponível em: <https://noticias.r7.com/economia/pais-lidera-downloads-de-aplicativos-de-e-commerce-na-pandemia-14092021>. Último acesso em 13 out. 2021.

Revista Arco Jornalismo Científico e Cultural. Setembro amarelo: solidão na pandemia Estudo que contou com a participação de pesquisador da UFSM investiga o impacto das relações sociais nos pensamentos sobre suicídio dos brasileiros, **UFMS**, 10/09/2021. Disponível em: <https://www.ufsm.br/midias/arco/setembro-amarelo-solidao-pandemia/>. Último acesso em 30 mar. 2022.

Schering, Hanzel. Pandemia mudou modo como pessoas dão 'match', diz chefe do Tinder. **BBC News Brasil**, 22/06/2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-57575906>. Último acesso em 30 mar. 2022.

Vasconcelos, Mário Fellipe Fernandes Vieira; Pelúcio, Larissa Maués. Amor em tempos de aplicativo: entrevista com a antropóloga Larissa Pelúcio. **Cadernos de Campo** (São Paulo-1991), v. 29, n. 2, 2020, p. e175150-e175150.

Recebido em 10/01/2022

Aceito em 17/05/2022

A noção de alma gêmea no seriado “Osmosis”

*Nayara Baiochi**

Resumo:

Originalmente impulsionado pela questão “Quais são os impactos da tecnologia na forma de viver e conceber o amor no momento contemporâneo?”, este artigo é voltado à análise do episódio ‘O teste’ do seriado francês “Osmosis” (2019) a partir de uma abordagem sociológica baseada nas ferramentas metodológicas anunciadas por Pierre Sorlin, isto é, procurou-se atentar para os elementos expressivos do audiovisual de modo a discutir como estão construídas noções que se mostraram centrais na estrutura do episódio em questão, sejam elas as concepções de amor, alma gêmea e tecnologia. Além da investigação voltada para a compreensão dessas noções separadamente, procurou-se também compreender como o vínculo entre elas está elaborado na trama, bem como as implicações daí advindas.

Palavras-chave: Sociologia. Série Osmosis. Audiovisual. Amor. Tecnologia.

* Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: nay_baiochi@yahoo.com.br. <https://orcid.org/0000-0002-7898-5378>

The notion of soul mate in the series "Osmosis"

Abstract:

Originally driven by the question "What are the impacts of technology on the way of living and conceiving love in the contemporary moment?", this article is focused on the analysis of the episode 'The test' of the French series "Osmosis" (2019) is analyzed through a sociological approach based on the methodological tools announced by Pierre Sorlin. It means, we focused on the expressive elements of the audiovisual in order to discuss how notions which were considered central in the episode structure are elaborated. They are the conceptions of love, soul mate and technology. In addition to the investigation aimed at understanding these notions separately, we also sought to understand how the link between them is elaborated in the plot, as well as the resulting implications.

Keywords: Sociology. Series Osmosis. Audiovisual. Love. Technology.

La noción de alma gemela en la serie "Osmosis"

Resumen:

Impulsado originalmente por la pregunta "¿Cuáles son los impactos de la tecnología en la forma de vivir y concebir el amor en el momento contemporáneo?", este artículo se centra en el análisis del episodio 'La prueba' de la serie francesa "Osmosis" (2019) desde un enfoque sociológico basado en las herramientas metodológicas anunciadas por Pierre Sorlin. Es decir, tratamos de poner atención a los elementos expresivos del audiovisual para discutir cómo se construyen nociones que resultaron ser centrales en la estructura del episodio en cuestión, ya sean las concepciones de amor, alma gemela y tecnología. Además de la investigación dirigida a comprender estas nociones por separado, también buscamos comprender cómo se elabora en la trama el vínculo entre ellas, así como las implicaciones resultantes.

Palabras clave: Sociología. Serie Ósmosis. Audiovisual. Amor. Tecnología.

Prólogo: o seriado

Situado na intersecção entre Sociologia, amor e audiovisual, este texto compreende a análise do episódio ‘O teste’ do seriado “Osmosis” (2019). Dirigido por Julius Berg e Thomas Vincent, tal episódio é o primeiro da série francesa¹ criada por Audrey Fouché e lançada pela Netflix em 2019. Dos oito episódios que compõem a primeira temporada, analisamos somente o primeiro, especialmente voltado à introdução do enredo, suas personagens, local e tempo. A maior parte dos problemas e conflitos iniciados nele não tem desfecho até o final da temporada. Alguns deles, de fato, permanecem sem conclusão mesmo após seu término, uma forma de estimular a renovação do seriado, negada pela Netflix até o momento. Em consequência, existe um grande número de personagens, ramificações e histórias coadjuvantes convivendo em ‘O teste’. Sendo assim, sublinhamos que nosso relato está comprometido com abarcar a pluralidade de movimentos do episódio sem perder de vista as questões que nos parecem fundamentais nele e para as quais daremos maior atenção no correr da análise.

¹ Há duas séries francesas denominadas “Osmosis”. A primeira, de 2015; a segunda, de 2019. Analisamos o primeiro episódio do seriado de 2019, que é baseado na ideia original de Louis Chiche, William Chiche e Gabriel Chiche, criadores da série “Osmosis” lançada em 2015, a precursora do seriado veiculado pela Netflix. “Osmosis” (2015), também francesa, foi produzida pela ARTE France. Os questionamentos sobre tecnologia e livre arbítrio a partir de um algoritmo capaz de garantir o amor já estavam presentes na série de 2015; contudo, as diferenças são marcantes. Não apenas o enredo e as personagens são distintos, também destoam os enquadramentos, movimentos de câmera, fotografia, enfim, os elementos que compõem a produção audiovisual. A sofisticação técnica adquirida pela “Osmosis” (2019) não deixa dúvidas sobre a dilatação da verba se comparados os seriados. Essa injeção de recursos não é exclusiva dessa produção francesa, afinal produções como “La Casa de Papel” e “Black Mirror”, entre outras, também viram o crescimento exponencial de seus orçamentos com a Netflix, a maior empresa no segmento de *streaming* da atualidade. A diferença no caso de “Osmosis” é que, com exceção da ideia, pouco do seriado original foi aproveitado. Enquanto nos casos de “La Casa de Papel” e “Black Mirror” os seriados foram continuados depois de comprados pela Netflix e ganharam novas temporadas imediatamente associadas com as anteriores. “Osmosis” é um novo seriado e não a continuação do seu precursor.

No prefácio de "Séries Cultes et culte de la série chez les jeunes", Marc Zaffran afirma que "l'idée de réaliser des séries ne provient pas de la télévision. Elle est exploitée depuis déjà longtemps par la radio, la littérature et le cinéma. Une série, c'est d'abord des personnages"² (Zaffran apud Julier-Costes et al., 2014, p. XI), recordando que o formato seriado de uma história não foi inventado recentemente nem pertence a um único meio. Zaffran é preciso ao apontar que a ideia de uma narrativa seriada não é exclusiva da televisão. Nesse ponto, aproveitamos a abertura provocada pelo escritor para delimitar o tipo de seriado que pretendemos abordar nos próximos parágrafos. Uma vez que nossa intenção está atrelada ao seriado "Osmosis", debateremos brevemente o seriado televisivo, tomando de empréstimo a observação feita por Jean Pierre Esquenazi, segundo quem as séries televisivas "não são sempre produzidas por empresas ligadas à televisão nem são vistas via o receptor de televisão"³ (Esquenazi, 2017, p. 11).

As séries televisivas são, assim como os filmes e outras produções, compostas por imagens em movimento. Planos, tomadas, movimentos de câmera, cenários, diálogos e temas musicais são alguns dos elementos que as formam e, nesse sentido, não há diferenças em relação às produções cinematográficas. O que, então, caracteriza o formato da série televisiva? O que a diferencia das demais produções audiovisuais?

Sobre as especificidades temporais dos seriados, Esquenazi pondera:

O tempo passa e os telespectadores envelhecem. Por que não fazer evoluírem ao mesmo tempo as personagens ficticiais das séries? O gênero serial e a multiplicação dos episódios

² Em livre tradução: "A ideia de fazer séries não vem da televisão. Há muito tempo, é explorada pelo rádio, pela literatura e pelo cinema. Uma série é, antes de mais nada, sobre personagens".

³ O autor em questão está discutindo produções atuais, mas são conhecidos os seriados exibidos no cinema nos anos 1950.

de uma mesma ficção oferecem, nessa matéria, novas potencialidades para toda a escrita ficcional. Torna-se possível renovar ou reformar personagens ano após ano, mostrar as transformações de uma família ou percorrer o passado e o futuro numa ordem sempre a definir (Esquenazi, 2011, p. 104).

Ou seja, o formato serial estende no tempo a construção da narrativa e suas personagens são parte dessa elaboração, modificando-se por conta das experiências vividas na trama. Dito isso, voltamo-nos à questão da análise de um episódio de “Osmosis”. Em ‘O teste’ estão colocadas as principais questões existentes em “Osmosis”, compactadas e introdutórias. Por conseguinte, nossa amostra abarca, como não poderia ser diferente, um (dentre muitos possíveis) recorte do seriado. A forma de analisá-lo seguiu os preceitos defendidos por Pierre Sorlin, isto é, análise profunda e interna da obra atenta aos “sistemas relacionais”, noção definida a partir da atenção “à l’intérieur du monde fictif de l’écran, des hiérarchies, des valeurs, des réseaux d’échanges et d’influences”⁴ (Sorlin, 1977, p. 237). Nesse sentido, procurando a análise profunda da obra, elaboramos um relato do episódio em questão. Tal procedimento permite-nos trilhar de forma pormenorizada os passos da investigação comprometida com a imagem em movimento. A partir de então, são debatidos elementos presentes na obra audiovisual destacada, sejam eles as noções de amor, alma gêmea e tecnologia, atentando-se para a forma como aparecem construídos. Por meio desse caminho, procuramos pensar no amor no momento contemporâneo, evidenciando a centralidade da tecnologia nas formas de vivê-lo e concebê-lo nos dias atuais. A concepção de alma gêmea presente em “Osmosis” permite-nos, como veremos no correr do texto, refletir acerca do problema anunciado.

⁴ Em livre tradução: “cada filme constitui, no interior do mundo fictício da tela, hierarquias, valores, redes de troca e de influências”.

1. O episódio 'O teste'

No início de 'O teste', a tela branca contrasta com as palavras "Perfect Match" em rosa e azul. Entre elas, uma forma geométrica mista entre octógono e círculo gira (como o círculo que costuma indicar o carregamento de programas de computador) dando lugar à abóboda de um edifício de arquitetura clássica enquanto os dizeres "Perfect Match, você tem direito ao amor" são pronunciados em voz *off*. Então, dois pés descalços sobem uma escadaria de mármore adornada por um tapete vermelho. Abre-se o enquadramento de forma a abranger uma jovem branca de cabelos ruivos e longos subindo as escadas, Esther. Ela atravessa uma porta para chegar ao salão onde é encarada por homens atraentes e arrumados vestidos de ternos e *smokings*. Ao passar por eles, visualiza um pequeno letreiro com o nome, a idade e a nota de cada um, indicada por uma estrela e medida entre zero e cinco, sob o qual a marca Perfect Match é disposta⁵.

Esther continua andando até chegar a um novo cômodo, o salão da lareira. Ao sentar-se em um sofá vermelho, os homens que ali estavam desaparecem como hologramas desconectados, com exceção do belo rapaz que permanece em sua frente. "Tom, 27 anos, 4,72/5" indica o cartaz que desponta ao lado do seu rosto. Sorridente, ele inicia a conversa rapidamente interrompida a pedido de Esther. A transição entre essa tomada e a posterior é feita de forma a indicar que a mudança de cenário - do salão da lareira para um luxuoso banheiro iluminado por velas - é feita quase que imediatamente, sem interrupções percebíveis. Com isso, a percepção de que se trata de uma dimensão alheia às leis físicas é fortalecida. Na banheira, o rapaz inicialmente deitado sobre o tronco de Esther é conduzido a deslizar sobre o seu corpo. Quando a respiração dela se torna mais ofegante e ritmada, uma voz chama seu nome. Depois de um breve corte, a jovem aparece deitada em posição muito similar à que estava, porém

⁵ Simbolizando o orgulho no fluxo das lembranças.

veste roupas diferentes daquelas que usava até então. Retira os óculos grossos - possivelmente de realidade virtual - do rosto e responde “Sim, Martin”. Escuta, então, que está atrasada para uma reunião e reitera que não deve ser interrompida quando está estudando a concorrência.

Atentamos para o fato de que, no seriado, a tecnologia desenvolvida por Esther e a empresa que fornece essa tecnologia como um serviço são homonimamente denominados Osmosis. Seguindo o padrão utilizado pelas personagens da série, empregaremos artigos masculinos em conjunto com o termo Osmosis em referência ao serviço tecnológico e artigos femininos em referência à empresa. As alusões ao seriado serão sempre indicadas pelo uso do entre aspas. Com isso, pretendemos diminuir quaisquer possibilidades de confusão. Entretanto, não nos furtamos de mencionar que a inexistência de delimitações rígidas é constitutiva do episódio, que apresenta uma série de imagens de fusão e de discursos nesse sentido. Como veremos mais adiante, dentre as imagens, a mais clara é a de Paul, usuário da tecnologia Osmosis, com Joséphine, sua alma gêmea, mas há outras, como a existente entre alguns colaboradores (sobretudo Paul e Esther) e a empresa, ademais da que se manifesta na grande proximidade dos membros do grupo familiar entre si. Sendo assim, conquanto façamos um esforço analítico para diferenciar e categorizar os diferentes empregos do termo Osmosis, tal diferenciação não é claramente apreensível no episódio, uma vez que a ideia central da obra aponta antes para a amálgama do que para a categorização.

Conquanto o episódio seja centrado na invenção de Esther - o Osmosis -, ele tem início com tomadas que abordam os serviços da concorrência, a Perfect Match. Essa, como veremos depois por meio da fala do personagem Paul e de alguns usuários do Osmosis, parece dominar o mercado de aplicativos e softwares de relacionamentos no tempo-espço construído pelo episódio. A mansão, as velas, a banheira, a lareira, entre outros, configu-

ram signos eróticos clichês manipulados pelo Perfect Match que, nesse ambiente de realidade virtual, oferta uma variedade de homens (e muito provavelmente também de mulheres) com quem os consumidores da plataforma podem relacionar-se. Não é possível afirmar com precisão a origem dessas pessoas, contudo, a fala de um dos usuários do Osmosis (apresentada mais adiante) leva-nos a acreditar tratar-se de um coletivo de avatares.

Ao ser chamada, Esther é impedida de atingir o clímax no encontro com Tom. Quando se levanta da cama, pede a Martin - a inteligência artificial criada por ela que se comunica com as personagens a partir de uma voz masculina - que lhe consiga um táxi e entra em uma sala de reunião cuja arquitetura difere grandemente da apresentada pelo edifício anterior. O mármore, os tons pastéis e os rococós da mansão do Perfect Match dão espaço às linhas retas, ao vidro, à iluminação vertical e às cores primárias de uma construção moderna. Em uma sala ampla, algumas pessoas em roupas despojadas escutam a fala de Paul que, de camiseta e com uma garrafa em mãos, discorre sobre a importância do teste beta que será realizado com 12 candidatos no dia seguinte e ressalta que aquele seria o desfecho do trabalho desenvolvido pela equipe nos últimos dois anos com o Osmosis. Caminhando entre os ouvintes em postura confiante, ele afirma que o Osmosis é para aqueles que não aguentam mais os relacionamentos, sem futuro, por aplicativos, e acreditam que a realidade virtual matou os sentimentos. Segue dizendo, "eles acham que não têm mais escolha, então pegam, consomem e jogam fora. Mas, no fundo, querem outra coisa: a intimidade, a paixão, a osmose. A osmose".

Continua o discurso criticando o *slogan* da Perfect Match que, entoado no início do episódio, é mostrado aos participantes da reunião por um *tablet* segurado por Paul. Ele caçoa da concorrente: "Bravo, Perfect Match!", diz em tom zombeteiro, seguido pelos sorrisos de aprovação dos interlocutores. Enquanto a proposta da concorrente é a de que todos têm direito ao amor, a da

Osmosis é a de que o amor é mais do que um direito, é algo para o qual todos se destinam. Por fim, sem deixar de buscar o olhar da irmã, garante que o Osmosis irá inaugurar um novo mundo alavancado na promessa do amor absoluto, na garantia do encontro da alma gêmea.

Pouco interessada na fala do irmão, Esther come uma refeição asiática do tipo *in box* em pé em um canto da sala. Finalizada a reunião, Paul vai ao seu encontro. Eles debatem o número de participantes no teste e, incomodada, ela deixa a sala rumo ao hospital.

2. Os grupos sociais

Esther e Paul Vanhove são as personagens centrais do episódio do qual caracterizaremos os principais grupos sociais. Para tanto, destacaremos os grupos da família, dos colaboradores da empresa Osmosis, dos investidores e dos utilizadores dos seus serviços. Iniciemos, pois, com o grupo familiar, subdividido em dois. Esther, Paul e sua mãe fazem parte da primeira subdivisão desse grupo. As relações sociais que protagonizam localizam-se no presente e no passado da trama. No presente, a personagem da mãe é restrita a uma cama de hospital, doente e impossibilitada de estabelecer interações significativas com o meio. Os irmãos adultos, por sua vez, interagem a partir de diálogos em que discutem problemas familiares e empresariais. As cenas que compartilham são restritas ao ambiente da empresa, que parece servir como uma espécie de segunda casa para ambos, dado o tempo que passam ali. Essa afirmação é especialmente verdadeira com relação à Esther, que dispõe de uma cama em um cômodo reservado do edifício. Enquanto a casa de Paul, um apartamento compartilhado com Joséphine, é mostrada em algumas tomadas do episódio, Esther não aparece em nenhum ambiente doméstico quando adulta. Sua vida parece girar em torno da busca pela cura de sua mãe e do desenvolvimento do Osmosis que são con-

jugados, em sua perspectiva, no decorrer do episódio. Talvez, a empresa não seja sua segunda, mas primeira e única casa. Aqui identificamos uma das imagens de fusão projetadas pelo episódio. Esther e Paul fundem-se com a empresa. Não é possível separar os domínios pessoal e profissional de suas vidas, não há fronteiras para tanto.

O passado, por sua vez, é acessado a partir de memórias gravadas e reproduzidas para a mãe a partir de um pequeno dispositivo que Esther posiciona na têmpora da enferma quando a visita no hospital. Ao som diegético de "Ave Maria" de Schubert, alusão notória à mãe de Jesus, a primeira imagem mnemônica irrompe com enfoque nas páginas de um livro aberto e em pés infantis. Em seguida, a versão de uma criança também ruiva remetendo à Esther aparece na tela e, por fim, a figura da mãe mais jovem é mostrada por meio de um espelho enquanto trechos de "A Branca de Neve" são lidos. A alusão à Santa Maria opera como uma referência - possivelmente a maior do Ocidente - à maternidade e às práticas de cuidado e abnegação que a envolvem. Maria simboliza o ideal máximo da entrega e do amor maternos. O conto "A Branca de Neve", por outro lado, recorda-nos a madrasta obcecada pelo reflexo no espelho e voltada apenas para a satisfação dos próprios interesses. Transformada em bruxa velha na passagem do envenenamento, a rainha má do conto mostra ao mesmo tempo sua verdadeira natureza e seu maior medo. A feiura de sua alma é exteriorizada, torna-se visível a todos.

Ainda que de maneira sutil, a discreta tensão provocada pela coexistência da composição de Schubert e de referências ao conto infantil repercute na cena e é fortalecida pela evidência de um segredo organizador das relações dessa família, o qual será ligeiramente mencionado por Paul em meados do episódio. O altruísmo materno representado pela figura de Santa Maria contrasta com o egoísmo da madrasta capaz de ludibriar e envenenar a enteada, provocando um estranhamento que não passa despercebido.

No quadro mnemônico, a pequena Esther enxerga a si própria e a sua jovem mãe a partir de imagens trêmulas oferecidas por um espelho de mão. Com isso, levanta-se o caráter incerto do passado, o que não parece provocar nenhum tipo de questionamento em Esther. Se a memória nos constitui, questioná-la significaria questionar a si, a quem somos ou acreditamos ser. Paul, o detentor do segredo não revelado, é o único a interrogar as concepções familiares detidas pela irmã. A tecnologia que permite a reprodução dessas memórias não é objeto de questões das personagens, mas aparece como algo passivo, como se aquelas imagens gravadas e apresentadas depois de muitos anos fossem fatos incontestáveis, como se fossem veículos inquestionáveis da verdade. O espelho, então, tem papel importante. Enquanto anuncia a possibilidade de acesso a não mais do que um reflexo trêmulo do passado, fortalece a referência à história da madrastra má.

Por vezes, o ponto de vista de captura dessas imagens mnêmicas parece ser os olhos da mãe; por outras, de uma terceira pessoa não revelada, um observador, que funciona como uma espécie de narrador dotado da função de garantir a fidedignidade das recordações. Na segunda lembrança, a menina parecida com Esther pula em uma piscina⁶ enquanto trechos da passagem do espelho do conto em questão continuam sendo proferidos: “E o espelho respondia: ‘você é a mais bela de todas’. E a rainha ficava feliz, pois sabia que o espelho nunca mentia”. Finalizado o trecho, escuta-se a voz infantil da garota gritando por Paul, que,

⁶ No episódio, a expressão “perfect match”, tomada de empréstimo pela marca homônima que oferta serviços de relacionamento, é usada para designar o encontro entre duas personalidades que se “encaixam” perfeitamente, ou seja, que formam um par afinado e compatível. As notas mensuradas pelas estrelas e compartilhadas por pequenos letreiros não são absolutas, uma vez que dizem respeito ao nível de compatibilidade entre Esther e os homens que ali estão. Dessa forma, sofrem provável alteração dependendo do usuário conectado à plataforma. Fora dos contornos do seriado, a expressão vizinha “dar match” integra o vocabulário sobretudo dos mais jovens no Brasil e, além de ser usada em vários aplicativos atualmente populares, como o Tinder, é também empregada fora dos aplicativos em referência aos casais com grande compatibilidade de gostos, hábitos, crenças, etc.

também criança, salta na piscina para socorrê-la. Ele a leva para a superfície. Sorridente, ela permanece abraçada ao irmão, ainda que use boias nos braços. Em *off*, a voz adulta de Esther diz à mãe que Paul estava cansado daquilo, que ela o forçou a salvá-la.

Se ela forçava o irmão a salvá-la sem necessidade quando criança, na idade adulta, é ela quem o salva por meio do Osmosis, como indicam falas de Paul e de uma personagem pertencente ao segundo subgrupo familiar que abordaremos, a mãe de Niels (o 13º participante do teste beta), na cena em que pede ajuda para o filho. Em diálogo com Esther, a mãe do jovem diz: “você disse ao jornalista que criou o Osmosis para curar o seu irmão”. A programadora não nega tal afirmação, ainda que a rebata com a fala “É diferente”.

Se o Osmosis foi desenvolvido para ajudar Paul em um passado não muito distante, no momento atual, Esther apresenta preocupação constante com o estado de saúde da mãe, mostrando-se afetuosa, ao passo que o irmão volta a atenção aos negócios. Ele não menciona a mãe a não ser para discutir a venda e a hipoteca da casa dela e para aludir, em diálogo com Joséphine, ao misterioso segredo da família. Enquanto Esther é movida pelo anseio de ajudar a doente, Paul não compartilha a mesma preocupação, apresentando aversão à mãe, demonstrada pela distância e pelo misto de desinteresse e incômodo quando ela desponta como assunto.

Nas falas de Paul, as transações comerciais são feitas em nome dos interesses da empresa que, não obstante, se confundem com os dele e com aqueles que ele acredita serem os interesses de Esther. A existência de uma propriedade familiar, bem como a alocação da mãe em um quarto hospitalar individual indicam tratar-se de uma família da classe média francesa. Não são ricos, haja vista a necessidade de investidores externos para a manutenção da empresa; entretanto, tampouco compartilham o estilo de vida das camadas mais pobres.

Fazem parte do segundo subgrupo Niels, sua mãe e seu pai, sobre o qual escutamos apenas os relatos. As relações deles podem ser apreendidas por meio de duas cenas. Já mencionamos a primeira, o encontro entre a mãe de Niels e Esther na entrada da Osmosis. Diante do pedido aflito por ajuda, Esther assiste ao vídeo da candidatura de Niels, a segunda cena. Nessa, o rapaz descreve como se tornou viciado em masturbação. Para tanto, conta que começou a ver pornografia aos oito anos, após encontrar vídeos deixados pelo pai quando ele abandonou a família. Apesar das relações nesses subgrupos serem diferentes entre si, há em comum a expectativa de que o Osmosis seja capaz de solucionar problemas que afetam profundamente as personagens.

Além do grupo familiar, Esther e Paul são igualmente parte do grupo dos colaboradores da empresa Osmosis, o que faz com que as relações sociais que manifestam tenham caráter familiar e laboral. Ele é o diretor executivo da companhia e ela é programadora e, portanto, a principal responsável pelo desenvolvimento dos serviços disponibilizados pela empresa. Além deles, os funcionários Billie Tual, Gabriel e Swann têm destaque no episódio. Billie lida especialmente com o grupo de usuários que realiza o teste beta, Gabriel cuida do setor financeiro e Swann dos trâmites de segurança computacional. Enquanto Esther trabalha nos bastidores da companhia, sozinha diante de telas de computador, Paul lidera a equipe, discute com investidores e protagoniza o anúncio comercial da Osmosis. Ambos estão no topo hierárquico da companhia, cada qual em um posto. No grupo dos investidores, despontam cinco personagens com investimentos ativos na empresa.

Por fim, o grupo dos usuários dos serviços da Osmosis pode ser dividido em dois, as 13 pessoas que participam do teste beta e o casal Paul e Joséphine. Esses, que parecem ser os primeiros utilizadores dessa tecnologia, dividem um apartamento e, mesmo quando estão fisicamente distantes, interagem por meio do Osmosis.

Por seu turno, os participantes do experimento são homens e mulheres com idade aproximada entre 17 e 40 anos. Conquanto alguns estejam temerosos, todos apresentam grande empolgação com a possibilidade de conhecer o serviço que promete o encontro da alma gêmea. Para alguns é dada maior evidência, outros têm papéis secundários pouco explorados.

3. Osmosis

Uma sequência no início do episódio mostra ainda outras personagens de destaque. Elas fazem exames e avaliações preparativos para o teste beta enquanto relatam suas experiências amorosas a Martin, que as entrevista com o intuito de gerar dados para o experimento. Enquanto as falas dessa sequência revelam formas de viver o amor, apresentam também explicações e motivações para a busca do Osmosis, como nos exemplos a seguir, que nos ajudarão a alcançar os valores compartilhados pelo grupo dos usuários e criadores desse serviço. Enquanto pedala em uma bicicleta ergométrica, um rapaz diz que sua atividade sexual é 70% virtual e 30% carnal. Na esteira, outra personagem masculina responde a pergunta sobre o seu melhor orgasmo dizendo que foi virtual, com um avatar no Perfect Match (o serviço usado por Esther nas cenas introdutórias). Dada a inexistência de novas perguntas, assumimos que a personagem seguinte, uma mulher de cabelos compridos e escuros, retruca a mesma questão sobre orgasmos ao dizer que nunca aconteceu e levantar a hipótese de ser defeituosa na parte elétrica.

Essas falas evidenciam o comportamento sexual assumido pelas personagens. Primeiramente, é preciso registrar o mais elementar, a atividade sexual dos participantes é tema de conversação entre humanos e uma inteligência artificial. Nesse sentido, voltamo-nos à dimensão temporal da trama, localizada em um futuro muito próximo, momento ligeiramente adiantado em relação

ao presente, no qual a tecnologia é um pouco mais desenvolvida. Expostas, informações sobre a vida íntima das personagens são coletadas como dados para um teste experimental. Dois homens declaram a prática de relações sexuais “virtuais” e, com isso, vão ao encontro do discurso de Paul na reunião com os colaboradores. Nele, recordamos, o diretor da Osmosis caracteriza os relacionamentos por aplicativos como atos de consumo marcados pela brevidade e pelo descarte.

A realidade virtual é construída como o terreno da satisfação (sobretudo sexual) imediata. Como acompanhamos na sequência introdutória, Esther não tarda para encontrar um belo par disposto a satisfazê-la sexualmente sem qualquer necessidade de interação prévia. Mais abrupto do que o início da relação sexual é o seu desenlace. Ao ser interrompida por Martin, ela retira os óculos e, conseqüentemente, desconecta-se do Perfect Match e de Tom. A mesma realidade virtual responsabilizada por Paul pela morte dos sentimentos é positivamente citada como responsável pelo melhor orgasmo de um dos participantes do teste beta que, a despeito disso, procura pelos serviços da Osmosis, aceitando a função de cobaia no experimento.

Há muitas diferenças entre os serviços dos aplicativos virtuais e o do Osmosis, mas ambos possuem um fator em comum, a expectativa de que a tecnologia coopere para o sucesso no amor, que possui diferentes significados. Na qualidade de modelo representativo dos aplicativos virtuais no episódio, Perfect Match veicula a ideia de que o amor é um direito e o associa ao encontro sexual e à brevidade. Osmosis identifica amor à destinação, tornando aquele o propósito da existência. Além disso, a tecnologia opera de maneiras distintas, por meio de algoritmos ou pela abordagem conjugada de neurotecnologia e tecnologia de comunicação, como é o caso do Osmosis. De qualquer maneira, a escolha dos parceiros é fundamentalmente embasada nos indicadores tecnológicos. Afinal, como é calculado o grau de compatibilidade entre os usuários do Perfect Match a não ser

por um conjunto de algoritmos cuja expressão é uma pontuação em estrelas, disponibilizada em cartaz individual? A questão da escolha individual ganha evidência ainda maior no Osmosis por ser um serviço que promete a revelação da alma gêmea, como voltaremos a discutir.

Ainda nas cenas de perguntas e respostas dos participantes, Lucas conta a história das bodas de ouro de seus avós, usada como explicação para a escolha de buscar o amor via Osmosis. Ele relata que conversou com a avó na comemoração, perguntando-lhe: "Então o verdadeiro amor é isso? Aquele que dura para sempre?". A resposta dela, casada há 50 anos e mãe de seis filhos, foi a de que jamais conhecera o amor verdadeiro. Posto isso, Lucas afirma o desejo de conhecer o amor e "fazer a escolha certa". Sua resposta é fundamental por verbalizar um valor central e intimamente associado à existência do Osmosis: "escolher" acertadamente. A tecnologia comercializada pelos irmãos Esther e Paul promete a garantia da escolha certa, a revelação de duas pessoas que estavam destinadas uma à outra. As personagens não querem depender "apenas" de sua inteligência e sensibilidade para eleger o parceiro amoroso. Elas anseiam pelo apontamento certo ofertado pela tecnologia. No pano de fundo da comercialização do Osmosis reside, entre outros aspectos que trabalharemos no correr do texto, a vontade de suprimir o risco relacionado ao amor. Em outros termos, há a preferência pelos apontamentos dos dados científicos, pois se acredita que serão mais seguros, menos passíveis de erros. Nesse sentido, tanto Perfect Match quanto Osmosis oferecem serviços tecnológicos que visam à diminuição do erro e, conseqüentemente, das dúvidas e decepções amorosas. Visa-se a satisfação. Como vimos, naquele, a compatibilidade entre usuários (avatars ou não) é matematicamente calculada e exposta nos cartazes individuais. Na sequência de abertura do episódio, Esther escolhe Tom cujo cartaz aponta a maior compatibilidade entre os homens do salão, 4,72 de 5. Osmosis, por seu turno, promete descortinar a alma gêmea.

Emerge, assim, a oposição entre a alma gêmea e a multiplicidade de parceiros, entre os relacionamentos duradouros e os efêmeros. A alma gêmea, princípio guia do Osmosis, é vista como a condição para que o amor verdadeiro seja conhecido. Paul nos dá pistas sobre o seu parecer acerca da natureza do amor ao mencionar a paixão e a intimidade, mas é nas cenas posteriores, principalmente naquelas que mostram a conexão entre Joséphine e ele via o implante do Osmosis, que isso ficará mais claro.

Constrói-se a ideia de que rotatividade de parceiros é a marca dos relacionamentos na “era dos aplicativos”, cenário de extensa liberdade sexual e amorosa. Nesse quesito, não nos furtamos de mencionar a revolução sexual do último século que, dilatada e desdobrada, encontrou os avanços tecnológicos digitais especialmente desenvolvidos e popularizados desde a década de 1980. No episódio ‘O teste’, esse encontro é abordado na mobilização dos aplicativos de relacionamentos e da tecnologia Osmosis: diante da lógica dos aplicativos denunciada por Paul, abre-se um caminho tão ou mais tecnológico, o próprio Osmosis, que parece ser concebido como uma nova via frente ao desgaste de serviços do tipo do Perfect Match. Ao revisitar a noção de alma gêmea, essa inovação tecnológica aposta na troca da multiplicidade de parceiros pela unicidade, da ampla liberdade de escolha pelo “amor verdadeiro” e da brevidade das relações pela duração. Colocado de forma mais sucinta (e talvez radical), a liberdade sexual e a felicidade são desvinculadas. Ou seja, a liberdade sexual não é encarada como um caminho para a felicidade, como apontam inúmeros discursos promovedores e herdeiros da revolução sexual de 1960. A questão da escolha está também vinculada a isso.

Em última instância, os utilizadores do Osmosis não perdem a liberdade de escolher os parceiros, afinal, não são obrigados a seguir a indicação do implante e, caso a sigam, podem mudar de ideia a qualquer momento, tendo inclusive garantido o direito de deixar de usar os serviços da empresa. Entretanto, sublinha-

mos que elementos associados à liberdade sexual e amplamente valorizados desde a revolução de 1960 não são encarados como um caminho para a felicidade. O sexo livre, marca dos movimentos da contracultura do último século, passa a ser constrangido pelo amor entre "almas predestinadas" unidas graças à tecnologia. A satisfação do gozo em encontros efêmeros é rebaixada diante da união sublime no V-Eternity, dimensão disponibilizada pelo Osmosis sobre a qual nos debruçaremos mais adiante.

Na revolução sexual de 1960, a sexualidade foi liberada de uma série de constrações morais, religiosas e legais. A dissociação entre sexo, reprodução e casamento e a autonomia sexual e profissional feminina ganharam terreno (Giddens, 1992, p. 59-64; Lipovetsky, 1999, p. 19-20; Lasch, 1983, p. 233-236). Conquanto o termo "revolução sexual" tenha sido listado pelos pesquisadores e pelo senso comum para nomear o conjunto de mudanças observadas na segunda metade do último século, ele abrange a concomitante transformação no amor. É sempre difícil e geralmente pouco proveitosa a delimitação conceitual estrita entre o domínio do sexo e o domínio do amor. Ainda assim, é interessante pensar que a predileção pelo termo "sexual" para denominar tal conjunto de mudanças é também um indício do lugar que o sexo passou a ocupar no Ocidente. Nas análises de Giddens (1992) e de Lipovetsky (1999), as transformações no amor são impulsionadas pelas sexuais. Tanto a crescente distinção entre sexo e amor nos discursos de todas as ordens, inclusive nos sociológicos, quanto a predileção por priorizar o sexo ao amor nas análises citadas são indicativos dos comportamentos e ideias que ganharam espaço no correr dessa revolução. Nos movimentos da contracultura, a liberdade sexual foi tomada como um caminho capaz de libertar os impulsos reprimidos, vistos como responsáveis pela violência e frustrações individuais e por diversos problemas sociais. A libertação das amarras sexuais continha a promessa de superação das catástrofes geradas pelas grandes guerras, de resistência aos conflitos e ditaduras, de forma a fortalecer a percepção de que a liberdade e o prazer sexual levariam a uma sociedade livre do mal-estar.

A liberdade para escolher e trocar de parceiros nos aplicativos de relacionamentos referenciados em Osmosis tem raízes na revolução sexual dos anos 1960 que, por sua vez, tem raízes no que Edward Shorter (1977) chama de primeira revolução sexual. Iniciada no final do século XVIII, é caracterizada pela atenção aos sentimentos e à relação amorosa e pelo crescimento da livre eleição de matrimônios e das atividades sexuais pré-conjugais. Com ressalvas, em diálogo com Shorter, Giddens denomina o período abrangido por essa revolução de fase romântica.

A aposta do Osmosis, também herdeira dessas revoluções, rompe com a questão da pluralidade de parceiros e da efemeridade dos encontros característica dos aplicativos. A partir disso, não afirmamos um retrocesso na libertação de Eros observada nas revoluções sexuais, mas percebemos uma resposta dos herdeiros dessas revoluções que procura escapar da ampla liberdade sexual. O discurso de Paul e o serviço de sua empresa são consequências das revoluções sexuais, mas não buscam ampliação da liberdade. Seguem, porém, exigindo a satisfação e a conectam ao amor cuja vivência plena depende do encontro entre almas gêmeas. A busca pelo amor como fonte de satisfação faz parte das falas das personagens ligadas ao Osmosis. Acredita-se que semelhante satisfação, todavia, não nasça de encontros fortuitos, muito menos de ligações desprovidas de profundidade como as oferecidas pelos aplicativos mencionados no episódio.

Entre os defensores do Osmosis, circula a ideia de que isso que temos chamado de satisfação, mas que poderia ser com justiça denominado felicidade, nasce da completude proporcionada pela reunião de pessoas mutuamente destinadas. A concepção de almas gêmeas e almas irmãs é bastante antiga no Ocidente. O aspecto inovador e indubitavelmente moderno presente em “Osmosis” encontra-se no anseio pela precisão científica. As combinações tecnológicas oferecidas pela criação de Esther emergem como meio eficaz de supressão das dúvidas. O amor deixa de ser uma questão para tornar-se certeza. Como já apon-

tamos, entre as personagens, os questionamentos provocados pelo amor não são de ordem conceitual, mas dizem respeito à experiência amorosa, como e com quem vivê-la. Assim, mobilizamos os apontamentos de Beck-Gernsheim e Beck (2018), Giddens (1992) e Bauman (2001) acerca da conexão entre a centralidade do indivíduo e a constituição das relações amorosas na contemporaneidade. Beck-Gernsheim e Beck discutem a combinação entre individualização e a crescente importância do amor atualmente. O movimento de desenlace do indivíduo ante a dissolução dos estamentos, classes e comunidades caminhou ao lado do aumento da relevância do amor, buscado como fonte de estabilidade.

Acreditamos que, no episódio, a comercialização do Osmosis dialoga com a individualização no seguinte sentido: uma vez que cabe ao indivíduo a condução de sua vida de maneira cada vez mais livre (especialmente quando comparada às coibições rijas observadas nas sociedades pré-modernas e mesmo nas sociedades industriais), o peso da escolha pode tornar-se um fardo demasiadamente difícil, sobretudo quando as escolhas dizem respeito ao amor, domínio tão valorizado. Depender apenas de si na tomada de decisões amorosas pode ser extremamente assustador, principalmente quando as relações amorosas recebem tantos investimentos e são vistas como caminho para a felicidade. Opta-se, então, por algo que parece mais seguro e afim com os valores propagados no processo de racionalização.

Dessa forma, os algoritmos matemáticos, representados pela figura da inteligência artificial Martin, são responsabilizados por indicar com quem os usuários do Osmosis devem relacionar-se. Isso, parece-nos, é mais uma faceta do processo de racionalização discutido por Max Weber (2005). O intento de a tudo dominar por meio da previsão alcança a escolha do parceiro. Curiosamente, conquanto os trâmites do Osmosis sejam tecnológicos, a aparência de sua funcionalidade guarda algo de mágico e fantástico bem demonstrado pela fala de Billie disposta no próximo

parágrafo. Tal natureza misteriosa intriga os participantes e ajuda a fortalecer a aura transcendental do amor. Isso ocorre inclusive por conta do discurso centrado na alma gêmea, essa noção *a priori* jamais explicada e a partir da qual o Osmosis se sustenta.

Doravante, com o objetivo de enriquecer a discussão, acompanhemos de forma mais detalhada como as relações sociais dos grupos destacados são construídas e como o Osmosis opera. Após a sequência de perguntas e respostas com os participantes dos testes, a tela é tomada por um enquadramento fechado no braço de Ana que, dentro de um tubo transparente, recebe uma dolorosa descarga elétrica. Após colocar um curativo na altura do pulso da jovem, ele explica o funcionamento do serviço: “com a tatuagem, você e sua alma gêmea poderão se conectar pelo V-Eternity e alcançar uma osmose emocional total”.

Nas cenas seguintes, as palavras ganham vida a partir da conexão entre Joséphine e Paul, facilitando a compreensão do que se denomina como “osmose emocional total”. A câmera, na entrada de um salão iluminado pela luz solar que transpassa grandes janelas de vidro, captura a repetição de uma sequência de passos de dança. Depois de algumas tentativas fracassadas, Joséphine cai antes de completar o salto. Frustrada, retira-se do ambiente para isolar-se em outro cômodo onde apoia o pulso esquerdo sobre a barra, deixando à mostra a discreta tatuagem na parte interna de seu antebraço, um desenho circular translúcido. Com um movimento do dedo indicador sobre a gravura, torna-a mais iluminada. Após um corte, vemos Paul atentar para a tatuagem luminosa de seu próprio braço, idêntica à de Joséphine, como se atendessem a um chamado dela. Ambos fecham os olhos e outra dimensão ganha as telas. Não mais o estúdio de dança onde ela estava ou o escritório em que ele se encontrava, mas um fundo completamente negro, alheio à gravidade. Nus, Joséphine e Paul alcançam-se mutuamente, beijam-se. O enquadramento recorta partes de seus corpos, pescoço, seios, bocas, enfocando a troca de carícias. Depois de um novo corte, ambos aparecem nos am-

bientes em que se encontravam fisicamente, abrindo os olhos num recobrar da consciência. De volta ao estúdio, ela aparece revigorada e finalmente acerta os passos, o que lhe garante a seleção para apresentações internacionais.

Apenas após essa passagem, o título do seriado ganha destaque. Os corpos nus de Paul e Joséphine entrelaçam-se flutuando no escuro enquanto a palavra "Osmosis" surge letra por letra. O título do seriado e o nome da empresa e do serviço por ela oferecido são homônimos, referenciados pelo termo em latim que diz respeito à osmose emocional total mencionada por Billie no diálogo com Ana. Conectados pelo V-Eternity a partir do acionamento da tatuagem, eles, considerados almas gêmeas, podem experimentar a mistura de seus corpos, pensamentos e sentimentos. Na dimensão escura, nada mais existe a não ser o casal em uma dança suave capaz de expressar a fusão de duas pessoas profundamente envolvidas e completamente alheias à realidade física que as rodeia. A osmose possibilitada pelo V-Eternity é a finalidade última do serviço proporcionado pela empresa dos irmãos Vanhove e, segundo Billie, pode ocorrer somente entre almas gêmeas. A ideia de amor construída no episódio passa por essa fusão vista como restauradora, aludindo à concepção de que os homens e as mulheres são seres que só alcançam a completude quando unidos à metade que lhes faltam.

Posteriormente, em reunião iniciada por Gabriel, outras características do Osmosis são reveladas. Com a ajuda de uma projeção, Billie explica que o implante funciona como uma pílula que libera um exame de nanorrobôs no cérebro de quem a ingere. Os robôs minúsculos são programados para recuperar os sinais do subconsciente que, decodificados pela inteligência artificial do Osmosis, são conectados às redes sociais de todo o mundo para selecionar um único perfil. Continua: "O Osmosis vai recriar a imagem que você tem em sua mente sem saber. E essa imagem é o rosto da sua alma gêmea". Ou seja, trata-se de uma tecnologia complexa que abarca aspectos neurológicos, robóticos, digitais

e de comunicação ao unir a decodificação de impulsos cerebrais capturados por pequenos robôs às informações compartilhadas em redes sociais.

Tão logo a apresentação termina, é aberto espaço para questões. Prontamente, um dos participantes levanta a mão e pergunta “esse troço é místico ou científico?”. A palavra é dada à Esther que, diante da questão, afirma que o Osmosis não cria, mas revela, uma vez que lê os impulsos elétricos e as reações químicas que compõem os pensamentos e sentimentos de cada pessoa. Conclui: “Na verdade, o Osmosis não cria nada. Ele revela você”. Com isso, ela sugere que a imagem da alma gêmea é, de alguma forma, inerente às pessoas. Afinal, cabe ao Osmosis apenas jogar luz sobre uma imagem que jaz codificada no conjunto de pensamentos e sentimentos. Essa concepção conecta-se à ideia proclamada pelo discurso de Paul no início do episódio, segundo o qual o amor é destinado a todos.

Enquanto o slogan da concorrente - “Perfect Match, você tem direito ao amor” - evoca a questão dos direitos, cara às sociedades democráticas modernas construídas sobre os pilares iluministas, o discurso da equipe da Osmosis evoca o destino. Os direitos políticos, sociais e civis enaltecidos pela revolução francesa e pela independência estadunidense espalharam-se no século XIX. No século XX, outra sorte de direitos ganhou terreno. Buscados menos por meios revolucionários estrondosos que por aquilo que Lipovetsky considera a revolução do cotidiano, esse conjunto de direitos passou a ser reivindicado no dia a dia. “Eis o fenômeno que nos modificou: é com a revolução do cotidiano, com as profundas convulsões nas aspirações e nos modos de vida estimuladas pelo último meio século, que surge a consagração do presente” (Lipovetsky, 2004, p. 59). Seguiram-se, assim, o direito ao consumo, ao bem-estar, ao prazer e ao amor (colocados no mesmo pacote). Tais direitos, parece-nos, caminham em conjunto com a crescente autonomia individual, afrouxados em relação às perspectivas coletivas mais amplas. Trata-se sobretudo

do de aspirações centradas no indivíduo, que se torna o núcleo de mudanças que ele espera que recaiam sobre si.

O serviço ofertado pelo Perfect Match promete aos usuários o encontro do amor a partir de uma interface, conjugando consumo, autonomia individual, amor e tecnologia. Tratar o amor como um direito significa aproximá-lo de um conjunto de normas referenciais. Ocorre que, como a relação amorosa depende de ao menos duas pessoas, não há qualquer garantia de que ela exista, a não ser ao esbarrar em outros direitos individuais caros à modernidade. Os avatares, então, emergem como a solução do Perfect Match. Se todos têm direito ao amor, ele só pode ser garantido por entidades tecnológicas controladas por computadores invisíveis. Por sua vez, o Osmosis assegura que "o amor se destina a todos", retirando o amor do campo do direito para colocá-lo como um aspecto do destino, algo para o qual o homem e a mulher foram supostamente criados independentemente das condições de suas existências.

A fala de Esther - o Osmosis "revela você" - indica que a manifestação da alma gêmea implica a revelação de si. Em outros termos, ao revelar alguém, o Osmosis traz à tona seu par, posto que esses dois seres, essas duas pessoas, são partes de um mesmo todo. A empresa dos irmãos Vanhove promete a osmose emocional total a partir da noção de que todos possuem uma alma gêmea cuja imagem reside no espírito humano, pronta para ser decifrada.

4. Alma gêmea

Vejam os "O Banquete", centrados no discurso de Aristófanes. Em louvor a Eros, ele, o quarto orador da noite descrita por Apolodoro, afirma a falta de percepção dos homens acerca do poder do amor. "É ele com efeito o deus mais amigo do homem, protetor e médico desses males, de cuja cura dependeria sem dúvida a maior felicidade para o gênero humano" (Platão, 2003, p. 20),

diz. Inicia o relato de um tempo antigo em que a natureza humana era outra. Primeiramente, havia três gêneros, não apenas o feminino e o masculino, também o andrógeno. Ademais, a forma humana era inteiriça, com o dorso arredondado. Quatro mãos e pernas formavam cada ser que dispunha de dois rostos opostos sobre um único pescoço. No topo, uma só cabeça. De tão fortes e presunçosos, esses seres escalaram ao céu em uma investida contra os deuses.

O atentado contra os deuses foi tomado como sinal de grande arrogância. Eles, após refletirem sobre o que deveria ser feito, conceberam uma maneira de enfraquecer os homens sem lhes tirar a vida, mantendo com isso as honras e templos que lhes eram ofertados. Decidiram, assim, cortá-los em dois, tornando-os mais numerosos e fracos. Dessa forma, além de evitar novas escaladas ao céu, ainda multiplicariam as ofertas, já que os próprios homens seriam multiplicados. Zeus solicitou a Apolo que, ao cortá-los, torcesse os seus rostos para o lado do corte como forma de obrigá-los a contemplar a própria mutilação cujo umbigo é a cicatriz. Por essa única abertura no meio do ventre, Apolo ligava firmemente a pele repuxada. Algumas das pregas advindas da junção de pele foram polidas, outras deixadas, como as que estão à volta do ventre e o próprio umbigo. Desde semelhante mutilação, o homem vagou pela Terra, passou a ansiar por sua metade

e a ela se unia, e envolvendo-se com as mãos e enlaçando-se um ao outro, no ardor de se confundirem, morriam de fome e de inércia em geral, por nada quererem fazer longe um do outro. E sempre que morria uma das metades e a outra ficava, a que ficava procurava outra e com ela se enlaçava, quer se encontrasse com a metade do todo que era mulher - o que agora chamamos mulher — quer com a de um homem; e assim iam-se destruindo. (Platão, 2003, p. 21).

À busca pela natureza alterada e “ao desejo e procura do todo que se dá o nome de amor” (Platão, 2003, p. 23). Segundo Aris-

tófanes, o amor, portanto, é a procura pela restauração da antiga natureza humana. A busca pelo outro é a busca por si, a tentativa de restaurar o todo perdido, de curar uma ferida dolorosa diariamente contemplada por seres que receberam o castigo da mutilação. O homem seria feliz se realizasse plenamente o amor:

É então de há tanto tempo que o amor de um pelo outro está implantado nos homens, restaurador da nossa antiga natureza, em sua tentativa de fazer um só de dois e de curar a natureza humana. Cada um de nós portanto é uma tésseira complementar de um homem, porque cortado como os linguados, de um só em dois; e procura então cada um o seu próprio complemento. (Platão, 2003, p. 22).

O discurso gira em torno da união, primeiramente, de dois seres separados por Apolo, mas não é exclusiva a eles, pode ser guiada pelo gênero (feminino, masculino ou andrógeno) quando há a necessidade de buscar a metade que não seja aquela originalmente apartada, como ocorreu logo após o corte ordenado por Zeus. Estabelece-se a noção de incompletude. O homem é apresentado como um ser amputado e o amor é justamente o desejo e a busca pela unidade. Quando há o encontro com a metade perdida, o destino dos que insistem na fusão de outrora é a inércia e a morte. Ao citar, ainda que brevemente, a destruição oriunda da união entre duas metades, o discurso de Aristófanes sugere a tragédia advinda da impossibilidade de reunir dois seres. O homem teve sua natureza modificada. Conquanto anseie pela totalidade primitiva, essa lhe é vedada e os que insistem em realizá-la pagam com a vida.

Não há qualquer menção à expressão "alma gêmea" na fala de Aristófanes, que, diferente do que muitos afirmam, não pode ser encarada como o discurso por excelência sobre o tema. Antes, podemos afirmar que ela contém bases e noções que, desdobradas e modificadas, ressoaram no tempo e ganharam características específicas em outros períodos, abrindo espaço para que surgisse aquela

noção. A ideia original do homem incompleto dividido em dois relatada por Platão teve terreno particularmente fértil na literatura romântica, unindo-se à noção de alma propagada pelo cristianismo. Consequentemente, a metade complementar já não poderia ser um tipo genérico que respeitasse somente o gênero feminino, masculino ou andrógono original. Na tradição cristã, a alma é única.

Conforme a ideia de indivíduo ganhou força no Ocidente, somada à concepção cristã de alma, as metades passaram a ser encaradas como seres singulares e insubstituíveis. Apenas uma pessoa, uma alma, seria o complemento de outra igualmente única. Por isso, trata-se da “pessoa certa” e de nenhuma outra. Isaiah Berlin, diante da difícil tarefa de definir o Romantismo, levanta características capazes de dar a dimensão da complexidade e variedade do movimento romântico:

O Romantismo é o primitivo, o ignorante, é a juventude, a exuberante sensação de vida do homem natural, mas também é palidez, febre, doença, decadência (...), a própria Morte. (...) É a plenitude vigorosa e confusa e a riqueza da vida (...), a multiplicidade inexaurível, a turbulência, a violência, o conflito, o caos, mas também é a paz (...) (Berlin, 2015, p. 42-43).

A pluralidade da acepção defendida por Berlin é tamanha que nos leva a questionar se há algo que o Romantismo não abarque. Por outro lado, a força dessa definição coloca-nos diante do espírito romântico, de sua energia e contradições. Nicola Abbagnano, por sua vez, oferece uma definição mais uniforme:

O movimento filosófico, literário e artístico que começou nos últimos anos do século XVIII, floresceu nos primeiros anos do séc. XIX e constituiu a marca característica desse século. O significado comum do termo romântico, que significa sentimental, deriva de um dos aspectos mais evidentes desse movimento, que é a valorização do sentimento (...)

Nos costumes, o amor romântico busca a unidade absoluta entre os amantes. (Abbagnano, 2002, p. 862).

A busca da “unidade absoluta entre os amantes” mencionada por Abbagnano dialoga com a noção de restituição de uma unidade porventura perdida que ecoa em obras românticas a partir de alguns caminhos, como a exacerbação da nostalgia e a predileção pelo retorno à infância, à natureza e à antiguidade greco-romana, mas também pelo caminho do encontro de um par perfeito, um amante com quem não haja menos do que completude. Semelhante busca é frequentemente causa de grandes tragédias, como em “Os sofrimentos do Jovem Werther” (2006), para citar o berço romântico alemão. Mas reside em “As afinidades eletivas” (2014) uma proposta particularmente interessante, na qual o amor é posicionado entre a razão e a emoção, entre a escolha e a propensão natural, as afinidades. Nesse, em diálogo entre Charlotte, Eduard e o capitão, fica claro o peso das condições naturais, expressas por meio da alusão à Química, em conjunto à importância da escolha. Vejamos alguns trechos, iniciando por uma fala do capitão:

Aquilo que designamos por calcário é de fato uma terra cálcica mais ou menos pura, intimamente ligada a um ácido fraco que conhecemos sob a forma gasosa. Se colocarmos um pedaço desse mineral em contato com uma solução de ácido sulfúrico diluído, ele se prenderá à cal e, associado a ela, aparecerá na forma do gesso, ao passo que o ácido, fraco e gasoso, escapará. Aqui se veem uma separação e um novo composto; acreditamos então que o emprego do termo afinidade eletiva está justificado, pois temos a impressão de que uma relação foi realmente favorecida, de que houve uma escolha em detrimento de outra (Goethe, 2014, p. 31).

Seguido pela resposta de Charlotte: “Neste ponto eu jamais identificaria uma escolha; percebo no máximo uma necessidade natural, pois no fim das contas trata-se de uma questão de oportunidades. A ocasião determina a relação (...)” (Goethe, 2014, p.

31). Em outra fala dessa personagem, há, em um jogo de palavras, o elogio ao gesso, que, acabado (engessado), não estaria sujeito às ligações - termo também lido como relações -, diferentemente de outros seres e elementos suscetíveis de adversidades: “O gesso tem boas perspectivas diante de si, está pronto e acabado, constitui um corpo e nada lhe falta. Mas o ser que foi expulso enfrentará adversidades até o dia em que retorne lá de cima” (Goethe, 2014, p. 31).

Nessa obra, as relações abarcam sentidos de falta e completude, estabelecidas na tensão entre eleição individual e inclinação natural, lembrando-nos das ligações químicas nas quais os átomos procuram estabilidade por meio da doação ou compartilhamento de elétrons. Ainda que o modelo atômico adotado atualmente seja uma novidade em relação ao livro, escrito por Goethe em 1808, seu aspecto importante para nosso estudo reside na capacidade de permitir o acesso a essa ideia que aproxima os homens e as mulheres de elementos químicos com maior ou menor propensão natural de ligação (relação) com outros elementos (pessoas). Aí estão contidos indícios do movimento que retira as noções de relação e completude do aspecto mitológico e puramente emocional. Por meio de hipóteses que aproximam relações entre pessoas e ligações entre compostos químicos, o livro permite-nos conhecer uma novidade do período ao dar ao relacionamento amoroso características que podem ser apreendidas pelas ciências da natureza, cujo modelo sistematizado de estudo estava em franca expansão, condição para o desenvolvimento tecnológico conhecido na atualidade. Assim, vemos na discussão de Charlotte, Eduard e o capitão ideias que unem o pensamento científico e o amor. Séculos depois, desdobramentos dessas ideias, ainda incipientes em Goethe, são encontrados em ‘O teste’.

No primeiro episódio de “Osmosis”, a grande promessa da invenção de Esther é garantir o encontro do par amoroso a todos os usuários do implante desenvolvido por ela e pelos demais mem-

bros da equipe, entrelaçando avanços tecnológicos e a noção de alma gêmea, que ganha, assim, novos tons. Paul e Joséphine exemplificam a relação dessas almas cujo expoente mais significativo reside na conexão via V-Eternity. Ambos renunciam à consciência no plano físico, aproximam-se suavemente, nus, em um ambiente completamente escuro, alheio ao mundo que conhecemos. Unem-se por um beijo. De volta à consciência, parecem revigorados e fortalecidos. Ainda que compartilhem um apartamento e levem uma vida juntos, é por meio do V-Eternity que têm essa forma *sui generis* de conexão. Os encontros profundos e restauradores ocorrem na dimensão escura e de gravidade relativa promovida pelo Osmosis. À luz da filosofia platônica expressa pelo discurso de Aristófanes, o fortalecimento oriundo dessa conexão sugere o retorno a uma forma humana completa e harmônica revivida graças aos recursos tecnológicos.

De volta ao fluxo do episódio, vemos Paul retornar à Osmosis após uma reunião com os investidores. Ele, então, solicita o acionamento da cláusula de rescisão dos acionistas. Em sua sala, dispostas em uma estante de vidro, esculturas coloridas mostram casais em abraços profundos, rememorando a representação de Cupido e Psiquê de Antonio Canova, enquanto uma versão inspirada em "O Nascimento de Vênus" de Botticelli desponta em uma das paredes, somando elementos relacionados ao amor. As esculturas e o quadro são leituras modernas de obras clássicas, alusões à proposta do Osmosis, por sua vez, uma versão moderna e tecnológica da noção de alma gêmea. O quadro é especialmente interessante nesse quesito, pois é formado por pequenos quadrados e retângulos de diferentes cores, tais como os pixels das imagens digitalizadas veiculadas por computadores, videogames e outros aparelhos do gênero. Nasce assim uma nova Vênus, fruto de sopro e espuma digitais.

Esther entra na sala. Comunicam-lhe a situação com os acionistas e Paul questiona se ela pode finalizar o teste em um mês. Diante da resposta negativa da irmã, ele pergunta a Gabriel

quanto tempo teriam caso vendessem a casa de sua mãe. Esther fica nervosa, argumenta contrariamente, pontua a importância do ambiente familiar para o despertar da mãe. Numa atitude manipuladora, Paul retruca, reforçando a necessidade de completar o teste em um mês para evitar a venda da casa. Esther e Gabriel, por seu turno, recordam a importância da segurança no procedimento ao mencionar a ampliação do tempo de conexão com o experimento e o lançamento. Graças ao número de participantes, o sistema precisaria se adaptar à conexão interrompida com os implantes. Nesse momento, uma melodia suave invade a cena. Paul, então, aproxima-se da irmã, pede para que ela o olhe e pergunta se recorda do que disse quando sua mãe adoeceu. “Esther e Paul contra o mundo?”, ela pergunta. Ele repete: “Esther e Paul contra o mundo”. Por fim, ainda com os olhares cruzados, acordam que a finalização do teste seria feita dentro de dois meses.

Esther retorna ao hospital e, em diálogo com Martin, revela suas intenções pessoais por trás do desenvolvimento do Osmosis: encontrar um usuário com uma rede TR-3 igual a de sua mãe. Com isso, pretende recuperar a memória perdida e curar a enferma. Semelhante propósito e os perigos dele advindos ficam claros com o desenrolar do episódio e não escapam daquilo que mencionamos anteriormente, a expectativa de que o Osmosis seja capaz de solucionar problemas que afetam profundamente as personagens. Tal solução reside no amor exato e restaurador. Exato, porque resulta da combinação de dados recolhidos por nanorrobôs e lidos por uma inteligência artificial, processo que procura eliminar os erros e enganos característicos das ações humanas. Restaurador, porque torna completo aquele que estava mutilado. Na busca da protagonista pela cura do irmão e da mãe reside a metáfora do Osmosis: a cura pelo amor que completa, inteira, íntegra.

Ainda que os usuários do Osmosis mantenham, em última instância, a liberdade de escolha, como debatemos anteriormente,

perdem a autonomia de decisão ao entregar a capacidade de gerir a própria vida a um serviço tecnológico. Na busca pela exatidão, na procura pelo controle, investem o Osmosis da capacidade de encontrar o parceiro "certo". Habitadas aos aplicativos de relacionamento, as personagens voltam-se às promessas do Osmosis. No Perfect Match, a compatibilidade entre os usuários é, tudo indica, calculada por algoritmos de forma a oferecer suporte matemático às escolhas. No Osmosis, os usuários tampouco ficam sujeitos aos riscos de suas próprias decisões, uma vez que se apoiam nos apontamentos da invenção de Esther. Seja no Perfect Match, seja no Osmosis, é dada à ciência, especialmente à tecnologia, a faculdade de acertar, de diminuir os erros e de tornar a vida mais planejada e menos assustadora. Por meio do cálculo científico, busca-se a objetividade, a assertividade no amor.

Na cena seguinte, Joséphine e Paul flutuam mais uma vez na escuridão do V-Eternity em um encaixe corporal perfeito. A opção pela extensão temporal do plano aberto inicial somada à melodia tranquila e ao movimento lento e contínuo das personagens produz a impressão de que tal dimensão desconhece o tempo. O nome - V-Eternity - coopera em favor dessa percepção, afinal a eternidade manifesta no termo inglês diz respeito à duração sem princípio nem fim. No quesito espacial, não há qualquer delimitação que indique limites. Tal como o tempo, parece não ter começo ou fim. Dessa forma, o V-Eternity expressa o caráter eterno das almas gêmeas, construídas no episódio sem indicações acerca da sua origem e destino. Aponta ainda que o encontro restaurador entre Joséphine e Paul está acima das leis físicas que regem o mundo.

No V-Eternity, as falas das personagens são proferidas sem qualquer movimentação labial. Parece que a afinidade dos corpos e almas é tamanha que a comunicação não carece da linguagem verbal. Ainda assim, falas de motivação de Joséphine alcançam Paul, que desperta em uma das salas da empresa. Seu relógio de pulso marca 11 horas e 15 minutos. É noite. O lugar parece não

ter mais ninguém, a não ser Esther, que atravessa um corredor rumo ao banheiro. Ela toma banho, deita-se em uma cama de solteiro e veste os óculos do Perfect Match enquanto as luzes do ambiente são apagadas automaticamente, o que reforça a hipótese de que ela mora na empresa.

Na manhã seguinte, Paul divulga uma gravação ao vivo centrada no anúncio de que o Osmosis estaria acessível a todo o público em um mês. O impacto do vídeo é imediato e Esther e Gabriel logo questionam a atitude de Paul que, por sua vez, revela a decisão de hipotecar a casa da família. Furiosa, Esther sai da sala. Nesse momento, após o corte, iniciam-se as cenas voltadas aos preparativos para a ingestão do implante, entremeadas por tomadas centradas no encontro dos irmãos após o desentendimento gerado pelo anúncio.

Por meio do espelho do lavabo, em nova alusão ao reflexo - recordando aquela contida na leitura de “A Branca de Neve” -, Esther percebe a aproximação de Paul. Primeiramente, lança a ele um olhar raivoso, depois, volta os olhos para o chão, como se não conseguisse encará-lo diretamente. Ele, também através do reflexo do espelho, pede desculpas, explica a falta de opções; reitera que hipotecou a casa pela irmã, para proteger sua criação. Então, pergunta a causa de sua recusa a ser feliz. “Tome a pílula e encontre sua alma gêmea”, fala próximo à orelha de Esther. Ela retruca com uma expressão facial pesada e a voz um pouco triste, “Já tenho duas almas gêmeas que tomam todo meu tempo”, em alusão à sua mãe e ao irmão. Ele apoia a testa na têmpora dela, expressando não apenas a grande intimidade entre eles como também seu próprio pesar diante da situação.

A invenção de Esther e a gestão de Paul, bem como as relações de ambos enquanto colaboradores da Osmosis, são permeadas por suas relações familiares. Diante do espelho, os irmãos refletem-se mutuamente. A imagem de um revela o reflexo do outro e vice-versa. Não por acaso, Esther caracteriza o irmão como sua

alma gêmea, tampouco por acaso ambos repetem a frase “Esther e Paul contra o mundo”, afirmando a contiguidade da dupla. A intimidade entre ambos pode ser também apreendida pela frequência de toques longos e significativos. A busca pela integração e o pensamento do tipo “nós” e “eles” presente na fala dos irmãos apontam para a tentativa de construção de uma unidade a despeito do restante do mundo e, portanto, aproxima-se da lógica guia do Osmosis. Associamos essa predileção por relacionamentos nucleares, vistos enquanto fonte de significado e sentido, com uma característica das sociedades contemporâneas nas quais redes amplas e entidades sociais organizadoras - ao exemplo das classes sociais - são enfraquecidas e abrem espaço para relações entre poucas pessoas fechadas em pequenos núcleos.

Terminada essa passagem, o episódio retoma os preparativos para a ingestão do implante. Os 12 novos usuários aparecem dispostos em volta de uma grande mesa ao passo que o décimo terceiro participante do teste, o substituto Niels, aguarda em um banco à parte, esperando ansiosamente alguma desistência. Uma a uma, as personagens retiram os curativos de seus pulsos, locais em que foram marcadas as tatuagens. Esther, Paul, Billie e Gabriel acompanham o início do teste. Um sachê de água e uma pequena caixa preta com o implante são dispostos na frente de cada participante. Alguns pegam, giram e observam a pílula azul e rosa. Durante alguns segundos, ninguém a engole, até que Harmony dá o primeiro passo. Todos a olham cheios de expectativas. Ela estica o braço sobre a mesa e mostra a tatuagem, até então imperceptível, tornar-se luminosa. Os demais participantes passam a ingerir suas respectivas pílulas. Ana demora um pouco mais do que os demais, mas também toma o implante. Uma salva de palmas segue o feito.

Das pessoas da sala, apenas duas não demonstram animação, Niels, que acredita estar fora do teste, uma vez que não houve nenhuma desistência, e Esther, que se mostra alegre em um único momento do episódio, nas memórias de sua infância. No

restante, tem sempre a expressão fechada. Antes que as palmas terminem, um dos participantes, Marceau, começa a respirar profundamente, segurando a cabeça como quem se sente mal. De repente, cai da cadeira, causando grande alerta. No chão, trêmulo, pede que retirem aquilo de sua cabeça. Apesar do susto advindo do impacto da queda de Marceau, Billie configura o ocorrido como um ataque de pânico. O quase imediato enfoque da câmera em Niels mostra-lhe sorridente com a nova chance de experimentar o Osmosis.

Em local reservado da empresa, Esther recebe as últimas atualizações sobre as redes cerebrais dos participantes do teste, empenhando-se no projeto de curar a mãe, quando a voz da inteligência artificial Martin começa a falhar. Não demora até que Swann peça ajuda para solucionar um problema de segurança que, segundo diz, fora gerado pelo agravamento dos ataques após o anúncio de Paul.

Esther manuseia apressadamente a interface alocada na bancada cuja parte superior dispõe de uma tela interativa, espécie de computador horizontal de grandes proporções. Tão logo é notificada sobre os danos causados na CPU, nega rispidamente a oferta de Swan para realizar a reinicialização necessária, deixando ainda mais claros traços de seu comportamento reservado. Com exceção de seu irmão e sua mãe, ela não estabelece relações profundas com as personagens. Nesse sentido, ressoa a fala da protagonista que caracteriza os familiares como suas almas gêmeas. Eles são, figurativamente, o mundo de Esther. A intenção de salvá-los (a mãe da doença e Paul de um problema não revelado) ressoa nos bastidores do desenvolvimento do Osmosis. Ao salvar os familiares, ela procura salvar a si própria e a completude que reside nas dinâmicas familiares. Nesse sentido, retomamos as memórias da piscina mostradas à mãe inconsciente. Paul salvava a irmã de um pretenso afogamento. Quando adultos, ela desenvolve o Osmosis e salva o irmão de um mal não especificado. Entretanto, Paul segue salvando Esther, uma

vez que o salvamento de um implica o do outro. Se eles são uma unidade, a perda de uma das partes resulta no sofrimento e na incompletude da outra.

5. Indivíduo e alma gêmea

Nos momentos finais do episódio, acontecimentos paralelos tomam a tela. O primeiro deles ocorre com Paul. Ele abre a porta de seu apartamento com uma garrafa em mãos. Pega duas taças e estoura a champanhe enquanto chama por Joséphine. Como não escuta resposta, passa a andar pelos cômodos pouco iluminados à procura dela. Uma música tensa começa a ser reproduzida enquanto ele encontra algumas roupas femininas espalhadas no chão. A fotografia ganha tons prioritariamente vermelhos e negros, manifestação das emoções intensas que assolam o protagonista. Por fim, ele encontra um bilhete sobre a cama com os dizeres "Não me procure". O enfoque no papel segurado por Paul é, depois, voltado para frente. Nesse momento, metade de sua face é iluminada ao passo que a outra é sombreada. A iluminação empregada na cena dialoga com a ideia de metades e oferece mais indícios acerca da noção de alma gêmea construída no episódio. A obscuridade de uma parte do rosto de Paul pode ser causada pelo sumiço de Joséphine, sua metade. Outra leitura, um pouco mais ampla, mas não contraditória em relação à primeira, indica que o desaparecimento da companheira do protagonista evidencia a falta que reside nele. A parte deixada na sombra é sinal do vazio provocado pela falta.

É também nos momentos finais do episódio que as imagens das almas gêmeas dos novos usuários do Osmosis são apresentadas. Em atividades cotidianas, os participantes do teste beta são surpreendidos pela seguinte mensagem: "Bem-vindo ao Osmosis. Seu implante cerebral está conectado e nos enviou seus dados. Estamos prontos para lhe apresentar sua alma gêmea. Feche os olhos. O rosto aparecerá em alguns segundos". Três participan-

tes fecham os olhos. “Está pronto para descobrir o que é verdadeiramente o amor?”, a voz pergunta. As personagens, então, abrem grandes sorrisos e, em seguida, a imagem da alma gêmea de Niels irrompe na tela. No mesmo fundo negro do V-Eternity, pontinhos dourados inicialmente desordenados ganham a forma de um rosto feminino. Depois de enfocado o largo sorriso de Niels, o episódio termina com o título *Osmosis* em letras brancas sobre um fundo preto.

Por fim, recuperaremos a cena da chegada de Paul no apartamento sem Joséphine, pois ela aponta a existência de um problema. A comemoração frustrada indicada pelo champanhe justamente no dia de lançamento do *Osmosis* é um contraponto à alegria compartilhada pelos usuários e membros da empresa diante da revelação das almas gêmeas e indica uma adversidade à proposta dos irmãos Vanhove. Essa impressão é ainda acentuada porque ocorre com o primeiro casal formado graças à tecnologia desenvolvida por Esther. A ausência de Joséphine, a tensão e o nervosismo característicos da cena apontam que algo destoa da felicidade prometida.

Podemos conjecturar tratar-se de um sinal de que o desejo de completude a partir do qual *Osmosis* se levanta não pode ser atendido. Simmel (1993) trata da questão da dinâmica do amor, que parte da autossuficiência interna gerada por um objeto exterior. A autossuficiência, assim, é originada de movimentos interiores e exteriores.

O amor é sempre uma dinâmica que se gera, por assim dizer, a partir de uma auto-suficiência interna, sem dúvida trazida, por seu objeto exterior, do estado latente ao estado atual, mas que não pode ser, propriamente falando, provocada por ele; a alma o possui enquanto realidade última, ou não o possui, e nós não podemos remontar, para além dele, a um dos *movens* exterior ou interior que, de certa forma, seria mais que sua causa ocasional. (Simmel, 1993, p. 127).

Essa dinâmica relaciona-se ao caráter especial do amor, percebido pelo autor, que o torna ligado à unidade que engloba a vida. O sentimento amoroso é mais conectado a tal unidade do que outros por ter a existência vinculada ao movimento do homem para aquilo que lhe é exterior. Implica na transcendência de si e na busca pelo mundo que se torna interessante e desejável ao espírito. O excerto acima revela que a suficiência interna é trazida por um objeto exterior, mas seguindo os aspectos da teoria de Simmel, esse não precisa (nem pode) ser necessariamente possuído. O objeto amado, caso seja uma pessoa, não se trata da pessoa em si, mas da representação criada por quem a ama. Assim, no espírito, o objeto é uma ideia que revela mais quem a criou do que a fonte de sua inspiração. Consideramos que o ser amado pode gerar autossuficiência a que ama não na qualidade de uma pessoa de carne e osso, mas na de uma ideia que reside apenas no espírito do apaixonado e que é constantemente colocada à prova pela realidade. O amor é, assim, um ter e um não-ter concomitantes. O espírito, ainda que o desejo o chame para fora, não pode possuir outra pessoa, tampouco deixar-se possuir. Parece-nos, dessa maneira, que o movimento do espírito é muito mais importante do que a inalcançável completude.

Se tomarmos o avanço da individualidade no mundo moderno, torna-se ainda mais complicada a conciliação da osmose prevista pela tecnologia de Esther com a questão do indivíduo. O desejo de completude manifesto no episódio 'O teste', que abarca a noção de metades apartadas, pode ser lido como desdobramento da ligação do amor com a unidade discutida por Simmel a partir de movimentos interiores e exteriores. Tomemos a cena final do episódio, em que o Osmosis indica uma imagem, um rosto feminino que já residia nos pensamentos de Niels, como parte dele. Essa figura é conhecida de alguma forma pelo jovem, conquanto ele não tenha clareza disso. Ocorre que, na trama, não são previstas dessemelhanças entre a imagem da pessoa e a pessoa. Pelo contrário, é como se a memória da alma gêmea residisse em latência no espírito de todos. Memória essa incontestável,

perfeita, inequívoca, exata. O amor é ter o outro porque o outro é visto como uma parte de si, a tal metade perdida.

As questões da imagem e da memória são, contudo, problematizadas nas cenas em que Esther recorda o passado com sua mãe. O espelho trêmulo indica uma incongruência no próprio reflexo e questiona as recordações e a veracidade das imagens mostradas à enferma. No episódio, as memórias da infância dos irmãos são transmitidas por um dispositivo tecnológico como imagens gravadas, ao exemplo de um filme. Não podemos saber se essas imagens foram realmente gravadas por uma filmadora ou se extraídas da memória das personagens e armazenadas em dispositivos. Sabemos que elas são sutilmente questionadas e trazemos esse questionamento para o rosto da alma gêmea delineado pelo Osmosis. Talvez exista aí uma crítica à ideia de que todos têm uma imagem inequívoca de suas almas gêmeas. Talvez exista espaço para pensar que a imagem capturada pelo Osmosis não é tão genuína e pura como previsto. Isso pode ocorrer não apenas por problemas na leitura realizada pela tecnologia de Esther, mas pelas lacunas e invenções inerentes ao pensamento humano. Espera-se exatidão de algo que não pode ser exato por ser humano. A leitura do Osmosis não pode garantir o rigor inquestionável esperado pelos usuários, pois as imagens, percepções e sentimentos não têm tamanha rigidez. Pelo contrário, são fluidos, mutáveis, trêmulos e embaçados.

Ademais, conquanto o homem e a mulher estejam inseridos na dinâmica de procura pelo que lhe é exterior, imaginar a osmose prometida pelo V-Eternity não implicaria a falência do indivíduo? No momento em que o indivíduo está mais atomizado do que nunca antes na história ocidental, a busca por algo que lhe ofereça um escape dessa autonomia que é ao mesmo tempo desejada e temida não surpreende. Essa busca torna-se uma jornada tecnológica com vistas à anulação do erro que existe enquanto possibilidade em qualquer escolha e é contraditória na medida em que a esperança de encontrar o preenchimento para

a falta acaba por revelar a impossibilidade de fazê-lo. O projeto da Osmosis apresenta sinais de tensão na cena da chegada de Paul ao apartamento e levanta questões sobre a promessa de cura existente desde a criação dessa tecnologia por Esther. Onde há necessidade de curar, há doença. Não sabemos nada sobre a doença de Paul, mas sabemos do vício de Niels, impulsionado pelo abandono do pai e pelo acesso à pornografia facilitado pela rede de internet. Não reside aqui uma crítica à frouxidão dos laços expressa pelo casamento desfeito e a distância entre Niels e seu pai? Não há igualmente uma crítica à tecnologia reafirmada em outros momentos do episódio por meio da condenação dos serviços do Perfect Match? Essas (a frouxidão dos laços na atualidade e a facilitação do acesso à pornografia pela rede de internet) são as causas do mal de Niels, que pode ser remediado pelo Osmosis. Esse mal, evidentemente, não é de apenas um, mas tem caráter coletivo.

O Osmosis, então, promoveria o "amor verdadeiro" e, com ele, a cura dos males do seu tempo. Antes de revelar a imagem do rosto da alma gêmea aos participantes do teste beta, o implante questiona "Está pronto para descobrir o que é verdadeiramente o amor?". No episódio, portanto, o amor é concebido como uma osmose total capaz de curar por meio do preenchimento da falta. Essa falta já aparece no discurso de Aristófanes e nos leva a entendê-la como uma condição humana na filosofia platônica. Isso não nos furta de pensá-la a partir das especificidades do presente, em que, parece-nos, a individualidade crescente a evidencia. O afrouxamento dos laços comunitários e familiares é um aspecto do espírito moderno e aparece no episódio como causa dos males que devem ser curados pelo Osmosis, seja no abandono vivido por Niels, seja na crítica às relações do tipo "pegam, consomem e jogam fora" dos aplicativos de relacionamento.

Ocorre que, se a condição do indivíduo o impulsiona a buscar a completude, também o impede de alcançá-la, pois a proposta da alma gêmea no episódio passa pela osmose total e, consequente-

mente, pela destruição das fronteiras entre o ser humano e o mundo. Segundo Aristófanes, quando a unidade entre seres mutilados foi conquistada, levou à morte dos pares pela inércia, referindo-se à morte do desejo e da necessidade de procurar algo fora de si, o que gera o desinteresse pela vida e, conseqüentemente, o definhamento. Na atualidade, podemos ainda pensar na difícil conciliação entre os imperativos da individualidade e o ideal de união profunda de duas pessoas. O bilhete de Joséphine pede que Paul não a procure, estabelecendo um limite entre os amantes que, repetimos, levanta questões sobre o ideal promovido pela Osmosis.

Em “Romeu e Julieta e a origem do Estado”, Eduardo Viveiros de Castro e Ricardo Benzaquem de Araujo percebem um paradoxo ocidental a partir da análise do texto shakespeariano: o amor ajuda a conformar indivíduos, mas, se vivido intensamente, provoca o derretimento das individualidades. “Romeu e Julieta” ilustraria a passagem do holismo para o individualismo (a individualidade e o indivíduo tornam-se valores) e, o que é fundamental, a autonomização do domínio afetivo. Ao renegarem suas famílias, seus próprios nomes e, portanto, a ordem tradicional, os protagonistas da peça fortalecem-se enquanto individualidades, porém, a intensidade com a qual o amor é vivido acaba por diluir o status individual - “Abandonando seus nomes, que os ligavam às famílias, unem-se de tal forma que chegam a construir, não dois indivíduos, mas um verdadeiro indivíduo dual: o dualismo não é externo, mas interno” (Viveiros de Castro; Benzaquem de Araujo, 1977, p. 151).

A solução dos autores para esse paradoxo encontra-se na distinção entre duas noções de indivíduo. A primeira, centrada na personalidade. A segunda, voltada para a compreensão do ser humano como membro genérico da espécie. O amor, segundo Viveiros de Castro e Benzaquem de Araujo, prevê uma relação genérica do tipo homem-mulher. Com isso, sublinha-se o papel social dos amantes. Trata-se de uma solução interessante, porém, assumimos outro caminho, pautado na percepção de que a diluição dos contornos individuais não é mais do que desejo não passível de realização. Encaramos,

inclusive, a morte dos jovens Romeu e Julieta como sinal dessa impossibilidade. De qualquer forma, sustentamos, assim como esses autores, a profundidade da união estabelecida entre indivíduos, que formam núcleos afetivos “contra o mundo”.

Referências

- Abbagnano, N. **Dicionário de Filosofia**. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- Berlin, I. **Raízes do Romantismo**. São Paulo: Três Letras, 2015.
- Bauman, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- Beck, U.; Beck-Gernsheim, E. **The normal chaos of love**. Nova Jersey: John Wiley & Sons, 2018.
- Giddens, A. **A transformação da intimidade: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas**. São Paulo: UNESP, 1992.
- Goethe, J. **As afinidades eletivas**. São Paulo: Cia das Letras, 2014.
- Lasch, C. **A Cultura do narcisismo: a vida americana numa era de esperanças em declínio**. Rio de Janeiro: Imago, 1983.
- Lipovetsky, G. **La tercera mujer. Permanencia y revolución de lo femenino**. Barcelona: Anagrama, 1999.
- _____. **Os tempos hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla, 2004.
- Platão. **O Banquete**. Pará de Minas: M&M Editores Ltda, 2003.
- Simmel, G. Fragmentos sobre o amor; O papel do dinheiro nas relações entre os sexos – fragmento de uma filosofia do dinheiro; Psicologia do coquetismo. In: **Filosofia do Amor**. São Paulo: Martins Fontes, 1993, p. 41-66, 93-112, 113-174.
- Shorter, E. **Naissance de la famille moderne**. Paris: Senil, 1977.
- Viveiros de Castro, E.; Benzaquem de Araujo, R. Romeu e Julieta e a origem do Estado. In: Velho, G. **Arte e sociedade: ensaios de sociologia da arte**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
- Weber, M. A ciência como vocação. In Weber, M. **Três tipos de poder e outros escritos**. Lisboa: Tribuna da História, 2005.

Recebido em 10/01/2022

Aceito em 14/05/2022

Artigos

Financeirização das grandes empresas, investidores passivos e mercado de ETFs: o capitalismo do século XXI no Brasil

Martin Mundo Neto¹

Julio César Donadone

Wellington Afonso Desidério

Resumo:

O objetivo deste artigo é analisar se as estratégias de grandes gestores de investimentos, como adquirir posição acionária minoritária e ampliar os investimentos em fundos de gestão passiva, têm impactado a estrutura de propriedade de grandes empresas listadas na bolsa brasileira e na ampliação da oferta de fundos de índices (ETFs). A partir das informações disponíveis no site da bolsa e de um site especializado em finanças foi realizado um estudo empírico com empresas da carteira do Ibovespa, considerando os investidores institucionais com posições acionárias superiores a 0,1% nessas empresas. Os dados foram submetidos às Análises de Correspondência Múltipla (ACM) e de Cluster com a intenção de identificar similaridades e distinções entre grupos de investidores nas empresas do índice, bem como combinações recorrentes de investidores e empresas, que replicam configurações de mercados centrais. Foram considerados os grupos gestores de ETFs e suas respectivas posições acionárias nas empresas do índice observando: 1- as posições acionárias dos grupos gestores de ETFs que rastreiam o Ibovespa, nas dez empresas com maior peso no índice; 2- o volume teórico de recursos alocados em ações dessas empresas por meio desses fundos. Assim como nos mercados internacionais, os dados confirmaram a posição acionária minoritária de grandes investidores internacionais nas empresas do Ibovespa e o crescimento do mercado brasileiro de ETFs.

Palavras-chave: Investimentos de Gestão Passiva. Sociologia Econômica. ETF. Fundos de Índices de Mercado. Governança Corporativa. Financeirização.

* Professor Doutor da FATEC/TQ. E-mail: martin.mundo@fatec.sp.gov.br. <https://orcid.org/0000-0002-7010-8274>

** Professor Doutor da Universidade Federal de São Carlos. E-mail: donadojc@uol.com.br

*** Professor Doutor da FATEC/Catanduva. E-mail: wellington.desiderio@fatec.sp.gov.br <https://orcid.org/0000-0002-5182-2907>

Financialization of large companies, passive investors, and ETFs market: 21st century capitalism in Brazil

Abstract:

The aim of this article is to analyze whether the strategies of large investment managers, such as acquiring a minority equity position and expanding investments in passive management funds, have impacted the ownership structure of large companies listed on the Brazilian stock exchange and on the expansion of the offer of index funds (ETFs). Based on the information available on the stock exchange's website and from a website specialized in finance, an empirical study was conducted with companies in the Ibovespa portfolio, considering institutional investors with equity positions greater than 0.1% in these companies. The data were submitted to Multiple Correspondence (ACM) and Cluster Analyses with the intention of identifying similarities and distinctions between investor groups in index companies, as well as recurring combinations of investors and companies, which replicate central market configurations. The management groups of ETFs and their respective equity positions in the index companies were considered, observing: 1- the equity positions of the ETFs management groups that track the Ibovespa, in the ten companies with the greatest weight in the index; 2- the theoretical volume of resources allocated in shares of these companies through these funds. As in international markets, the data confirmed the minority equity position of large international investors in Ibovespa companies and the growth of the Brazilian ETFs market.

Keywords: Passive Management Investments. Economic Sociology. Exchange Traded Funds. Corporate Governance. Financialization.

Financiarización de grandes empresas, inversores pasivos y mercado de ETFs: capitalismo del siglo 21 en Brasil

Resumen:

El objetivo de este artículo es analizar si las estrategias de los grandes gestores de inversiones, como la adquisición de una posición minoritaria de capital y la expansión de las inversiones en fondos de gestión pasiva, han impactado en la estructura de propiedad de las grandes empresas que cotizan en la bolsa brasileña y en la expansión de la oferta de fondos indexados (ETF). A partir de la información disponible en la página web de la bolsa y de una web especializada en finanzas, se realizó un estudio empírico con empresas de la cartera de Ibovespa, considerando inversores institucionales con posiciones de renta variable superiores al 0,1% en estas empresas. Los datos se enviaron a Multiple Correspondence (ACM) y Cluster Analyses con la intención de identificar similitudes y distinciones entre grupos de inversores en empresas indexadas, así como combinaciones recurrentes de inversores y empresas, que replican configuraciones de mercado central. Se consideraron los grupos de gestión de ETFs y sus respectivas posiciones de renta variable en las sociedades indexadas, observando: 1- las posiciones de renta variable de los grupos gestores de ETFs que rastrean a ibovespa, en las diez empresas con mayor peso en el índice; 2- el volumen teórico de recursos asignados en acciones de estas empresas a través de estos fondos. Al igual que en los mercados internacionales, los datos confirmaron la posición minoritaria de capital de los grandes inversores internacionales en empresas ibovespa y el crecimiento del mercado brasileño de ETFs.

Palabras-clave: Inversiones en Gestión Pasiva. Sociología Económica. ETF, Fondos cotizados en bolsa. Gobierno Corporativo. Financiarización.

Introdução

Estudos recentes sobre a financeirização de grandes empresas indicam que a estratégia de ingressar na carteira dos principais índices dos mercados nos quais operam é uma nova modalidade de ativismo acionário com implicações para as economias e para a ideologia “*maximizing shareholder value*” (Fichtner, Heemskerk, Garcia-Bernardo, 2017; Fichtner, Heemskerk, 2020; Lazonick, Shin, 2019; Rügemer, 2019; Juste, 2019). Na década de oitenta, início da financeirização, o ativismo acionário era protagonizado por gestores de fundos de investimentos em participações (*private equities funds*) e de fundos multimercados (*hedge funds*), com estratégias de aquisições alavancadas (*leveraged buyouts*) e tomada de controle hostis (*hostile take overs*), além de fusões entre empresas. Essas estratégias estariam confirmando a hipótese de Henry Manne, publicada em 1965, para quem o mercado de aquisições operava como um mecanismo de controle para empresas sob má gestão (Manne, 1965). Após a crise financeira de 2007, o ativismo centralizou-se em poucos grandes gestores de investimentos globais, liderados pelos “Big Three”, Blackrock, Vanguard e State Street, com posições acionárias minoritárias em milhares de empresas listadas nos principais mercados de capitais. Esses gestores globais passaram, simultaneamente, a dominar o mercado de fundos de investimentos indexados, com destaque para os fundos de índices (ETFs - *Exchange Traded Funds*) (Fichtner; Heemskerk; Garcia-Bernardo, 2017), configurando um novo momento do capitalismo (Bebchuck, Hirst, 2019; Rügemer, 2019; Fichtner, Heemskerk, 2020). Após 2007, os grandes gestores de investimentos passaram a alocar menos recursos em gestão ativa e ampliaram os investimentos nas modalidades de gestão passiva. Na gestão ativa, o gestor é responsável pela seleção dos ativos, por definir o percentual de participação ou proporção que os ativos ocuparão em um determinado fundo, enquanto a gestão passiva consiste, basicamente, em compor um portfólio de investimento que rastreie um determinado índice do mercado financeiro.

A nova estratégia de aquisição de propriedade ocorre em dois sentidos. Por um lado, ao investirem em gestão ativa (posição acionária minoritária), nas principais empresas listadas em bolsas, os investidores podem ampliar os investimentos em gestão passiva, ou seja, em fundos atrelados a índices cujas carteiras são compostas, majoritariamente, por ações das empresas em que eles já investem. Por outro, as principais empresas listadas em bolsa passam a ter como objetivo estratégico fazer parte da carteira do maior número de índices de mercados, para aumentarem a demanda por suas ações. Os investimentos em gestão passiva cresceram substancialmente nos principais mercados de capitais, desde 2007. Essa estratégia associada àquelas que caracterizam a financeirização das grandes empresas, como crescimento sustentado em fusões e aquisições, distribuição de dividendos e planos de recompra de ações, têm contribuído para que o mercado de capitais se descole dos mercados “físicos”, mercado de produtos e serviços nos quais essas empresas operam (Lazonick; Shin, 2019).

Neste artigo o objetivo é analisar se as estratégias de grandes gestores de investimentos têm impactado na organização do mercado de capitais brasileiro, em particular na internacionalização da estrutura de propriedade das grandes empresas e na ampliação do mercado de investimento em fundo de índices de mercado (ETFs). Identificamos se os grandes grupos financeiros, liderados pelos “Big Three”, Blackrock, Vanguard e State Street, conforme indicado em Fichtner et al. (2017), para o caso norte-americano, ou como os “organizadores do capital”, conforme analisado em Rügemer (2019), para o caso alemão, estão presentes e atuando de forma análoga nas principais empresas listadas na bolsa de valores brasileira. Porém, o escopo da pesquisa difere dos estudos internacionais uma vez que, ao invés de considerar todas as empresas listadas na bolsa brasileira, o artigo analisou apenas um subgrupo, as empresas que compunham a carteira do principal índice da bolsa, o Ibovespa, em agosto de 2020. Esse reporte empírico permitiu explorar outro aspecto

neste artigo, a relação entre os ETFs que rastreiam esse índice, os gestores desses fundos e as empresas que compõem o índice rastreado, identificando, para casos específicos, o valor monetário teórico do total em ações de empresas nesses fundos.

A partir da análise dos dados selecionados, concluímos que a bolsa de valores brasileira está inserida na atual fase da financeirização das economias e do capitalismo, em que os índices de mercado orientam o destino de grande parte dos investimentos. Também concluímos que, além dos grupos internacionais, gestores de investimentos nacionais e organizações governamentais têm cooperado na criação das condições para a tradução de inovações financeiras como os ETFs para o mercado local. Para demonstrar nossa análise e conclusão, além desta introdução, este artigo está dividido em 5 partes. As duas primeiras integram a revisão da literatura sobre os grandes gestores de ativos no capitalismo contemporâneo e sobre a expansão do mercado de ETFs. Em seguida apresentamos o método da pesquisa, indicando detalhes sobre o estudo empírico e o tratamento dos dados. Na quarta e quinta partes apresentamos os dados, iniciando com um breve histórico do mercado de capitais brasileiro, seguido da apresentação e análise dos dados sobre as empresas, investidores e ETFs que rastreiam o Ibovespa. Finalizamos apresentando as considerações finais deste artigo e indicando uma possível agenda de pesquisas futuras.

1 - Os grandes gestores de ativos na estrutura do capitalismo no século XXI

De acordo com Rügemer (2019), o grupo Blackrock e um grupo seleto de agentes congêneres, como os grupos Vanguard, State Street, Fidelity, Capital Group, Bank of NY, PIMCO/Allianz, Goldman Sachs, T. Rowe Price, Invesco, dentre outros, têm atuado como organizadores do capital no século XXI, com presença ampla e simultânea em milhares de empresas, quase sempre com posições

acionárias minoritárias. Na mesma linha de pesquisa, Fichtner et al. (2017) e Fichtner e Heemskerk (2020) chamam atenção para a posição dominante ocupada por grandes gestores de ativos financeiros, destacando a liderança dos grupos Blackrock, Vanguard e State Street, denominados de “Big Three”, que, simultaneamente, ocupam posição acionária minoritária nas maiores empresas listadas nas principais bolsas de valores das economias centrais e dominam o mercado de fundos de investimentos indexados.

Esses grandes gestores de ativos financeiros atuam como organizadores do capitalismo em conjunto com outros agentes financeiros, como os gestores de fundos de *private equities* e de *venture capital*, que atuam como “exploradores” e “preparadores” de empresas e novos negócios, os gestores de fundos de *hedge*, que atuam como “saqueadores” do sistema, os grandes bancos de investimentos, como “arranjadores” e bancos tradicionais, e os “prestadores de serviço”. Nessa estrutura do capitalismo, além dos grupos financeiros, se destacam as grandes empresas de tecnologia e as grandes empresas dos mais variados setores da economia que são promovidas e modeladas pelos grupos financeiros citados, como as empresas baseadas em economia de plataformas digitais, com modelos de negócios atrelados à internet e a serviços de tecnologia fornecidos pelas “Big Techs” como a GAMFA (Google, Apple, Microsoft, Facebook e Amazon) (Rügemer, 2019).

A atuação do grupo Blackrock é exemplar quanto às estratégias dos investidores nessa nova estrutura do capitalismo. O grupo adquire posição minoritária em milhares de empresas listadas em bolsa e concentra a maior parte de suas subsidiárias em paraísos fiscais, notadamente no estado de Delaware, nos Estados Unidos, e nas Ilhas Cayman. Como resultado, o grupo desfruta de isenções fiscais que, em parte, garantem vantagens competitivas em relação aos bancos e gestores de ativos tradicionais. Nos EUA, durante a crise financeira iniciada em 2007, o grupo Blackrock foi selecionado para fornecer consultoria e resolver problemas de

empresas insolventes, bancos e agências de seguros, ampliando o volume de seus negócios em escalas sem precedentes. Líderes de governo de importantes países europeus também adotaram a Blackrock como firma de consultoria. Exemplos são a Espanha com a ampliação da atuação sustentada por laços políticos (Juste, 2019), a França, com a difusão de ETFs (Deville; Oubenal, 2012), e a Alemanha, onde, mesmo nas empresas nas quais o Estado é acionista majoritário, as decisões foram delegadas à Blackrock e ao grupo de organizadores do capital, composto pelas empresas do índice DAX que, por sua vez, lista as 30 empresas com melhor desempenho financeiro na bolsa de Frankfurt (Rügemer, 2019).

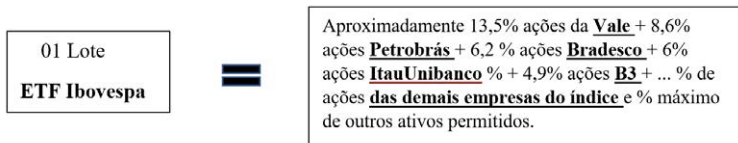
Além da aproximação da atuação financeira da Blackrock com as principais economias, houve também uma aproximação por laços institucionais. A relação próxima com os governos de países das economias centrais permitiu a ampliação do trânsito de executivos da Blackrock para cargos governamentais, assim como executivos que atuavam em órgãos do governo passaram a ser recrutados para atuar no grupo Blackrock. Por exemplo, Juste (2019) apresenta detalhes da relação entre representantes do grupo Blackrock e o governo espanhol, confirmando a estratégia do grupo em se aproximar de governos e, assim, expandir as operações e ampliar suas influências nas elites nacionais. Assim como Lazonick e Shin (2019), Rügemer (2019) indica uma rede de agentes que opera dentro e fora das principais empresas listadas nos mercados de capitais internacionais e que domina o capitalismo no século XXI.

2. Financeirização e novos mecanismos de extração de valor: mercados primário e secundário de ETFs

De acordo com Fichtner et al. (2017), as principais formas de gestão passivas adotadas foram os fundos indexados tradicionais e os fundos de índices de mercados, os ETFs. Recentemente, o volume alocado em ETFs se equiparou ao volume alocado em

fundos indexados tradicionais, indicando a difusão desse instrumento financeiro em âmbito global (Wigglesworth, 2021). A principal diferença entre os ETFs e os fundos indexados tradicionais é que suas quotas são transacionadas, no mercado secundário da bolsa de valores, da mesma forma que as ações de empresas listadas, durante todo o período de operação do mercado. Já os fundos indexados tradicionais são cotados apenas uma vez ao dia, no encerramento dos mercados. Os fundos indexados rastreiam os índices de mercado e suas cotas equivalem a uma cesta teórica de ativos que corresponde ao conjunto dos ativos que compõe o índice rastreado. Por exemplo, um lote de um ETF que rastreie o Ibovespa é composto por uma cesta de ações das empresas do índice na mesma proporção que elas contribuem para a composição de sua carteira, conforme representado na Figura 1.

Figura 1 – Representação teórica de um ETF que rastreia o índice Ibovespa, em 14/04/2021.



Fonte: elaborado pelos autores.

Conforme indicado em Deville e Oubenal (2012), os ETFs também têm como característica particular o fato de ser uma construção que cria dois mercados interligados: o mercado primário, no qual apenas agentes autorizados operam lotes de ETF, constituídos de milhares de quotas unitárias do ETF, e o mercado secundário, em que as milhares de quotas unitárias de ETF são transacionadas da mesma forma que as ações das empresas listadas em bolsa de valores. O mercado primário é responsável pela criação e resgate de lotes de ETF materializando o mecanismo de arbitragem realizado pelos agentes autorizados. Na arbitragem, lotes de ETFs são criados a partir da reunião de lotes

da cesta de ativos que o ETF replica, ou seja, para um índice que replica o desempenho de ações de empresas, é necessário reunir a quantidade de ações das empresas na mesma proporção em que elas compõem o índice. Da mesma forma, o resgate de ETF implica em trocar lotes de ETF por lotes de ativos que o ETF replica. Assim, o mercado primário de ETFs movimentou grande volume dos ativos que compõem os índices rastreados. Para as empresas que estão presentes nos índices de mercado rastreados pelos ETFs, quanto maior a demanda por ETFs, maior a demanda pelas ações dessas empresas. Por outro lado, conforme indicado em Fichtner et al. (2017), a posição minoritária em milhares de empresas listadas nas principais bolsas de valores permite aos grandes gestores de ativos, em particular os “Big Three”, dominarem o mercado internacional de ETFs. Além dos investimentos de gestão passiva em fundos indexados, essa estratégia estaria sendo adotada por grandes grupos empresariais de forma independente (Wigglesworth, 2021).

3. Método de pesquisa

Esta pesquisa foi inspirada na literatura da sociologia econômica e da sociologia das finanças que trata das transformações envolvendo as grandes empresas no capitalismo contemporâneo. O primeiro passo foi a identificação dos principais investidores na estrutura de propriedade de grandes empresas listadas na B3 e a relação dessas empresas com o mercado de ETFs, procurando as semelhanças e as singularidades do caso brasileiro em relação aos casos de países centrais, como o norte-americano (Fichter; Heemskerk; Garcia-Bernardo, 2017), o alemão (Rügemer, 2019), o francês (Deville; Oubenal, 2012) e o espanhol (Juste, 2019).

O Ibovespa teve início em 1968, sob influência do Ibov, índice da Bolsa de Valores do Estado do Rio de Janeiro, criado pelo economista, banqueiro e ex-ministro da fazenda Mário Henrique

Simonsen¹, em 1962 (Leite; Sanvicente, 1995). As principais empresas do mercado de capitais brasileiro estão reunidas no Ibovespa que se tornou o principal índice da bolsa brasileira. O estudo empírico tem como amostra as 72 empresas que, em agosto de 2020, compunham a carteira do Ibovespa, os ETFs que rastreiam o Ibovespa e a relação entre esses ETFs, os grupos gestores e as dez principais empresas do índice em 14 de abril de 2021 (as empresas Vale, Petrobrás, Bradesco, ItauUnibanco, B3, Ambev, Magazine Luiza, Weg, Suzano e Intermédica). Os dados foram coletados no site da bolsa de valores Brasil, Bolsa, Balcão – B3 e no Marketscreener, site especializado em finanças. Nas dez empresas selecionadas, analisamos os investidores institucionais com posições acionárias superiores a 0,1%. Os dados foram tabulados e organizados em uma matriz na qual os indivíduos, as empresas do Ibovespa (Quadro 1), foram posicionados nas linhas. Todas as variáveis foram tratadas como binárias, ou seja, investidores institucionais presentes ou ausentes, na estrutura acionária das empresas consideradas em nossa amostra. Nas colunas da planilha foram considerados 31 investidores institucionais com posição acionária em pelo menos quatro das 72 empresas do índice Ibovespa (Quadro 2). Essa matriz foi tratada combinando a Análise de Correspondência Múltipla (ACM) e a Análise de Cluster, rodadas a partir do R, um software gratuito de análise estatística de dados. Tanto a ACM quanto a análise de Cluster têm o objetivo específico de identificar similaridades e distinções entre grupos de investidores nas empresas do Ibovespa, assim como os arranjos recorrentes de agentes que investem em algumas dessas empresas, para confirmar a hipótese de que estratégias identificadas em mercados de economias centrais (Rügemeier, 2019) se repetem no caso brasileiro. Para a ACM foram considerados apenas os investidores com posição acioná-

¹ Em 1961, Simonsen, em sociedade com Júlio Bozano, criou a empresa Bozano & Simonsen prestadora de serviços financeiros que depois se tornou o banco de investimentos. Mais detalhes em <http://www.fgv.br/cpdac/acervo/dicionarios/verbete-biografico/simonsen-mario-henrique>

ria em pelo menos 5% do número total de empresas do índice, ou seja, em pelo menos quatro empresas do Ibovespa. Para identificar a relação entre os grupos gestores de ETFs e suas respectivas posições acionárias nas empresas do índice que os ETFs rastreiam, foram considerados: 1- as posições acionárias dos grupos gestores de ETFs que rastreiam o Ibovespa, nas dez empresas com maior participação no índice, conforme definido nas metodologias de cada provedor de índices; 2- o volume teórico de recursos alocados em ações dessas empresas por meio desses fundos, calculado a partir da aplicação do percentual de participação das empresas no índice ao valor do patrimônio líquido do fundo. Na pesquisa foi considerada a carteira teórica do Ibovespa do mês de agosto de 2020, momento de início da coleta de dados. Para os fundos de índices, foram considerados os dados dos ETFs listados na B3 e que rastreavam o Ibovespa, disponibilizados no Boletim Mensal de ETFs, referente a fevereiro de 2021, o BOVA11 da Blackrock, o BOVV11 do ItauUnibanco, o BOVB11 do Bradesco, o BBOV11 do Banco do Brasil e o XBOV11 da Caixa Econômica Federal. A escolha do índice Ibovespa e seus respectivos ETFs foi motivada pela análise de dados referentes ao mercado de ETFs no Brasil e a relevância dos ETFs que rastreiam o Ibovespa apresentada em Mundo Neto e Donadone (2020) e Mundo Neto, Donadone, Cândido (2021).

4. A década de 1990, a virada do século e o momento pós-crise de 2007: fortalecimento do mercado de capitais brasileiro e o caso da B3

A configuração atual do mercado de capitais brasileiro foi influenciada pelas políticas de privatizações dos anos 1990 e pelas alterações na legislação das sociedades anônimas, em 1999, culminando na reestruturação da maior bolsa de valores do país, a então Bolsa de Valores do Estado de São Paulo (BOVESPA). As regras para classificar as empresas na bolsa e orientar as novas ingressantes passaram a estar atreladas à qualidade da gover-

nança corporativa por elas apresentada. As empresas que aderiram a essas novas métricas passaram a integrar o Novo Mercado da Bovespa. Por exemplo, as empresas estatais que foram privatizadas no final do século XX passaram a ser estruturadas e preparadas para se tornarem empresas de capital aberto listadas no Novo Mercado. Esse processo contou com a participação de representantes governamentais, notadamente a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de gestores de fundos de *private equities*, nacionais e internacionais, representando os investidores institucionais que adquiriram participação tanto em empresas estatais como em empresas privadas, em grande parte pertencentes a elites nacionais brasileiras, em diferentes setores da economia (Grün, 2003, 2005; Desidério, 2017).

Paralelamente, as reestruturações das grandes empresas ficaram sob responsabilidade de gestores de fundos de investimentos e representantes de grandes consultorias, agentes responsáveis por difundir as boas práticas gerenciais, notadamente aquelas relacionadas à governança corporativa, nas empresas resultantes do processo de fusões e aquisições de empresas (Donadone, 2010). No início do século XXI, um conjunto expressivo de empresas ingressou na bolsa brasileira. O ciclo de abertura de capitais atingiu o ápice em 2007, com 64 empresas, e foi interrompido pela crise financeira, tornando os anos subsequentes de pouca movimentação (B3, 2022).

O processo de reestruturação das grandes empresas brasileiras, estatais ou privadas, e a adoção da estratégia de abrir o capital foram tratados em estudos de casos setoriais, como do setor elétrico (Pedroso Neto, 2005; Saltorato, 2005), do mercado de transporte aéreo comercial (Mundo Neto, 2011) e das famílias que lideravam o mercado sucroalcooleiro (Mundo Neto, 2012). O processo de abertura de capitais e de reestruturação produtiva das empresas brasileiras envolveu a participação de representantes dos grupos financeiros citados em Rügemer (2019),

com destaque para os gestores de fundos de *private equities* e bancos de investimentos, nacionais e internacionais, que atuaram de forma similar ao processo de financeirização iniciado nos Estados Unidos durante a década de 1980, conforme analisado de forma detalhada na literatura (Useem, 1993, 1996; Davis, Kim, 2015; Lazonick, Shin, 2019; Ertürk, 2019). Quanto aos estudos sobre a difusão, a apropriação e os formatos que o processo de financeirização Brasileiro, pode-se indicar: Matsuda e Donadone (2018), Do Carmo et al. (2019) e Saltorato et al. (2014) nas mudanças organizacionais e gerenciais ligadas a ele; Fantti e Donadone (2020) nos embates com outras formas de concepção de empresa; Jardim (2009) na relação entre fundos de pensão e financeirização; Sartore (2012) e Novaes Botta e Donadone (2015) no entrelaçamento com a sustentabilidade, Martins e Donadone (2018), Julian e Donadone (2021) e Sanchez e Donadone (2011) na transformação das possibilidades de carreira gerencial frente tal processo e nas configurações das elites brasileiras; Cavenaghi e Donadone (2016) e Desidério (2017) na atuação do Estado na configuração da financeirização brasileira.

A própria trajetória da B3, empresa que gerencia a bolsa brasileira atualmente, ilustra o processo de internacionalização da economia brasileira, em particular do mercado de capitais. A B3 adquiriu a estrutura societária atual após sucessivas operações de fusão, com destaque à fusão com a Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&F), em 2008, constituindo a BM&FBOVESPA, e à fusão com a Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP S.A.), em 2017, formando a B3 (Brasil, Bolsa, Balcão). Com essas sucessivas fusões, a B3 se tornou uma das principais empresas do mercado de capitais brasileiro, passando a fazer parte da carteira de empresas do Ibovespa. Assim como ocorre com as empresas que administram as principais bolsas de valores do mundo (Rügemer, 2019), a própria B3 possui os grandes investidores globais como principais acionistas (Quadro 01).

Quadro 01- Posição acionária dos principais acionistas (shareholders) da B3, em 14/05/21.

Shareholders		
Name	Equities	%
Capital Research & Management Co. (Global Investors)	109,048,397	5.34%
Capital Research & Management Co. (World Investors)	103,073,698	5.05%
BlackRock Fund Advisors	67,635,148	3.31%
The Vanguard Group, Inc.	63,349,093	3.10%
Invesco Advisers, Inc.	62,837,855	3.08%
Fidelity Management & Research Co. LLC	50,038,084	2.45%
Baillie Gifford & Co.	41,202,989	2.02%
Thornburg Investment Management, Inc.	38,166,373	1.87%
JPMorgan Asset Management (UK) Ltd.	35,430,912	1.74%
Itaú Unibanco SA	28,303,917	1.39%

Fonte: Mundo Neto, Donadone e Candido (2021); Marketscreener (2021). Disponível em: <https://www.marketscreener.com/quote/stock/B3-S-A-BRASIL-BOLSA-42489953/company/>

5 - Apresentação e análise dos dados: empresas, investidores e ETFs relacionados ao Ibovespa

Neste artigo os resultados são apresentados em duas etapas. Na primeira apresentamos os principais investidores institucionais com posição acionária com relevância estatística no conjunto das empresas que compunham a carteira do Ibovespa em agosto de 2020. Para esse conjunto de dados foi utilizada a ACM e a análise de Cluster dela decorrente. O objetivo central dessa análise foi indicar a semelhança da estrutura acionária das grandes empresas listadas na bolsa brasileira com aquelas listadas nas bolsas de valores das principais economias, tomando como referência os dados apresentados em Rügemer (2019). Um objetivo particular foi verificar a ocorrência dos principais grupos gestores de ETFs listados na B3 entre as empresas da carteira do Ibovespa. Na segunda etapa, apresentamos o conjunto de dados sobre os grupos gestores de ETFs listados na B3 que rastreiam o Ibovespa considerando as suas respectivas posições acionárias nas dez empresas de maior peso no índice e, também, o volume teórico de recursos alocados em ações dessas empresas por meio desses fundos.

5.1. Etapa 1 - Estrutura Acionária e Investidores Institucionais nas 10 principais empresas listadas no Ibovespa.

Em agosto de 2020 o Ibovespa era composto por um conjunto de 72 empresas, conforme indicado no Quadro 02. Nos dados coletados em agosto de 2020, foram identificados 170 investidores institucionais com posição acionária superior a 0,1% de participação nas 72 empresas do índice. Desse total, 31 investidores apresentaram relevância estatística, pois estavam presentes em pelo menos quatro empresas do índice.

Quadro 02 – Relação das empresas do Ibovespa em agosto de 2020 e a respectiva numeração utilizada na ACM para os cálculos e plotagem dos gráficos.

1 AMBEV	21 COSAN	41 IRBRASIL	61 SUL AMERICA
2 AZUL	22 CSN	42 ITAUSA	62 SUZANO
3 B3	23 CVC	43 ITAUUNIBANCO	63 TAESA
4 BB	24 CYRELA	44 JBS	64 TIM
5 BB SEG	25 ECORODOVIAS	45 KLABIN	65 TOTVS
6 BRBEEF (Minerva)	26 ELETROBRAS	46 L. AMERICANA	66 ULTRAPAR
7 BTG Pactual	27 ENGIE	47 L. RENNEN	67 USIMINAS
8 BRADESCO	28 EMBRAER	48 MAGAZINE	68 VALE
9 BRADESPAR	29 ENERGIAS BR	49 MARFRIG	69 TELEFONICA
10 BR Distr.	30 ENERGISA	50 MRV	70 VIAVAREJO
11 BRF	31 EQUATORIAL	51 MULTIPLAN	71 WEG
12 BRASKEM	32 FLEURY	52 NATURA	72 YDUQS
13 BR Malls	33 GERDAU	53 P. AÇUCAR	
14 B2W	34 INTERMEDICA	54 PETROBRAS	
15 CCR	35 GERDAU M	55 QUALICORP	
16 CIELO	36 GOL	56 RAIADROGASIL	
17 CEMIG	37 HAPVIDA	57 RUMO	
18 COGNA	38 HERING	58 RENT LOCALIZA	
19 CPFL	39 HYPERA	59 SANTANDER	
20 CARREFOUR	40 IGUATEMI	60 SABESP	

Fonte: Elaborado pelos autores.

Quadro 03 – Relação dos Investidores Institucionais com ocorrência em, pelo menos, quatro empresas do Ibovespa.

1 Blackrock	8 JPMorgan	15 Hermes I.	22 Aberdeen	29 HSBC Global
2 Vanguard	9 T. Rowe Price	16 Vontobel	23 Schroder	30 Deutsche Bank
3 Capital G.	10 BNDESPAR	17 Morgan Stanley	24 Opportunity	31 Massachusetts
4 Invesco	11 Itau Unibanco	18 Compass G.	25 Dynamo	
5 Norges B.	12 Bradesco	19 the Caisse	26 TIAA-CREF	
6 APG Asset	13 Lazard Asset	20 Dimensional	27 Wells Capital	
7 Fidelity	14 Robeco	21 Investis A.	28 Teachers ad.	

Fonte: Elaborado pelos autores.

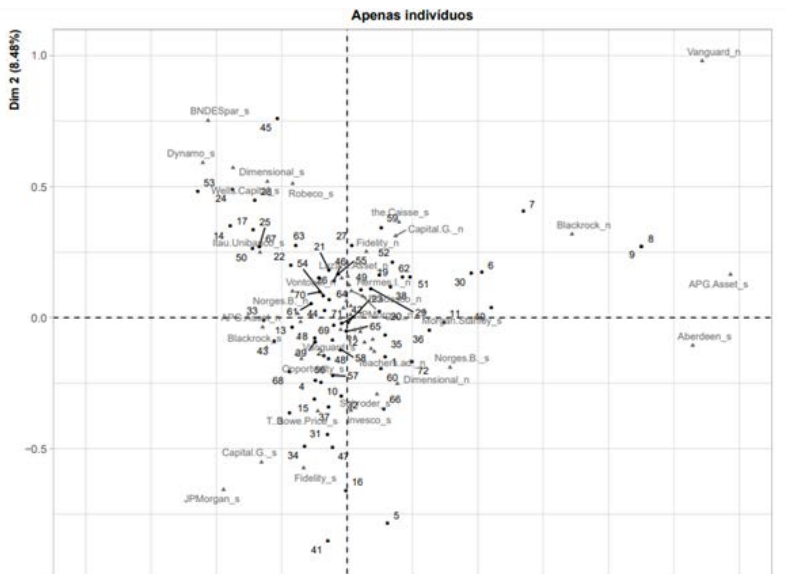
A ACM foi calculada considerando as 72 empresas do Ibovespa, em função de 31 investidores institucionais cujo atributo é estar ou não presente entre os acionistas das empresas do índice.

Foram considerados apenas aqueles investidores que figuram entre os investidores de pelo menos quatro empresas. O Gráfico 01 indica como as empresas estão relativamente próximas quando elas são comparadas em função dos investidores que fazem parte de suas estruturas acionárias. Essa distribuição indica similaridades na composição acionária da maior parte das empresas do Ibovespa, com destaque para os grupos Vanguard e Blackrock, cujo número de ocorrências era 64 e 53, respectivamente. Além desses dois representantes dos “Big Three”, há um conjunto de investidores que aparece com grande frequência, com destaque para o Capital Group, com 26 ocorrências nas empresas do índice, o grupo Norges, gestor do fundo soberano da Noruega, com 25 ocorrências, os grupos Fidelity e Dimension, presentes em 22 delas, o grupo holandês APG, gestor de fundos de pensão, em 13 empresas, Invesco, em 11 delas, grupo Aberdeen, em nove empresas, além dos grupos J. P. Morgan, Schoder, T. RowePrice e BNDESPar com oito ocorrências cada. Além do BNDESPar, entre os investidores nacionais, destacam-se o grupo ItauUnibanco com 10 ocorrências, o grupo Opportunity presente em cinco delas e o grupo Bradesco em quatro. O banco de investimentos Opportunity foi um dos agentes que contribuíram para estruturar as privatizações no Brasil ocorridas nos anos 1990. Dentre os gestores de ETFs listados na B3 que rastream o Ibovespa destacam-se os grupos Blackrock, ItauUnibanco e Bradesco.

Para identificar as empresas com investidores comuns, foi utilizada a função que identifica clusters de indivíduos a partir do cálculo da ACM. O Gráfico 02 foi gerado a partir da função que gera clusters de indivíduos (empresas) em função das variáveis (investidores) consideradas na ACM. Foram identificados cinco clusters de empresas que apresentam semelhanças entre os investidores que figuram entre seus principais acionistas. Cada cluster é gerado na ordem de proximidade que a ACM posicionou cada empresa, em função dos investidores analisados. Essa ordem foi mantida na apresentação dos dados.

O cluster cuja numeração está apresentada na cor preta é constituído pelas empresas Klabin (45), Pão de Açúcar (53), Embraer (28), Lojas Americanas (46), B2W 14) e Via Varejo (70). Esse cluster se destaca por reunir empresas do setor de varejo e tem como investidores de destaque os grupos Blackrock e Vanguard, em seis e cinco delas respectivamente, junto com o fundo de pensão norte-americano TIIA-CRED e sua subsidiária, Teachers Advisors, em seis e quatro empresas respectivamente. Ele indica a parceria entre fundos de pensão internacionais e os grandes grupos internacionais gestores de ativos.

Gráfico 01 – Gráfico da ACM das 72 empresas do Ibovespa em função de 31 Investidores Institucionais com presença em pelo menos 04 empresas do índice.



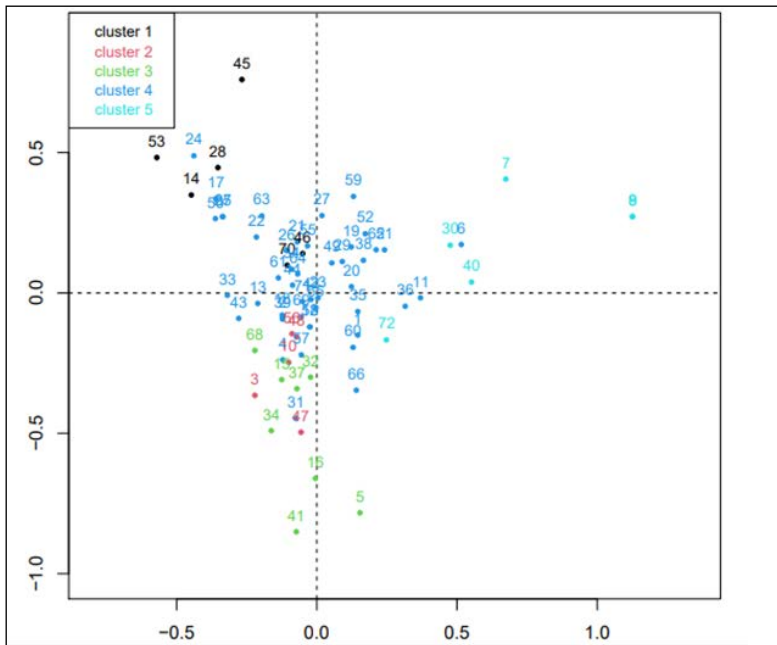
Fonte: Gráfico gerado pelo software R a partir dos dados levantados na pesquisa.

O cluster 2, apresentado na cor rosa, reúne as empresas Raia Drogasil (56), Lojas Renner (47), B3 (3), BR Distribuidora (10) e Magazine Luiza (48). Nesse grupo de empresas predominam grandes investidores internacionais, com destaque para o grupo

Vanguard, presente nas cinco empresas, os grupos Blackrock, T. RowePrice e J P Morgan, em quatro delas, e os grupos Schoder, Fidelity, Norges e Capital Group, em três delas.

O cluster 3 reúne no gráfico as empresas na cor verde. Trata-se de oito empresas: IRB Brasil (41), Cielo (16), BB Seguridade (5), Vale (68), CCR (15), Hapvida (37), Intermédica (34) e Fleury (32). Destacam-se as empresas do setor de saúde. Nesse cluster estão reunidos três grandes “organizadores” do capitalismo internacional, o grupo Vanguard, presente em todas as empresas, e os grupos Blackrock e Capital Group, em sete das oito empresas. O grupo Bradesco representa os grandes investidores nacionais, presente em quatro empresas desse cluster.

Gráfico 02 – Clusters das empresas da carteira do Ibovespa em função de investidores institucionais comuns reunidos pela ACM. Dados referentes a agosto de 2020.



Fonte: Gráfico gerado pelo Software R a partir dos dados da pesquisa.

O cluster 5, com o número das empresas na cor azul clara, é formado pelas empresas Bradesco (8), Bradespar (9), Energisa (30), BTG Pactual (7), YDUQS (72) e Iguatemi (40). Esse cluster tem como principais investidores a APG, subsidiária do maior fundo de pensão da Holanda, o Stichting Pension fonds ABP. Nesse grupo de empresas a Blackrock não aparece entre os acionistas. Destacam-se os grupos internacionais Vanguard, Norges, Compass e Aberdeen com três ocorrências nas seis empresas desse cluster.

O maior cluster, cluster 4, reúne um conjunto de 47 empresas, apresentadas no Gráfico 2 na cor azul escuro. É um conjunto marcado pela presença dos investidores internacionais que mais apareceram nas empresas do Ibovespa. Além dos grupos Vanguard e Blackrock, destaca-se a presença do Capital Group, Norges, Fidelity e Dimension, que aparecem em mais de 20 empresas do índice. Esse cluster ilustra a presença desse conjunto de “organizadores” do capitalismo internacional, no sentido indicado em Rügemer (2019), atuando nas principais empresas da bolsa brasileira.

Os dados indicam que o mercado de capitais brasileiro segue a tendência dos mercados centrais, com destaque para a diversidade de investidores internacionais entre os acionistas das maiores empresas da B3, bem como o desenvolvimento do mercado de fundos de índices, sobretudo os ETFs que rastreiam o principal índice da bolsa (Mundo Neto; Donadone, 2020). Há um conjunto de investidores institucionais nacionais que atua de forma análoga aos grupos internacionais, a exemplo dos grupos ItauUnibanco, Bradesco, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, mas no mercado de capitais brasileiro ainda é comum entre as grandes empresas a ocorrência de investidores ligados às famílias fundadoras e que participam do grupo de controle das empresas. Apesar do tamanho relativamente pequeno do mercado de capitais brasileiro, foi possível identificar dinâmica similar àquela dos mercados centrais, tanto em relação à estrutura de propriedade

das empresas como em relação à dinâmica entre o mercado de ETFs e as estratégias dos gestores desses fundos.

Na estrutura de propriedade das empresas do Ibovespa se destaca a participação de dois “Big Three”, Vanguard e Blackrock, e de outros grupos internacionais que seguem a mesma estratégia, como Fidelity, Capital Group, Norges e JP Morgan, aliados a um conjunto de grandes grupos financeiros nacionais, numa configuração semelhante a outros mercados globais. Outro aspecto que confirma a semelhança do mercado nacional em relação aos mercados centrais é a participação acionária minoritária dos principais gestores de ETFs na maior parte das empresas que compõe os índices rastreados pelos fundos, conforme apresentado a seguir para o caso dos ETFs que rastreiam o Ibovespa.

5.2. Etapa 2 - Grupos Gestores de ETFs: gestão ativa e passiva de investimentos

No Brasil, o mercado de ETFs é relativamente pequeno e tem o grupo Blackrock como líder, responsável pelo BOVA11, ETF que rastreia o Ibovespa e principal produto do mercado brasileiro. Recentemente, a Blackrock ampliou seu domínio no mercado nacional de ETFs, emitindo dezenas de BDR² de ETFs listados no mercado norte-americano (B3, 2021a). Entre os grupos nacionais, se destacam os grandes bancos tradicionais, uma vez que todos lançaram ETFs que rastreiam o Ibovespa, como o BOVV11 do ItaúUnibanco, o BOVB11 do Bradesco, BBOV11 do Banco do Brasil e o XBOV11 da Caixa Econômica Federal. Entre as gestoras de ETFs que rastreiam o Ibovespa destacam-se o grupo Blackrock, presente nas dez principais empresas do índice, o grupo Itaú Unibanco, em oito, e a Caixa Econômica Federal em três, conforme indicado no Quadro 04.

² *Brazilian Depository Receipts* são certificados que representam ações emitidas por empresas em outros países e que são negociados na bolsa brasileira.

Quadro 04 – Posição Acionária dos grupos gestores de ETFs que rastreiam o Ibovespa nas 10 empresas de maior peso no índice. Dados referentes a 15/04/2021.

Top 10	Valor de Mercado	Blackrock part. %	R\$	ItaúUnibanco	R\$	Bradesco	R\$	Banco do Brasil	R\$	Caixa	R\$
Ibovespa	Valores em R\$ mil hoies										
	15/04/2021		GESTÃO ATIVA								
										Econômica	Federal
Vale	R\$570.141,98	2,15	R\$12.258,05	0	R\$0,00	0	R\$0,00	0	R\$0,00	1,59	R\$9.065,26
Petrobrás	R\$302.934,07	0,74	R\$2.241,71	1,05	R\$3.180,81	0	R\$0,00	0	R\$0,00	0	R\$0,00
Bradesco	R\$214.496,69	0,76	R\$1.630,17	1,36	R\$2.917,15	0	R\$0,00	0	R\$0,00	0	R\$0,00
ItaúUnibanco	R\$256.454,01	1,26	R\$3.231,32	2,35	R\$6.026,67	0	R\$0,00	0	R\$0,00	0,56	R\$1.436,14
BB	R\$110.696,82	3,27	R\$3.619,79	1,37	R\$1.516,55	0	R\$0,00	0	R\$0,00	0	R\$0,00
Ambev	R\$248.207,87	1,07	R\$2.655,82	0,41	R\$1.017,65	0	R\$0,00	0	R\$0,00	0,19	R\$471,59
Magazine Luiza	R\$144.081,21	2,68	R\$3.861,38	0,64	R\$922,12	0	R\$0,00	0	R\$0,00	0	R\$0,00
Weg	R\$163.779,35	1,44	R\$2.358,42	0,45	R\$737,01	0	R\$0,00	0	R\$0,00	0	R\$0,00
Suzano	R\$98.133,49	1,83	R\$1.795,84	0	R\$0,00	0	R\$0,00	0	R\$0,00	0	R\$0,00
Intermedica	R\$49.996,48	2,56	R\$1.279,91	1,73	R\$864,94	0	R\$0,00	0	R\$0,00	0	R\$0,00

Fonte: Elaborado pelos autores com base nas informações disponíveis na B3.

Nos mercados centrais, os ETFs têm se tornado a principal modalidade de investimentos de gestão passiva (Fichtner, Heemskerk, Garcia-Bernardo, 2017; Fichtner, Heemskerk, 2020). No Brasil, as informações reunidas no Quadro 05 permitem observar o valor teórico alocado em ações das empresas do Ibovespa para cada ETF que rastreia o índice. Quando comparado com os valores alocados de forma direta (gestão ativa) é possível verificar a relevância econômica que os investimentos alocados em ETFs (gestão passiva) passou a ter no mercado brasileiro, conforme indicado para o subgrupo das principais empresas do Ibovespa. É importante destacar que mesmo quando os grupos gestores de ETFs não possuem posição acionária nas empresas do índice, como os grupos Bradesco e Banco do Brasil, os seus ETFs, que rastreiam o índice considerado, necessariamente irão alocar recursos em ações dessas empresas, caracterizando, justamente, os investimentos de gestão passiva. Cabe lembrar que os ETFs que rastreiam o Ibovespa são apenas uma parte do mercado nacional de ETFs e que as grandes empresas listadas na B3 também fazem parte de um conjunto de índices do mercado nacional e de mercados de capitais internacionais rastreados por ETFs listados nesses mercados. Portanto, quanto mais ETFs que rastreiam índices de ações, mais as ações que compõem os índices rastreados são demandadas nos mercados de capitais que transacionam esses fundos.

Quadro 05 - Volume teórico de recursos alocados nas 10 empresas com maior participação no Ibovespa (carteira do dia 14/04/2021) para cada ETF listado na B3 que rastreia o índice. Patrimônio Líquido dos ETFs referentes ao mês de fevereiro de 2021.

10 empresas > % no Ibovespa	Part% Ibovespa 14/04/2021	Boletim ETFs fevereiro 2021						valor (R\$ milhões)	
		ETF Black BOVA11	ETF ItauUnibanco BOVV11	ETF Bradesco BOVB11	ETF BB BBOV11	ETF Caixa XBOV11	Total ETF Ibovespa		
Patrimônio Líquido		15.040,10	5.234,40	2.176,10	558,70	113,20		23.122,50	
Vale	13,481%	2.027,56	705,65	293,36	75,32	15,26		3.117,14	
Petrobrás	8,623%	1.296,91	451,36	187,65	48,18	9,76		1.993,85	
Bradesco	6,169%	927,82	322,91	134,24	34,47	6,98		1.426,43	
ItauUnibanco	5,955%	895,64	311,71	129,59	33,27	6,74		1.376,94	
B3	4,898%	736,66	256,38	106,59	27,37	5,54		1.132,54	
Ambev	3,122%	469,55	163,42	67,94	17,44	3,53		721,88	
Magazine Luiza	2,718%	408,79	142,27	59,15	15,19	3,08		628,47	
Weg	2,549%	383,37	133,42	55,47	14,24	2,89		589,39	
Suzano	2,407%	362,02	125,99	52,38	13,45	2,72		556,56	
Intermédica	2,256%	339,30	118,09	49,09	12,60	2,55		521,64	
Sub Totais	52,178%	7.847,62	2.731,21	1.135,45	291,52	59,07		12.064,86	

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados disponíveis em B3 (2021b).

Considerações finais

O resultado do mapeamento da estrutura de propriedade das principais empresas do mercado de capitais brasileiro, considerando a realidade apresentada para os casos norte-americano e alemão, indica semelhança entre o mercado de capital brasileiro e os principais mercados internacionais nos quesitos participação minoritária de grandes investidores internacionais na maior parte das empresas e a diversidade desses investidores institucionais. A partir da análise de frequência, assim como destacado por Rügemer (2019) para os mercados centrais, no mercado brasileiro foi possível constatar a presença dos organizadores do capitalismo, com destaque para grandes investidores internacionais sob a liderança de dois dos “Big Three”, os grupos Vanguard e Blackrock, seguidos de gestores de fundos de *private equities*, gestores de fundos de *hedge*, gestores de fundos de pensão e bancos de investimentos. A ausência do grupo State Street em relação aos mercados centrais merece ser melhor estudada. Entre os 31 investidores institucionais considerados, apenas quatro são nacionais, BNDESPar, ItauUnibanco, Bradesco e Opportunity, indicando a internacionalização da propriedade das grandes empresas. Porém, dois deles, ItauUnibanco e Bradesco, ilustram o papel dos

tradutores das tendências internacionais para o espaço nacional, pois eles também têm participação significativa no mercado de ETFs brasileiros, atuando no mercado local de forma análoga aos “Big Three” no mercado global: adquirem posições minoritária em grandes empresas listadas nos principais índices de mercado e lançam ETFs que rastreiam esses índices.

A ACM das empresas em função de seus principais investidores seguida da análise de Clusters permitiu a visualização de cinco clusters de empresas que reúnem investidores institucionais que compartilhavam investimentos em grupos específicos de empresas do Ibovespa. Ainda que mais da metade das empresas do índice (47 delas) estavam reunidas em um mesmo cluster, os outros quatro clusters indicaram um grau de diferenciação nas estratégias de investimentos ou escolhas de alguns grupos, como os grandes fundos de pensão identificados na análise. A presença do BNDESPar entre os investidores institucionais confirmou a importância do banco estatal no processo de reorganização e fortalecimento do mercado de capitais brasileiro, conforme analisado em Desidério (2017), e no suporte ao lançamento de inovações financeiras, conforme discutido em Mundo Neto e Donadone (2020), para a criação e lançamento do primeiro ETF listado na bolsa brasileira. A identificação dos clusters abre uma agenda de pesquisa para aprofundar os estudos e identificar outros elementos que contribuem para a aproximação de grupos específicos de investidores em torno de um determinado grupo de empresas. Como a análise de cluster foi realizada com variáveis binárias (ter ou não ter posição acionária nas empresas do Ibovespa), uma análise mais aprofundada poderá considerar variáveis como o país de origem do investidor, os participantes do grupo de controle (famílias, estado, investidor nacional, investidor internacional), o setor de atuação da empresa, e contribuir para abrir novos caminhos analíticos.

Os dados da pesquisa confirmaram que as estruturas de propriedade das grandes empresas listadas na bolsa brasileira são

similares às das grandes empresas listadas nas principais bolsas de valores internacionais, com participação de representantes dos grandes gestores de ativos, gestores de fundos de *private equities*, gestores de fundos de *hedge*, gestores de fundos de pensão, bancos de investimentos e outros grandes investidores institucionais. Em grande medida, essa configuração é função das estratégias que predominam entre os grandes grupos gestores de ETFs e os grandes investidores institucionais: adquirir posição acionária minoritária nas empresas que constituem as carteiras dos principais índices do mercado, potencializando a criação de ETFs e a participação ativa dos investidores nas operações de arbitragem no mercado primário de ETFs (Deville; Oubenal, 2012).

De acordo com Juste (2019), uma das críticas que essa nova configuração do capitalismo suscita é o fato de que os grandes gestores de ativos atuam de forma monopolista, mas disfarçados, pois apesar de estarem presente como acionistas minoritários entre as principais empresas nos principais mercados de capitais, os titulares dos ativos são os clientes desses grandes grupos, vinculados a eles por meio dos instrumentos financeiros, notadamente os fundos indexados por eles estruturados. Outro ponto destacado pelo autor é o impacto que os investimentos cruzados desse conjunto de grandes investidores tem para a concorrência em diferentes mercados, pois é comum esse conjunto de investidores estar entre os principais acionistas de empresas que concorrem entre si, nos mais diferentes mercados. Um desses impactos é a intensificação de operações de aquisições e fusões entre empresas com acionistas comuns, contribuindo para ampliar o processo de extração de valor no sistema capitalista (Lazonick; Shin, 2019).

Referências

B3 (Brasil, Bolsa, Balcão). **BDRs de ETFs Shares da BlackRock serão negociados na B3 a partir desta segunda-feira.** Disponível em: http://www.b3.com.br/pt_br/noticias/bdrs-8AA8D0CC75AFAFFD017619E5A42070B0.htm. Acesso em 03 mai. 2021a.

_____. **Boletim Mensal ETF** – Fevereiro de 2021. Disponível em: http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/etf/renda-variavel/boletim-mensal/. Acesso em 12 abr. 2021b.

_____. **Empresas listadas.** Disponível em: https://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm. Acesso em 07 abr. 2022.

Bebchuck, Lucian; Hirst, Scott. The Specter of the Giant Three. **Boston University Law Review**, Vol. 99, 2019, p. 721-741.

Cavenaghi, Felipe; Donadone, Julio Cesar. Novos Formatos Institucionais na reprodução das ferramentas da indústria de capital de risco: estudo de caso da BANDESPAR ante as normas de prudência bancária. **Agenda Política**, v. 4, 2016, p. 182-215.

Davis, Gerald; Kim, Suntae. Financialization of the economy. **Sociology**, v. 41, n. 1, 2015.

Desidério, Wellington Afonso. **Banco de desenvolvimento ou de investimento? A trajetória da BNDESPAR no capitalismo brasileiro.** Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/9085>. Acesso em 03 jul. 2021.

Deville, Laurent; Oubenal, Mohamed. Legitimizing an Ambiguous Financial Innovation: The case of Exchange Traded Funds in France, In: Huault, Isabelle; Richard, Chrystelle (eds), **Finance: The Discreet Regulator. How Financial Activities Shape and Transform the World** (Basingstoke: Palgrave Macmillan), 2012, p. 212-32.

Do Carmo, Marcelo; Sacomano Neto, Mario; Donadone, Julio Cesar. Financialization in the Automotive Industry: Shareholders, Managers, and Salaries. **Journal of Economic Issues**, v. 53, 2019, p. 841-862.

Donadone, Julio Cesar. Consultoria internacional em expansão e formas emergentes de globalização das trocas e contenciosos gerenciais. **Tempo Social**, [S. l.], v. 22, n. 1, 2010, p. 101-125.

Ertürk, Ismail. Shareholder Primacy and Corporate Financialization. In: Mader, Philip; Mertens, Daniel; Van Der Zwan, Natascha; editors, **The Routledge**

International Handbook of Financialization. London: Routledge. 2019, p. 43-55.

Fantti, Marina Borges Lima; Donadone, Julio Cesar. The influence of the financial logic in the National Quality Award. **Gestão & Produção**, v. 27, 2020, p. 101-121.

Fichtner, Jan; Heemskerk, Eelke M.; Garcia-Bernado, Javier. Hidden power of the Big Three? Passive index funds, re-concentration of corporate ownership, and new financial risk. **Business and Politics**, 19(2), 2017, p. 298-326. DOI:10.1017/bap.2017.6

Fichtner, Jan.; Heemskerk, Eelke. The New Permanent Universal Owners: Index funds, patient capital, and the distinction between feeble and forceful stewardship. **Economy and Society**, 2020. DOI: 10.1080/03085147.2020.1781417

Grün, Roberto. Atores e ações na construção da governança corporativa brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** [online]. V. 18, n. 52, 2003, p. 139-161.

_____. Convergência das elites e inovações financeiras: a governança corporativa no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** [online]. V. 20, n. 58, 2005, p. 67-90.

Jardim, Maria Aparecida Chaves. Nova Elite no Brasil? Sindicalistas e ex-sindicalistas no mercado financeiro. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 2, maio/ago. 2009, p. 363-399.

Julian, Erica Ambiel; Donadone, Julio Cesar. Internacionalização, financeirização e transformações organizacionais: O estudo do Grupo Gerdau como entendimento de ação política dos empresários brasileiros. **Norus – Novos Rumos Sociológicos**, v. 09, 2021. p. 412-445.

Juste, Rubén. **La nueva clase dominante: Gestores, inversores y tecnólogos. Una historiadel poder desde Colón y elConsejo de Indias hasta BlackRock y Amazon** (Spanish Edition) (p. 100). Arpa. Edição do Kindle, 2019.

Lazonick, William.; Shin, Jang-Sup. **Predatory Value Extraction: How the looting of the business corporation became the U.S. Norm and how the prosperity can be restored.** Oxford University Press, 2019.

Leite, Hélio de Paula; Sanvicente, Antonio Zoratto. **Índice Bovespa: Um padrão para os investimentos brasileiros.** Ed. Atlas - São Paulo, 1995.

Manne, Henry. Mergersandthe Market for Corporate Control. **Journal of Political Economy**, 73, 1965, p. 110-120.

Martins, Thais Joi; Donadone, Julio Cesar. Consagração universitária, capitais simbólicos e cargos financeiros: o estudo do perfil dos engenheiros de pro-

dução na Universidade Politécnica de São Paulo. **Política & Sociedade**, v. 17, 2018, p. 344-367.

Matsuda, Patricia Mari; Donadone, Julio Cesar. The reconstruction of leader's career after the change of the corporate control: A case study in São Paulo electricity sector. **Corporate Governance and Organizational Behavior Review**, v. 2, 2018, p. 32-42.

Mundo Neto, Martin. A lógica financeira e o espaço do transporte aéreo comercial Brasileiro. **Gestão & Produção** [online], v. 18, n. 2, 2011.

_____. **Transformações na indústria sucroalcooleira brasileira no início do século XXI: das famílias aos acionistas**. 228 f. Tese (Doutorado em Ciências Exatas e da Terra) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

Mundo Neto, Martin; Donadone, Júlio Cesar. Financeirização das Grandes Empresas e o Mercado de ETFs (Exchange Traded Funds) no Brasil. In: **VII Simpósio Internacional Desigualdades, Diretos e Políticas Públicas**, 2020, São Leopoldo. VII Simpósio Internacional Desigualdades, Diretos e Políticas Públicas. São Leopoldo, 2020.

Mundo Neto, Martin; Donadone; Júlio Cesar; Cândido, Silvio Eduardo Alvarez. Fundos de índices de mercado, gestão passiva e investimentos responsáveis: o caso de frigoríficos listados na B3. In: **12º Workshop Empresa, Empresários e Sociedade**, 16 a 18 de junho de 2021, IEA – USP.

Novaes Botta, Elisa Nogueira; Donadone, Julio Cesar. Internacionalização, disputas sociais e ação dos intermediários na construção da responsabilidade social empresarial brasileira. **Estudios Sociales (Santa Fe)**, v. 48, 2015, p. 175-204.

Pedroso Neto, Antonio José. **A privatização do setor elétrico paulista: suicídio de um grupo**. 386 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

Rügger, Werner. **The Capitalists of the 21st Century. An Easy-to-Understand Outline of the Rise of the New Financial Players**. Hamburg: Tredition, 2019.

Saltorato, Patrícia. **Conquistas e Conflitos Pós-Privatização: o caso do setor elétrico paulista**. 2005. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005.

Saltorato, Patricia; Domingues, Larissa Cecília; Donadone, Julio Cesar; Neves Guimarães, Márcia Regina. From Stores to Banks: The Financialization of the Retail Trade in Brazil. **Latin American Perspectives**, v. 41, 2014, p. 110-128.

Sanchez, Jose Paulo de Ângelo; Donadone, Julio Cesar. Novas elites, velhas elites: a análise do comportamento organizacional sob a perspectiva das relações de poder. **Teoria & Pesquisa**, v. 20, 2011.

Useem, Michael. **Executive defense. Shareholder power and corporate Reorganization**. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1993.

_____. **Investor Capitalism: How Money Managers Are Changing the Face of Corporate America**. New York: Basicbooks, 1996.

Wigglesworth, Robin. Global passive assets hit \$15tn as ETF boom heats up, **Financial Times**, may 10 2021. Disponível em: <https://www.ft.com/content/7d5c2468-619c-4c4b-b3e7-b0da015e939d?segmentid=acee4131-99c2-09d3-a635-873e61754ec6>. Acesso em 16 ago. 2021.

Recebido em 12/01/2022

Aceito em 17/05/2022

Das hierarquias internas às lutas por reconhecimento num grupo de travestis amazônico

*Oswaldo da Silva Vasconcelos**

Resumo:

Este artigo, resultado de dissertação de mestrado, propõe-se a realizar um estudo sobre a trajetória de um grupo de travestis que se prostitui no bairro do Reduto, na cidade de Belém, PA, e que luta, internamente, por reconhecimento identitário. As categorias criadas pelo grupo, de modo a classificar quem pode ou não ser travesti, são as responsáveis por conflitos, que vão do simbólico ao físico. Esse exercício é o de poder ser quem se pretende, sem necessitar de validação. O método etnográfico e a observação participante foram utilizados de modo a problematizar o cotidiano das interlocutoras, bem como inserir o pesquisador naquele ambiente. As conclusões indicam que os embates surgidos no interior do grupo são resultado direto de um não reconhecimento identitário interno, que por sua vez é consequência de uma recusa social mais ampla, além da exclusão de direitos territoriais para a prática da prostituição.

Palavras-chave: Travestis. Reconhecimento. Hierarquias. Bairro do Reduto. Silicone.

* Geógrafo. Mestre em Comunicação, Linguagens e Cultura. Doutor em História Social da Amazônia (UFPA). E-mail: osvaldosvasconcelos@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0003-0832-9348>

From internal hierarchies to struggles for recognition in a group of amazonian travestis

Abstract:

This paper brings the results of my master's dissertation about the life trajectory of a group of travestis who prostitute themselves in the neighborhood of Reduto, Belém, Brazil, and whose members fight internally for identity recognition. The categories created by the group, in order to classify who may or may not be travesti, are responsible for symbolical to physical conflicts. The goal is to be whoever they want without the need of a social validation. The ethnographic method and participant observation were used to problematize the daily lives of the interlocutors, as well as insert the researcher in that social context. The findings indicate that the clashes within the group result directly from a lack of internal identity recognition, which, in turn, is the result of a broader social refusal such as the exclusion of territorial rights for prostitution.

Keywords: Travestis. Recognition. Hierarchies. Neighborhood of Reduto. Silicone.

De las jerarquías internas a las luchas por el reconocimiento en un grupo de travestis amazónicos

Resumen:

Este trabajo, resultado de una tesis de maestría, propone realizar un estudio sobre la trayectoria de un grupo de travestis que se desempeña como prostitutas en el barrio de Reduto, en la ciudad de Belém, PA, y que lucha, internamente, por el reconocimiento de identidad. Las categorías creadas por el grupo, con el fin de clasificar quién puede ser o no travesti, son las responsables de tales conflictos, que van desde lo simbólico hasta lo físico. Ese ejercicio es para poder ser quien quieres ser, sin necesidad de validación. Se utilizó el método etnográfico y la observación participante para problematizar la vida cotidiana de los interlocutores, así como para insertar al investigador en ese entorno.

Las conclusiones indican que los enfrentamientos que surgieron al interior del grupo son resultado directo de una falta de reconocimiento de la identidad interna, que a su vez es consecuencia de un rechazo social más amplio, además de la exclusión de los derechos territoriales para el ejercicio de la prostitución.

Palabras clave: Travestis. Reconocimiento. Jerarquías. Barrio de Reduto. Silicona.

Comi o pão que o diabo amassou pra ter esse corpo aqui, tá vendo? Fui humilhada, passei fome, juntei cada moeda pra ter esse corpo aqui e agora vem uma gayzinha, usando peruca e enchimento pra ter peito e dizer na minha cara que é travesti? Não, não aceito. Ela quer ser travesti? Primeiro coloca silicone e depois volta aqui comigo. Sabe o que ela é? **Viadinho**. Travesti sou eu, não ela. Eu sou uma **Barroca**, meu amor, exijo respeito.

(Maria de Médiçi, 2017) [grifos meus].

A frase que abre este trabalho, de uma interlocutora desta pesquisa, destaca, entre outras coisas, o conflito existente entre integrantes de um grupo de travestis – que se prostitui num bairro no coração da Amazônia –, muitas vezes traduzido em violência física, como forma de manter a coesão e a manutenção da ordem por elas preconizadas. Maria de Médiçi afirma ser Barroca, uma nomenclatura utilizada por algumas integrantes do grupo com significado ambivalente, pois, dependendo de quem a recebe ou a evoca, pode ser um ato de prestígio ou o seu oposto. As nomenclaturas, repletas de simbolismos, notadamente corporais, trazem consigo a “performatividade” destacada por Butler (2003) como forma de solidificar uma identidade que tem no corpo sua principal razão, pois, antes e depois do uso de silicone, independentemente do tipo utilizado, as travestis do bairro do Reduto lançam mão de performances corporais para fincar a identidade, mesmo que não seja legitimada pelo grupo como um todo.

Circulando por determinadas esquinas de qualquer grande cidade brasileira, preferencialmente no período noturno, é possível perceber um aglomerado de pessoas que, a despeito do horror que causam em muitos, foram transformadas em personagens urbanos comuns. Em Belém, lócus da pesquisa, existem vários pontos de prostituição de travestis, mas em nenhum outro elas são tão marcadas quanto no bairro do Reduto, que também é vítima do imaginário local, pois nasceu exclusivamente para ser fabril, resultado da opulência econômica da borracha, experimentou um ostracismo inicial quando o primeiro ciclo da *Belle Époque* se encerrou, voltou a ter um leve momento de glória, para afundar de vez na decadência que o caracteriza até os dias atuais (Sarges, 2002).

Os dois, travestis e Reduto, mesclam-se como sinônimos, pois, em virtude do caráter histórico do bairro, os processos de modernização urbana, apesar de cobijá-lo, não podem alterá-lo, resultando num amontoado de casarões antigos e galpões abandonados, poucos tendo novas funções comerciais, que, ao cair da noite, recebem as travestis que fazem do bairro o palco onde podem exercer o trabalho da prostituição e o exercício de suas identidades.

Neste trabalho, pretendo mostrar os resultados das análises sobre as hierarquias internas no grupo travesti, tendo como fio condutor os estudos do teórico alemão Honneth (2009), mais especificamente a abordagem que esse faz acerca da “luta por reconhecimento”, para tentar responder à seguinte pergunta feita por algumas travestis: por que é só com silicone que posso ser travesti?

A pesquisa de campo para esta pesquisa ocorreu¹ ao longo de 11 meses corridos, em sua maior parte no período noturno, de abril

1 Passos sequenciais deste artigo foram desenvolvidos em pesquisa de doutorado defendida em 2022. Durante o doutorado, foi necessário recorrer às interlocutoras para revisar determinados pontos das entrevistas anteriores, então algumas datas aparecem dísparas.

de 2015 a janeiro de 2018. O grupo de interlocutoras é formado por oito travestis principais e quatro interlocutoras auxiliares. As idades variam de 16 a 52 anos.

Quero destacar, ainda, que os nomes das interlocutoras foram modificados para protegê-las, uma vez que há situações envolvendo tráfico de drogas e de pessoas, além de relações delicadas envolvendo a polícia. Os pseudônimos que escolhi são formas de homenageá-las, pois, baseado em comportamentos e características que pude perceber na convivência quase que diária com elas, busquei nomes de grandes mulheres da história, fictícia ou não, para rebatizá-las. Não quero, de forma alguma, encarcerá-las em aspectos negativos que porventura tal homenagem possa evidenciar, apenas reiterar a bravura e a força de tais mulheres e associá-las às travestis que lutam cotidianamente por ruas e esquinas.

1. A pirâmide social travesti

A hierarquia interna existente no grupo de travestis do bairro do Reduto é simbolizada e demarcada pelo fator silicone. As categorias hierárquicas são, via de regra, fixas. No entanto, é possível que uma travesti permaneça em uma categoria específica bastante tempo, anos até. Mas, quando a travesti tem uma situação econômica favorável que a faça chegar ao silicone, pode haver a mobilidade de uma categoria para outra, cujo objetivo é estar na melhor posição possível frente ao que o grupo considera mais valorativo. As categorias são fixas quando outorgadas e estabelecidas enquanto norma, porém móveis quando a travesti possui uma situação econômica que a faça chegar ao silicone. Especificamente no acesso a esse silicone, há uma bifurcação quanto ao prestígio que ele dará a ela. Há dois tipos de silicones utilizados por travestis, de modo geral: o líquido e a prótese; o último sendo o grande sonho de consumo delas.

Nessa perspectiva, as hierarquias são criadas pelo grupo de travestis do Reduto levando em consideração três fatores: principalmente o silicone, depois, a questão etária e a situação financeira. Sinteticamente, no grupo pesquisado, há a “Viadinho”, a “Belíssima”, a “Europeia” e a “Barroca”. Explicitarei cada uma dessas categorias, bem como as três especificidades anteriormente elencadas, e depois as analisarei levando em consideração os conflitos inerentes à prática hierarquizante e os desdobramentos das lutas por reconhecimento.

As performances empreendidas pelas travestis do Reduto vão desde a modificação corporal, aqui entendida pela intervenção do silicone, como também da indumentária, da maquiagem, do cabelo, do movimento corporal mirando as nuances delicadas, a forma de olhar, sempre tendo o ideal feminino como arquétipo, e caracterizado pela constante repetição, “performatividade” como elemento fundamental para a legitimidade da identidade desejada (Butler, 2003). Dessa forma, destaco a seguir as categorias existentes no grupo de travestis aqui analisado, ressaltando as “particularidades”, os “códigos de pertencimento” e os “graus de importância” de cada uma para o grupo como um todo.

1.1. A “Viadinho”

As travestis que iniciam carreira na prostituição no bairro do Reduto, adolescentes² ou não, são chamadas de “Viadinho”. Por tal nomenclatura, o grupo entende ser toda aquela que não sustenta a identidade travesti em tempo integral, ou seja, aquela que não se apresenta para a família, para os amigos, para a sociedade de maneira geral, como travesti. Além disso, as travestis das outras categorias (Belíssima, Europeia e Barroca) destacam que reconhecer essas pessoas como “Viadinhos” é algo que foge à lógica estabelecida por elas, pois as pleiteantes chamadas de

² Chamarei as travestis dessa categoria de “adolescentes”, que é a faixa etária mais abundante, mas há duas com 29 e 32 anos.

“Viadinhos” não usam espécie alguma de silicone no corpo, fato imprescindível para que alguém seja aceita pelo grupo como uma autêntica travesti.

Destacamos o aspecto pejorativo que o nome “Viadinho” carrega, pois exemplifica as injúrias que a grande maioria dos homossexuais já enfrentou, e ainda enfrenta, na vida (Eribon, 2008). Os rebaixamentos morais que nomenclaturas pejorativas impingem ao indivíduo reverberam em quase toda a sua vida, mesmo que ele não saiba, ainda, o significado nocivo de tal uso (Eribon, 2008). Entretanto, Louro (2004) destaca que a criação e o uso de práticas coercitivas, aqui representados por termos vexatórios, são constantemente alimentados, tanto por quem ofende como por muitos ofendidos, caso da situação referente ao nome dado a essa categoria. O termo “Viadinho” já foi proferido a todas elas em algum momento da vida por pessoas que tentaram diminuí-las em virtude de um não alinhamento à norma heterossexual e, muitas delas, por sua vez, reproduzem o termo para rebaixar aquelas que não atendem às exigências do grupo no tocante aos requisitos para poder ser reconhecida enquanto travesti.

Outra característica destacada pelas veteranas em relação a essa categoria diz respeito aos acessórios que são usados pelas adolescentes para “se passar por travesti”, como perucas, maquiagem e roupas femininas, somente durante o período em que essas permanecem na prática da prostituição no bairro. Um comentário depreciativo bastante comum que ouvi acerca desses acessórios, por muitas travestis veteranas, diz respeito à qualidade inferior das roupas e dos cosméticos usados pelas adolescentes. Catarina, a Grande, travesti dessa categoria e auxiliar nesta pesquisa, confirma tal assertiva: “Elas dizem que nosso batom é “Pop Love³”, que a gente compra em catálogo. Quando

³ Elas me informaram que o batom “Pop Love” faz parte de uma série de produtos labiais lançada pela Avon que tem baixo custo quando comparada aos batons utilizados pelas veteranas, como os das marcas Mary Kay e O Boticário.

elas xingam a gente, chamam de ‘bando de Avon e bando de Poliéster’” (Catarina, a Grande, 2018). Independentemente da origem dos acessórios, as adolescentes lançam mão de tais produtos para alicerçar a feminilidade imaginada. Todos são levados por elas em bolsas e/ou sacolas no momento em que saem de casa rumo ao bairro do Reduto, no período noturno. Chegando ao bairro, elas dirigem-se a lugares escuros e “montam-se”.

O uso do verbo “montar”, ao contrário do aspecto semântico original, é conjugado pelas travestis para designar o processo de transformação pelo qual muitas passam. No tocante à categoria “Viadinho”, “montar-se” significa vestir-se com roupas femininas e usar brincos, maquiagem e outros adereços. Para as demais categorias, montar-se significa realçar o feminino que já existe. O termo é usualmente associado às *drags queens* e às *drags kings* no processo de transformação (Berutti, 2003). Já os termos “montagem e desmontagem” são usados por Duque (2011) para referir-se às travestis adolescentes que praticam a prostituição. Nesse estudo, o autor não aponta a existência de conflitos entre travestis com e sem silicone, diferente do embate existente no bairro do Reduto.

As nuances do antes e depois da montagem, especificamente em relação a essa categoria, pode ser entendida com a noção de “performance” de Butler (2003), uma vez que a autora destaca que as identidades são caracterizadas por marcos desiguais, “padronizadas e estereotipadas”. Aliado a isso, a autora compreende identidade de gênero oriunda da cultura e alicerçada pela socialização, assemelhando-se ao “ser e estar no mundo” e que é constituída por relações performáticas que consideram características espaciais, logo, considera as subjetividades e desemboca no que a autora chama de “aparência de substância” (Butler, 2003).

Na constituição da montagem/desmontagem dessas adolescentes, várias características são alteradas, como o jeito de andar, pois usam saltos altos, os gestos, em virtude das inúmeras biju-

terias composta por braceletes, brincos compridos e anéis, além da voz e da linguagem usada. É necessário destacar que ao sair do lar, muitas delas levam consigo os acessórios que comporão a identidade sustentada no bairro, deixando em casa a identidade da “gay afeminada”.

Os sentimentos das adolescentes no tocante à importância de cada uma para a constituição do grupo como um todo são aparentemente nulos, uma vez que em todas as falas delas há uma nítida preferência em não fazer parte dele. É perceptível, ainda, um desejo de romper com tais regras classificatórias intragrupo. No entanto, no momento em que uma adolescente faz a transformação corporal com o uso do silicone, sua mudança de categoria é automática e os discursos, antes virulentos, tornam-se mais consoantes com o novo momento, como poderá ser visto nas falas de “ex-Viadinhos” que atualmente compõem outras categorias.

Sobre ser travesti, mas não ser aceita pelo grupo, afirma Caroline de Mônaco:

O que é ser travesti?

Aquelas ali [a entrevista foi realizada na parte do território que cabe às “Viadinhos”] não me consideram travesti, me chamam de **Viadinho**, mas quer saber mesmo? Tô cagando e andando pra opinião delas. Só me importo com a minha opinião e pronto. Sou travesti, gatinho. Sou travesti [grifo meu].

Por que elas não te consideram travesti?

Por causa dessa frescura de silicone, acredita? Eu não quero colocar silicone, não quero. E por causa disso sou inferior? Papo furado, gatinho.

(Caroline de Mônaco, 2016 e 2019).

As adolescentes dessa categoria, como Caroline, além de Catarina, a Grande, que já é adulta, afirmam não querer usar silicone, pois no caso do silicone industrial trata-se de uma ação praticamente irreversível. O relativo barateamento desse tipo de produto, por

razões estritamente financeiras, é o mais utilizado por muitas representantes dessa categoria. Antunes (2013) afirma que o silicone industrial adere à musculatura e, além de ser raramente removível, pode acelerar o aparecimento de inúmeras doenças.

Exatamente pela quase impossibilidade de retirá-lo do corpo, algumas travestis optam por não usá-lo, enquanto outras juntam uma quantidade significativa de dinheiro e recorrem às clínicas de cirurgia plástica para a aplicação das próteses, reconhecidamente seguras e reversíveis (Benedetti, 2005; Pelúcio, 2005, 2009; Antunes, 2013). Outras, mais “sortudas”, são agenciadas e têm as próteses pagas pela cafetina, que será restituída por meio do trabalho da prostituição, como foi verificado em vários casos na cidade de Belém (Castro; Almeida, 2008).

Por conta desses malefícios, pela possibilidade de não ser somente travesti e também por não ter coragem de contar sobre as práticas exercidas no bairro do Reduto para a família, Caroline de Mônaco não quer contato algum com silicone, industrial ou prótese. O que há por trás da recusa em não querer fazer uso de tal produto é justamente o ponto de maior atrito entre as “Viadinhos” e as travestis veteranas, pois as últimas acusam as primeiras de usar a identidade travesti como uma “modinha” e também para tirar a oportunidade das veteranas de ganhar mais dinheiro, um entrave a mais diante da oferta de serviços das mais novas. Pior ainda, sem silicone.

Em virtude dessas acusações mútuas, as veteranas, detentoras do domínio do território, fazem um esforço considerável no intuito de dificultar a vida das “Viadinhos”, como, por exemplo, delegar a elas o espaço mais soturno, escuro e distante do bairro para que os clientes não as procurem e também para que desistam tão logo percebam as intempéries (Vasconcelos; Cal; Mokarzel, 2016). Em relação ao aspecto territorial, a violência travada entre elas é caracterizada pela sutileza, pois quando uma travesti veterana consegue embarcar no carro do cliente, rapidamente

uma “Viadinho” vai ocupar aquele espaço, nem que seja por um curto espaço de tempo e não necessariamente para conseguir algum cliente naquele lugar, mas para desafiar a autoridade da “proprietária”, alterando os nomes das placas que identificam as ruas, como pode ser percebido nas Figuras 1 e 2.

Figura 1 – Alteração da placa - Frontal



Fonte: Vasconcelos; Cal; Mokarzel, 2016.

Figura 2 – Alteração da placa - Lateral



Fonte: Vasconcelos; Cal; Mokarzel, 2016.

No lado esquerdo da Figura 1, há a frase “comeci a correr”, uma clara referência aos constantes avisos de umas para as outras sobre os perigos de ocupar o lugar de uma veterana. No lado direito da mesma figura e, mais amplo, na Figura 2, há um duplo xingamento (Vasconcelos; Cal; Mokarzel, 2016, p. 54). O primeiro faz referência à velhice, pois independentemente da identidade de gênero com a qual alguém se identifique, ser ridicularizado por ser velho, numa sociedade que é permeada por *bodybuilders*⁴ e simpatizantes da juventude eterna, é algo corriqueiro e utilizado com bastante frequência quando se quer rebaixar alguém com idade elevada (Góes; Villaça, 2014).

O segundo xingamento diz respeito ao suposto valor que um programa, de uma travesti Barroca, pode custar. No entanto,

⁴ Aqueles que fazem uso intensivo de anabolizantes aliado a intensas jornadas na musculação.

esse xingamento não é direcionado à travesti Barroca, mas às Europeias, pois as ruas representadas nas figuras – Rua 28 de Setembro com a Travessa Quintino Bocaiúva – pertencem àquelas que possuem silicone em prótese, portanto, área “nobre”.

Possuir um pedaço do território por causa de aspectos corporais é algo que invoca o sentimento de pertencimento, uma vez que quanto mais “quebrada na plástica” (Pelúcio, 2005) a travesti for, mais próxima ao feminino ela será, além de ostentar um poder financeiro que é para poucas dentro do território. O padrão estético, nesse sentido, é o principal, mas não o único, catalisador de benefícios. Atuando em consonância, há o padrão etário instituído pelo grupo, que tem um período de vida relativamente curto, uma vez que a travesti, ao ultrapassar a barreira da categoria Barroca, adentra num universo permeado de negativas, como escassez de clientes e de prestígio, dependendo do rumo que deu à carreira de prostituta.

Kathryn Woodward (2014), ao refletir sobre as diferenças que determinados grupos percebem ao se analisarem, afirma que a identidade, para existir, depende de algo que lhe é exterior, ou seja, a negação do Outro. A isso, a autora chama de “identidade relacional”, que é marcada pela diferença entre indivíduos que negam a semelhança que possam ter (Woodward, 2014). Acerca da separação entre identidades, a autora sustenta que a diferença é constituída pela “exclusão”. Desse modo, assemelhando tal pensamento aos discursos que as travestis veteranas têm em relação às adolescentes, quando as primeiras acusam as segundas de não serem travestis, pois são “gays” na maior parte do tempo, há a caracterização dessa exclusão.

Ainda de acordo com Woodward (2014), as separações identitárias ocorrem por meio de símbolos, uma vez que há uma associação direta entre as pessoas e aquilo que elas usam. Se as veteranas não admitem que as adolescentes são travestis

pela inexistência de alterações corporais via silicone, principalmente, tais diferenças são acentuadas, ainda, pela diferenciação dos acessórios utilizados entre a categoria “Viadinho” e as demais. Os xingamentos que Catarina, a Grande, afirmou serem direcionados às adolescentes, sobre a discrepância na qualidade dos acessórios usados por ambas, é nesse sentido, pois a suposta inferioridade dos produtos usados pelas adolescentes é uma forma das veteranas reforçarem ainda mais a diferença financeira entre elas e também deixarem claro quem é, de fato, travesti.

1.2. A Belíssima

Essa categoria traz muitas egressas da categoria das adolescentes, embora não seja uma regra. Belíssima é a pessoa que ultrapassou uma barreira, para o grupo, entre dois mundos. É aquela que deixou de ser “travesti *fake*” (“Viadinho”) e transformou-se em “travesti de verdade”. Essa autenticação é dada pela maioria, pois a Belíssima fez uso do silicone, obrigatoriamente industrial, para garantir o direito não apenas de desfrutar uma parte melhorada do território, mas também de ser aceita como travesti pelas demais.

Há limites para uma Belíssima ser reconhecida. Embora ela não seja mais considerada “uma gay”, pois seu passado de “Viadinho” foi parcialmente esquecido, os meios que a levaram a usar esse tipo de silicone são sempre lembrados. Como já destacamos, esse tipo de silicone é mais acessível que seu similar em prótese e, por conta disso, é o mais utilizado, característica que aumenta, em números absolutos, a quantidade de travestis dessa categoria quando comparadas às outras.

Ter se transformado numa Belíssima também denuncia, de acordo com o pensamento de travestis da categoria Europeia, que aquela pessoa tem poucos recursos financeiros e que também não foi cortejada pelas aliciadoras para fazer programa no eixo Rio-São Paulo e Europa. “É uma bicha mirrada, corpo de erê [me-

nino], não chama atenção das ‘donas da bola’ [aliciadoras]” (Inês de Castro, 2017). Embora essas afirmações sejam questionáveis, principalmente a última, pois a travesti pode ser aliciada e recusar, caso de inúmeras Belíssimas, o estigma criado existe e é motivo de inúmeros conflitos, tanto da categoria Europeia como da “Viadinho”, pois as primeiras, no intuito de reafirmar uma “nobreza” existente no território, e as segundas, de forma a se vingar dos ataques sofridos pelas egressas, lançam mão dessas assertivas para diminuir as rivais.

Além disso, o que pude perceber em relação à virulência dos discursos das adolescentes quanto às travestis veteranas é que por maior que seja a mágoa de ter sido durante muito tempo agredida física e verbalmente, tudo é amenizado quando há a mudança de categoria, como, por exemplo, subir da categoria “Viadinho” para a Belíssima, como afirma Princesa Isabel: “Eu me bombei em novembro. Em outubro eu era **Viadinho**, em novembro eu era travesti de verdade, uma Belíssima. Eu passava pelo setor delas [adolescentes] e dizia ‘diretoria passando, viados’” [grifo meu]. Isabel, que mudou de categoria após ser “bombada”, rapidamente incorporou o discurso dominante e passou a reproduzir as mesmas ofensas das quais era vítima.

Diferentemente do que ocorre com as adolescentes, as Belíssimas têm orgulho de fazer parte da categoria delas, mesmo que o desejo de ser Europeia seja maior, pois agora ela “virou mulher”, não precisa mais ficar confinada nos longínquos lugares escuros próximos à zona portuária, escassos não somente de luz e de clientes, mas, sobretudo, de visibilidade e reconhecimento perante as demais. Muito embora as benesses advindas da nova posição não sejam as melhores quando comparadas às Europeias, certamente é superior às “Viadinhos”.

Sobre o silicone enquanto passaporte para mudança de categoria e os conflitos, afirma Carlota Joaquina:

O que é ser travesti?

Ter silicone, colocar a cara na rua e ser tu mesmo.

Se não tiver silicone não é travesti, então?

Isso mesmo. Se **a gay** coloca roupa de mulher pra grelhar e quando amanhece ela usa roupa **de boy**, como pode ser travesti? Me diz. Ela é **uma gay**. Não aceito isso. Não aceito [grifos meus].

Já foste uma gay, então?

Todas já foram. Já fui uma **Viadinho**, já gritei como essas gay **contra o sistema**. Eu sempre digo aqui que toda travesti já foi **Viadinho** e vai ser Barroca. A regra é essa. Agora, ela pode escolher ser uma Europeia ou uma Belíssima. Dependendo do bolso dela, né, boy? [grifos meus]

(Carlota Joaquina, 2017).

O que se apreende é que não há fidelidade entre a travesti e a categoria egressa, pois, como afirma Carlota, “toda travesti foi **Viadinho** e vai ser Barroca [grifo meu]” e destaca a beligerância entre quem fica e quem sai. Ela afirma que foi “Viadinho” e que agora é uma Belíssima. Atualmente, assume o discurso da categoria atual, mas nem sempre foi assim. Novamente, a interlocutora reafirma o que as anteriores já disseram acerca do silicone e da importância desse produto para ser aceita ou não perante o grupo e também para se sentir realizada enquanto detentora da identidade travesti. Outro ponto destacado por Carlota diz respeito ao tipo de silicone usado e de como tal escolha cria um marcador da diferença entre elas, fato que pautará as relações de antes e depois do uso do produto no corpo.

1.3. A Europeia

No bairro do Reduto, ser uma Europeia é o sonho da maioria das “Viadinhos” e das Belíssimas, pois o uso do silicone em prótese é o marcador da diferença entre elas. Aliado a isso, a travesti dessa categoria desfruta dos melhores lugares no território, e, conseqüentemente, tem maior visibilidade perante

os clientes, uma vez que faz o *trottoir*⁵ próximo aos bares e às boates do bairro.

Outra diferença importante, dessa vez entre Belíssima e Europeia, diz respeito ao uso de hormônios, pois a primeira combina esses produtos com o silicone industrial objetivando formas corporais mais arredondadas. A Europeia pouco uso faz desses produtos, pois alcança, normalmente, os mesmos resultados com intervenções cirúrgicas e as próteses. O resultado prático desta diferença está no número de clientes conseguidos.

As travestis do Reduto alegam, de modo geral, que muitos clientes as procuram para ser passivo na relação sexual, constatação já observada nos trabalhos de Benedetti (2005), Pelúcio (2009) e Antunes (2013), por exemplo. Por causa disso, a Europeia tem vantagem sobre a Belíssima, pois essa fica bastante impossibilitada de fazer o papel de “ativa” em virtude das consequências dos hormônios sobre sua libido, fato que influencia diretamente a ereção. A esse respeito, Princesa Isabel afirma: “As mariconas [clientes] querem dar o cu, mano, e como faz? Tomo tanto anticoncepcional que fico louca e o pau não fica duro. É escroto pra porra”. Nesse sentido, é compreensível, também, por que o silicone em prótese é tão valorizado para o grupo, pois para além dos resultados estéticos, há os resultados financeiros.

Sobre essas diferenças e também sobre uma visível supremacia da Europeia sobre todas as outras, afirma Lady Macbeth:

Existem diferenças entre as travestis?

Tem. E muita. Tem travesti barroca, mal talhada, frouxa, apertada, larga, feia, gorda, tem de tudo.

⁵ Ato de circular pelas calçadas em busca de clientes.

Mas tirando essas diferenças. Aqui no Reduto, por exemplo, tem travesti que não fica aqui no teu ponto. Como funciona?

Ah, mano, **isso é merecimento**. Olha pra mim. Pensa que virei essa lacradora aqui do nada? Claro que não. Eu nunca fui uma **Viadinho**. Quando eu comecei, nem foi aqui no Reduto. Nem tinha isso aqui, mano. Eu batia ponto lá na Almirante. Lá não tem esse babado aqui, não. Era todo mundo junto. Bicha nova, velha, gorda, preta, magra, rica, pobre. Depois eu fiz uns contatos aí, sabe? Fui pra São Paulo e fiz meu corpinho todo. Meu ponto era lá na Praça da Sé, pertinho dos michê, cada coisa bonita. Só tu vendo, mano. Depois fiz novos contatos e fui grelhar lá em Barcelona. Vidinha escrota da porra. Europeu não lava o pau. Só queijo fedido. A gente ia batalhar e dentro da bolsa eu levava uma garrafinha de água mineral porque colocar a boca logo de cara era missão. Comigo, não. Uma amiga levava lenço umedecido. Esfregava no pau do boy e creu! Eu não gostava. Chupar pau com gosto de perfume? Credo! Lavava com água mineral mesmo. Era babado [grifos meus].

Mas e as diferenças entre as travestis aqui no Reduto? Quem inventou?

Mano, eu já cheguei aqui diva. Mas as veteranas falam que era muita bicha junto e alguém resolveu colocar ordem no puteiro. Parece que foi uma bicha chamada Olga Benário, sei lá. Parece que essa bicha era metida a escrota, cortar cara das outras. Dizem que ela fez a divisão. Colocou as pintosas pra um lado, as mal acabadas pro outro, as bafônicas pra outro e assim ficou.

O que são pintosas, mal acabadas e bafônicas?

Pintosa é a gay que diz que é travesti. As **viadinhos**. Coitadas. Nem quero falar dessas aí. Tu já foste lá com elas? Já foste? Aposto o que tu quiseres que elas já falaram mal de nós, né? Tudo recalçada. Eu nem dou confiança, sabe? Sou estressada, quero logo quebrar na porrada. Sou igual a Valesca Popozuda. Aqui é tiro, porrada e bomba [gargalhadas] [grifo meu].

E as mal acabadas e as bafônicas? Quem são?

Então. As pintosas são aquelas frouxas ali. As mal acabadas [Belíssimas] são as pobres que não consegue “aquê” [di-

nheiro] pra colocar prótese. Usam silicone líquido. Agora me diz, mano, como é que uma bicha quer ser uma mulher poderosa usando isso? No escuro elas até ficam babado, mas joga uma luz. Fica tudo torto. E o pau delas é tudo mole. Não levanta nem com o boy mais fechativo nuzinho na frente delas. Aqui elas chamam de Belíssima. Só nome mesmo. Tudo feia. E as bafônicas somos nós, as **rainhas do close, as mulheres** [grifos meus].

Então as pintosas são as “Viadinhos”, as mal acabadas são as Belíssimas e as Bafônicas são as Europeias? É isso? E as Barrocas?

Isso mesmo. As Barrocas são Barrocas mesmo. Em todo lugar Barroca é Barroca. Toda travesti vai ser Barroca, não adianta. A diferença é que vai ter Barroca com “aquê” e Barroca sem “aquê”. Só isso.

O que diferencia uma da outra?

Silicone. É a senha. A **Viadinho** não tem silicone? Não é travesti. É **Viadinho**. A mal acabada usa silicone líquido? É travesti, tá tudo certo. É uma travesti escrota, uma mal acabada mesmo, mas é travesti, não quer ser boy. A bafônica foi pra cirurgia e colocou prótese? Essa é a rainha do puteiro. Travesti puro sangue. (Lady Macbeth, 2017).

Constatação importante sobre as rivalidades existentes entre as Belíssimas e as Europeias é que raramente elas travam conflito físico por causa das diferenças estéticas, como afirmam diversas interlocutoras de ambas as categorias. O conflito, quando há, é por causa de dívidas e traições envolvendo algum namorado. Ser reconhecida como travesti, independentemente do tipo de silicone, é um elo importante entre essas duas categorias, harmonia que não ocorre com a categoria “Viadinho”.

O grau de reconhecimento destacado por Lady é enfático e denota uma superioridade dessa categoria sobre as demais, pois todas as travestis que entrevistei afirmam que ser Europeia é “merecimento”, como destacado na fala da interlocutora, quase um destino que a vida quis. Enfatizando tal discurso, Inês de Castro diz que: “Desde **gayzinha** que eu era linda, pernu-

da, bunduda. Aí fica fácil ser cantada pelas ‘donas da bola’, né? A bicha [aliciadora] bateu o olho e se amarrou em mim” [grifo meu] (11/01/2016). Nesse sentido, quando a travesti é alçada à categoria Europeia, é como um coroamento, um sonho que se realizou, daí resulta os benefícios que tais travestis apregoam e fazem questão não apenas de exercer, mas de manter.

Um dado importante destacado por Lady Macbeth diz respeito à feminilidade, uma vez que a travesti que consegue se aproximar mais do ideal feminino por elas pensado, consegue explorar esse *status* e também diminuir a importância daquela que ainda não logrou tal êxito. Essa característica é confirmada por Ana Bolena, que vai além e destaca uma sutil diferença existente entre as integrantes da categoria Europeia:

Tu, Ana, fazes parte das Europeias. Falando especificamente do continente europeu, em qual país desse continente tu moraste?

Isso mesmo. Não fui pra Europa, mas sou uma Europeia. Pra essas bichas, tem prótese de silicone, é toda plastificada, é Europeia. Presta atenção, pra ser uma Europeia genuína, é o silicone em prótese, nada de silicone de carro igual essas bichas lisas colocam no corpo delas. Credo, mano, só em imaginar aquela agulha gigantesca me furando eu já sinto vontade de gritar. Me plastifiquei em São Paulo, o lugar mais longe que já fui na vida. Nem foi preciso muita coisa, sabe, eu já nasci rabuda, pernuda, rosto fino. Turbinei meus peito e foi o lacre.

O que significa fazer parte do grupo das Europeias?

É top, né? Chego no meu ponto e fico dando close de um lado pro outro e rapidinho tem cliente. Sempre tem. Plastificada, né, meu bem, mais quem quer. Tenho pena é das **Viadinhos**, sabe? Ficam lá naquela escuridão sem fim! Mas o que eu posso fazer? É a regra [grifo meu].
(Ana Bolena, 2018).

Como destacado pela interlocutora, não ter ido à Europa é um mero detalhe, pois, novamente, o fator silicone – prótese – é

quem validará sua entrada no grupo e ainda dará oportunidade de usufruir os benefícios. Fica evidente, ainda, nos dois relatos, o cuidado ao falar da categoria Barroca, pois é um destino que praticamente todas terão, além do fato, destacado na parte final da fala de Ana, de que a travesti que adentrar na categoria Barroca poderá anexar seu passado, o que provavelmente assegurará um lugar confortável no território, mesmo o último estágio, no Reduto, sendo uma espécie de “aposentadoria”.

1.4. A Barroca

Quando iniciei a pesquisa no bairro do Reduto no âmbito de meu mestrado, logo aprendi que uma Barroca é alguém que desperta dois sentimentos nas travestis que ainda não chegaram a essa fase: respeito e dó. Se uma travesti dessa categoria desperta respeito é porque é considerada bem-sucedida, pois soube administrar a carreira com responsabilidade e conseguiu acumular bens materiais e influência para seguir na “batalha”, agora não mais se prostituindo, mas organizando o território, “cafetinando”⁶ e, algumas, comercializando drogas. Quando a travesti desperta dó, maioria dos casos, é porque é considerada “uma errante”, não soube se organizar para o futuro, misturou a prostituição com a vida afetiva, apaixonando-se por clientes, sustentando namorados e viciando-se em drogas, fatos que juntos estigmatizam essa travesti perante as demais, selando um destino insólito dentro do grupo. Diante dessa ambivalência, apresentarei, da categoria Barroca, esses dois extremos.

Maria Antonieta é uma travesti Barroca bem-sucedida. Após ter herdado o controle do território de Olga Benário, soube conduzir, ao longo dos anos, sua influência:

⁶ Muitas travestis mais experientes, ou Barrocas, na linguagem no grupo, assumem o papel de agenciadoras de travestis jovens para a prostituição noutros estados e até para a Europa, como já destacaram Castro e Almeida (2008). Em uma série de reportagens no jornal *O Liberal*, a jornalista acompanhou uma operação da Polícia Federal que deflagrou uma rede de tráfico humano, como sua gênese em Belém, que tinha na figura da “cafetina” o elo principal entre o Brasil e o exterior.

Existem diferenças entre as travestis?

Quando nós chegamos aqui no Reduto, a Olga era a líder e eu era auxiliar dela, a bicha era mais que eu, né? Hoje ela nem seria mais Barroca, seria uma travesti dinossauria mesmo [gargalhadas]. E era tudo muito bagunçado, sabe? E a bicha, antes de ser travesti, tinha sido soldado do exército, consegues imaginar uma bicha imensa, a bicha era altona, com peitos enormes e bunda grandona, sendo soldado do exército? Mas ela era soldado. E a bicha era mandona, estilo general mesmo. Aí a bicha resolveu colocar as bichas em ordem. Aí quando a gente chegou aqui, a Olga foi dividindo os espaços e ela foi percebendo que o lance era ter silicone, pois quando ela foi pra Europa o babado era assim lá. Quando eu tava na Itália, em 1993, era tudo separado mesmo. Mas lá as bichas todas eram siliconadas. Tudo luxo. E aí a bicha resolveu que aqui ia ser do mesmo jeito. Então, as bichas, se quisessem ficar nos melhores pontos, precisavam juntar “aquê” e colocar silicone.

(Maria Antonieta, 2018).

Antonieta é a única líder Barroca no grupo e exatamente por conta desse detalhe, e também por sua fama de agressiva, consegue se impor perante todas as outras. O respeito que nutrem em relação a ela pode, facilmente, ser confundido com medo, dada a sua influência. O fato de ser uma Barroca bem-sucedida faz com que Antonieta circule por todos os espaços, sempre verificando o bom andamento e a harmonia entre as demais. A exigência do silicone é algo que não foi criado por ela, mas que é mantido, pois, como ela destaca, o uso desse produto no corpo proporciona à travesti os melhores lugares no território.

Outro ponto destacado na fala dela diz respeito a um detalhe sobre o nome Barroca⁷, pois, após os 35 anos de idade, tanto Belíssima quanto Europeia adentram nessa categoria que, então,

7 Mônica Siqueira (2009) analisa a fase idosa das travestis e usa os dois termos, Barroca e idosa, como sinônimos. Antunes (2013), embora sustente a referência de 60 anos preconizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) para determinar a velhice do indivíduo, leva em consideração o que as interlocutoras entendem por ser idosa, mas não faz associação ao termo Barroca.

pode ser entendida como uma fase de pré-aposentadoria, uma vez que nada impede que a Barroca continue se prostituindo. Entretanto, conforme a idade vai se aproximando de um estágio avançado, a travesti torna-se oficialmente “idosa”, como Antonieta sugere que Olga seria atualmente, posto que, cronologicamente, essa teria mais de 60 anos de idade.

No outro extremo da categoria Barroca temos Maria de Médici:

Podes me dizer como eras quando te sentias travesti lá no passado?

Eu era lindíssima, um mulherão. Usava vestidos lindos, sapatos lindos, meus peitos eram durinhos, ainda são, dá uma olhada, mas eu era jovem. Agora tô acabada. Tenho 49 anos e não tenho vergonha. Até digo meu nome. Getúlio. Tenho uns vizinhos que me chamam de Getúlio e eu respondo, não tenho mais crise com isso.

Não te prostituis mais?

Não. Tem muito tempo que deixei de fazer isso. Eu vou lá no Reduto [uma parte da entrevista foi na casa de Médici, no bairro da Cremação] de vez em quando. Sinto saudade das bichas. A vida de travesti velha é só solidão, boy. Eu corto cabelo na minha casa agora. Faço bolos por encomenda também e assim vou levando a vida.

(Maria de Médici, 2019).

Diante do exposto, inferimos que Antonieta e Médici representam um paradoxo não somente dentro da categoria Barroca, mas também da identidade travesti. O silicone, para o grupo, é um passaporte para uma validação identitária, já exposto por Antonieta, mas esse mesmo silicone perde a importância quando a travesti, além de entrar na fase Barroca, não logra êxito, como percebido na fala de Médici. É como se o fracasso em ter sucumbido às ciladas da vida fosse acachapante para o até então inviolável silicone.

A entrevista de Médici foi realizada em dois momentos. No primeiro momento, no Reduto, ela estava “montada”, usando os acessórios que uma ex-Europeia normalmente usa, como brincos, saltos altos, colares e um sobretudo vermelho que ocultava boa parte do vestido branco que ela trajava. Naquele momento, Maria de Médici encarnava a travesti que durante anos foi. No segundo momento, em sua residência, ela era Getúlio, ao menos na indumentária. Trajava uma bermuda e uma camiseta que deixava transparecer nas laterais uma espécie de bustiê que comprimia os seios.

A complexidade representada por Médici é como um ciclo se encerrando, caso ela tivesse seguido a ordem “Viadinho-Europeia-Barroca”, pois se a acusação recorrente às adolescentes é não sustentar a identidade travesti em tempo integral, Médici retoma tal prática, agora sendo uma Barroca, pois é travesti enquanto faz visitas às amigas de modo a aplacar a solidão que a acompanha na atual fase da vida e “machuda” quando está em casa. É quase uma volta ao começo. Obviamente, tal percurso não é uma regra, mas não deixa de ser emblemático pensar em tal desfecho.

Os destinos das duas travestis Barrocas bifurcam-se em horizontes discrepantes, pois enquanto Antonieta exerce sua influência positiva, aqui pensado sob o prisma profissional, circulando por todo o território e ganhando dinheiro com suas inúmeras atividades oriundas dessa influência, Médici experimenta o avesso da colega, pois perdeu credibilidade perante as demais pelo seu vício em drogas, pelas incursões afetivas e, apesar de não mais se prostituir, continua frequentando o bairro, mas com acesso restrito, pois uma Barroca malsucedida tem seu lugar reservado na Travessa General Magalhães que, além de mal iluminada, é deserta.

Outra discrepância presente nessa categoria diz respeito à identidade, pois Antonieta sustenta ser travesti, mesmo a idade avançando rumo à sua parte mais crepuscular. Já Médici, por outro lado, mostra-se confusa, pois mesmo verbalizando ser tra-

vesti, não possui mais o mesmo rigor de sustentar essa identidade no corpo e no uso do nome, já aceitando que a chamem pelo nome de batismo, masculino. Acerca desse aspecto destacado pela segunda e também de sua confusão em ora ser Getúlio, ora ser Médici, recorro a Hall (2005) quando esse fala sobre as multiplicidades identitárias, afirmando que os indivíduos podem, livremente, praticar o “jogo das identidades”, sempre que isso lhe for conveniente. O autor sustenta que a identidade é mutável e que o sujeito faz uso dela de acordo com as interpelações que é obrigado a responder. Hall ainda preconiza que os indivíduos são dotados de “identidades singulares”, que são como senhas para interagir no mundo social e com o Outro (Hall, 2005, p. 19).

Essas novas identidades, sustenta o autor, por certo são contraditórias, pois a multiplicidade dos indivíduos é marcada pela volatilidade, pelo problemático, por um ser que não consegue comportar o Eu numa caixa e ali permanecer por toda uma existência (Hall, 2005). O autor ainda afirma ser “uma fantasia” conceber um centro no qual o sujeito supostamente é estruturado, mas, por outro lado, essa ausência de centro não desintegra o sujeito totalmente, uma vez que, no todo, o indivíduo é articulável. Nesse sentido, o indivíduo, quando passa a ter consciência, inicia um jogo ininterrupto de identidades, questionando, substituindo, desestruturando, vivendo, ou, em suas palavras:

Uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é interpelado ou representado, a identificação não é automática, mas pode ser ganhada ou perdida. Ela se tornou politizada. Esse processo é, às vezes, descrito como constituindo uma mudança de uma política de identidade (de classe) para uma política de diferença (Hall, 2005, p. 21).

Incrementando o debate, há o termo “multidão”, usado por Preciado (2011), que é uma versão radical das nomenclaturas *queer*, também radicais, usadas por Butler (2003), por exemplo, pois o autor espanhol entende que os binarismos sufocam de

tal modo as identidades em dicotomias infinitas que um termo pode ser capaz de incluí-los, como as “multidões sexuais”. Há, ainda, tendo a situação de Médici como exemplo, o uso do termo “borramento”, proposto por Bauman (2010), para quando as identidades alcançam outras fronteiras e ganham mais unicidade. Desse modo, Médici, por meio das incontáveis vicissitudes que surgiram por conta do seu não sucesso na carreira de prostituta e, por conseguinte, na categoria Barroca, encontrou nessa matização identitária uma forma de se manter coesa, a despeito das confusões sobre qual é o papel dela perante o grupo.

Considerações finais

Ser reconhecido, para qualquer pessoa, em quaisquer segmentos da vida, é algo que, necessariamente, perpassará por embates. Alguns demandarão menos esforços; outros, por seu turno, despenderão esforços mais significativos; outros, ainda, nos jogarão no ringue do cotidiano e nos transformarão em lutadores incansáveis rumo ao reconhecimento social. Com as travestis, tais esforços adquirem matizes mais fortes, uma vez que as identidades desse público vão se moldando a partir de uma manifesta homossexualidade, não raramente sufocada, seja por membros familiares, amigos, pela sociedade de uma maneira mais ampla, seja pelo próprio indivíduo. Não saber o que se é quando se tem consciência da sua presença na vida é bem diferente dos conflitos identitários surgidos na mais tenra infância.

Nessa perspectiva, procurei, neste artigo, refletir sobre um grupo do qual eu pouco sabia, a não ser que eram travestis aparentemente homogêneas, mas que ao longo do trabalho foram se agigantando, aproximando-se da complexa avenca criada por Caio Fernando Abreu (2008) na qual eu também fui, felizmente, obrigado a abrir portas, janelas; derrubar paredes, arrancar telhados, para que elas crescessem livremente e não num mero vaso. Deixei que suas complexidades e contradições percorres-

sem as páginas deste artigo para que pudéssemos compreendê-las ao menos um pouco e não tivéssemos a mesma visão de sempre toda vez que passássemos pelo bairro do Reduto e as víssemos flanando pelas ruas e becos escuros, tendo as paredes calejadas dos antigos galpões e armazéns como testemunhas da nossa maliciosa mania de padronizar aquilo que não compreendemos.

Um primeiro olhar sobre o material acumulado acerca das trajetórias de vida das travestis, bem como dos embates por reconhecimento identitário no interior do grupo, me direcionou para uma analogia com a teoria do reconhecimento de Honneth (2009). Dessa forma, priorizei deixar em relevo as falas das interlocutoras, e, a partir daí, alicerçar a análise.

O destaque dado à interação social entre elas fez todo sentido quando intercalei tal enfoque com a intersubjetividade da luta por reconhecimento, pois entre elas há as que lutam por um reconhecimento imediato, caso das adolescentes que fazem parte do grupo conhecido como “Viadinho”, bem como daquelas que já foram reconhecidas pelas demais, como as Belíssimas, Europeias e Barrocas, mas que continuam lutando por tal reconhecimento tanto interno como externo. Nesse sentido, entendo que a luta por reconhecimento identitário perpassa, inicialmente, um caminho individual, do sujeito para si, mas também uma luta por reconhecimento coletivo, do grupo como um todo para a sociedade.

Referências

- Abreu, Caio F. Para uma avenca partindo. In: Abreu, Caio. **O ovo apunhalado**. Rio de Janeiro: Agir, 2008.
- Antunes, Pedro P. Sammarco. **Travestis envelhecem?** São Paulo: Annablume, 2013.
- Bauman, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

Benedetti, Marcos. **Toda feita: o corpo e o gênero das travestis**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

Berutti, Eliane. Drag Kings: brincando com os gêneros. **Revista Gênero**. Niterói, v 4, n. 1, 2. Sem. 2003, p. 55-63.

Butler, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Castro, Avelina; Almeida, Jaqueline. Traficados, explorados e invisíveis. Belém: **Jornal O Liberal**, 2008.

Davi, Edmar. **Belíssima: um estudo merleau-pontyano da corporalidade travesti**. 183 f. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Duque, Tiago. **Montagens e Desmontagens: desejo, estigma e vergonha entre travestis adolescentes**. São Paulo: Annablume, 2011.

Eribon, Didier. **Reflexões sobre a questão gay**. São Paulo: Companhia de Freud, 2008.

Góes, Fred; Villaça, Nilza. **Em nome do corpo**. São Paulo: Estação das letras, 2014.

Hall, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Dp&a, 2005.

Honneth, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2009.

Louro, Guacira. **Um Corpo Estranho: Ensaio Sobre Sexualidade e Teoria Queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

Pelúcio, Larissa. "Toda quebrada na plástica": "corporalidade e construção de gênero entre travestis paulistas". **Campos** 6(1-2), 2005, p. 97-112.

Pelúcio, Larissa. **Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de AIDS**. São Paulo: Annablume, 2009.

Preciado, Paul B. Multidões queer: notas para uma política dos "anormais". **Rev. Estud. Fem.** vol.19 no.1 Florianópolis Jan/Apr. 2011, p. 11-20.

Sarges, Maria de Nazaré. **Belém: riquezas produzindo a belle-époque (1870-1912)**. Belém: Paka-Tatu, 2002.

Siqueira, Mônica. **Arrasando horrores: uma etnografia das memórias, formas de sociabilidade e itinerários urbanos de travestis das antigas**. 436 f. Tese (doutorado) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

Vasconcelos, Osvaldo; Cal, Danila; Mokarzel, Marisa. Tinha travesti brincando de “pira”: construção simbólica de hierarquias e territorialidades na prática da prostituição. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, jan. / jul. 2016, p. 46-58.

Woodward, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: Silva, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

Recebido em 12/01/2022

Aceito em 16/05/2022

Behemoth no reverso: autocracia e Estado em Florestan Fernandes*

*Ricardo Braga Brito***

Resumo:

Este artigo reconstrói a análise e a proposição teórica de Florestan Fernandes sobre a formação e atuação do Estado, conjugando seus trabalhos sobre a configuração das classes sociais e as formas de incorporação próprias do capitalismo dependente. Partindo da indicação desse autor sobre as faces de Leviatã e Behemoth do Estado brasileiro, apontamos a presença de outro bestiário analítico, em alguns pontos, distinto da metáfora do centauro, para a compreensão das relações de coerção e consenso que caracterizam o padrão autocrático de dominação na periferia capitalista, fundado no controle da mudança social, na filtragem da democracia e na resistência sociopática das classes proprietárias.

Palavras-chave: Florestan Fernandes. Estado. Capitalismo dependente. Autocracia. Teoria Crítica.

¹ Agradeço à Leonilde Medeiros pelo estímulo dado à escrita deste texto, pelas leituras cuidadosas e indicações de bibliografia, e aos/às pareceristas pelos comentários e sugestões, extremamente ricos e pertinentes.

² Doutor pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ). E-mail: ricardobraga.brito@gmail.com

Behemoth on the reverse: autocracy and state in Florestan Fernandes

Abstract:

This paper reconstructs the analysis and theoretical proposition of Florestan Fernandes on the formation and performance of the State, combining his work on the configuration of social classes and on the typical forms of incorporation by the dependent capitalism. Starting from the two faces, Leviathan and Behemoth, of the Brazilian State, I point out the presence of another analytical bestiary, differing from the centaur's metaphor in a few points, to understand the relations of coercion and consensus that characterize the pattern of autocratic domination in the capitalist periphery, grounded on the control of social change, the filtering of democracy and the sociopathic resistance of the proprietary classes.

Keywords: Florestan Fernandes. State. Dependent Capitalism. Autocracy. Critical Theory.

Behemoth en el reverso: autocracia y estado en Florestan Fernandes

Resumen:

Este artículo reconstruye el análisis y la propuesta teórica de Florestan Fernandes sobre la formación y desempeño del Estado, combinando sus trabajos sobre la configuración de las clases sociales y las formas de incorporación del capitalismo dependiente. A partir de la indicación de ese autor sobre los rostros de Leviatán y Behemoth del Estado brasileño, señalamos la presencia de otro bestiario analítico, en algunos puntos diferente de la metáfora del centauro, para comprender las relaciones de coerción y consenso que caracterizan el patrón autocrático de dominación en la periferia capitalista, fundado en el control del cambio social, en el filtrado de la democracia y en la resistencia sociopática de las clases propietarias.

Palabras clave: Florestan Fernandes. Estado. Capitalismo dependiente. Autocracia. Teoría Crítica.

Introdução

Este artigo reconstrói a proposição teórica de Florestan Fernandes sobre o Estado, sobretudo em sua configuração na periferia do capitalismo. Para tanto, é fundamental analisar o processo formativo e de organização do aparato estatal, com foco no Brasil, por meio de suas obras. Propõe-se, desse modo, observar o quadro teórico estabelecido pelo autor e o conjunto explicativo com que apresenta o processo de desenvolvimento e atuação do Estado brasileiro, tomado como singular para a compreensão de processos mais amplos de integração com as dinâmicas internacionais do capitalismo (Fernandes, 2010, 1979, 2020). Devido à própria estrutura e conteúdo das obras desse autor, também se faz necessária uma compreensão da relação dos distintos grupos e classes sociais, na medida em que é na ação e no embate histórico das classes que se configura o Estado.

O enfoque desenvolve uma indicação do autor, quase ao fim de “A Revolução Burguesa no Brasil”. Segundo Fernandes (2020, p. 428), o Estado brasileiro é uma “composição sincrética (...) *Leviathan* no verso, e *Behemoth* no reverso”, devendo ser entendido em suas relações com o concreto e com os caminhos abertos e fechados pela ação humana. A indicação da figura mítica do Behemoth¹, a partir da obra de Neumann (1942), caracteriza e identifica a proposta analítica de Fernandes, apresentando outro bestiário analítico do Estado, distinto, ainda que próximo à figura do centauro,

¹ Sigo a grafia utilizada por Neumann (1942). De origem babilônica, presente na mitologia judaica e nos livros do Apocalipse e de diversos profetas, Behemoth é um monstro do deserto que, junto de Leviatã, reaparecerá perto do fim do mundo, estabelecendo um regime caótico de terror, mas logo destruídos por Deus. Thomas Hobbes tomou ambos os monstros como imagem de formas específicas de governo: figura do Leviatã simboliza a soberania e o poder centralizado do Estado capaz de garantir a harmonia e a liberdade dos indivíduos, ao passo que o Behemoth é associado ao período do Longo Parlamento inglês, representando um modelo parlamentar de dominação que, por descentralizar a dominação, cria uma situação caótica e um não-Estado. Para uma análise do contexto político e discursivo dos séculos XVII e XVIII, centrada na discussão de formas centralizadas e descentralizadas de governo, ver Lynch (2010).

aprofundando as relações de coerção e consenso, caracterizado pelo padrão autocrático do Estado brasileiro e fundamentado na resistência sociopática das classes proprietárias à mudança social e à democratização. O Behemoth brasileiro, como sinaliza a conceituação de autocracia presente em suas obras, aponta para um controle e tentativa de formatação prévia das classes despossuídas, marcadas por condições de empobrecimento e anomia.

A fim de apreender o processo histórico do Estado brasileiro, que expressa um princípio organizador da sociedade (Botelho; Brasil Jr., 2020), proponho antes uma identificação de um modelo crítico de análise na Sociologia de Fernandes, capaz de compreender e reconstruir os nexos explicativos e as relações sociais significativas com base em critérios científicos e metodológicos rigorosamente estabelecidos, mas também capaz de exercer a crítica de modo a apontar as possibilidades de transformação.

Apesar dos inúmeros trabalhos sobre a obra de Fernandes, apenas um trabalho encontrado trata do Estado enquanto tema e ator centrais (Shiota; Freitas, 2021). Conforme apontado por esses autores e identificado na elaboração deste artigo, não há mais trabalhos que tratem desse objeto. Shiota e Freitas (2021) abordaram a constituição da tensão entre Leviatã e Behemoth no modelo autocrático, apontando elementos característicos para a América Latina e sinalizando elementos interpretativos da teoria da dependência. A opção aqui feita pela imersão na obra de Fernandes trata, sobretudo, do caso brasileiro. Apesar de não ser o foco deste artigo, algumas leituras sobre autocracia também foram trabalhadas, devido a esse conceito ter recebido maior atenção da crítica intelectual.

1. Sociologia crítica

O intelectual abstraído do ambiente em que trabalha, vive e re-flete perde sua potencialidade criadora. Com essa reflexão, mar-

cada pela própria experiência de exílio causada pela ditadura empresarial-militar (1964-1985), Fernandes aponta a socialização intelectual e analítica do/a cientista social ao ambiente em que vive e aos movimentos da sociedade em que se encontra envolvido. Em seu caso e do grupo de pesquisadores vinculado a ele, “era o Brasil que se impunha como o centro das nossas cogitações” (Fernandes, 1975a, p. 16), colocando ao/a cientista social de países subdesenvolvidos a tarefa de estudar “as condições intrínsecas” de seus países.

A “imposição” do Brasil se deu de diversas formas, sendo significativa a experiência positiva da relação entre o sociólogo e os movimentos sociais, relação capaz de construir uma experiência criadora, ligando os resultados de investigação às vidas concretas, às possibilidades de mudança e às expectativas e preocupações da coletividade. Frente a uma população brasileira carregada de contradições e de coexistência tensa entre diferentes culturas e tempos históricos, o/a cientista social é capaz de construir esquemas interpretativos que orientem o olhar e a ação para a totalidade da situação social e a tensão entre valores e interesses sociais distintos ocultados da realidade (Fernandes, 1975a). Portanto, há em seu modo de fazer Sociologia uma potencialidade em alargar a consciência dos problemas sociais brasileiros e orientar para formas de intervenção e controle social.

A preocupação crítica da Sociologia de Florestan já estava presente em trabalhos anteriores. Em texto de 1957, Fernandes (2011a, p. 81) vai qualificar a Sociologia como “ciência que tem por objeto estudar a interação social dos seres vivos nos diferentes níveis de organização da vida”, indicando as relações dinâmicas entre a ordem social e as formas de vida e interação. Preocupação presente em seus textos sobre os tupinambás e sobre o negro, Fernandes (2011a, p 84) refletia sobre o “solapamento e a destruição das bases do equilíbrio do sistema social”, e como eles “conduzem a uma situação na qual desaparecem as condições que podem garantir a estabilidade e a continuidade

da própria forma de vida a que ele [o sistema social] se ajusta”. Delimitado o objeto e o campo de preocupações, o processo de observação sociológica procede pela reconstrução do concreto e sua interpretação por meio de categorias abstratas, mas empiricamente válidas e analiticamente produzidas com base nas hipóteses, no quadro analítico e no conjunto documental (Fernandes, 1972, 2011a).

Ao analisar a totalidade contraditória entre a ordem social e as formas de interação e de vida que se constituem em comportamentos, expectativas, formas de consciência e ação, também a condição de análise e existência do/a sociólogo/a na periferia do capitalismo coloca uma posição privilegiada para compreender processos sociais tanto da periferia quanto do centro. Não se trata de homogeneizar o autor nem de ignorar mudanças em sua interpretação. Conforme sinalizam Freitag (2005) e Mariosa (2007), as modificações na análise, nos objetos e na base teórica de Fernandes foram acompanhadas por preocupações com as situações sociais de grupos oprimidos e com a constituição de formas rigorosas de análise, coleta de dados, interpretação e explicação capazes de intervir no mundo social. Essa preocupação com processos de desestabilização e de controle das formas de organização social de populações despossuídas será aqui realçada a partir de suas obras dos anos 1960 e 1970, constituindo uma interseção e transição entre as fases do “cientista-acadêmico” (1941-1968) e do “político-revolucionário” (1970-1986) indicadas por Freitag (2005).

Nas obras desse período, Fernandes sinalizou para a diversidade dos modos de surgimento e desenvolvimento dos regimes de classe em sociedades subdesenvolvidas e dependentes. A história do regime de classes e da expansão e desenvolvimento do modo de produção capitalista não é homogênea ou universal, e a análise sociológica pode ser enriquecida com a compreensão correlacionada da dinâmica interna do desenvolvimento do regime de classes, observando a dominação burguesa interna jun-

to de suas relações e pressões externas das sociedades hegemônicas do centro capitalista (Fernandes, 2020).

Santiago (2018) apontou para esse esforço teórico, epistemológico e interpretativo de Fernandes em reformular o aparato conceitual às expectativas e às realidades brasileiras. Fernandes define seu lugar de análise, ponto de partida teórico, mas também existencial, porque é marcado pelo processo histórico de formação das classes nas quais se insere a própria socialização do autor. A densa abertura da obra “A Revolução Burguesa” e os trabalhos sobre a sociedade de classes na periferia (Fernandes, 2008b, 1975b) explicitam o esforço de calibrar conceitos fundamentais às condições estruturais e às dinâmicas sociais específicas do Brasil, atravessadas por processos de patrimonialização e de socialização de interesses de uma camada aristocrática que controlou material e simbolicamente as riquezas e as expectativas sociais. Na chave de interpretação marxista, a atenção da análise se volta para as diferenças que emanam do desenvolvimento capitalista na periferia e sua organização dependente, subdesenvolvida e imperializada articulada no padrão das economias capitalistas centrais (Santiago, 2018). No esforço de calibração e rotação de perspectivas, Fernandes (2020) sinaliza a importância de apreender e interpretar a especificidade da configuração social capitalista, subdesenvolvida e dependente, no Brasil, a partir de um uso criativo e crítico de categorias centrais à análise sociológica.

A Sociologia **crítica** e **militante** de Fernandes, inseparável de sua posição socialista, é simultaneamente afirmação e contestação (Fernandes, 2011b, 1976). O estudo sociológico da periferia permite apreender “os processos potenciais, que não chegaram a se transformar em ‘história’” (Fernandes, 2011b, p. 181), atuando de modo a expandir a ordem social democrática, ao contribuir para a preparação do “homem comum” à agência transformadora do mundo social, por meio do entendimento, desejo e prática das opções políticas capazes de transformar o ser huma-

no passivo em agente da história. A Sociologia tem como função possível “alimentar o comportamento das classes inconformistas, os seus antagonismos contra a ordem existente e o alcance de sua atividade revolucionária”, ou ainda captar “*o presente em processo e o futuro em gestação* (...) o centro e a periferia, o estado de conturbação exasperada do capitalismo e de transição difícil para o socialismo” (Fernandes, 1976, p. 131-132, 134, grifos no original). Em suma, **crítica** e **militante**, articulando teoria e prática. O segundo termo revela a profunda conexão do sociólogo enquanto intelectual atravessado e comprometido com seu tempo, mas que não reduz o papel do sociólogo ao voluntarismo ou à adesão a determinadas interpretações de partidos e movimentos, pelo contrário, aponta continuamente que sem movimentos sociais fortes e sem uma posição criativa e intransigente, o intelectual será reduzido à conservação da ordem ou ao esgotamento (Fernandes, 1975a, 1976, 2010).

Apesar de menos analisado, o termo crítica é revelador. Ianni (2011) já havia apontado para esse elemento, caracterizando a Sociologia de Fernandes pelo questionamento conjunto da realidade e do pensamento. Também Fernandes (1976, p. 140) apontou que sua trajetória esteve marcada pelas leituras críticas de Marx e Engels, familiarizando-o com o que chama de “poder do pensamento negador”. A presença desse elemento crítico cresce na medida em que Fernandes abre espaço para realizar uma sociologia científica, com critérios rigorosos de coleta e interpretação de dados e de construção de teorias, e abre espaço para a crítica que incorpora o inconformismo e o comprometimento com o confronto com a sociedade e o “desmoronamento da civilização industrial capitalista” (Fernandes, 1976, p. 140).

Mariosa (2007) identificou na obra de Fernandes a presença de uma “sociologia como crítica”, identificada enquanto uma postura de Fernandes no próprio fazer científico, desde a escolha dos objetos, sua delimitação, coleta de dados, interpretação e expli-

cação da realidade social, constituído pelo rigor metodológico e pela análise da totalidade mediante a rotação de diferentes perspectivas analíticas. A crítica contida na análise de Fernandes se orienta tanto para a ampliação do conhecimento quanto para o uso desse saber enquanto instrumento de ação política (Mariosa, 2007).

A fim de sintetizar esse ponto de aproximação da obra de Fernandes, sinalizo a existência de um modelo crítico singular. Segundo Nobre (2008), a teoria crítica caracteriza-se desde Marx pela análise orientada para a emancipação e pela crítica ao conhecimento produzido e limitado à mera compreensão e reprodução das relações sociais capitalistas. Os “modelos críticos” apontados por Nobre (2008, p. 24) são articulados por uma matriz teórica comum, fundamentalmente interdisciplinar e cujo objetivo é “produzir um diagnóstico do tempo capaz de fornecer uma compreensão acurada e complexa do momento histórico e de suas potencialidades emancipatórias”.

Não há aqui a pretensão de vincular Fernandes à teoria crítica associada à Escola de Frankfurt, o que significaria enquadrar e reduzir sua própria criatividade de análise. Contudo, as referências a Marcuse (Fernandes, 1976, 1979) e a Neumann são singulares e devem ser levadas em consideração, bem como a centralidade das obras de Marx, Durkheim e Weber e as análises interdisciplinares e em diálogo com autores de outras vertentes teóricas e posições políticas. Como apontado por Marcuse (2009), a teoria crítica está envolvida na emancipação das relações sociais existentes e na construção, a partir das potencialidades observadas no presente, de novas relações sociais mais humanas.

Essas breves indicações apresentam quatro elementos que julgo centrais à compreensão das obras desse autor entre os anos 1960 e 1970: 1. o esforço teórico e metodológico para apreender, simultaneamente, as estruturas econômicas, sociais e políticas

que vinculam capitalismo interno e externo; 2. a preocupação com a singularidade da periferia, revelando questões fundamentais para a compreensão do capitalismo central e enquanto fenômeno geral; 3. o esforço em compreender as formas de ação, percepção e sentimento dos indivíduos e grupos sociais; 4. a análise do modelo autocrático de governo e o Estado tecnocrático, burocratizado e vinculado aos interesses da articulação entre burguesia e oligarquia, compondo uma análise da configuração de classes. O modelo crítico de Fernandes é marcado, portanto, pela interpretação das potencialidades e dos obstáculos que caracterizam o momento histórico de dominação do capital, sendo essa negação da ordem simultânea à compreensão do socialismo enquanto ideologia com base científica e dotada de utopia transformadora (Fernandes, 1975a, 1979). Desse modo, não se trata em sua percepção de uma Sociologia crítica **porque** militante, mas de uma Sociologia construída com fundamentação teórica e empírica e na interação crítica com as correlações sociais de seu tempo que podem impulsionar elementos críticos ou conformadores da ordem social.

2. Processo de formação do Estado brasileiro

A preocupação analítica e teórica com a singularidade da periferia do capitalismo², em especial com o padrão autoritário e político da revolução burguesa na América Latina, levou Fernandes (1975a) a desenvolver o que ele chama de uma “teoria da incorporação”, capaz de articular e combinar os conceitos de imperialismo e dependência. Essa teoria, apesar de pouco explicitada em seus escritos, permite a análise dos mecanismos de dominação

² Ainda que não seja possível analisar esse ponto, há um amplo debate sobre o significado da “singularidade” da formação social brasileira. Tavolaro (2005) analisou nas diferentes perspectivas e autores que escreveram sobre essa singularidade um quadro epistemológico comum que, apesar das divergências, tende a ver a modernidade brasileira como inautêntica, semimodernidade ou periférica. Esse autor faz uma breve análise de Fernandes e sua interpretação de uma modernidade singular e periférica no Brasil, tomada em relação com a de países do capitalismo central.

imperialista e o padrão singular de absorção e desenvolvimento do capitalismo em países periféricos, entendendo que “o capitalismo dependente condiciona o próprio imperialismo” (Fernandes, 1975a, p. 60). O central é entender como os mecanismos do imperialismo se realizam dentro dos países submetidos à sua dominação, analisando como os setores da sociedade dependente se ajustam, passiva e ativamente, à dominação. Tais burguesias, para terem condições de sobrevivência interna, defendem o Estado, a base de poder e a posição nos negócios que sustentam sua posição de classe. Como afirma:

É importante, então, fazer a análise completa ou total, para ver como é que se dá o enlace entre as estruturas de poder que são internacionalizadas e as estruturas de poder nacionais mantidas sob controle do Estado pelas burguesias e pelas classes médias de um determinado país (Fernandes, 1975a, p. 60).

O termo “enlace”, por sua vez, é mais afeito à proposição de dupla articulação que Fernandes (2020) aprofunda. Sua análise relacional, atenta às estruturas e aos modos de comportamento e explicação do mundo, tem como um dos nós desse laço o Estado. O Estado é um ator central no modo de realização e desenvolvimento da revolução burguesa brasileira, desde seu papel a ser delimitado e desenvolvido na Independência de 1822, no desenrolar do projeto social do golpe militar de 1964 e até na transição controlada proposta pela ditadura (Fernandes, 1982). O Estado assume um importante papel de defesa dos interesses particulares das classes possuidoras ao nível interno, contra a pressão das classes populares, e ao nível externo, impondo limites à absorção do padrão imperialista de dominação. Em seu processo de formação e atuação, o Estado é mobilizado a fim de controlar e manter o monopólio dos efeitos positivos da transformação social para aqueles que já detêm o monopólio do prestígio, da riqueza e do poder (Fernandes, 2008a, 1979). Conforme aponta, o Estado é elemento que reflete “os interesses sociais e as orientações econômicas

ou políticas das classes que o constituem e o controlam”, devendo ser entendido, portanto, a partir da composição social, dos embates e dos processos históricos que o formam (Fernandes, 2020, p. 322, 1979).

Entender a constituição e atuação do Estado implica em apreender também o conjunto de interesses, valores e expectativas sociais que é articulado pelos agentes sociais em seu querer e desejo coletivos e que socializam percepções, desejos e estilos de vida capazes de orientar os atores em meio e para mudanças, ou ainda para o controle da mudança. Segundo Cohn (1999, 2015) e Bastos (2020), Fernandes trabalha com uma proposta teórico-metodológica sensível aos modos de atuação e organização dos atores sociais, entendendo-os de forma dinâmica em suas relações, mas também em sua vinculação aos momentos históricos e aos modelos de organização da sociedade. Nesse sentido, ainda que aqui nos detenhamos em uma análise do Estado, é imprescindível pontuarmos os grupos sociais que o tensionaram e direcionaram, entendendo a dinâmica de atuação do Estado a partir da relação conflitiva entre as classes e de como ele incide e interfere nessa relação.

2.1. O caráter político das revoluções sociais

A burguesia enquanto categoria histórica surge de forma incipiente no Brasil, sufocada pelo estatuto colonial, pelo escravismo e pela grande lavoura exportadora. O rompimento do estatuto colonial realizado com a independência de 1822 possibilitou a expansão das condições de formação e crescimento da burguesia e desenvolvimento urbano, paralelamente à organização do Estado. Uma das teses centrais de Fernandes (2020) é a de que o burguês que se consolida não rompe totalmente com o padrão de socialização e o conjunto de expectativas sociais da aristocracia, levando-o a analisar a manutenção e as alterações dos padrões de comportamento e socialização, compreendendo e caracterizando a revolução burguesa na periferia.

Não se trata de um episódio, mas de um complexo e longo processo de incorporação de padrões de organização da economia, da cultura e da sociedade, no qual a formação do Estado brasileiro é protagonizada por atores preocupados com os modos de prestígio e com a estruturação desse padrão de dominação em aparato burocrático. Há uma “internalização definitiva dos centros de poder e a nativização dos círculos sociais que podiam controlar esses centros de poder” (Fernandes, 2020, p. 52). A independência nacional indicava crítica à estruturação do sistema colonial orientado para drenar riquezas de dentro para fora, contudo, seu modo de realização congela a descolonização (Fernandes, 2015) no limite dos interesses da aristocracia: rompe-se o estatuto colonial ao nível jurídico-político, porém a estrutura colonial é absorvida e transformada em Estado, aprofundando, inclusive, os padrões de dominação externa e colonialismo em toda a América Latina (Fernandes, 1975b). Os processos de independência política, de aprofundamento da dependência, de reconfiguração da desigualdade de privilégios, poder e riqueza reconstróem a civilização ocidental “a partir de uma condição colonial permanente, embora instável e mutável” (Fernandes, 2008b, p. 27). Conforme aponta nesses trabalhos, a colonização e suas estruturas políticas, econômicas e sociais atuam como uma matriz de significados, práticas e instituições que não são totalmente destruídas³. Essa matriz filtra e limita a descolonização ao mesmo tempo em que inaugura e constrói a nação a partir do Estado, reduzindo-a aos estamentos dominantes por meio de um modelo restritivo de participação política.

³ A centralidade da descolonização incompleta, da persistência do colonialismo, da questão racial e sua articulação com a classe social, a perspectiva dos “de baixo” e a caracterização de um modo específico e articulado de capitalismo na América Latina levaram Silveira (2018) a sinalizar um pensamento “anticolonial” em Fernandes. Também Silva (2020^a, 2020^b), em suas análises sobre o modelo autocrático-burguês e seu padrão de governamentalidade, sinaliza a proximidade com a crítica ao colonialismo, e Shiota e Freitas (2021) a partir da relação com a teoria da dependência e o pensamento crítico latino-americano.

Já aqui, no início do século XIX, é possível apreender a articulação do velho e do novo na constituição do Estado, permitindo compreender o modo específico pelo qual se deu a expansão interna do capitalismo e a composição de uma sociedade nacional articulada ao regime internacional. Do ponto de vista ideológico, a formação do Estado liberal tornou possível a adaptação da dominação senhorial à organização burocrática e moderna do Estado, convertendo-o em fator de preservação da escravidão e da dominação senhorial. Ao mesmo tempo, esse Estado nacional também se realiza por mudanças estruturais na organização e atuação da sociedade civil, incentivando a formação de “novas disposições de sentir, pensar e agir politicamente” (Fernandes, 2020, p. 69) que criam condições ao surgimento do substrato de uma sociedade nacional.

Esse processo constrói novas percepções do futuro e de horizonte cultural, abrindo brechas e contradições na tradição patrimonialista. Apesar das mudanças que se desenvolvem com as transformações políticas e institucionais, o autor sinaliza a constituição de um “princípio de ordenação societária” marcado pela burocratização e integração nacional, dando persistência e vitalidade ao privatismo (Fernandes, 2020, p. 85). Dada a forma de controle das elites senhoriais sobre o processo de acumulação colonial e a construção e consolidação do Estado nacional, tornou-se possível o controle delimitado do processo de mudança, evitando maiores tensões explícitas. Os modelos patrimonialistas de condução da ordem econômica escravista e das relações sociais paternalistas e mandonistas que impediam a constituição e organização do povo foram burocratizados e se transformaram em fonte de solidariedade e associação política (Portela Júnior, 2012). Esse princípio de ordenação constitui um “estilo definido de modernização”: absorção do padrão de civilização e de novos modelos de organização com reação sociopática e tutelar a qualquer tipo de mudança nos padrões de acumulação e distribuição de renda, prestígio e poder (Fernandes, 2020, p. 93-94).

Desse modo, o processo da revolução burguesa no Brasil se destaca pelo seu caráter primariamente político, orientado à adequa-

ção da estrutura colonial, à construção de um mercado interno e à manutenção do *status quo* da dominação estamental (Fernandes, 1975b, 2020). Também se observa essa característica no modo de evolução do capitalismo no Brasil, marcado pela organização da personalidade, da cultura e da sociedade, envolvendo novo tipo de internalização de um “estilo de vida”, mais do que pelo novo desenvolvimento das estruturas econômicas. O modo de produção capitalista se desenvolve e se transforma em meio às tendências de absorção cultural, de organização política e de crescimento econômico da economia colonial e o caráter primariamente político indica a particularidade das revoluções burguesas na periferia. Para Fernandes (2020, p. 253), esse tipo de revolução tem como característica essencial o desenvolvimento do modelo industrial de produção, carregando consigo e exigindo transformações econômicas, tecnológicas, sociais, psicológicas, culturais e políticas que dão nova configuração ao controle do trabalho e gera interações de solidariedade intraclasses e tensões dentro da sociedade. O processo da revolução burguesa na América Latina indica, desse modo, a lentidão e a articulação de tempos sociais distintos, conjugando-se junto à estrutura colonial, sem sua efetiva descolonização: o tempo moderno do desenvolvimento produtivo com o tempo arcaico da manutenção das relações de dominação e controle do trabalho, filtrando e tentando neutralizar formas de organização, reivindicação e ação dos despossuídos.

A partir do controle do aparato burocrático foram criadas condições restritivas de acumulação do capital, de intervenção sobre a economia e de controle sobre as classes populares capazes de manter e intensificar a incorporação às economias centrais em chave dependente, criando situações de mercado com nexos coloniais e imperialistas profundos (Fernandes, 2008b, 1975b, 2020). É importante sinalizar que esse controle sobre as classes despossuídas se processa em continuidade ao padrão colonial estabelecido com a escravidão, indicando uma ordem social na qual se atua para impedir ou ressignificar as formas próprias de organização, mobilização e solidariedade dessas classes, man-

tendo-as atreladas ao regime paternalista e mandonista e reproduzindo uma condição de anomia ou disnomia⁴. Essa condição é caracterizada pela dificuldade, imposta por instituições diversas e pela privação material, de construção da solidariedade dentro de um determinado grupo social, limitando, assim, a criação e a absorção de comportamentos, expectativas e valores tomados como socialmente significativos e necessários à participação e à transformação social (Fernandes, 2021, 2020).

Nesse processo de incorporação e dupla articulação, o desenvolvimento econômico interno do Brasil se faz de modo atrelado e dependente à dinâmica das economias centrais, intensificando suas contradições: apesar do desejo de estabelecer uma real autonomia econômica atrelada à autonomia política, a manutenção do padrão político de dominação interno implica na continuidade da subordinação econômica externa. Se num primeiro momento essas estruturas foram fundamentais para preservar o controle político e integrar a economia, elas se mostraram rígidas conforme a absorção da dinâmica capitalista se desenvolvia em novos padrões aparelhados à economia internacional. A presença desses novos padrões de acumulação, com formas mais indiretas, burocratizadas e modelos de comportamento racionais e maximizadores, aprofunda novas contradições vividas internamente, criando uma radicalização contra o domínio interno da aristocracia, em particular, seus fundamentos no escravismo e patrimonialismo, mas não contra os limites da dependência externa (Fernandes, 2020).

Segundo o autor, esses novos padrões são inseridos ao nível interno pela burguesia paulista cafeeicultora, interessada no suprimento e renovação da mão de obra nas áreas de intensa produção, via po-

⁴ Fernandes (2021, p. 368, n. 237) indica sua preferência teórica pelo conceito de disnomia, identificado na obra de Radcliffe-Brown. A partir desse conceito sinaliza as formas de vivência e enfrentamento de populações em situações de desorganização social permanente. Apesar dessa distinção que dá ao conceito de disnomia uma característica mais permanente do que o de anomia, situação momentânea de desequilíbrio que pode ser alterada, Fernandes tende a utilizar os dois conceitos quase como sinônimos.

lítica de imigração e substituição do trabalho cativo pelo trabalho livre, e na exportação do café. Essas camadas dominantes, de proprietários e empresários socializados em um regime estamental e de castas e por isso ainda marcados por privilégios senhoriais, mas já crítica ao antigo regime e o regime servil, foram capazes de filtrar os conteúdos transformadores e radicais do abolicionismo e transformar a transição para o trabalho livre em política oficial orientada para a resolução do problema de mão de obra agrícola. A consequência foi a instituição de uma ordem contratual ainda marcada pela capacidade de *status* e prestígio dos agentes desigualmente constituídos e que passam a competir por oportunidades de trabalho, relegando o negro ao desajustamento econômico, à eliminação do mercado competitivo ou à sua entrada em posição degradada e marginal, constituindo-o em reiterada situação de anomia e desequilíbrio social (Fernandes, 2020, 2021).

A desagregação da ordem senhorial e a elaboração da ordem social competitiva estão relacionadas às condições de desenvolvimento da empresa agrária, sobretudo a grande fazenda de café paulista. Conforme aponta Fernandes (2021, 2020), partiu do campo a intensificação final da crise do antigo regime e sua contenção, na medida em que essa empresa agrária não se fecha mais em si mesma, desdobrando-se em interesses financeiros, comerciais e políticos dos negócios do café que se realizam nos centros urbanos e estão vinculados à dinâmica de expansão do capital internacional. O “grande empresário rural” (Fernandes, 2021, p. 84) cafeicultor desempenhava múltiplos papéis socioeconômicos criados pelas ramificações que os interesses rurais estabeleceram nos centros urbanos, relacionando-se com os agentes especializados na comercialização, ambos preocupados e mobilizados pela produção e exportação do café. Esses atores impulsionaram inovações jurídicas, políticas e institucionais entre 1889 e 1930 a fim de adaptar a grande empresa agrária ao regime de trabalho livre e às relações de troca no mercado de trabalho, mantendo, contudo, as formas de comportamento, de distanciamento social, os hábitos e o horizonte cultural da dominação patrimonialista. Constituiu-se uma

sociedade de classes que só era *igualitária* nos estratos dominantes e só era *aberta* para aqueles que detinham o poder ou para os que participassem vantajosamente das novas tendências à concentração regional da renda, inauguradas com o surto cafeeiro e a expansão econômica do sul do país (Fernandes, 2021, p. 85, grifos no original).

A lenta desintegração da ordem social escravocrata e senhorial é concomitante à reorganização das relações de produção e de mercado em bases capitalistas e competitivas. Esse processo de absorção é característico da situação periférica e marginal das economias capitalistas dependentes e sua origem colonial, na qual se observa um Estado capaz de burocratizar o patrimonialismo e o privatismo das elites aristocráticas, deformando a organização da ordem social competitiva, neutralizando suas inquietações sociais e inovações institucionais. A atuação das classes possuidoras junto ao Estado foi central para manter essa dupla articulação, pois a canalização do excedente econômico da produção agrária para o comércio e para o mundo dos negócios urbanos, a especialização das grandes unidades senhoriais de produção agropastoril e a progressiva mercantilização e liberação do trabalho criaram uma situação potencial de conflito político ao final do século XIX. Como em 1822, em 1889 a opção histórica tomada pelos agentes sociais dominantes e em conflito foi a de uma rearticulação do pacto de poder entre os proprietários a fim de manter a subordinação à dominação externa e às vantagens econômicas do Estado nacional: “as forças de acomodação prevaleceram” e souberam tecer um novo consenso pela distribuição desigual e racializada do poder, da riqueza e do privilégio social (Fernandes, 2020, p. 217, 2021), filtrando as potencialidades revolucionárias e democratizantes do abolicionismo.

O crescimento econômico pressionava por uma modernização que, por si mesma, não tinha força para destruir ou transformar radicalmente a ordem senhorial e escravocrata. Os interesses políticos de controle da ordem e neutralização da radicalidade se mantiveram mesmo quando os interesses econômicos leva-

ram ao máximo a crítica ao modelo escravocrata de produção e de relação de trabalho. A dupla articulação entre imperialismo e dependência se dá pela “combinação do ‘moderno’ com o ‘arcaico’, uma descolonização mínima, com uma modernização máxima”: o congelamento da descolonização indica o limite histórico da burguesia em levar a cabo as potencialidades das modernizações econômicas, legais e políticas associadas ao capitalismo avançado (Fernandes, 2020, p. 223, 2015).

2.2. Possuidores e despossuídos: defesa da propriedade privada e repressão

O congelamento da descolonização e a manutenção do poder oligárquico delimitaram a formação das classes e seus mecanismos de solidariedade, impondo o controle conservador e o poder autocrático das elites dominantes como “fio condutor da história” (Fernandes, 2020, p. 247). O controle dessa força de trabalho se realiza ocultando as relações mandonistas e paternalistas dentro das formas contratuais e concorrenciais de constituição do mercado de trabalho. Quando esse modelo de controle não dá conta de neutralizar as pressões sociais, surgem a repressão policial e a dissuasão político-militar. Conforme indica, a violência rotinizada e institucionalizada nessa sociedade de classes que se forma em bases estamentais se transforma em técnica social naturalizada e dispersa por instituições de dominação direta e indireta de classe (Fernandes, 1982). Dos pontos de vista ideológico e repressivo, a burguesia atua de modo a filtrar o ímpeto político modernizador das transformações econômicas, revelando que sua autoimagem democrática e nacionalista não é mais do que aparência, fachada para as bases privatista e mandonista (Fernandes, 2020).

Essa violência “orgânica e institucional” busca deter a descolonização e inviabilizar ou entorpecer a revolução democrática, quebrando a identidade dentro das classes trabalhadoras e sua fermentação política de caráter revolucionária, ou mesmo refor-

mista (Fernandes, 1982, p. 156). Seja no plano jurídico contratual, na intervenção econômica, no controle das organizações sociais, seja na repressão policial, o Estado burguês que se estabelece em 1889 com a reconfiguração das estruturas de poder terá um papel fundamental. O início da modernidade no Brasil é marcado por uma revolução social com preponderância do elemento político: a dominação de classe estabeleceu na política o terreno de definição dos interesses comuns, convergindo para a atuação do Estado. A burguesia nacional buscou tirar proveito das desigualdades temporais, sociais e econômicas do Brasil, mobilizando as vantagens do atraso e do avanço das populações, optando, enquanto categoria histórica e social, por frear e controlar os efeitos da mudança, sem assumir seu papel histórico de defesa da civilização ou instrumento da modernidade (Fernandes, 2020).

Há, portanto, ao fim do século XIX uma nova configuração do consenso entre as classes dominantes que se articulam e fortalecem o poder autocrático do Estado. A burguesia foi integrada e absorvida aos quadros estatais em meio à desintegração da sociedade estamental, evitando-se uma ameaça mais radical à ordem social. As bases dessa nova configuração explicitam o eixo da revolução burguesa no Brasil e na periferia: articulação dos interesses comuns da burguesia e repressão e tutela das massas despossuídas. A burguesia brasileira não estava em conflito fundamental com a aristocracia agrária, marcada pela transformação capitalista da economia de mercado internacional. Na conjugação dos interesses⁵ de ambas estava a questão de “como preservar as condições extremamente favoráveis de acumulação originária, herdadas da Colônia e do período neocolonial, e

⁵ Mazzeo (1989) identifica nessa conjugação de interesses uma ideologia de conciliação que caracterizaria a debilidade relativa da burguesia brasileira, a atuação do Estado e o próprio modelo autocrático. Conforme será indicado mais a frente, não se trata tanto de uma “debilidade” da burguesia na obra de Fernandes, mas de uma análise das opções históricas, entendidas enquanto formas de ação e de estratégia dessa classe em determinados contextos e no conflito com outras classes e forças sociais internas e externas (ver também Cohn, 1999 e Silva, 2020a).

como engendrar, ao lado delas, condições propriamente modernas de acumulação de capital” (Fernandes, 2020, p. 261), com a expansão interna dos capitalismo comercial e industrial. Apesar dos distintos interesses, a articulação das classes dominantes foi capaz de encontrar um que lhes fosse comum: a defesa da propriedade privada como elemento de prevenção da desordem econômica e controle da sociedade (Fernandes, 2020). Ao se articularem em torno da propriedade, constituíram também um inimigo comum: os despossuídos e explorados do passado e do presente – o liberto, o assalariado e o semiassalariado do campo e da cidade. Definidos os interesses, aliados e inimigos comuns, consolida-se um padrão de dominação e uma democracia restrita que “domestica” o capitalismo na periferia e consolida a revolução burguesa em um país dependente.

Fernandes (2008b, 1975b) aponta para uma sociedade de classes articulada e tensionada entre possuidores e não possuidores de bens, colocando no centro da análise os processos de mercantilização do trabalho, de expansão da ordem de mercado, de expropriação e de acumulação da propriedade privada, mas que também busca apreender elementos de situação de classe, formas de dominação e possibilidades de solidariedade dentro da disnomia normal da dependência⁶. Os possuidores se inserem e são valorizados nas relações de produção e de mercado, en-

⁶ As definições e delimitações de situações de classe, seus interesses e formas de organização reais e potenciais foram apontadas em Fernandes (2008b). Conforme argumenta, as classes altas, rurais e urbanas são a representação dos possuidores de bens, também identificados enquanto burguesia, e a classe média urbana, ou pequena burguesia, que contém em si um setor moderno e um setor tradicional propenso à proletarização. As representações dos não possuidores são as de classe baixa urbana, classe dependente urbana e um campesinato sem formação social definida, abarcando dependentes e assalariados. Devido ao escopo deste artigo não será possível aprofundar essa articulação e rotação de perspectivas promovidas pelo autor nessas obras. Nesses trabalhos, Fernandes retoma e abre caminhos para conjugar os elementos tipicamente estáveis, gerais e variáveis capazes de apreender os processos sociais a partir de condições limitadas de tempo e de espaço e de determinados padrões de socialização, relações de convivência e motivos internos das ações e relações (Fernandes, 1972).

quanto os não possuidores podem encontrar valorização e são classificados na ordem econômica pelo trabalho, incluindo os assalariados, os em via de proletarização e os mais ou menos marginalizados da integração ao mercado. Para o autor, tornar comuns os interesses e as situações de classe, constituindo-os enquanto destinos compartilhados a partir de laços de solidariedade, atuação política e formas de consciência, possibilita a construção da classe como realidade histórica também para os agentes que dela participam. A classe, portanto, aos níveis analítico e político, depende de sua organização e da capacidade de articular seus interesses específicos e torná-los comuns (Alves, 2020), e em meio aos conflitos de classe, as frustrações das massas podem ou não sofrer alterações e ser conscientemente apreendidas e transformadas em elementos de mobilização e organização.

Devido ao caráter permanente da disnomia na periferia do capitalismo há uma dificuldade de organização enquanto classe. Segundo o autor, “[as] únicas classes que contaram, contam e continuarão a contar com condições para tomar consciência clara de seus interesses de classe e de sua situação de classe são as classes altas” (Fernandes, 2008b, p. 68). Percebe-se, desse modo, o protagonismo e a força da burguesia na periferia, capaz de perceber e aproveitar as novas etapas do capitalismo e consolidar seus laços com o imperialismo como forma de se fortalecer internamente. O fortalecimento do Estado nos anos 1930 criou condições de reação à tripla pressão sofrida pela burguesia: pressões que vinham dos centros hegemônicos do capitalismo em sua nova fase monopolista, do operariado e das massas populares que pressionavam por um novo pacto social dentro da ordem, porém mais democrático, e pressão interna da iniciativa privada que questionava o papel de intervenção direta do Estado na economia (Fernandes, 2008a, 2020).

Mais uma vez, a saída tomada é política. Em 1964, a tripla pressão aglutinou os setores dominantes das classes altas e médias em uma “contrarrevolução autodefensiva” (Fernandes, 2020, p.

269). Por meio de um golpe e uma ditadura militar a burguesia garantiu as condições de modernização tecnológica, aceleração do crescimento econômico e aprofundamento da acumulação capitalista inaugurada com a fase monopolista sem alterar as estruturas desiguais e raciais de poder, prestígio e riqueza. Desse modo, o controle do Estado assegurou a associação íntima com os centros capitalistas internacionais, a repressão contra qualquer ameaça popular de subversão da ordem, a transformação do Estado em instrumento exclusivo do poder burguês e a reorganização da economia para os novos padrões de submissão e dependência ao capitalismo monopolista. Nessa nova etapa histórica, a dominação burguesa se desmascara, revelando sua natureza autocrática e sua incapacidade e falta de interesse em realizar os alvos históricos com que se identificara no período republicano, tais como a ampliação do pacto democrático do poder e a diminuição da desigualdade e da pobreza.

O caráter político central da revolução burguesa no Brasil configura a incorporação dos padrões ultramodernos do modo de produção capitalista, garantindo a continuidade da conquista via acumulação originária em novas etapas de modernização e a garantia do controle interno da burguesia nacional. Termos como conquista e acumulação originária⁷ não são arbitrários. O capitalismo monopolista gerou “uma forma de incorporação devastadora da periferia às nações hegemônicas e centrais, que não encontra paralelos nem na história colonial e neocolonial do mundo moderno, nem na história do capitalismo competitivo”, uma “segunda partilha do mundo” (Fernandes, 2020, p. 312), caracterizada como uma colonização ainda mais intensa e total que a dos séculos XVII e XVIII (Fernandes, 1975b).

⁷ O termo mais comum nas atuais traduções brasileiras é “acumulação primitiva”, com equivalente presente na própria tradução de Marx de “O Capital” para o francês. Contudo, segundo Grespan (2021, p. 22), o termo “acumulação original” remete à alusão bíblica presente na expressão alemã utilizada inicialmente por Marx, identificando “original” como ponto de partida da acumulação e como marcação a ferro e fogo da cisão entre propriedade e trabalho.

De modo geral, uma mentalidade espoliativa e espírito especulativo se desenvolvem nos países dependentes, reproduzindo-se junto à manutenção das estruturas arcaicas dentro das modernas, de tal modo que essa articulação intensifica a concentração social da renda, do prestígio e do poder (Fernandes, 2008b, 1975b). O regime de classes em uma sociedade de capitalismo dependente tende a se adaptar às iniquidades, tensões políticas e conflitos sociais que são crônicos e insolúveis, elevando a opressão sistemática “à categoria de estilo de vida” (Fernandes, 2008b, p. 75, 1982), garantindo como natural, dentro do regimento competitivo, as desigualdades de origem estamental, fundadas no prestígio e reconfiguradas pela propriedade privada. O cálculo racional e capitalista das classes altas incorpora a mentalidade espoliativa que busca no curto prazo e no regime político fechado o controle das possibilidades de lucro. Os interesses econômicos dessa burguesia reforçam as bases econômicas da dependência, criando sua solidariedade e identidade de classe na posse privilegiada de bens, sobretudo a propriedade privada e a defesa do regime jurídico e político que a assegura. Desse modo, a “espinha dorsal do subdesenvolvimento” é o “pacto sagrado” da propriedade privada, mantido sob a “expectativa da acomodação passiva das demais classes” (Fernandes, 2008b, p. 85).

O subdesenvolvimento, portanto, não é um produto direto da economia capitalista, mas uma conjugação de opções históricas e sociais que congelam, filtram ou impedem determinados desenvolvimentos democratizantes. A estabilidade política da periferia se transforma em elemento necessário à incorporação e à expansão do padrão monopolista de desenvolvimento do capitalismo, garantida pela repressão contra os protestos sociais e possibilidade de democratização, e que se sintetiza no “desenvolvimento com segurança”, dissociado das potencialidades igualitárias, democráticas e cívicas associadas ao desenvolvimento econômico competitivo. Desse modo, as formas do antigo e do arcaico na periferia do capitalismo funcionam como fontes de acumulação originária de capital, e na medida em que

o capitalismo interno se acelera e se desenvolve orientado para o mercado mundial, os laços da dependência se reforçam, aprofundando suas contradições.

3. Do centauro ao Behemoth: autocracia e medo histórico das classes subalternas

Nas economias dependentes, e em suas áreas mais periféricas no nível interno, os mecanismos de expropriação originária do capital são operados de modo a impedir a pressão política dos despossuídos, garantido pelo argumento da segurança nacional. O modelo estatal capaz de garantir esse nível de estabilidade política e posto à serviço de fins particularistas da iniciativa privada é definido por Fernandes (2020) como uma “autocracia burguesa”⁸, conjugando ainda a versão tecnocrática da democracia restrita, para a qual o papel dos intelectuais, militares e tecnocratas civis são fundamentais na adaptação do Estado às funções contrarrevolucionárias e repressivas, operando a serviço da ordem, da desumanização e da concentração de poder político (Fernandes, 2010, 1979).

Embora dissimulado sob o argumento de “democracia forte”, a realidade histórica e estrutural do Brasil colocou à burguesia nacional o dilema de instaurar uma autocracia ou “oligarquia coletiva das classes possuidoras” (Fernandes, 2020, p. 407), na qual se observa a dominação institucional e controle da econo-

⁸ Segundo narra Coutinho (2011, p. 233) a partir de diálogo com Ianni, Florestan tomou como inspiração analítica a caracterização da autocracia czarista feita por Lenin, identificando o momento em que ela já atuava como Estado burguês. Coutinho é crítico ao uso desse conceito, na medida em que o identifica com a concentração de poder absoluto em um único governante. Trata-se, em Fernandes, não de um único indivíduo, mas de uma classe que assume o poder do Estado e o reorienta silenciando e formatando formas de organização e atuação impostas a outros grupos sociais. O caráter enformador da autocracia também foi indicado por Silva (2020b), que identifica um padrão autocrático de governamentalidade no neoliberalismo atual.

mia, da sociedade e do Estado. O uso organizado da violência de Estado serviu para que a classe se sobrepusesse e prevalecesse sobre a nação. O colapso do populismo observado em 1964 representou a crise e o limite do radicalismo burguês e da ordem pseudodemocrática que ele criou, marcada pela ausência de articulação política sólida entre possuidores e despossuídos durante o período populista, revelando “uma autocracia burguesa dissimulada” na democracia (Fernandes, 2020, p. 415). Trata-se da ausência de canais institucionais capazes de estabelecer a articulação política entre as classes e garantir a expressão dos despossuídos. Contudo, é importante sinalizar que as distintas posições de classe ocupadas no processo produtivo e a manutenção da propriedade privada e das formas de acumulação originária colocam possuídos e despossuídos em posições contraditórias, com expectativas e interesses coletivos distintos e por isso inegociáveis.

A ordem social competitiva, o regime capitalista de acumulação e exploração do trabalho e a forma institucional do Estado expressam relações autoritárias, incorporadas às suas instituições, estruturas, ideologias e processos sociais que buscam garantir a manutenção das relações de produção e dos privilégios da desigualdade econômica, social e política. Os riscos do conflito – as greves, os movimentos, as revoltas, os partidos de oposição, as possibilidades reais ou virtuais de uma revolução socialista – reforçam as tendências de autodefesa do regime, reduzindo a democracia ao privilégio das classes possuidoras. Como aponta, “sem nenhuma mágica, o Estado de exceção brota do Estado democrático, em que está embutido” (Fernandes, 1979, p. 14), e vice-versa. O Estado só pode ser compreendido enquanto conjunto de instituições, valores e práticas embebido nas disputas de classe em que se desenvolve. O fortalecimento do controle estatal acompanha as necessidades de controlar e racionalizar os lucros por meio da ordem social, reduzindo as possibilidades de democratização à manutenção de uma ordem restrita e cerrada nos valores e interesses das elites. Diante das tensões

internacionais, das necessidades de ampliação do capitalismo monopolista, das pressões organizadas e das demandas de grupos sociais despossuídos, o Estado moderno se tecnocratiza e se amplia em sentidos contraditórios, abarcando desigualmente os diferentes grupos.

Condenada à dependência e à contrarrevolução permanente, o “medo histórico” das classes possuidoras às alterações reais ou possíveis do *status quo* a fazem perceber apenas uma saída:

Ou “aceleração do desenvolvimento econômico”, ou “fim do mundo”, o que não deixa de ser uma verdade histórica, pois a aceleração do desenvolvimento econômico e a sua impossibilidade são os limites que separam a existência do capitalismo dependente de sua destruição final (Fernandes, 2020, p. 439).

A institucionalização da autocracia significa a consolidação de uma democracia de cooptação das classes baixas, neutralizando e impedindo suas revoltas e dissidências. Nesse quadro, fortalece-se um Estado autocrático “compelido a funcionar sob extrema tensão permanente e autodestrutiva, de insuperável paz armada” (Fernandes, 2020, p. 446).

Na periferia, as lutas de classe se desenvolvem premidas pela restrição à participação política, pelo congelamento da descolonização e pelo alto grau de desigualdade dos privilégios, da riqueza e do poder. O caráter contrário à efetiva integração nacional do uso do Estado pela burguesia dependente revela sua dificuldade de realizar-se como classe e impor sua hegemonia de outra forma que não pela repressão, limitação à participação e organização das classes despossuídas e articulação dependente e espoliativa com as burguesias hegemônicas. Abrir de forma realmente democrática a ordem significaria romper com as raízes de vantagens e privilégios. Por outro lado, faltaria às classes trabalhadoras a capacidade de negar a negação e tornar-se

“força social construtiva” (Fernandes, 2010, p. 119, grifos no original), premidas pelas reatualizações da acumulação originária, pela configuração anômica do mercado de trabalho e pelo padrão restrito da participação política e desigual na distribuição de privilégios, poder e riqueza.

Em Fernandes (2021), a autocracia indica a reprodução da condição de disnomia, podendo-se entender uma formatação mais geral da sociedade brasileira, sobretudo a delimitação e o controle dos tipos de solidariedade possíveis a serem construídos por e entre as populações negras. Nessa obra, a autocracia se revela na manutenção das distâncias sociais, políticas, culturais e econômicas presentes nas relações entre brancos e negros e na manutenção da condição de disnomia e de miserabilidade dos despossuídos, deixados à própria sorte e virtualmente impedidos de absorver os padrões culturais, as formas de comportamento e as expectativas da sociedade de classes. Ainda que menos trabalhada, a autocracia é apresentada como uma das principais características da ordem social tradicionalista no Brasil, revelando seu caráter fechado, elitista, patriarcal e patriomonalista, que irá se reconfigurar na sociedade de classes e sua ordem competitiva, potencialmente mais aberta.

Conforme apontará em textos posteriores, porém já presente em *“A integração”*, a autocracia se revela no congelamento da democratização, na manutenção das distâncias sociais, na reprodução da anomia dos grupos subalternos como forma de impor a apatia e reprimir a mobilização e insubordinação. E, ainda, conforme trabalhado de forma mais clara em *“A Revolução Burguesa”*, a autocracia terá papel central na manutenção da propriedade privada e na realização contínua da acumulação original recolocada aos países periféricos e subdesenvolvidos em sua integração ao capital hegemônico. Juntadas as duas obras, ficamos com a imagem de como o Povo é bloqueado em sua atuação histórica, para parafrasear de forma pessimista a importante ‘Nota Explicativa’ de *“A Integração”* (Fernandes, 2021).

Esse pessimismo não se sustenta na análise de Florestan. Mais do que “minar qualquer forma de organização política alternativa dos dominados”, como sinalizam Shiota e Freitas (2021, p. 406), melhor seria falar em congelamento e filtragem dos ímpetos transformadores, visto que a “história nunca se fecha” (Bastos, 2020). A análise de Fernandes se orienta para apreender homens e mulheres enquanto agentes de sua transformação e que precisam de “condições objetivas e subjetivas para se converter e atuar como força social revolucionária” (Fernandes, 1979, p. 17). Desse modo, por mais que a orientação do modelo autocrático se volte para acabar com as formas de organização popular, sobretudo as mais autônomas, críticas e potencialmente revolucionárias, o Estado autocrático também se volta para filtrar e organizar previamente essas formas de coletividade e de formação de grupos e solidariedades. Trata-se de uma tentativa de organização prévia da sociedade de classes na periferia que se fundamenta no controle contínuo sobre as classes subalternas. É importante salientar essa ideia de “tentativa”: é uma pretensão de controle que se afirma, oscila ou enfraquece conforme as correlações de classe e a própria capacidade de organização e atuação dos subalternos. Em Fernandes, a dimensão coletiva das resistências populares e suas potencialidades críticas e transformadoras são centrais, compreendendo que essas formas de resistência e organização seriam capazes de engendrar novas formas de organização social e, desse modo, novas sociabilidades e novas subjetividades.

Nesse quadro dinâmico e estrutural do capitalismo dependente e sua sociedade de classes, a revolução dentro da ordem é “sistematicamente esvaziada de significação para as classes que não são privilegiadas”, ao passo que a revolução contra a ordem só encontra seu “pleno sentido fora e acima do contexto burguês, como uma revolução das classes ‘baixas’ e dos setores radicais de outras classes contra o capitalismo dependente e a sociedade de classes a que ele dá origem” (Fernandes, 1975b, p. 101). Contra as possíveis brechas e rupturas na ordem, o Estado se

converte, por seus mecanismos, instituições e valores em veículo e ator-chave da autodefesa das classes privilegiadas e de controle da sociedade nacional pelas elites, buscando limitar as formas de organização, expressão e ação das classes despossuídas em meio ao desenvolvimento dependente do capitalismo. A democracia burguesa que se desenvolve nos países periféricos é restrita aos membros das classes possuidoras, e os interesses das burguesias nacional e internacional se materializam na manutenção da ordem e do controle tutelado das possibilidades de transformação a partir do Estado. Conforme aponta, não há contradição ou irracionalidade entre desenvolvimento capitalista e autocracia (Fernandes, 2020).

O processo de tecnocratização e militarização do Estado permitiu a construção de um **consenso burguês**, capaz de fortalecer o Estado para manter o nexos entre modernização e regeneração dos costumes e da ordem e converter a reação autodefensiva da burguesia em fonte de autoafirmação e autoprivilegiamento. Esse Estado tecno e autocrático consolida o “monopólio de selecionar e de introduzir as inovações historicamente necessárias” dos setores conservadores da burguesia (Fernandes, 2020, p. 404) e cria mecanismos de regulação da agitação política e do descontentamento. Fundado na “ideia de guerra permanente de umas classes contra as outras” (Fernandes, 2020, p. 421), esse Estado atua de modo a desfazer e suprimir relações espontâneas entre as classes, tornando-as desnecessárias pelas prévias modelações estatais, fortalecendo um mecanismo colonial de conquista que se atualiza no controle dos sindicatos, universidades, instituições públicas e associações, na repressão e na mentalidade espoliativa. Nesse sentido, há um esforço de fazer do consenso burguês um consenso nacional mediante modernizações jurídicas e políticas que reproduzem o privilegiado direito à propriedade privada. Os limites desses consensos se apresentam na vinculação entre a tradição brasileira de democracia restrita e as próprias aberturas e imaginários associados à modernização. Seu caráter aberto, democrático e universal gera contradições

dentro de uma prática institucionalizada de exclusão. Essa conciliação apresenta um preço:

um Estado de emergência neoabsolutista, de espírito aristocrático ou elitista e de essência oligárquica, que possa unir a ‘vontade revolucionária autolegitimadora’ da burguesia com um legalismo republicano pragmático e um despotismo de classe de cunho militar e tecnocrático (Fernandes, 2020, p. 426).

Esse modelo típico de Estado combina diversas idades históricas e processos de dominação a fim de controlar as classes despossuídas, e limitar as burguesias e nações hegemônicas do sistema capitalista mundial. Complexo e heterogêneo, esse Estado é uma composição sincrética, com mecanismos opressivos e repressivos, mas também com mecanismos de representação e controle tecnocrático elaborado: “*Leviathan* no verso, e *Behemoth* no reverso” (Fernandes, 2020, p. 428). Fernandes apreende na violência autocrática o caráter constante do Estado brasileiro, centrado na prática da conquista e da expropriação contínuas.

Apesar da principal metáfora utilizada para apreender os diferentes tipos de governo e regimes políticos em seus modos de dominação ser a do centauro⁹, Fernandes (2020, 1982) se vale de outro bestiário mitológico que reforça o caráter coercitivo e, mais do que isso, indica o trabalho de filtragem da democracia e formatação da sociedade. Essa indicação busca sinalizar outra chave de leitura para apreender o Estado autocrático, capaz de analisar de forma mais borrada a relação entre consenso e coerção, que parece sin-

⁹ Segundo Bianchi e Aliaga (2011), a metáfora do centauro foi influente no debate político italiano do início do século XX, podendo-se analisar sua presença em Mosca, Pareto, Mussolini e Gramsci. Conforme analisam, e aqui também aponto, a imagem do centauro e a visão realista de Maquiavel influenciaram, de diversas formas e ênfases, a análise relacional da força e do consenso como fundamento para compreensão da formação e atuação do Estado e das relações de poder. Não há espaço aqui para aprofundar a metáfora do centauro e o conjunto de autores que articulam essa dupla face de coerção e consenso.

tetizada no poema “Meu filho”, de Francisco Alvim. Publicado em 1978, o curto poema traz consigo um conselho, uma premonição e uma reflexão sobre a sociedade e o Estado ditatorial:

Vamos viver a era do centauro
metade cavalo
metade também.

O Behemoth sintetizado por Fernandes como o reverso, mas parte integrante do Estado brasileiro, sua **contraface** autocrática, baseia-se na análise da prática e da estrutura política, econômica e social do nazismo alemão feita por Neumann (1942), podendo ser entendido enquanto centauro cuja face humana já se bestializou, desumanizada e desumanizante. Da análise desse autor é possível apreender alguns elementos que possivelmente estimularam a análise de Fernandes, que percebe no Estado a recorrência da coerção contra os processos de democratização e mobilização das classes despossuídas. Da leitura de Neumann (1942) pode-se ressaltar: a fundamentação de um Estado totalitário, profundamente antidemocrático e repressivo, mas que coloca em si mesmo a defesa da democracia; a sobrevalorização da defesa da propriedade privada; a influência, apoio e financiamento do movimento repressivo pelas elites econômicas como forma de consolidar um padrão monopolista; o apoio e o vaticínio do regime pelo poder judiciário; o fortalecimento do aparato burocrático como forma de controle da vida econômica, cultural, política e social dos indivíduos em grupos já modelados pelo Estado e pelas empresas, ou mediante forte intervenção do Estado; o uso da repressão, mas também do aparato jurídico, para exterminar grupos sociais considerados subversivos, comunistas e inimigos da ordem naturalizada; o esvaziamento da democracia mediante o aparato midiático e a cultura de massa, bem sintetizado no falso nacionalismo e no medo histórico ao comunismo.

Essa lista não reflete a leitura singular que Fernandes pode ter feito, porém dá indícios de sua compreensão. O Behemoth ga-

rante um controle repressivo sobre as classes despossuídas ao mesmo tempo em que possibilita as condições de acumulação de capital: “a democracia poria em perigo o sistema totalmente monopolizado. É da essência do totalitarismo estabilizá-lo e fortificá-lo” (Neumann, 1942, p. 290, em tradução livre). A estrutura do Behemoth se fundamenta na burocratização pública e privada, entendida enquanto processo de controle, prescrição de comportamentos e despersonalização das relações humanas. Como no Estado autocrático, também o nazismo articulou forte burocratização da economia e do capitalismo privado no capitalismo monopolista. Nesse modelo antidemocrático de controle do comportamento e do trabalho, as classes despossuídas são continuamente submetidas por mecanismos complexos e institucionalizados de coerção e consenso. Segundo afirmou Neumann (1942, p. 375), o Estado nazista não é um Leviatã porque, apesar de também engolir a sociedade, o Leviatã não a engole por inteiro, pois seu poder soberano é fundado no consentimento coletivo e na força da lei, baseando-se em uma justificação racional e incompatível com o sistema político nazista, que sacrifica por completo o individual e o consensual. Nessa chave, o consenso só se torna possível ou presente com a participação organizada de setores e classes opostas, ao passo que o Behemoth indica a aniquilação da democracia e da participação, pela repressão e pela imposição de determinada modelação social.

4. Autocracia e a permanência da democracia forte e restrita

Se as categorias de revolução burguesa, classe, ordem social e tantas outras não devem ser utilizadas do mesmo modo em realidades sociais distintas (Fernandes, 2020), também a imagem do Behemoth não o deve, ainda que não se possa qualificá-la como conceito. O Behemoth brasileiro é mais privatista e centrado nas classes dominantes que o nazista, entendido como um modelo de controle político das e pelas massas, articuladas na “comu-

nidade racial” e expressas no líder e no partido único. Segundo Fernandes (2015), há uma modalidade de fascismo com menor refinamento ideológico e orquestração das massas que pode ser observado na Espanha, em Portugal e na América Latina. Essa versão “complexa” do fascismo se fundamenta na monopolização de classe do poder estatal orientado contra a democratização enquanto processo social de mudança estrutural e contra os movimentos socialistas revolucionários. O autor fala, contudo, de uma “fascistização sem fascismo”, ou com uma modalidade de fascismo oculto e mascarado que fomenta a guerra civil e “é capaz de passar do Estado de exceção para a ‘normalidade constitucional’ sem permitir que se destrua o elemento autocrático que converte o Estado no bastião da contrarrevolução” (Fernandes, 2015, p. 52). Para Fernandes, esse fascismo observado no modelo autocrático burguês se racionalizou e se encontra nas tecnoestruturas civis e militares da “democracia forte” que garante “segurança” e “estabilidade” aos lucros.

O conceito de autocracia e a pertinência da noção de democracia **forte e restrita** dão conta de qualificar de forma metódica e ampla o modelo estatal brasileiro, marcado pela aparência democrática e a profundidade repressiva. Como no Behemoth nazista, também no Estado autocrático-burguês o cimento que liga as classes dominantes é o medo das massas oprimidas, atuando de modo a suprimir os despossuídos enquanto classe auto-organizada.

Fernandes (1982) também percebeu a manutenção da autocracia na transição democrática controlada¹⁰. A democracia forte é

¹⁰ Devido ao já amplo espectro de assuntos deste texto, não seria possível analisar os textos de Fernandes durante sua atuação no processo da Constituinte e enquanto Deputado Federal. Contudo, não deixa de ser uma proposta de análise apreender suas reflexões sobre o Estado na redemocratização e pressionado pelos movimentos sociais e partidários que se fortaleciam. Apesar das possíveis nuances e possibilidades com o Estado democrático de direito, defendidas já nos anos 1950 e 1960 em sua campanha pela escola e universidade públicas, certamente Fernandes apontaria que “sempre compreendi o Estado como uma ditadura de classe”, tal como sinalizou em carta de 1971 a Freitag (1996, p. 152).

o “produto mais refinado da modernização da periferia” (Fernandes, 1982, p. 24), protegida por um Estado:

fundado no uso da força para garantir a estabilidade política; sem mistificações, um Estado autocrático burguês, que impede que a descolonização, a revolução nacional e a revolução democrática sejam levadas até o fundo e até o fim, mesmo que essa seja a vontade coletiva da imensa maioria do povo (Fernandes, 1982, p. 24).

Essa forma de Estado e sua realização “acima das classes” e até mesmo “acima do Estado” desenvolvem o Behemoth animado pelo “espírito de 1964”:

espírito da contrarrevolução permanente, da guerra civil oculta, do *inimigo interno* que deve ser caçado *manu militari*, do ‘desenvolvimento com segurança’, da prevalência e necessidade histórica do *Estado de segurança nacional* e, acima de tudo, da ‘democracia à brasileira’, com uma imensa massa de excluídos do comando patriótico, esclarecido e responsável da minoria dos mais iguais (Fernandes, 1982, p. 30, grifos no original).

Segundo Cohn (2020), essa apreensão indica a impossibilidade de construção do social a partir da constelação autocrática, ou, como apontaram Botelho e Brasil Jr. (2020) e Bastos (2020), de um princípio organizador da sociedade, do Estado e do mercado. Fernandes já apontava a importância do Estado na criação de novas e contínuas situações de mercado, e dado o novo ímpeto de acumulação primitiva do capitalismo hoje, poderíamos pensar na atuação do Estado como ator e estrutura de consolidação de situações de conquista, recolocando no centro do padrão de acumulação a colonização e seus padrões de dominação. A besta mitológica Behemoth, atualmente, esclarece o padrão organizativo e a sociogênese do Estado brasileiro, marcado pela burocratização orientada para modalidade de acumulação primitiva

altamente espoliativa das classes despossuídas e dos recursos naturais e para o aprofundamento de seu caráter autocrático. Esse Estado também qualifica e reduz os interesses nacionais aos interesses das classes possuidoras, identificando a democracia restrita, privatizada e esvaziada de seus componentes de democratização das decisões políticas como a única expressão possível em meio ao já secular “medo histórico”.

A análise crítica do mito é capaz de esclarecer processos sociais profundos, porém, como não deixaria de salientar Fernandes, a Sociologia tem a tarefa de indicar que a história nunca se fecha, superando a paralisia do fatalismo e servindo de instrumento de conscientização e mobilização aos agentes da transformação. Para tanto, é fundamental entender que não há contrarrevolução sem teoria contrarrevolucionária (Fernandes, 2010, p. 27), da qual a autocracia e sua legitimação são algumas de suas principais expressões.

Referências

- Alves, Ana Rodrigues Cavalcanti. Apontamentos sobre o conceito de classe social em Florestan Fernandes. **Estudos de Sociologia**, Recife, vol. 2, nº 26, 2020, p. 197-230.
- Bastos, Elide Rugai. A história nunca se fecha. **Sociologia & Antropologia**, v. 10, nº 2, Mai.-Ago. 2020, p. 677-694.
- Bianchi, Alvaro; Aliaga, Luciana. Força e consenso como fundamentos do Estado. Pareto e Gramsci. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 5, 2011, p. 17-36.
- Botelho, André; Brasil Jr., Antonio. Prefácio. A revolução burguesa no Brasil: cosmopolitismo sociológico e autocracia burguesa. In: Fernandes, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Curitiba: Kotter Editorial; São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.
- Cohn, Gabriel. Florestan Fernandes. A revolução burguesa no Brasil. In: Mota, Lourenço Dantas (Org.). **Introdução ao Brasil. Um banquete nos trópicos**. São Paulo: Editora Senac, 1999.

_____. A margem e o centro. Travessias de Florestan Fernandes. **Sinais Sociais**, v. 10, nº 28, mai.-ago. 2015, p. 11-28.

_____. Entrevista. Florestan Fernandes e os limites da autocracia burguesa. In: Fernandes, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Curitiba: Kotter Editorial; São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

Coutinho, Carlos Nelson. Marxismo e “imagem do Brasil” em Florestan Fernandes (1998). In: **Cultura e sociedade no Brasil. Ensaios sobre ideias e formas**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

Fernandes, Florestan. **Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica**. São Paulo: Companhia Editora Nacional (2ª Edição), 1972.

_____. Sobre o Trabalho Teórico. Entrevista. **Revista Trans/Form/Ação**, vol. 2, 1975a, p. 5-86.

_____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975b.

_____. **A Sociologia no Brasil. Contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1976.

_____. **Apontamentos sobre a ‘teoria do autoritarismo’**. São Paulo: Hucitec, 1979.

_____. **A ditadura em questão**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982.

_____. As mudanças sociais no Brasil. In: **Mudanças Sociais no Brasil**. São Paulo: Global, 2008a.

_____. Sociedade de classes e subdesenvolvimento. In: **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. São Paulo: Global [5ª edição revista], 2008b.

_____. **Circuito Fechado: quatro ensaios sobre o “poder institucional”**. São Paulo: Globo, 2010.

_____. A Sociologia: objeto e principais problemas. In: Ianni, Octavio (Org.). **Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011a.

_____. A Sociologia como afirmação. In: Ianni, Octavio (Org.). **Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011b.

_____. **Poder e contrapoder na América Latina**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

_____. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Curitiba: Kotter Editorial; São Paulo: Editora Contracorrente, 2020.

- _____. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2021.
- Freitag, Barbara. Florestan Fernandes por ele mesmo. **Estudos Avançados**, v. 10, n° 26, 1996, p. 129-172.
- _____. Florestan Fernandes: revisitado. **Estudos Avançados**, 19 (55), 2005.
- Grespan, Jorge. **Marx: uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2021.
- Ianni, Octavio. Florestan Fernandes e a formação da Sociologia brasileira. In: Ianni, Octavio (Org.). **Florestan Fernandes: sociologia crítica e militante**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.
- Lynch, Christian Edward Cyril. Entre o Leviatã e o Beemote: Soberania, Constituição e Excepcionalidade no Debate Político dos Séculos XVII e XVIII. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, v. 53, n° 1, 2010, p. 55-90.
- Marcuse, Herbert. Philosophy and critical theory. In: **Negations. Essays in Critical Theory**. London: MayFlyBooks, 2009.
- Mariosa, Duarcides Ferreira. **Florestan Fernandes e a sociologia como crítica dos processos sociais**. Tese (Doutorado). PPGS/Unicamp, 2007.
- Mazzeo, Antonio Carlos. **Estado e Burguesia no Brasil. Origens da autocracia burguesa**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.
- Neumann, Franz. **Behemoth. The structure and practice of National Socialism**. Londres: Victor Gollancz LTD, 1942.
- Nobre, Marcos. Introdução. Modelos de Teoria Crítica. In: Nobre, Marcos (Org.). **Curso Livre de Teoria Crítica**. São Paulo: Papirus, 2008.
- Portela Júnior, Aristeu. Florestan Fernandes e o conceito de patrimonialismo na compreensão do Brasil. **PLURAL**, v. 19.2, 2012, p. 9-27.
- Santiago, Silvano. A Revolução Burguesa. **Sociologia & Antropologia**, v. 08, n° 1, Jan.-Abr. 2018, p. 299-312.
- Silveira, Maria de Fátima Souza da. **Da invisibilidade ao protagonismo: Florestan Fernandes no Pensamento Social Latino-Americano**. Dissertação (Mestrado em Ciências), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- Shiota, Ricardo Ramos; Fretas, Sara da Silva. Meio Leviatã e meio *Behemoth*: o Estado capitalista dependente latino-americano em Florestan Fernandes. In: Mejía, Juan Camilo Arias; Granato, Leonardo (Eds.). **La cuestión del Estado en el pensamiento social crítico latinoamericano**. Medellín: Ediciones Unaula, 2021.
- Silva, Lucas Trindade da. Modelo autocrático-burguês: uma sociologia do desenvolvimento desigual e combinado. **Estudos de Sociologia**, Recife, vol. 2, n. 26, 2020a.

_____. Governamentalidade autocrática: repensando as racionalidades de governo em diálogo com Florestan Fernandes. **Revista Brasileira de Sociologia**, vol. 08, n. 19, Mai.-Ago., 2020b, p. 254-291.

Tavolaro, Sergio B. F. Existe uma singularidade brasileira? Reflexões em torno de um dilema sociológico brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 20, n. 59, out/2005.

Recebido em 14/01/2022

Aceito em 10/05/2022

A desconstrução dos sem-terra na mídia impressa: os enquadramentos sobre o MST em editoriais do jornal O Estado de S. Paulo (2001-2004)

*Paulo Henrique Dantas Pita**

Resumo:

Este artigo tem por finalidade analisar como o jornalismo opinativo de *O Estado de S. Paulo*, de São Paulo, construiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) em suas páginas editoriais entre os anos de 2001 e 2004. O recorte temporal remonta a um período de transição política entre os governos do PSDB e do PT. A pesquisa utiliza como corpus 67 editoriais da mídia impressa. A metodologia utilizada é a análise de enquadramentos. Os seguintes códigos foram categorizados nas leituras dos editoriais: a negação da condição camponesa; criminalização das lideranças; argumentos legalistas e constitucionais; negatificação do sujeito sem-terra; o MST não deveria existir; agronegócio e neoliberalismo; pressão política.

Palavras-chave: MST. Mídia impressa. O Estado de S. Paulo. Estrutura fundiária. Enquadramentos jornalísticos.

* Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: paulohenrique.ba@gmail.com

The deconstruction of the landless in print media: framing the MST in newspaper editorials of O Estado de S. Paulo (2001-2004)

Abstract:

This paper analyses how the opinion journalism of the newspaper “O Estado de S. Paulo” portrayed the Landless Workers Movement (MST) between 2001 and 2004, when presidential elections replaced the long-standing right-wing PSDB political party by the left-wing political party (PT). The results were obtained by analyzing 67 editorials from the newspaper press media. The methodology used was framing analysis. The following codes were categorized in the editorial readings: the denial of the peasant condition; criminalization of leaders; legalistic and constitutional arguments; negation of the landless subject; the MST shouldn’t exist; agribusiness and neoliberalism; political pressure.

Keywords: MST. Printed media. O Estado de S. Paulo. Land structure. Journalistics frame.

La deconstrucción de los sin tierra en los medios impresos: enmarcando el MST en los editoriales de los periódicos de O Estado de S. Paulo (2001-2004)

Resumen:

Esta investigación tiene como objetivo analizar cómo el periodismo opinativo en O Estado de S. Paulo construyó el Movimiento de Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) en sus páginas editoriales entre 2001 y 2004. El marco temporal se remonta a un período de transición política entre los gobiernos del PSDB y del PT. La investigación utiliza 67 editoriales de los medios impresos como corpus, la metodología utilizada es el análisis de encuadres. Los siguientes códigos fueron categorizados en las lecturas editoriales: la negación de la condición campesina; criminalización de líderes; argumentos legalistas y constitucionales; negativo del sujeto sin

tierra; el MST no debería existir; agronegocios y neoliberalismo; presión política.

Palabras clave: MST. Periódico. O Estado de S. Paulo. Estructura de la tierra. Marcos periodísticos.

O papel impresso é mais forte que as metralhadoras
Oswald de Andrade

Desde os primórdios da colonização, é notório que a terra ocupa um papel central na história brasileira. A posse de grandes extensões rurais significa, ontem e hoje, poder político e econômico. São muitos os processos sociais envolvendo questões fundiárias e agrárias: a escravidão, a imigração, a modernização do campo, a formação de elites políticas rurais, o surgimento de um grande contingente de pessoas sem acesso à terra.

Muitas são as obras que investigam o papel do universo rural e da posse de grandes quantidades de terra e sua ligação com elites políticas que são parte de um poder pautado em mandos, clientelismo, violência e expropriação. O modelo fundiário altamente concentrador da propriedade no Brasil restringiu o acesso à terra por muitas pessoas: “[...] há muitas famílias pobres, vagando de lugar em lugar, segundo o favor e capricho dos proprietários de terra” (Faoro, 2012, p. 463). O autor faz referência ao contexto de 1822 no Brasil, mas que transmite a realidade dos dias atuais.

É diante do contexto de exclusão do acesso à terra e, conseqüentemente, da pobreza, fome e miséria, que muitos grupos surgiram no cenário brasileiro nos anos 1960 reivindicando cidadania, reforma agrária e inclusão. Alguns movimentos¹ se

¹ Salienta-se a importância de atores que formaram, política e ideologicamente, os movimentos sociais, sendo cruciais para o surgimento deles, como o trabalho da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o ativismo social presente na Igreja Católica, via Teologia da Libertação.

engajaram em lutar diretamente nas questões da terra no Brasil, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Central Única dos Trabalhadores Rural (CUT Rural), a Confederação Nacional Trabalhadores Agricultura (CONTAG) e as Ligas Camponesas.

A luta pela terra não se restringe apenas ao campo geográfico ou aos palanques políticos, mas também está presente nos meios de comunicação de massa. Diante de atores políticos, movimentos sociais, conflitos e interesses econômicos, a grande mídia atua como um ator de grande relevância nas questões agrárias e fundiárias no Brasil (Vieira, 2019; Indursky, 2019). Os *media* cumprem um papel de agendamento de determinadas temáticas, assim como a defesa de determinadas posições políticas e ideológicas (Thompson, 2014).

Este artigo analisa os enquadramentos construídos pelo jornal *O Estado de S. Paulo* (OESP) – um dos veículos mais influentes e tradicionais da estrutura comunicacional brasileira –, sobre o movimento social mais importante na luta pela terra no Brasil: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Para realizar a análise, o artigo investiga o jornalismo opinativo a partir do conteúdo dos editoriais sobre o MST entre os anos de 2001 até 2004 na mídia impressa.

O recorte temporal marca a transição política do governo do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) para a gestão do Partido dos Trabalhadores (PT). Trata-se de dois momentos históricos distintos: o primeiro remonta a uma oposição por parte do Estado ao MST (2001-2002) e o segundo traz uma esperança e expectativa da realização da reforma agrária por parte do MST (2003-2004). É necessário considerar que entre 2003 e 2004, houve um grande aumento de editoriais sobre o MST em relação ao período de 2001 e 2002. Ambos os períodos possuem um impacto distinto na construção editorial da mídia sobre os sem-terra.

Sobre o gênero jornalístico escolhido, Azevedo e Chaia (2010) informam que o jornalismo opinativo pressupõe expressar a opinião dos meios de comunicação por meio do discurso editorial, que se baseia em comentários, avaliações e pontos de vista sobre determinado tema. A função do jornalismo opinativo também é sinalizada por Brito (1994 apud Azevedo; Chaia, 2010) e trata-se de persuadir a opinião pública e as instituições por meio de aviso, palavra de ordem, de tal modo que as exposições de pontos de vista complementam a análise, a avaliação e a interpretação sobre os padrões do tema abordado.

Este artigo está dividido em quatro seções: a primeira seção trata dos aspectos metodológicos e de execução da pesquisa, no qual abordamos a construção do corpus, metodologia utilizada e o processo de construção das categorias utilizadas. A segunda traz um panorama geral que aborda as origens históricas e características gerais do MST e do O Estado de S. Paulo. Em seguida, a terceira contém o conteúdo empírico do artigo, esse tópico apresenta os principais argumentos de cada enquadramento analisado, para isso foi utilizado recortes dos editoriais da mídia impressa. Por fim, a quarta seção diz respeito a parte teórica da pesquisa, aqui os dados são retomados e analisados teoricamente.

1. Aspectos metodológicos

O corpus da investigação inclui 67 editoriais em formato PDF, extraídos do acervo Estadão², entre 2001 e 2004. Por se tratar de um estudo sobre enquadramentos jornalísticos, a metodologia escolhida foi a análise de enquadramentos, refinada e adaptada por Matthes e Kohring (2008) e Vimeiro e Maia (2011). *O emprego da metáfora do enquadramento (framing)*, já conhecido por meio dos trabalhos de Goffman (2012), permitiu que uma corrente de

² O acervo do jornal pode ser consultado em: <https://acervo.estadao.com.br>.

pesquisadores analisasse a construção de informações por parte dos jornais (Breton; Proulx, 2013).

De acordo com Motta (2010), o *frame* é parte de um esforço jornalístico em construir as ocorrências do dia a dia. Nesse processo de enquadrar a realidade do mundo social, são utilizados temas, termos, assuntos e caracterizações que se tornam ferramentas que permitem que a mídia impressa construa o MST dentro das suas páginas.

Matthes e Kohring (2008) explicam a análise de enquadramentos como uma metodologia que visa desmembrar o *frame* em elementos para facilitar a investigação. O sentido, associações, valores, diagnósticos e soluções ofertados pela mídia precisam ser interpretados de maneira separada, permitindo uma investigação minuciosa e detalhada de cada enquadramento. Vimeiro e Maia (2011) constroem alternativas metodológicas para o campo e lançam a “análise indireta de enquadramentos”. As autoras ressaltam a necessidade de entender o contexto cultural e histórico no qual os enquadramentos foram inseridos. Os *frames* são textos, inclusive nos contextos sócio-históricos, que formam um entendimento de algum grupo social ou temática dentro do texto midiático.

A literatura metodológica utilizada neste artigo pressupõe a necessidade de agrupar os enquadramentos em códigos, visando a uma classificação minuciosa da totalidade das matérias de acordo com categorias previamente escolhidas pelo pesquisador. Bauer (2015) define a codificação como o agrupamento de passagens de texto comuns, dentro de códigos teóricos e empíricos, que permite uma interação entre pesquisador e objeto. Esse processo envolve a identificação, o registro de fragmentos textuais e posterior comparação, na qual um conjunto de questões (códigos) norteia a forma como o pesquisador consegue suas respostas de pesquisa.

Os códigos foram construídos a partir de uma amostra aleatória de cinco editoriais por ano. Por meio da leitura prévia dos 20 textos, foi

possível chegar a certos padrões, argumentações e tendências. Os seguintes códigos foram aplicados na pesquisa: a negação da condição camponesa; criminalização das lideranças; argumentos legalistas e constitucionais; negatização do sujeito sem-terra; o MST não deveria existir; agronegócio e neoliberalismo; e pressão política. Os códigos foram aplicados aos textos com auxílio do *software* ATLAS.ti.

3. O MST e o jornal *O Estado de S. Paulo*: uma breve introdução

A alta concentração fundiária, durante toda a história brasileira até os dias atuais, gerou impactos direto no campesinato e criou um enorme descompasso entre aqueles que possuem acesso à terra e outros grupos sociais excluídos da sua conquista (Zuin, 2018; Indursky, 2019; Vieira, 2019). Dentre as frações sociais oriundas da desigualdade rural, podemos citar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Alguns acontecimentos estão diretamente ligados ao surgimento do MST, como a modernização conservadora, também chamada de Revolução Verde. Durante as décadas de 1960 e 1970, a agricultura familiar também sofreu uma redução nas esferas produtivas, fato que consagrou o consumo de alimentos industrializados e o modelo de agronegócio (Vieira, 2019).

De acordo com Fernandes (2010), durante os anos de 1965 e 1985, o campo brasileiro passou por grandes transformações tecnológicas, de insumos, maquinários e fertilizantes. Essas mudanças foram financiadas pelo Estado brasileiro e voltadas à grande produção. Como consequência, essa modernização conservou as bases de concentração fundiária, o que gerou mais desigualdades e expropriações no campo.

O trabalho da Igreja Católica, via doutrina da Teologia da Libertação e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), foi crucial para o

nascimento do MST. Segundo Zuin (2018), a CPT tinha como proposta unificar as articulações camponesas fragmentadas pelo Brasil. O domínio eletrônico³ do MST reconhece que o trabalho católico é parte da própria história do movimento, que une ideologia cristã a traços como justiça social, direitos humanos e acesso à terra.

Salienta-se a existência de movimentos sociais e iniciativas anteriores ao movimento, como as Ligas Camponesas e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER). Dessa maneira, o MST acumulou experiência de lutas anteriores e se apresenta como um continuador de movimentos no campo de diversas ordens (Vieira, 2019; Martins, 1986). As organizações embrionárias do MST chegaram à conclusão de que, se não houvesse uma reforma agrária massiva e voltada aos interesses dos trabalhadores, a situação tenderia a piorar, aumentando a desigualdade no campo, a violência e a pobreza (Botelho Egas, 2008).

O MST surgiu no dia 17 de abril de 1984, na cidade de Cascavel-PR, quando houve o 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Seus objetivos iniciais eram: “[...] lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país⁴”.

Esse movimento social obteve êxito em permanecer atuante por três décadas e se posicionar frente ao Estado brasileiro, atravessando desde o mandato de José Sarney (1985-1990) até o atual governo do presidente Jair Bolsonaro (2019 até os dias atuais). Ao longo da sua história, a organização procurou combinar a tática de enfrentamento direto aos proprietários rurais, a partir das ocupações de terra, com a tarefa de enfrentamento aos diversos governos, por meio da negociação com o Estado pela desapropriação das áreas ocupadas (Botelho Egas, 2008).

³ Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/70-82>. Acesso em 11 jun. 2021.

⁴ Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/70-82>. Acesso em 11 jun. 2021.

O MST é o principal movimento social de luta pela terra no Brasil e, atualmente, a organização está consolidada geograficamente em praticamente todos os estados. A sua pauta histórica e central é a reforma agrária (Caldart, 2001), mas outras bandeiras⁵ também são levantadas pelos sem-terra, como: acesso à cultura, combate à violência sexista, democratização da comunicação, acesso à saúde pública, combate à desigualdade social, reforma política e soberania nacional.

Ao longo dos seus 37 anos, o MST incluiu, em suas fileiras de militância, sujeitos e personagens até então marginalizados e excluídos da cena política, transformando atores invisíveis em protagonistas da luta por terra no Brasil (Caldart, 2004). Essa inclusão tornou a base do movimento ampla, diversa e heterogênea, conforme aponta Marques (2006, p. 190): “a grande heterogeneidade da base social que o constitui é responsável pela existência de uma diversidade de perspectivas e de interesses no interior do movimento”.

Uma vez contextualizado o movimento social, é necessário explicar sobre a mídia impressa escolhida, que cobriu toda a história do MST. O jornal *A Província de São Paulo* foi fundado em 4 de janeiro de 1875, por um grupo de abolicionistas e republicanos que lutava contra a escravidão e o regime monarquista (Vieira, 2019). Em dezembro de 1891, mudou seu nome para *O Estado de São Paulo* e, em 1902, Júlio Mesquita tornou-se o único proprietário do diário (Vieira, 2019; Piligallo, 2012). A família Mesquita está na quarta geração à frente do jornal. O modelo de gestão da mídia é dividido entre dois conselhos: o primeiro, com 16 acionistas, e o segundo, de administração, formado por membros da família Mesquita (Sant’Anna, 2008).

⁵ Sobre as bandeiras do MST: mst.org.br/quemsomos/#bandeiras. Acesso em 20 dez. 2021.

Conforme salienta Fonseca (2005), o jornal *O Estado de S. Paulo* caracteriza-se por defender posições liberais-conservadoras e tradicionalistas. É nítido, ao longo da sua história, defesas irrestritas da doutrina liberal, da ordem, da autoridade e da defesa da propriedade privada.

Parte da história do jornal investigado está diretamente imbricada com outra mídia impressa. O *Jornal da Tarde* (JT) foi fruto de um esforço do Grupo Estado em modernizar o jornalismo brasileiro e dar um toque informal para a nova mídia. O JT era popularmente chamado de “Estadinho” e *O Estado de S. Paulo*, “Estadão”. As duas mídias eram controladas diretamente pela família Mesquita. Os anúncios em ambos os jornais, muitas vezes, apareciam de forma conjugada. As coberturas sobre alguns temas também eram realizadas em sincronia entre o JT e o OESP. Em 2012 foi anunciado o fim do *Jornal da Tarde* (Calado, 2012). Alguns cadernos, como o *Jornal do Carro*, foram incorporados pelo OESP.

Atualmente, a mídia impressa *O Estado de S. Paulo* pertence ao Grupo Estado, sendo um conglomerado de empresas do ramo jornalístico, que engloba *O Estado de S. Paulo*, *Eldorado FM*, *TV Eldorado*, *Rádio Estadão*, *TV Estadão* e *Agência Estado*.

Figura 1: Infográfico sobre o Grupo Estado



Fonte: Media Ownershirp Monitor Brasil

Vale ressaltar que o aglomerado midiático citado já não possui amarras físicas, isto é, não se restringe apenas à capital paulista e ao *Estado de São Paulo*. Nas palavras de Francisco de Mesquita Neto⁶: “[...] Estadão como uma estratégia multiplataforma integrada (papel, digital, áudio, vídeo e mobile), para levar um maior volume de conteúdo a mais leitores, sem barreira de distância”. Uma prova disso é que a mídia ocupa as principais redes sociais. Além disso, as suas edições são diariamente lançadas em formato digital, fato que integra o jornal paulistano na globalização mundial da informação.

Moraes (2013) aponta que os megagrupos midiáticos, neste caso, o Grupo Estado, detêm a infraestrutura tecnológica e as bases logísticas que regem habilmente os processos de produção da informação. A convergência entre mídia, telecomunicações e informática viabiliza o aproveitamento de um mesmo produto em diferentes plataformas, assim, trata-se de um monopólio dos meios de transmissão, distribuição, circulação e exibição (Moraes, 2013).

O jornal escolhido para análise figura entre os quatro jornais mais lidos e de maior tiragem desde a década de 1960 (Sant’Anna, 2008) e, em 2016, foi o terceiro jornal mais lido do país. Essa mídia aborda o tema da questão fundiária, do campeonato brasileiro e dos sem-terra desde o século XIX.

Na década de 1980, o caderno “*Questão Agrária*” foi criado, evidenciando a importância e o interesse que a temática agrária e fundiária adquiriu tanto no Brasil quanto dentro do jornal. A permanência desse caderno ao longo de mais de 20 anos demonstra o interesse da mídia em pautas relacionadas aos movimentos sociais rurais, à reforma agrária e ao debate da produtividade e renda da terra. A quantidade de matérias sobre o movimento social no Acervo Es-

⁶ Visto em: <https://epocanegocios.globo.com/Informacao/Acao/noticia/2012/10/grupo-estado-anuncia-o-fim-do-jornal-da-tarde.html>. Acesso em 20 dez. 2021.

tadão também é um indicativo da importância dessa organização para o jornal. Em torno de 11 mil matérias foram publicadas entre 1984 e 2016 com os termos “MST”, “Movimento Sem Terra” e “Movimento dos Trabalhadores Sem Terra”. Como pontua Indursky (2019, p. 169): “O surgimento do movimento dos trabalhadores sem-terra no Brasil desencadeou uma discussão muito intensa sobre suas práticas”. Assim, este artigo contribui tanto com a sempre intensa discussão sobre o movimento pela terra como com a literatura acadêmica que analisa o enquadramento sobre o MST na mídia (Berger, 1998; Comparato, 2001; Souza, 2002; Hammond, 2004; Gonçalves, 2008; Campos, 2010), trazendo o enquadramento sobre o MST no período de 2001 a 2004.

3. A construção do MST nos editoriais de *O Estado de S. Paulo*

Esta seção apresenta os principais argumentos utilizados pela mídia impressa na construção da imagem do MST em seus editoriais. Em razão da quantidade de textos jornalísticos, 67 ao todo, não foi possível a utilização de todos. Assim, optou-se por trabalhar com 23. Dessa forma, os fragmentos dos editoriais que foram inseridos representam e sintetizam de maneira latente as principais linhas argumentativas e padrões de cada enquadramento.

A negação da condição camponesa: de um modo geral, neste enquadramento, foram utilizados dois argumentos para deslegitimar as ações do MST. O primeiro seria a inabilidade dos sem-terra em trabalhar com a terra. O segundo consiste em uma construção do militante do movimento como um sujeito oriundo dos centros urbanos. A mídia impressa construiu o sem-terra como um indivíduo que não está apto ao labor rural, de tal forma que são desempregados urbanos apostando em uma oferta ilusória do MST. Os “falsos sem-terra têm as mais diversas origens, sendo raros os que têm conhecimento suficiente de técnicas agrícolas” (*O Estado de S. Paulo*, 2003a, p. A2). Prosseguem,

em janeiro de 2004: “[...] trabalhador da periferia jamais teve nenhum contato com o campo – integram os batalhões de invasores de fazendas” (*O Estado de S. Paulo*, 2004a, p. A2).

No editorial do dia 06 de junho de 2004, intitulado “Tirando férias com o MSTour”, a mídia construiu um MST como uma agência de viagens que promove férias a grandes massas de desempregados urbanos, os “falsos sem-terra”:

essa tem sido a regra das invasões de terras promovidas pelo MST e seus congêneres. **Na falta de verdadeiros sem-terra, arregimentam os excluídos da cidade para servir aos seus propósitos, duvidosos.** Talvez uma hipotética revolução salvadora [...] no mais, facilmente se comprova a manipulação a ideológica. **Pobres coitados, miseráveis e desempregados, habitantes infelizes da periferia das cidades, viraram sem-terra pela oferta ilusória do MST,** devidamente respaldada pela chamada Igreja progressista, que parece incitar à violência e à justiça na marra. [...] Os **falsos sem-terra** também aceitam engrossar a infantaria dos **sem lei** impelidos por uma motivação comum a quase todos os seres humanos desde tempos imemoriais: **a vontade de fazer de vez em quando algo diferente da mesmice de todos os dias** (*O Estado de S. Paulo*, 2004b, p. A3, grifos do autor).

O jornalismo opinativo de *O Estado de S. Paulo* se mostrou radicalmente contra a ideia da reforma agrária. No enquadramento analisado, o processo era apenas uma tentativa de resolução dos problemas da cidade com a migração para o campo. As “favelas rurais” seriam uma realidade de boa parte dos assentamentos. O fato de os trabalhadores desempregados estarem nos assentamentos só enfraqueceria a própria terra e mudaria a concentração de pobres da cidade para o meio rural. O argumento dos militantes, como desprovidos de conhecimentos necessários que a terra exige, apareceu alguns meses depois, em abril. Dessa vez, a mídia impressa investiu a falta de experiência com o aumento da inflação de gêneros alimentícios:

a pequena propriedade de subsistência – principalmente aquela ocupada pelos assentados do MST, que têm as mais diversas origens profissionais, **sendo raros os que têm conhecimentos suficientes de técnicas agrícolas** – não pode, simplesmente porque o ministro quer, produzir excedentes da noite para o dia. E, senão houver um abundante abastecimento dos gêneros que compõem a cesta básica, a “circulação monetária” de que, antecipadamente, se gaba o ministro Graziano, **apenas provocará o que já está se verificando nas primeiras localidades contempladas pelo Fome Zero: o encarecimento dos produtos de primeira necessidade** (*O Estado de S. Paulo*, 2003b, p. A2, grifos do autor).

A mídia impressa argumentou que os assentados não geram excedente na produção na terra devido a sua falta de entendimento com o labor rural, fato esse que desencadeava a não produtividade e posterior aumento dos preços de produtos da cesta básica. Dentro do enquadramento de negar a condição camponesa utilizada pela mídia impressa, prevaleceu uma lógica de inutilidade do militante perante a terra.

Criminalização das lideranças: as linhas argumentativas presentes neste enquadramento direcionaram ataques e criminalizações às lideranças sem-terra. Vale ressaltar que os argumentos não partem de juristas diretamente, mas da própria mídia impressa.

Por diversas vezes, os coordenadores e dirigentes do movimento eram retratados como manipuladores e arrogantes. As declarações dadas pelo MST nos jornais eram colocadas em contraposição com os editorialistas do jornal. Por exemplo, em ocasiões que as lideranças usavam o termo “manifestação” ou “ocupação”, o jornalismo opinativo tratou de desconstruir as palavras e salientar que tratava-se de invasões criminosas de propriedades privadas: “o que eles chamam de ‘manifestações’ incluíram, antes de ontem, a invasão do prédio do Incra, no Recife, e o sequestro, durante algumas horas, de três funcionários” (*O Estado de S. Paulo*, 2002a, p. A2). No mesmo ano, em editorial do dia 22 de agosto, o jornal se referiu aos líderes como:

emessetistas agem como os **mafiosos, em suas chantagens e ameaças** dirigidas, com um certo grau de sutileza, a autoridades públicas, ora se comportam da forma direta, explícita e **primitiva dos cangaceiros nordestinos** da primeira metade do século passado, cobrando para se ausentarem das cidades invadidas, ora partem para a guerrilha, própria das regiões mais atrasadas do continente latino-americano (*O Estado de S. Paulo*, 2002b, p. A2, grifos do autor).

Em agosto de 2003, o editorial intitulado “Guerra Insana no Campo” voltou a representar João Pedro Stédile – líder do MST – da seguinte forma: “profeta da fome e do desemprego. Assim pode ser carimbado o Stédile, ideólogo-mor do MST, ao incitar a luta contra os grandes empresários” (*O Estado de S. Paulo*, 2003c, p. A2). No mesmo editorial, a mídia se refere ao líder como “imbecil” e “ignorante” ao tentar travar uma guerra contra os produtores da “agricultura moderna, profissionalizada” porque seria, justamente essa última, que o levaria a alimentar as massas urbanas do Brasil.

Argumentos legalistas e constitucionais: os argumentos jurídicos foram amplamente utilizados pela mídia impressa. Os princípios de defesa da propriedade privada e do Estado de Direito são os mais utilizados para fazer ataques agressivos ao MST.

Mas nunca essa verdade foi tão bem ilustrada entre nós com o agora, com a “evolução” de um chamado movimento social no caminho da **ilegalidade, partindo do desrespeito à propriedade – pública e privada – e chegando ao confronto aberto com as instituições e autoridades públicas, procurando levá-las ao máximo de desmoralização**. É claro que o leitor já percebeu que estamos nos referindo ao Movimento dos Sem-Terra (MST) (*O Estado de S. Paulo*, 2004c, p. A3, grifos do autor).

O que ainda não se percebera, até agora, **era que o dito “movimento social” já tenta assumir funções do próprio Estado** – o que é demonstrado pela rede de ensino paralela que vem implantando no País, espalhada por 23 unidades da Federação (*O Estado de S. Paulo*, 2004d, p. A3, grifos do autor).

Em editorial, cujo título foi “As Labaredas do Inferno”, apareceu o argumento de que os limites da lei não deveriam ser ultrapassados, sendo obrigação o cumprimento das normas jurídicas. O MST foi retratado como uma organização oriunda do inferno, as suas labaredas seriam as suas ações fora da lei. No imaginário popular, o inferno é um local de sofrimento, de pessoas condenadas ao infortúnio eterno por suas ações em vida, seria um lugar repleto de demônios e maldades.

A defesa da propriedade, seja ela via constitucional, seja aquela em que os fazendeiros fazem justiça com as próprias mãos, também foi utilizada. Na visão do editorialista, quem se vê invadido, em terras ou imóveis, “possui o direito legítimo de defender o que é seu” (*O Estado de S. Paulo*, 2002c, p. A2). No editorial do dia 25 de abril de 2004(e), intitulado “Sim, está em jogo a autoridade”, a mídia conclamou o Estado a reagir contra o movimento sem-terra, uma vez que os direitos de livre circulação e da propriedade privada estavam sendo constantemente transgredidos pelo MST.

A publicação do dia 25 de janeiro de 2001 traz como título “O arrombador da República”, creditando ao movimento ações na qual o “arrombamento” é praticado pelo MST, que viola a ordem constitucional vigente, sem sequer dispor de um CNPJ. O mesmo texto acusa os sem-terra de promover “[...] a lavagem cerebral das crianças acampadas em suas versões caboclas de madraças fundamentalistas islâmicas” (*O Estado de S. Paulo*, 2001, p. A2).

Em 28 de julho de 2003(d), o jornal acusou o MST de praticar ações que vão de encontro às ordens democráticas, na qual as regras da república estariam diretamente em risco com os atos da organização. Condições pré-revolucionárias estavam fomentadas no país, os sem-terra estavam caminhando para a efetivação do “Plano R”, expressão que também dá nome ao editorial. A revolução estaria iminente e seria coordenada por lideranças dos sem-terra. Dessa forma, a mídia conclama que a tolerância à organização deveria acabar.

Em 2003(e), insatisfeito com a liberdade do líder José Rainha, o editorial de 13 de setembro lançou uma ofensiva a uma suposta triangulação do ministro José Dirceu, do secretário de justiça do estado de São Paulo, Alexandre de Moraes, e do governo paulista do PSDB. A tríplice foi acusada de impedir a prisão de Rainha. As autoridades foram apontadas como usurpadores dos direitos da democracia, o princípio da impessoalidade foi ferido, as “influências” e os “jeitinhos” fizeram suspender a prisão do líder do MST, na ótica da mídia.

Negativação do sujeito sem-terra: este enquadramento refere-se às negativas dos indivíduos que compõem o movimento. Em várias ocasiões, os militantes foram chamados de “ameaçadores”, “improdutivos”, “problemáticos”, “sem razão de existir”, “arruaceiros”, “inviáveis”, “agressivos”, “fascistas”, “criminosos rurais” e “bandidos de colarinho branco”.

Reforçando o estereótipo de violento, o editorial do dia 25 de janeiro de 2002 trouxe o MST como “brutal”, “agressor da vida humana”, “capaz de cometer diversas modalidades de ações delinquentes”. No texto em questão, o MST foi representado assim: “[...] essa sigla está ligada, de maneira indissociável, a diversos tipos de violência” (*O Estado de S. Paulo*, 2002d, p. A2). O jornal representou o movimento como praticante de diversos crimes.

Por sobre seus métodos fascistas de atuação, no que não faltaram depredações de sedes de fazendas, matanças de animais, acampamentos predatórios em propriedades rurais produtivas, bloqueio de estradas, roubo de cargas e de pedágios e mais um sem-número de ações antissociais, quando não claramente criminosas, praticadas durante suas ocupações, o MST também contribuiu, decisivamente, para o desvirtuamento da reforma agrária, na medida em que deslocou para os assentamentos famílias sem qualquer experiência, ou vocação - e às vezes sem qualquer necessidade - para lidar com a terra (*O Estado de S. Paulo*, 2003e, p. A2, grifos do autor).

Há bastante tempo que esse chamado “movimento social” também vem **perpetrando crimes típicos de “colarinho branco”, com os desvios de dinheiro de origem pública - por meio de operações financeiras, as mais cabeludas, capazes de canalizar grandes somas de dinheiro para os bolsos particulares de seus líderes** (*O Estado de S. Paulo*, 2004f, p. A2, grifos do autor).

Além de construir uma imagem criminoso do MST, o jornal buscou informações sobre o movimento dentro dos domínios eletrônicos e pedagógicos dos sem-terra. Em uma leitura do caderno Educando, do Jornal Sem Terra, *O Estado de S. Paulo* (2004g, p. A2) diz que a organização não seria um movimento social, mas “político revolucionário”, voltado para “destruição da economia de mercado, da democracia e das liberdades”. Por fim, ironiza o ABC inserido na cartilha: “para soletrar, a liberdade deveria ser retirada, o alfabeto do MST é o abc das invasões, depredações, sequestros e destruições” (p. A2).

O MST não deveria existir: este enquadramento representa uma linha argumentativa de que o MST não deveria existir e apresenta razões diversas para a sua extinção.

Voltando ao Brasil, não são poucos os que se confundem com o linguajar bravio e convicto dos militantes do movimento dos honoráveis trabalhadores sem-terra. **O MST ameaça botar fogo nos campos do Brasil.** Tudo em nome da eliminação dos latifúndios e da nobre causa da terra a quem não a tem. **Mal sabem eles que a sua hora já passou** (*O Estado de S. Paulo*, 30. maio. 2003f, p. A2, grifos do autor).

Em um editorial cujo título foi “O MST que se lixe”, o texto demonstra o tratamento que a mídia utilizou nos seus editoriais para se referir ao movimento. A expressão transmite uma ideia de que não devemos ligar ou nos importar com os sem-terra. A conclusão do texto, e de muitos outros, é uma pergunta direcionada diretamente ao leitor de *O Estado de S. Paulo*: “você, leitor,

já reparou que de uns anos para cá, o MST além de promover arruaças urbanas, só tem invadido propriedades produtivas?" (*O Estado de S. Paulo*, 2003g, p. A2). Em outra publicação, a organização foi representada como inviável, uma vez que o MST "não contribui em nada para o desenvolvimento do meio rural brasileiro, para a produção agropecuária, para a melhoria do emprego, da renda ou das condições de vida no campo" (*O Estado de S. Paulo*, 2004f, p. A2).

No dia 06 de setembro, o jornal traz declarações do sociólogo Zander Navarro para comprovar que "o MST não é um movimento social, no sentido sociológico, e menos ainda popular. É apenas uma organização pequena, do sistema político" (*O Estado de S. Paulo*, 2003h, p. A2). Ancorada nas declarações de Navarro, a mídia argumenta que as ações dos sem-terra são "infantis e inconsequentes". O sociólogo retrata a orientação do movimento como "leninismo pueril", responsável por estratégias fracasadas do movimento. A conclusão do editorial, ancorada em Navarro, é que a entidade não deveria existir: "[...] ela em nada contribui para a reforma agrária ou para a solução do problema fundiário do país" (*O Estado de S. Paulo*, 2003h, p. A2).

Agronegócio e neoliberalismo: o jornal apresenta uma forma particular de enquadrar questões econômicas relacionadas à agricultura familiar e ao agronegócio. De modo geral, a mídia coloca um conflito entre ambas. Em um dos poucos momentos, a mídia impressa demonstrou abertamente as suas convicções e o que seria a sua ideologia econômica, em editorial chamado "O falso enfoque agrário":

MST é um partido político não legalizado. As teses que defende são políticas. **Não acreditam, seus líderes, na economia de mercado.** Seus integrantes são contrários à **propriedade privada**, a não ser a dos que se filiam às suas plataformas ideológicas e políticas. **Têm horror à riqueza dos outros, que pretendem transferir para si mesmos e**

para os demais correligionários. [...] Criando uma República própria dos “acampados” no país, que capta os novos desempregados, por força de uma recessão provocada por excesso de tributos e de juros [...] **Jamais dizem que o Brasil é uma potência agropecuária superior aos países desenvolvidos e que luta - exatamente por sua eficiência - para ter espaço na globalização econômica. Jamais invadem terras improdutivas, mas sim terras produtivas, justamente aquelas que estão permitindo ao Brasil essa magnífica performance no cenário mundial (*O Estado de S. Paulo*, 2003i, p. A2, grifos do autor).**

O jornal faz uma defesa irrestrita do agronegócio, a qual atribui eficiência e uma alta produtividade. Além disso, uma união da financeirização com a agricultura, o que permite que ações sejam vendidas e compradas em bolsas de valores, associada a um determinado gênero alimentício, também apareceu na mídia. Trata-se de um viés liberal que aparece no editorial do dia 27 de julho de 2003, cujo título é “Um país que assusta o investidor”. A mídia impressa fez um alerta ao governo petista, ressaltando que o crescimento econômico dos anos seguintes iria depender da segurança oferecida ao investidor, “só com a participação do setor privado, nacional e estrangeiro o país poderá ampliar e modernizar sua infraestrutura” (*O Estado de S. Paulo*, 2003j, p. A2).

Em 30 de maio de 2004 o editorial do jornal defendeu mais uma vez os interesses dos investidores no Brasil, dessa vez salientando que os investimentos em reforma agrária não trazem conforto ao capital para ser aplicado no país. Destinar dinheiro no processo de reforma era uma estratégia errada no entendimento da mídia, uma vez que as ocupações estavam reagindo com armas de fogo, por parte dos fazendeiros, fato que estaria assustando investidores internacionais. Por fim, o texto conclama o Estado brasileiro para priorizar investimentos em áreas que possam dar tranquilidade aos recursos dos investidores por setores do capital financeiro. “A prioridade deveria ser aquela que dá aos investidores a tranquilidade que seus recursos não serão de forma alguma expropriados” (*O Estado de S. Paulo*, 2004h, p. A2).

Pressão Política: os enquadramentos de pressão política aparecem fundamentalmente no ano de 2003, durante o mandato do então presidente Lula. Trata-se de opiniões e juízos de valor relacionados aos direcionamentos da gestão petista.

O jornal afirmou que Lula não teria condições de enfrentar os sem-terra caso não demitisse o então ministro do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o presidente do Instituto Nacional de Colonização Reforma Agrária (INCRA). Esses servidores da burocracia federal seriam “companheiros de viagem” de Lula, e responsáveis pela tragédia no campo brasileiro. No mesmo editorial, de abril de 2004, a mídia desaprovou a alocação de recursos para a reforma agrária. No dia 22 de agosto de 2004, quando o então presidente anunciou que 4,5 mil cargos seriam incorporados ao INCRA – órgão responsável por promover a reforma agrária –, o jornal salientou que o governo não poderia agir de acordo com a pressão dos movimentos sociais.

A argumentação utilizada foi a de que o aumento do funcionalismo seria danoso ao país e que todos os cargos seriam indicados por João Pedro Stédile e que nenhuma indicação seria da Confederação Nacional da Agricultura (CNA). A CNA é uma entidade que atua desde a década de 1980 visando ser representante de uma agricultura de larga escala.

No ano de 2003, com a alteração do presidente do INCRA, o editorial do dia 06 de outubro comentou a situação como “uma burrice”, o nome do dirigente do instituto não seria capaz de devolver a paz no campo, uma troca que “não resolveria nada”. O próprio INCRA, na visão do editorial, só servia para repassar dinheiro público para a organização “paraestatal”, “uma vez que a maior parte de seus recursos advém direta ou indiretamente das instituições públicas” (*O Estado de S. Paulo*, 2003l, p. A2).

4. Uma leitura crítica dos dados

Em um primeiro momento, é necessária uma contextualização histórica e política do período analisado. O último governo PSDB foi marcado por uma intensa repressão do Estado contra os militantes, de sorte que as crescentes mobilizações e demonstrações políticas do MST, na década de 1990, culminaram na Medida Provisória n.º 2.027-38, de 2000, que delegava à União a entrada nos imóveis para fim de vistoria e, posteriormente, a compra para fim de desocupação.

A MP punia, com exclusão do programa de reforma agrária, qualquer participante de ocupações de terra no Brasil. No ano de 2001, o governo Fernando Henrique Cardoso anunciou a Medida Provisória n.º 2.109-52, que alterava o decreto anterior, garantindo um controle institucional maior ao Estado na aplicação de lei para punir movimentos sociais que lutavam por terra. A medida passou a responsabilizar os membros da ocupação judicial e criminalmente, e também as entidades ou organizações que auxiliassem, incentivassem, participassem ou induzissem ocupações ou conflitos agrários ou fundiários. Eram punidos de todos os repasses de verbas, financiamentos e crédito público (Brasil, 2001).

Assim, o governo FHC, por meio da legalidade da Constituição e da burocracia federal, forçou os movimentos de terra a recuar na ocupação, seja de propriedades de terra, seja de prédios públicos (Fernandes, 2010). Com as Medidas Provisórias não seria mais imprescindível a mediação e interlocução do MST com o governo. Durante o período, os diversos sujeitos sem-terra eram cadastrados diretamente nos postos de reforma agrária pelo Brasil, o que fez despencar as ocupações e o número de famílias assentadas. Conforme Girardi (2008), as ocupações de terra em 2001 e 2002 caíram de maneira expressiva: se, em 2000, existiam 100 mil famílias em ocupações de terra, esse número caiu para 50 mil no ano seguinte.

Em 2003, marcou-se a ascensão do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Executivo Federal e, antes mesmo de tomar posse, Lula prometia uma ampla reforma agrária, democrática e popular. Durante o primeiro ano da gestão do PT, a expectativa de reforma agrária se espalhou por vários movimentos de luta pela terra. O ex-presidente fez discursos sinalizadores de uma ampla reforma agrária. Se nos anos de 2001 e 2002 o movimento sem-terra sofreu uma repressão, em 2003 existiu uma iminência real da reforma agrária, até mesmo um Plano Nacional de Reforma Agrária foi elaborado.

O aumento do número de matérias no ano de 2003 e a postura mais agressiva e criminalizadora por parte da mídia impressa podem ser explicados pela iminência de reforma agrária e, posteriormente, pela grande mudança estrutural e fundiária no Brasil. Os dados apontam que os editoriais visam barrar e desconstruir qualquer tentativa de ganhos políticos e sociais para o movimento. A ascensão do Partido dos Trabalhadores pode ser considerada como um sinal de alerta para *O Estado de S. Paulo*.

Os quatro anos analisados são marcados por uma inexistência e baixa adesão às ferramentas como smartphones, internet e computadores. O começo da década no Brasil não contava com a diversidade de mídias e redes sociais presentes nos dias de hoje. Trata-se de um momento em que televisão, rádio e mídia impressa exerciam uma grande hegemonia. No caso do OESP, a literatura (Pilagallo, 2012; Severiano, 2012) já aponta como as relações sociais e de poder no Brasil são intermediadas pelo jornal.

Os enquadramentos construídos nas matérias e editoriais foram radicalmente contrários ao MST. A linha editorial fez do movimento um algoz, um inimigo declarado, um grupo diabólico que não deveria nem sequer existir. A negação da condição sem-terra e da sua capacidade de labor com a terra presente nos editoriais estruturou argumentos em que os militantes não podem receber a terra e não a merecem porque são desempregados urbanos e

não têm condições técnicas de produzir riqueza da terra. O sujeito sem-terra, da base do movimento, foi construído como um alienado político que segue ordens de lideranças autoritárias e corruptas. O discurso utilizado pela mídia de negar a capacidade técnica dos sem-terra e de recrutar trabalhadores urbanos tem por finalidade barrar a reforma agrária e responsabilizar os movimentos sociais por alterações migratórias e de violência no campo e na cidade (Vieira, 2019).

A mídia também utiliza, de maneira massiva, a criminalização e a difamação dos militantes do MST. O ato de criminalizar, segundo Escrivão Filho e Frigo (2010), é o fato de atribuir crime a alguém ou manifestação. A criminalização se dá por meio de um processo estruturado de violência física e simbólica, na medida em que setores utilizam das suas funções para aplicar uma natureza criminosa aos movimentos sociais, sempre sob o argumento de manter a democracia, as instituições e a ordem.

O jornal dedica-se a construir e elaborar tipificações de crimes, desvios e delitos como vandalismo, corrupção, roubo, sequestro e formação de quadrilha. De forma acentuada, também foi utilizada a designação do crime de invasão, palavra que sacraliza o discurso de criminalização com base na imutabilidade e defesa irrestrita da propriedade privada, fato que torna eterna a atual estrutura fundiária brasileira e oculta a função social da terra (Indursky, 2019).

Nessas construções estereotipadas sobre sujeitos criminosos, surge uma indústria do medo e da insegurança, que atribui conflitos e transgressões a um único grupo social, de forma que os sem-terra passam a ser temidos e rejeitados, canalizando estigmas e depreciações (Lemes, 2018).

Também é intensa a predileção do jornal opinativo de *O Estado de S. Paulo* em se fixar em noticiar crimes. Como consequência, a mídia impressa constrói uma relação em que precisam existir culpados para aplicar a lei e necessita-se reprimir de maneira ju-

rídica e penal os culpados pelas “invasões” e conflitos. Por mais que a mídia não faça parte do sistema penal tradicional, ela traz para si uma aliança entre criminalização e exigências punitivas, que tornam os meios de comunicação parte de um controle social informal (Lemes, 2018; Budó, 2013). Os editoriais analisados insistiram que o MST desmoraliza a justiça, as instituições e as autoridades públicas, em um grande apelo para que os sem-terra sejam contidos de maneira jurídica e penal.

O jornal, além de inserir o MST em determinados *frames*, realiza uma espécie de vigilância de determinados sujeitos caracterizados como transgressores e ameaçadores. Esse mecanismo funciona como uma retroalimentação entre crime e punição, em que inimigos são construídos e, posteriormente, combatidos. Dessa maneira, a organização dos sem-terra aparece como um bando criminoso que confronta a lei, assim, é necessário não apenas criminalizar o movimento, mas também penalizá-lo (Lemes, 2018).

O processo de criminalização e posterior culpabilização jurídica sinaliza que a mídia entende o processo de ocupação e contestação da estrutura fundiária como atividade criminosa. Qualquer repasse de verba ou incentivo político para o MST é visto, aos olhos dos editoriais, como corrupção e desvio da finalidade do Estado. Esse processo significa que o jornalismo opinativo de OESP defende a imutabilidade da propriedade privada e da estrutura fundiária brasileira, ignorando que a terra possua uma função produtiva, ética e social.

Os apelos constitucionais e jurídicos também podem ser explicados pelo fato de o jornal ser um defensor histórico da ideologia da “ordem e progresso” (Fonseca, 2005). O Estadão possui um forte caráter conservador e retrata quase todos os conflitos sociais, dentre eles as ocupações de terra, como causadoras de prejuízos e atentatórias à ordem pública (Guilherme, 2018; Fonseca, 2005). Trata-se de um verdadeiro temor pela “subversão” da ordem econômica e jurídica.

O combate incessante ao movimento social também se deve ao fato de o MST apresentar, para o Estado e sociedade civil, uma outra leitura jurídica possível da Constituição Federal. Essa interpretação questiona os grandes latifúndios improdutivos e, ancorados no artigo 5º da CF, os sem-terra pressionam por desapropriações das terras improdutivas. Essas ações são sempre combatidas, uma vez que a grande imprensa busca criminalizar projetos questionadores, quase sempre por meio da defesa irrestrita da propriedade (Viera, 2019). Os editoriais de OESP defendem posições de maneira expressiva e incisiva, rejeitando qualquer tipo de visão ou expressão contrárias às suas (Fonseca, 1997). Trata-se de uma espécie de “dirigismo” do cidadão médio e do Estado brasileiro, em que o jornal constrói as suas opiniões como se fossem o bem comum da nação. Esse bem comum é simbolizado como uma necessidade de destruição e combate ao MST.

Essa perspectiva é uma das características mais latentes dos editoriais do jornal. Existe uma tentativa de persuadir e dirigir o poder público e a sociedade civil. A própria mídia oferece a sua visão sobre a disputa na formação de ideias e valores: “[...] informar a opinião pública por um lado, e por outro, de ajudar a formá-la” (*O Estado de S. Paulo*, 1984 apud FONSECA, 1997, p. 116). Além disso, é possível notar que o jornal OESP procura dirigir-se diretamente a um leitor mais elitizado, os chamados formadores de opinião e classe média (Guilherme, 2008; Fonseca, 1997). Esses extratos sociais, na interpretação da mídia, possuem uma missão de difundir a narrativa consumida diariamente nas suas páginas.

Ao fim do ano de 2002, e conseqüentemente, a vitória do Partido dos Trabalhadores no ano de 2003 gerou um aumento das disputas em torno de questões fundiárias. De maneira precisa, foi encontrado na pesquisa aquilo que Zuin (2018) levanta: momentos de relevância nacional e de iminência de uma possível reforma agrária fizeram com que a mídia colocasse em oposição a agricultura familiar, construída como arcaica e improdutiva, e

o moderno agronegócio, concebido como produtivo e gerador de riquezas. A mídia nitidamente se coloca como uma defensora irrestrita dos investidores e das garantias contratuais. Vieira (2019) pontua que as mídias hegemônicas acabam por se aliar ao discurso de produtividade e do neoliberalismo.

Uma digressão ao começo da década de 2000 é necessária para entender a defesa absoluta do agronegócio e a sua associação com a mídia. Esse é um momento histórico que tanto os gêneros alimentícios produzidos pelos produtores de grande escala quanto os veículos midiáticos possuem ações cotadas na bolsa e um grupo diverso de acionistas. As construções sobre o MST, nessa esfera, traduzem uma ideia de que o movimento social pode desvalorizar determinadas ações por uma suposta falta de paz no campo, das garantias contratuais e da propriedade privada. Assim, a organização é construída como um grupo que assusta os investidores, com capacidade de desvalorizar ativos financeiros cotados em bolsas de valores. Vale ressaltar que esse momento histórico contava com grande valorização do agronegócio⁷ e crescente rendimento desse setor. No primeiro ano da análise (2001), o faturamento era de 63 bilhões, e, no último (2004), foi de 111 bilhões de reais.

Desse modo, o Grupo Estado e outras empresas jornalísticas são também grupos financeiros e grandes atores do mercado, com capacidade de influência sobre a valorização de determinados ativos econômicos. Como resultado, certos meios de comunicação social difundem uma ideologia mercadológica financeira em forma de informação, promovendo uma visão de mundo ideal (Ramonet, 2013), quase sempre ancorada em produtividade e ganhos.

⁷ Disponível em: <https://blog.climatefieldview.com.br/qual-e-a-participacao-do-agro-negocio-no-pib-e-nas-exportacoes-brasileiras>. Acesso em 04 ago. 2021.

A união entre agronegócio e comunicação também está atrelada à política. Segundo Aires e Santos (2017), apenas entre os oito maiores políticos do Brasil, entre eles prefeitos, senadores e deputados federais, se concentram outorgas de TV, rádio e jornais. Além disso, apenas nesse grupo, se concentram 180 mil hectares de terra.

A imprensa se posiciona dentro das razões apresentadas como uma ferramenta de manutenção da estrutura fundiária e reproduz discursos, cuja análise visa a desqualificação e a criminalização dos sujeitos antagônicos a suas visões. O empenho e o esforço em destruir o “grupo perigoso” do MST são parte de um projeto estrutural que mira barrar mudanças de ordens econômicas e sociais no campo brasileiro. A mídia investigada responsabiliza o MST e seus militantes como agentes de um caos no campo que retira a possibilidade de os grandes empresários rurais produzirem. O movimento social é retratado como incapaz de produzir e extrair riqueza da terra, e que nutre uma inveja do sucesso do modelo “próspero” do agronegócio.

A linha ideológica e econômica do jornalismo editorial do OESP é o conservadorismo-liberal-antiestatal. Assim, não toleram que o Estado promova qualquer tipo de intervenção na estrutura fundiária brasileira e no universo social do campo brasileiro. O editorial de OESP é radicalmente contrário aos assentamentos de terra, liberação de linhas de crédito agrícola para os movimentos sociais e que governos e prefeituras intervenham de alguma maneira em prol dos sem-terra. Trata-se de uma defesa incondicional da “Livre Empresa Rural”, categoria cunhada pela mídia que apela pela autorregulação do campo brasileiro e pela manutenção da estrutura fundiária contra a reforma agrária.

Está presente nos editoriais analisados um maniqueísmo instalado pela mídia entre nós vs. eles, o “nós” carrega a legalidade, o bem, a produção e o respeito ao Estado. O campo semântico

“eles” é representado pelo MST e por todas as mazelas que esse movimento carrega, aos olhos do jornal. Essa prática foi percebida também por Lemes (2018) e Budó (2013), definindo-a como ações que visam a inflamar uma polarização social e política dentro da sociedade. Os antagonismos, as hostilidades e as oposições são próprios da mídia, a elaboração de dicotomias históricas é uma arma retórica contínua da grande imprensa (Motta, 2010; Fonseca, 2005).

Disso decorre também uma situação em que o jornalismo transmite para a sociedade civil ideias temáticas de lutas entre as forças do bem e do mal, em que ações de combate seriam necessárias para a destruição de um inimigo, incitando antagonismos e enfrentamentos, o que alimenta o confronto em sucessivas afirmações, promove hostilidades, exacerba os conflitos (Motta, 2010).

Como apontado na seção 3, existe uma forma conservadora e padronizada de enquadrar as questões fundiárias no jornal: trata-se de posições antirreforma agrária e de oposição ao MST. Esse padrão do OESP transmite uma ideia de constante batalha entre partes (produtores x sem-terra; ordem x desordem; agronegócio x agricultura familiar). Como em qualquer conflito envolvendo duas partes, a mídia normaliza que um dos lados se empenhe a qualquer custo em defender a propriedade. O enquadramento de guerra presente nas mídias, apontado por Motta (2010), abarca representações e discursos com temas em que forças do bem e do mal se enfrentam e que só pode existir um único perdedor, nesse caso, o agronegócio que necessita derrotar o MST. Nesse processo, o jornal opinativo de *O Estado de S. Paulo* utiliza uma narrativa de que o agronegócio precisa superar inúmeros obstáculos e adversidades e, ainda assim, permanece com uma performance produtiva excelente.

A transformação de problemas sociais e políticos em conflituosos, por parte da mídia, resulta naquilo que Butler (2020), de

maneira precisa, chama atenção: certos enquadramentos atuam para que algumas pessoas não sejam consideradas qualificadas o suficiente para serem consideradas vidas. A autora salienta que, se um indivíduo não está enquadrado dentro de normas e padrões, então a sua existência é descartável e não é passível de luto. Esse é o caso do sujeito sem-terra e das lideranças do MST, sempre qualificados como criminosos, diabólicos, improdutivos, mafiosos.

Butler (2020) salienta que a capacidade epistemológica de apreender uma vida é parcialmente dependente de normas que caracterizam um indivíduo enquanto ser passível de empatia. Os exemplos dos editoriais moldam um grupo social para que não seja reconhecido enquanto sua própria natureza, humanidade e identidade:

- 1) A mídia retira o seu aspecto camponês e sua relação produtiva com a terra. Isso significa que as construções sobre o sujeito sem-terra ignoram que a base do movimento é composta em sua grande maioria por camponeses (Stédile; Fernandes, 2001), com uma relação histórica, cultural e de identidade com a terra.
- 2) O jornal subverte a ideologia e o aspecto religioso do MST. Conforme debatido, o movimento social possui profundas ligações com o cristianismo, sobretudo na Igreja Católica, que promoveu noções de justiça social cristã aos sem-terra. Salienta-se que esse movimento empreende romarias católicas e adota em suas místicas aspectos do cristianismo católico. Ao retratar os sem-terra e a sua organização como diabólica, a mídia inverte para o leitor a base da crença e da justiça social do MST.
- 3) O OESP transforma a principal ferramenta de luta do movimento social, a ocupação de terra, em um ato criminoso e passível de punição. Ao ignorar a função social da terra prevista na Constituição Federal, a mídia impressa acaba rotulando as ocupações de terra em crime de invasão. Dessa forma, o

movimento tem a sua principal ação de luta constantemente agredida nos discursos editoriais.

A guisa de conclusão, por mais que a mídia, aqui analisada, seja radicalmente contrária ao MST, é necessário destacar a capacidade do movimento social em empreender ações que chamem atenção das grandes mídias e do Estado: conseguiu estar nas pautas dos principais jornais assegurando um espaço midiático (Melo, 2009). Em um contexto em que o jornal ocupava um papel de grande destaque na comunicação, é primordial que o MST adequasse a sua luta, visando os meios de comunicação.

Sobretudo no governo FHC, o trabalho dos sem-terra em relação à mídia foi fundamental. A cobertura da Marcha à Brasília, no primeiro governo PSDB, foi noticiada por dezenas de mídias nacionais e internacionais. Também nesse ano, o presidente passou a reconhecer e “se referir explicitamente ao movimento” (Comparato, 2001, p. 117). O incômodo do governo foi justamente a habilidade que o MST demonstrava em aparecer e dialogar nas diversas mídias brasileiras. Ressalta-se que, anteriormente a Marcha à Brasília e ao Massacre de Corumbiara em 1995, o governo PSDB não reconhecia a existência do MST e se recusava ao diálogo com o movimento social:

Para ele [Fernando Henrique Cardoso], o MST não existia. Derrotamos essa tática de uma maneira voluntária e também involuntária. A involuntária foi o massacre de Corumbiara (RO), em agosto de 1995, que revelou ao mundo a existência dos problemas agrários no Brasil. A voluntária foi o nosso III Congresso Nacional, em Brasília, com aquela passeata de 5 mil pessoas que nos recolocou na imprensa (Stédile; Fernandes, 2001, p. 143).

Foi também o reconhecimento midiático sobre alguns eventos e o crescente aumento dos editoriais, na década de 1990 e começo dos anos 2000, que transformaram o MST no maior movimento

social de terras do Brasil, ultrapassando a CONTAG e a CUT Rural (Comparato, 2001).

Conclusão

Os dados demonstraram uma mídia ativa que colocou em prática um constante discurso estigmatizante e contrário ao MST. O jornal tratou de despolitizar as ações dos sem-terra, tornando o tema fundiário bélico, quando, por outro lado, o MST argumenta que suas ações querem sanar problemas fundiários, de desigualdade e cidadania (Stédile; Fernandes, 2001). Diante dos seus interesses nas questões fundiárias, o editorial do OESP tomou partido do agronegócio e da não-realização da reforma agrária em editoriais referentes às temáticas relacionadas à terra.

A retórica dos editoriais evoca sentimentos negativos relacionados ao sem-terra e à reforma agrária. Trata-se de um discurso de cunho conservador, pois apela para a ordem e constrói inimigos usando termos como arruaceiros, bandidos e violentos. Foram constatadas construções em que o MST aparece como um forasteiro social, que deseja alterar o *status quo* fundiário, levando desordem e caos ao campo. Construí-lo como ameaça é fundamental para que a sociedade, especialmente aqueles setores que não estão diretamente ligados ao campo, passem a estigmatizar os sem-terra.

A estratégia adotada por parte do editorial de *O Estado de S. Paulo* passou por argumentos de produtividade, corrupção, violência, moralidade, até chegar naquilo que soa como mais grave: “o governo e a sociedade deveriam acabar com isso (MST)” (*O Estado de S. Paulo*, 2004d, p. A2).

Os editoriais desvelam uma construção midiática sobre o movimento social que retira e estigmatiza os principais pilares do MST, na sua forma de ação, por meio das ocupações, na maneira

como utiliza e produz na terra, por meio da agricultura familiar, nas suas lideranças e dirigentes, e nas suas razões de existir enquanto organização social, que agrupa excluídos do acesso à terra. A mídia enquadra o movimento social de uma maneira desconstrutiva.

Os dados mostram que o editorial impõe, de maneira contínua e agressiva, valores de manutenção de *status quo*, da ordem, da manutenção dos privilégios rurais e da não aceitação da ascensão social de camadas sociais historicamente marginalizadas.

Existe nos editoriais um discurso que revela uma ordem social e valores normativos atrelados ao conservadorismo, à moral e à ordem. Os textos analisados colocam o MST em um local de usurpação da lei e da ordem e também da agenda econômica do agronegócio

O conteúdo dos editoriais chama atenção para o problema da exploração das terras no Brasil. O debate sobre o acesso à terra é histórico e problemático, esse é o tema de fundo de todas as discussões empreendidas pela mídia. Em momentos em que visões divergentes sobre a democratização do direito à terra são inseridas no debate público, como no caso do Plano Nacional de Reforma Agrária do governo do PT em 2003, o editorial de *O Estado de S. Paulo* tratou de utilizar enquadramentos que visam barrar a reforma agrária e criminalizar o MST.

Para além dos enquadramentos construídos sobre o movimento social, esta pesquisa oferece uma base empírica para refletir sobre a visão de ordem social e fundiária da mídia impressa do editorial do Estado de S. Paulo. Essa ordem, amálgama de silenciamento, criminalização, pressão política e lobby pró-livre mercado, tem por finalidade deslegitimar e barrar o MST enquanto sujeito político e intermediador da pauta da reforma agrária e da cidadania.

Referências

Aires, Janaine; Santos, Suzy. **Sempre foi pela família. Mídias e Políticas no Brasil**. 1. ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

Azevedo, Fernando A; Chaia, Vera L. M. O Senado nos editoriais dos jornais paulistas (2003-2004). In: MIGUEL, Luis F; BIROLI, Flávia (Org.). **Mídia Representação e Democracia**. São Paulo: Editora Hucitec, 2010, p. 105-136.

Bauer, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: Bauer, Martin W., Gaskell, George (org.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Editora Vozes, 2015. p. 189-217.

Berger, Christa. **Campos em confronto: a terra e o texto**. Porto Alegre: editora Universitária/UFRGS, 1999.

Botelho Egas, Heloiza de A. P. **Movimentos Sociais e Estado Resistências e contra hegemonia na ação do MST**. 2008. 286 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.

Brasil. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

Brasil. **Medida provisória n.º 2109-52**, de 24 de maio de 2001. Acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis n.º s 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1º de março de 1991, e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 24 maio 2001.

Brasil. **Medida provisória n.º 2.027-38**, de 4 de maio de 2000. Acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis nos 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1o de março de 1991, e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 4 maio 2001.

Breton, Philippe; Proulx, Serge. **Sociologia da comunicação**. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

Brito, S. **A argumentação e a perlocução no discurso jornalístico: o editorial**. 1994. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Poéticas Visuais) - Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Bauru, São Paulo.

Budó, Marília de N. **Mídia e controle social: da construção da criminalidade dos movimentos sociais à reprodução da violência estrutural**. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

Butler, Judith. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?** 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2020.

Calado, Fabrício. "Jornal da Tarde" deixará de circular após 46 anos; Grupo Estado fala em reduzir custos. In: **UOL**. Notícias: Cotidiano. [S. l.], 29 out. 2012. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/10/29/grupo-estado-anuncia-fim-do-jornal-da-tarde-apos-46-anos.htm>. Acesso em 13 dez. 2021.

Caldart, Roseli S. O MST e a formação dos sem-terra: o movimento social como princípio educativo. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, dez. 2001, p. 207-224.

Caldart, Roseli S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

Campos, Marcos Paulo. Imaginários da ordem e da desordem: os 25 anos do Movimento Sem Terra na perspectiva da Revista Veja. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 9, n.107, 2010, p. 129-138.

Comparato, Bruno Konder. A ação política do MST. **São Paulo Em Perspectiva**, v.15, n.4., 2001, p. 105-117.

Escrivão Filho, Antônio S; Frigo, Darci. A luta por direitos e a criminalização dos movimentos sociais: a qual Estado de Direito serve o sistema de justiça? In: Canuto, A. et al. (Coord). **Conflitos no Campo Brasil 2009/CPT**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

Faoro, Raymundo. **Os Donos do Poder**. Formação do Patronato Político Brasileiro. 5. ed. São Paulo: Globo, 2012.

Fernandes, Bernardo M. Formação e territorialização do MST no Brasil. In: Carter, Miguel (org.). **Combatendo a Desigualdade Social: O MST e a Reforma Agrária no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Unesp, 2010, p. 161-198.

Fonseca, Francisco César Pinto. Imprensa e opinião pública: papel e estratégias do jornal O Estado de São Paulo para a formação do consenso. **Opinião Pública**, v. 4, n. 2, 1997, p. 114-121.

Fonseca, Francisco César Pinto. **O consenso forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil**. Editora Hucitec, 2005.

Girardi, Eduardo P. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira**. 2008. 349 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

Goffman, Erving. **Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise**. Petrópolis: Vozes, 2012.

Gonçalves, Eduardo R. de Lima. **A representação do MST na revista ISTOÉ**. Mestrado em Ciências Sociais. Orientador: Antônio da Silva Câmara. Salvador: FFCH/UFBA, 2008.

Guilherme, Cássio Augusto Samogin Almeida. A imprensa como ator político-ideológico: o caso do jornal *O Estado de S. Paulo*. **Dimensões**, n. 40, 2018, p. 199-223.

hammond, John L. The MST and the media: competing images of the Brazilian Landless Farmworkers' Movement. **Latin American Politics and Society**, v. 46, n. 4, 2004, p. 61-90.

Indursky, Freda. **O Discurso do/sobre o MST**: Movimento social, sujeito, mídia. 1. ed. Campinas: Pontes, 2019.

Lemes, Narcilene M. M. **Sistema Penal e Criminalização do MST**. Curitiba: CRV, 2018.

Marques, Marta Inez M. Relação Estado e MST: algumas fases e faces. **Lutas e Resistências**, Londrina, v.1, 2006, p. 184-196.

Martins, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

Matthes, Jörg.; Kohring, Mathias. The content analysis of media frames: Toward improving reliability and validity. **Journal of Communication**, v. 58, n. 2, 2008, p. 258-279.

Melo, Paula Reis. 25 anos do MST: Um breve histórico de sua visibilidade midiática. **Revista memória em movimento**, v. 5, n. 5, 2019, p. 1-19.

Moraes, Dênis de. Sistema midiático, mercantilização cultural e poder mundial. In: Moraes, Dênis de; Ramonet, Ignacio; Serrano, Pascual (Org.). **Mídia, poder e contrapoder: Da concentração monopólica à democratização da comunicação**. Boitempo Editorial, 2013, p. 19-52.

Motta, Luis G. Enquadramento lúdico-dramáticos no jornalismo: mapas culturais para enquadrar narrativamente os conflitos políticos. In: Miguel, Luis F; Biroli, Flávia (Org.). **Mídia Representação e Democracia**. São Paulo: Editora Hucitec, 2010, p. 137-151.

O Estado de S. Paulo. O arrombador da República. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 25/01/2001. Editorial, p. A3.

_____. Profetas da fome. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 19/08/2002a. Editorial, p. A2.

_____. O ministro que o MST queria. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 28/12/2002b. Editorial, p. A2.

_____. As labaredas do inferno. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 30/05/2002c. Editorial, p. A2.

_____. MST: violência de mão dupla. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 25/01/2002d. Editorial, p. A2.

_____. Os falsos sem-terra. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 27/04/2003a. Editorial, p. A2.

_____. As favelas rurais. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 16/09/2003b. Editorial, p. A2.

_____. Guerra Insana no campo. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 19/08/2003c. Editorial, p. A2.

_____. Plano R. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 28/07/2003d. Editorial, p. A2.

_____. Métodos Fascistas. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 17/03/2003e. Editorial, p. A2.

_____. A sua hora passou. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 30/05/2003f. Editorial, p. A2.

_____. O MST que se lixe. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 30/08/2003g. Editorial, p. A2.

_____. Anatomia do movimento social. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 06/08/2003h. Editorial, p. A2.

_____. Um falso enfoque agrário. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 14/10/2003i. Editorial, p. A2.

_____. Dança das cadeiras. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 06/09/2003j. Editorial, p. A2.

_____. A extorsão dos sem-terra. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 22/01/2004a. Editorial, p. A2.

_____. Tirando férias com o MSTour. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 06/06/2004b. Editorial, p. A3.

_____. O MST ataca novamente. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 05/07/2004c. Editorial, p. A3.

_____. País bom só para sem-terra. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 18/04/2004d. Editorial, p. A2.

_____. Sim, está em jogo a autoridade. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 13/08/2004e. Editorial, p. A2.

_____. Desfalque no MST. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 23/10/2004f. Editorial, p. A2.

_____. ABC do MST. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 30/09/2004g. Editorial, p. A2.

_____. Um país que assusta os investidores. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo, 23/10/2004h. Editorial, p. A2.

Pilgallo, Oscar. **História da imprensa paulista: jornalismo e poder de D. Pedro I a Dilma**. São Paulo: Três Estrelas, 2012

QUAL é a participação do agronegócio no PIB e nas exportações brasileiras? In: **Climate FieldView**. [S. l.], 6 abr. 2021. Disponível em: <https://blog.climate-fieldview.com.br/qual-e-a-participacao-do-agronegocio-no-pib-e-nas-exportacoes-brasileiras>. Acesso em 14 dez. 2021.

Ramonet, Ignacio. Meios de comunicação: um poder a serviço de interesses privados? In: Moraes, Dênis de; Ramonet, Ignacio; Serrano, Pascual (Org.). **Mídia, poder e contrapoder: Da concentração monopólica à democratização da comunicação**. Boitempo Editorial, 2013, p. 53-70.

Sant'Anna, Lourival. **O destino do jornal: a Folha de S. Paulo, O Globo e o Estado de São Paulo na sociedade da informação**. Rio de Janeiro: Record, 2008.

Severiano, Mylton. **Nascidos para perder: História do Estadão, jornal da família Mesquita que tentou tomar o poder pelo poder das palavras - e das armas**. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

Souza, Sonia Maria Ribeiro. O MST e a mídia: o fato e a notícia. **PEGADA-A: Revista da Geografia do Trabalho**, v. 3, 2002, p. 1-10.

Stédile, J. P.; Fernandes, B. M. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

Thompson, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 2014

Vieira, Fernando A. da C. **Navegando contra a maré: entre o MST e a mídia**. Curitiba: Brazil Publishing, 2019.

Vimieiro, Ana Carolina; Maia, Rousiley. Análise indireta de enquadramentos da mídia: uma alternativa metodológica para a identificação de frames culturais. **Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia**, v. 18, n. 1, 2011, p. 235-252.

Zuin, Aparecida L. A. **A mídia e sua relação com os movimentos sociais (direito à terra): criminalização e a estrutura de poder**. Curitiba: Appris, 2018.

Recebido em 11/01/2022

Aceito em 09/05/2022

